

Balanco Geral do Estado do Tocantins

Informações Gerenciais das Contas do Governo

EXERCÍCIO DE
2006

PROCESSO Nº 2007/2540/500000 - VOLUME XV





GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

MARCELO DE MIRANDA CARVALHO

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

JACQUES SILVA DE SOUSA

**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E SUPERVISÃO
DO CONTROLE INTERNO**

EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

**DIRETORA DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E
AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO**

ANA MARIA P. ATHAYDE DEMÉTRIO

**COORDENADOR DE NORMATIZAÇÃO E
AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

**COORDENADOR DE TECNOLOGIA E
CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA

FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS

JANETE MONTEIRO GOMES

SARUZZE PEREIRA SANTOS

EQUIPE DE APOIO

CLEBÉR BARROS ARRAES

FLORIANO RODRIGUES ALVES

KÁTIA SILVA MACÊDO MIRANDA

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE C. FONTES

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	01
2	ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	03
2.1	ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO	04
2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	09
2.2.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	09
2.2.1.1	QUADROS DAS RECEITAS	10
2.2.1.2	QUADROS DAS DESPESAS	14
2.2.1.3	LIMITES CONSTITUCIONAIS	22
2.2.2	GESTÃO FINANCEIRA	24
	QUADROS DO RESUMO FINANCEIRO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	25
2.3	POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	26
2.3.1	POSIÇÃO PATRIMONIAL	26
2.3.1.1	RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO	26
2.3.1.1.1	GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS	27
2.3.1.2	RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO	36
2.3.1.2.1	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO	36
2.3.1.2.2	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS AUTARQUIAS DO ESTADO	37
2.3.1.2.3	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS FUNDAÇÕES DO ESTADO	37
2.3.1.2.4	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS FUNDOS ESPECIAIS DO ESTADO	38



2.3.1.3	RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO	38
2.3.1.3.1	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER EXECUTIVO	38
2.3.1.3.2	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER LEGISLATIVO	39
2.3.1.3.3	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER JUDICIÁRIO	40
2.3.1.3.4	RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– MINISTÉRIO PÚBLICO	41
2.3.2	POSIÇÃO FINANCEIRA	42
2.3.2.1	RESUMA DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SEMESTRAL	43
2.3.2.2	RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA GERAL DO ESTADO	45
2.3.2.3	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – GERAL DO ESTADO	45
2.3.2.4	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO	46
2.3.2.4.1	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO	47
2.3.2.4.2	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS	48
2.3.2.4.3	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES	49
2.3.2.4.4	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS	50
2.3.2.5.	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO	50
2.3.2.6.	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO	51
2.3.2.7.	RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO	52
2.3.3	DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES	53
3.	DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL	55



3.1	UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55
3.1.1	GABINETE DO GOVERNADOR.....	55
3.1.2	CASA CIVIL.....	58
3.1.3	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR.....	59
3.1.4	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO.....	62
3.1.5	SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO.....	65
3.1.6	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....	66
3.1.7	CASA MILITAR.....	69
3.1.8	VICE-GOVERNADORIA.....	70
3.1.9	CORPO DE BOMBEIROS.....	71
3.1.10	DEFENSORIA PÚBLICA.....	75
3.1.11	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO.....	76
3.1.12	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE.....	78
3.1.13	SECRETARIA DO ESPORTE.....	91
3.1.14	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA.....	94
3.1.15	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	98
3.1.16	SECRETARIA DO GOVERNO.....	98
3.1.17	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.....	101
3.1.18	SECRETARIA DA FAZENDA.....	103
3.1.19	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA.....	106
3.1.20	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	117
3.1.21	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.....	121
3.1.22	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.....	131
3.1.23	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA.....	135
3.1.24	SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS.....	140
3.1.25	SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.....	144
3.1.26	SECRETARIA DA JUVENTUDE.....	147
3.1.27	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ.....	150
3.1.28	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN.....	151
3.1.29	SECRETARIA DE SAÚDE.....	153
3.2.	UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS	154

3.2.1	AUTARQUIAS.....	154
3.2.1.1	INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO.....	154
3.2.1.2	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS – AD TOCANTINS.....	155
3.2.1.3	AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS - AHDU.....	157
3.2.1.4	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS.....	160
3.2.1.5	INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV.....	168
3.2.1.6	AGÊNCIA ESTADULA DE SANEAMENTO – AGESAN.....	169
3.2.1.7	ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS.....	172
3.2.1.8	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN.....	173
3.2.1.9	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC.....	176
3.2.1.10	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS – RURALTINS.....	180
3.2.1.11	INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS.....	185
3.2.1.12	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS-JUCETINS.....	190
3.2.1.13	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM.....	191
3.2.1.14	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	192
3.2.1.15	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DERTINS.....	195
3.2.2	FUNDAÇÕES PÚBLICAS.....	199
3.2.2.1	FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS.....	199
3.2.2.2	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS.....	200
3.2.3	FUNDOS ESPECIAIS.....	204
3.2.3.1	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES.....	204
3.2.3.2	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM.....	206
3.2.3.3	FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA.....	207
3.2.3.4	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	208
3.2.3.5	FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR.....	209
3.2.3.6	FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA.....	211
3.2.3.7	FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA.....	212

3.2.3.8	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	213
3.2.3.9	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER.....	214
3.2.3.10	FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS.....	215
3.2.3.11	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	216
3.2.3.12	FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE.....	220
3.2.3.13	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS.....	221
3.2.3.14	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS.....	222
3.2.3.15	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA.....	224
3.2.3.16	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO.....	225
3.2.3.17	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.....	226
3.2.3.18	FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA.....	242
3.2.3.19	FUNDO PROSPERAR.....	244
3.2.3.20	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	245
3.2.3.21	FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	254
3.2.3.22	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS.....	256
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL.....	258
4.1	ÁREA ECONÔMICA.....	260
4.2	ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.....	264
4.3	ÁREA SOCIAL.....	267
4.4	SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	273
4.4.1	AUMENTO DA PRODUÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	273
4.4.2	COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA, ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES.....	277
4.4.3	ALTA QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUILÍBRIO FISCAL.....	279
4.4.4	INCLUSÃO SOCIAL E ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES.....	281
4.4.5	SEGURANÇA E CIDADANIA AOS TOCANTINENSES.....	286
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	288

1- APRESENTAÇÃO

Para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Estadual nº 1.415/2003, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e seu Regimento Interno, a Controladoria Geral do Estado apresenta o relatório e parecer sobre as Contas do Governo, referente ao exercício de 2006, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, conforme informações apuradas nas descrições analíticas das atividades feitas pelas unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa física, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, contém uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal e da seguridade social, realizados no exercício de 2006, abrangendo os poderes executivo, legislativo, judiciário e também o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas foram apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas foi demonstrada por função, programas, ações e outros indicadores. Foi demonstrado, também, o índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizadas pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados.

Após análise dos dados, detalhadamente apresentados, constata-se que, no decorrer de 2006, o Governo preocupou-se em dar continuidade à modernização da máquina administrativa, que tem como premissa básica valorizar o cidadão tocaninense. Seguindo esta linha de trabalho, a área econômica viabilizou ações que orientam o aumento da produção e a complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicação. Na área administrativa e financeira, as medidas implementadas definem a alta qualidade nos serviços públicos e o equilíbrio fiscal;

na área social, percebe-se que o governo investiu na inclusão social com o intuito de elevar a qualidade de vida do tocantinense.

Observa-se, ainda, que as atividades primárias obtiveram bons resultados, por meio do processo produtivo, possibilitando ao Estado maior capacidade econômica e social, tornando-as essenciais para o aumento do PIB Tocantinense. Além disso, pelo conteúdo das peças técnicas expostas, é possível perceber os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2006, que demonstram significativos índices da gestão pública.

Verifica-se, pois, que o governo buscou gerar emprego e renda, aumentar a exportação de produtos genuinamente tocantinenses e estimular o desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e para a proteção do meio ambiente, via que o Estado tem seguido, principalmente nos últimos quatro anos.

Assim, denota-se pelo trabalho desenvolvido que o Executivo, em conjunto com os demais poderes constituídos, tem-se pautado pela valorização do ser humano, posto que o modelo de desenvolvimento adotado contempla nas suas metas o incremento da economia, o incentivo à iniciativa privada, a melhoria da qualidade do ensino e da saúde, bases para o crescimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os balanços e demais demonstrações contábeis estão divididos em 14 (quatorze) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balço Geral do Estado: - Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, das Variações Patrimoniais Consolidadas e Balço Social; e Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III - Balço do Poder Executivo;

Volume IV – Balço Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume V – Balço da Administração Direta;

Volume VI – Balço das Autarquias, Fundações e Fundos;

Volume VII – Conciliação Bancária da Administração Direta;

Volume VIII e IX – Conciliação Bancária da Administração Indireta;

Volume X e XI - Conciliação do Almojarifado da Administração Direta;

Volume XII - Conciliação do Almojarifado da Administração Indireta;

Volume XIII - Conciliação do Patrimônio da Administração Direta e Indireta;

Volume XIV – Anexo 2, Anexo 10 e Anexo 11.

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A análise consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, comprovando os resultados quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente do Poder Executivo, demonstrando, inclusive, o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos respectivos direitos e haveres, em consonância aos princípios constitucionais e legais.

A avaliação confere maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

- a) o orçamento geral autorizado;
- b) a execução orçamentária e financeira;
- c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

- a) Plano Plurianual (PPA);
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um plano estratégico que contempla as ações do governo para alcance das metas de investimentos e objetivos fixados para um período de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios próprios do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, que podem dispor para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.

A receita extra-orçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho com dotação orçamentária suficiente, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extra-orçamentários aqueles provenientes da geração de passivos financeiros.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, referentes ao exercício financeiro de 2006, foi aprovado pela Lei Estadual nº 1.643, de 28 de dezembro de 2005 (LOA), que **estimou a receita** no valor de R\$ 3.199.612.442,00 e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

- a) Recursos Ordinários: R\$ 1.999.319.261,00;
- b) Recursos Vinculados: R\$ 800.199.823,00;
- c) Recursos de Outras Fontes: R\$ 397.413.358,00.

O valor inicialmente autorizado foi alterado para R\$ 3.360.612.212,00 em decorrência dos acréscimos de R\$ 160.999.770,00 resultantes da abertura de créditos adicionais, assim recomposto:

- a) Recursos Ordinários: R\$ 2.044.636.141,00;
- b) Recursos Vinculados: R\$ 872.521.273,00;
- c) Recursos de Outras Fontes: R\$ 443.454.798,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral autorizou despesas nos orçamentos fiscal, no valor de R\$ **2.587.595.910,00**, Seguridade Social R\$ **771.836.302,00** e de Investimentos R\$ **1.180.000,00**.

Do total de R\$ 3.360.612.212,00 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R\$ 2.469.508.939,00 – 73,48% - na Administração Direta e R\$ 891.103.273,00 - 26,52% - na Administração Indireta.

A Gest3o da receita e da despesa p3blica, por meio do SIAFEM, para efeito orçament3rio, financeiro e patrimonial, envolve todos os 3rg3os e Entidades que comp3em a Administraç3o P3blica Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 1 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos

RECEITAS	RECURSOS DO TESOIRO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	2.275.769.389,00	497.141.955,00	2.772.911.344,00
Receita Tribut3ria	872.630.395,00	67.353.000,00	939.983.395,00
Receita de Contribuiç3es	25.000,00	85.457.000,00	85.482.000,00
Receita Patrimonial	27.603.000,00	110.154.000,00	137.757.000,00
Receita de Serviç3os	31.000,00	2.430.000,00	2.461.000,00
Transfer3ncias Correntes	1.652.462.537,00	228.777.955,00	1.881.240.492,00
Outras Receitas Correntes	17.950.780,00	2.970.000,00	20.920.780,00
Deduç3o para o FUNDEF	(294.933.323,00)	-	(294.933.323,00)
RECEITAS DE CAPITAL	120.047.410,00	338.826.174,00	458.873.584,00
Operaç3es de Cr3dito	25.524.084,00	94.990.806,00	120.514.890,00
Alienaç3o de Bens	300.000,00	24.380.000,00	24.680.000,00
Amort. de Empr3stimos	-	-	-
Transfer3ncias de Capital	94.223.326,00	219.455.368,00	313.678.694,00
TOTAL	2.395.816.799,00	835.968.129,00	3.231.784.928,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2006 Receita Atualizada.

QUADRO 2 – Resumo Geral da Receita – Orçamento Fiscal

RECEITAS	RECURSOS DO TESOIRO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	2.275.769.389,00	302.360.955,00	2.578.130.344,00
Receita Tribut3ria	872.630.395,00	67.353.000,00	939.983.395,00
Receita de Contribuiç3es	25.000,00	-	25.000,00
Receita Patrimonial	27.603.000,00	830.000,00	28.433.000,00
Receita de Serviç3os	31.000,00	2.430.000,00	2.461.000,00
Transfer3ncias Correntes	1.652.462.537,00	228.777.955,00	1.881.240.492,00
Outras Receitas Correntes	17.950.780,00	2.970.000,00	20.920.780,00
Deduç3o para o FUNDEF	(294.933.323,00)	-	(294.933.323,00)
RECEITAS DE CAPITAL	120.047.410,00	338.826.174,00	458.873.584,00
Operaç3es de Cr3dito	25.524.084,00	94.990.806,00	120.514.890,00
Alienaç3o de Bens	300.000,00	24.380.000,00	24.680.000,00
Amortizaç3o de Empr3stimos	-	-	-
Transfer3ncias de Capital	94.223.326,00	219.455.368,00	313.678.694,00
TOTAL	2.395.816.799,00	641.187.129,00	3.037.003.928,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2006 Receita Atualizada.

OBS.: deduzido das receitas do IGEPREV.

QUADRO 3 – Resumo Geral da Receita – Orçamento da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	-	194.781.000,00	194.781.000,00
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	85.457.000,00	85.457.000,00
Receita Patrimonial	-	109.324.000,00	109.324.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Dedução para o FUNDEF	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL	-	194.781.000,00	194.781.000,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – IGEPREV – dezembro/2006 Receita Atualizada.

QUADRO 4 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.959.326.631,00	286.351.887,00	2.245.678.518,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.202.213.931,00	11.700.000,00	1.213.913.931,00
Juros e Encargos da Dívida	27.166.151,00	-	27.166.151,00
Outras Despesas Correntes	729.946.549,00	274.651.887,00	1.004.598.436,00
DESPESAS DE CAPITAL	510.182.308,00	474.314.386,00	984.496.694,00
Investimentos	409.719.197,00	440.554.386,00	850.273.583,00
Inversões Financeiras	9.468.156,00	33.760.000,00	43.228.156,00
Amortização da Dívida	90.994.955,00	-	90.994.955,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	130.437.000,00	130.437.000,00
TOTAL	2.469.508.939,00	891.103.273,00	3.360.612.212,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita demonstrada no quadro 01 com o total da despesa demonstrada no quadro 04, observa-se diferença no valor de **R\$ 128.827.284,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 5 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento Fiscal

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.564.594.495,00	108.366.166,00	1.672.960.661,00
Pessoal e Encargos Sociais	920.535.677,00	8.062.600,00	928.598.277,00
Juros e Encargos da Dívida	27.166.151,00	-	27.166.151,00
Outras Despesas Correntes	616.892.667,00	100.303.566,00	717.196.233,00
DESPESAS DE CAPITAL	501.081.042,00	413.554.207,00	914.635.249,00
Investimentos	401.797.931,00	412.674.207,00	814.472.138,00
Inversões Financeiras	8.288.156,00	880.000,00	9.168.156,00
Amortização da Dívida	90.994.955,00	-	90.994.955,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-
TOTAL	2.065.675.537,00	521.920.373,00	2.587.595.910,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado

Obs.: deduzido o orçamento da seguridade e do orçamento fiscal.

QUADRO 6 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	394.732.136,00	177.985.721,00	572.717.857,00
Pessoal e Encargos Sociais	281.678.254,00	3.637.400,00	285.315.654,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	113.053.882,00	174.348.321,00	287.402.203,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.921.266,00	60.760.179,00	68.681.445,00
Investimentos	7.921.266,00	27.880.179,00	35.801.445,00
Inversões Financeiras	-	32.880.000,00	32.880.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	130.437.000,00	130.437.000,00
TOTAL	402.653.402,00	369.182.900,00	771.836.302,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** Funções 08, 09, 10 e os valores pagos aos aposentados e pensionistas em outros programas.

QUADRO 7 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento de Investimentos

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.180.000,00	-	1.180.000,00
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	1.180.000,00	-	1.180.000,00

Amortização da Dívida		-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-
TOTAL	1.180.000,00	-	1.180.000,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado.

Créditos Adicionais Abertos

Entende-se por créditos adicionais abertos as novas autorizações que acontecem durante o exercício financeiro, em decorrência de fatos novos que provocam o surgimento de necessidades e reduzem ou ampliam as existentes, por meio de lei específica ou de decretos governamentais dentro dos limites da Lei orçamentária.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.º 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 8 – Demonstrativo dos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Orçamento Inicial (Lei 1.643/2005)	
Orçamento Inicial	3.199.612.442,00
(+) Créditos Suplementares	1.031.359.623,00
(+) Créditos Especiais	3.264.875,00
(-) Reduções	873.624.728,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	3.360.612.212,00

FONTE – Diário Oficial – Lei 1.643/05 e Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 0447

QUADRO 9 – Demonstrativo por tipos de recursos disponibilizados aos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(+) Redução Total ou Parcial (*)	873.624.728,00
(+) Excesso de Arrecadação	32.172.486,00
(+) Superávit Financeiro	128.827.284,00
= Créditos Suplementares e Especiais	1.034.624.498,00
* Dotação Especial por Redução	3.264.875,00

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 181

Os crédito adicionais realizados no exercício de 2006 elevaram o orçamento do Estado em 5,03%, reforçando as dotações orçamentárias insuficientes e atendendo despesas não previstas no orçamento. Os recursos necessários à abertura dos créditos adicionais suplementares decorreram do superávit financeiro no valor de R\$ 128.827.284,00, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 141 a 181 do Balanço Geral, Volume I.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras, por meio da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

2.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização dos programas governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação e às diretrizes estratégicas, compatibilizadas com as prioridades e as metas do PPA – 2004/2007, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de **92,95%** comparada com a previsão atualizada, mostrando em relação ao ano anterior uma melhoria de **10,03%** na utilização da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

Outro conceito importante é a Receita Corrente Líquida que se constitui pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras, correntes, deduzidas as contribuições de servidores para o custeio do sistema previdenciário próprio de assistência social, bem como as receitas oriundas de compensação entre esses sistemas, previstos no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º da LRF apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Encontram-se demonstradas nos quadros a seguir, a Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises:

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS

QUADRO 10 - Receitas - Recursos de todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	3.067.680.487,00	2.995.330.068,49	97,64
Receita Tributária	939.983.395,00	857.162.249,82	91,19
» ICMS	770.917.193,00	709.336.038,36	92,01
» Outras	169.066.202,00	147.826.211,46	87,44
Receita de Contribuições	85.482.000,00	119.508.876,67	139,81
Receita Patrimonial	137.657.000,00	120.116.486,18	87,26
Receita de Serviços	2.461.000,00	925.415,62	37,60
Transferências Correntes	1.881.176.312,00	1.869.437.775,64	99,38
» FPE	1.377.413.990,00	1.433.902.316,41	104,10
» Outras	503.762.322,00	435.535.459,23	86,46
Outras Receitas Correntes	20.920.780,00	28.179.264,56	134,70
RECEITAS DE CAPITAL	426.865.278,00	307.468.091,48	72,03
Operações de Crédito	88.546.584,00	75.101.891,26	84,82
Alienação de Bens	24.680.000,00	13.928.535,83	56,44
Amortização de Empréstimos	-	7.965.456,68	-
Transferências de Capital	313.638.694,00	210.472.207,71	67,11
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS	3.494.545.765,00	3.302.798.159,97	94,51
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	294.933.323,00	296.582.499,26	100,56
(-) Restituição de Receitas	-	2.314.057,67	-
TOTAL	3.199.612.442,00	3.003.901.603,04	93,88

FORNE - Anexo 10 Geral do Estado volume I, fl. 122

QUADRO 11 - Balço Orçamentário do Estado – Discriminação das Receitas – 2006

RECEITAS					
RECEITAS	PREVISTA ATUALIZADA (R\$)	REALIZADA (R\$)	% REALIZADA S/PREVISTA	% S/MONTANTE REALIZADA	DIFERENÇA (R\$)
RECEITAS CORRENTES	2.772.911.344,00	2.696.433.511,56	97,24	89,76	76.477.832,44
Receita Tributária	939.983.395,00	857.162.249,82	91,19	28,53	82.821.145,18
Receita de Contribuições	85.482.000,00	119.508.876,67	139,81	3,98	(34.026.876,67)
Receita Patrimonial	137.757.000,00	120.116.486,18	87,19	4,00	17.640.513,82
Receita de Serviços	2.461.000,00	925.415,62	37,60	0,03	1.535.584,38
Transferências Correntes	1.881.240.492,00	1.869.437.775,64	99,37	62,23	11.802.716,36
Outras Receitas Correntes	20.920.780,00	28.179.264,56	134,70	0,94	(7.258.484,56)
(-) Dedução para o FUNDEF	294.933.323,00	296.582.499,26	100,56	9,87	(1.649.176,26)
(-) Restituição de Receitas	-	2.314.057,67	-	0,08	(2.314.057,67)
RECEITAS DE CAPITAL	458.873.584,00	307.468.091,48	67,00	10,24	151.405.492,52
Operações de Crédito	120.514.890,00	75.101.891,26	62,32	2,50	45.412.998,74
Alienação de Bens	24.680.000,00	13.928.535,83	56,44	0,46	10.751.464,17
Amortização de Empréstimos	-	7.965.456,68	-	0,27	(7.965.456,68)
Transferências de Capital	313.678.694,00	210.472.207,71	67,10	7,01	103.206.486,29
SUPERÁVIT FINANCEIRO (2004)	128.827.284,00	-	-	-	128.827.284,00
TOTAL	3.360.612.212,00	3.003.901.603,04	89,39	100,00	356.710.608,96

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado -Volume I, fl. 122

Obs.: o valor do superávit financeiro não faz parte do anexo 10.

QUADRO 12 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – 2005 e 2006

RECEITAS CORRENTES	VALOR R\$		% 2006 S/2005	% S/TOTAL	
	2005	2006		2005	2006
Receita Tributária	764.133.704,01	857.162.249,82	12,17	27,34	28,62
Receita de Contribuições	87.726.950,75	119.508.876,67	36,23	3,14	3,99
Receita Patrimonial	138.150.961,86	120.116.486,18	-13,05	4,94	4,01
Receita de Serviços	966.740,20	925.415,62	-4,27	0,03	0,03
Transferências Correntes	1.781.538.248,94	1.869.437.775,64	4,93	63,75	62,41
Outras Receitas Correntes	22.075.999,57	28.179.264,56	27,65	0,79	0,94
TOTAL	2.175.681.256,05	2.995.330.068,49	37,67	100	100

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2005/2006

QUADRO 13 - Desempenho da Receita Tributária (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO	2005	2006	% 2005/2006
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	50.391.131,85	80.992.327,89	60,73
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	26.989.050,85	35.300.174,75	30,79
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	658.939.329,91	709.336.038,36	7,65
TOTAL	736.319.512,61	825.628.541,00	12,13

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2005 e 2006

QUADRO 14 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - 2005 e 2006

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR R\$		% 2006 S/2005	%	
	2005	2006		2005	2006
Operações de Crédito	13.545.912,70	75.101.891,26	554,42	6,20	24,43
Alienação de Bens	20.074.648,71	13.928.535,83	69,38	9,19	4,53
Amortização de Empréstimos	7.142.399,59	7.965.456,68	111,52	3,27	2,59
Transferências de Capital	177.613.038,19	210.472.207,71	118,50	81,33	68,45
TOTAL	218.375.999,19	307.468.091,48	140,80	100	100

FONTE - Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 15 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2005/2006

DESCRIÇÃO	2005	2006
RECEITAS CORRENTES	2.794.592.605,03	2.993.016.010,82
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	(192.411.222,71)	(208.374.272,39)
DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	(282.942.034,85)	(296.582.499,26)
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	(50.626.677,62)	(71.381.471,91)
COMP. FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	(202.943,25)	(256.870,63)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.268.409.726,60	2.416.420.896,63
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		6,52

FONTE – Geral do Estado/05 volume II, fl. 621 - Geral do Estado/06 volume II, fl. 705

Conforme demonstra o quadro 11, houve superação do valor estimado na realização da Receitas de Contribuições de 39,81% e em Outras Receitas Correntes de 34,70%, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

Merece destaque a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **37,67%** em relação ao exercício anterior, atingindo, sem as deduções legais, a cifra total de **R\$ 2.995.330.068,49**, que compreende a receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária.

As **receitas de capital**, no valor de **R\$ 307.468.091,48**, representam **10,24%** do total arrecadado no exercício de 2006. Destaca-se nessa Categoria

Econômica as Transferências de Capital, que correspondem ao percentual de **68,45%** em relação ao total das receitas de capital.

Outro dado de relevância pública é o resultado da **receita corrente líquida** apurada no valor de **R\$ 2.416.420.896,63**. Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando em 2006 um crescimento de, aproximadamente, **6,52%** em relação ao exercício anterior, sendo um dos principais fatores que possibilitam o aumento da capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 16 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	EM 2006	EM 2005
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	2.581.968.084,01	2.375.096.956,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	307.468.091,48	218.375.999,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	75.101.891,26	13.545.912,70
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	7.965.456,68	7.142.399,59
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	13.928.535,83	20.074.648,71
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	210.472.207,71	177.613.038,19

Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 17 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2006
Receitas Correntes	2.995.030.068,49
(-) Transferências Constitucionais	-208.374.272,39
(-) Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-71.381.471,91
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	-256.870,63
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEF	-296.582.499,26
(-) Restituição de Receita	-2.314.057,67
Receita Corrente Líquida (A)	2.416.420.896,63

QUADRO 18 – Comparativo entre a Receita Corrente Líquida de 2005 e 2006

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ANO DE 2005	ANO DE 2006	% EVOLUÇÃO
2.268.409.726,60	2.416.420.896,63	6,52%

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS
QUADRO 19 - Balço Orçamentário do Estado - despesas por tipo de crédito – 2006

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	3.358.816.591,00	2.807.847.786,87	83,60	99,98	550.968.804,13
Despesas Correntes	2.245.216.393,00	2.072.966.970,92	92,33	73,81	172.249.422,08
Pessoal e Encargos Sociais	1.213.913.931,00	1.201.953.663,12	99,01	42,80	11.960.267,88
Juros/Encargos da Dívida	27.166.151,00	27.166.149,82	100,00	0,97	1,18
Outras Despesas Correntes	1.004.136.311,00	843.847.157,98	84,04	30,05	160.289.153,02
Despesas de Capital	983.163.198,00	734.880.815,95	74,75	26,17	248.282.382,05
Investimentos	848.940.087,00	621.985.655,98	73,27	22,15	226.954.431,02
Inversões Financeiras	43.228.156,00	21.900.207,30	50,66	0,78	21.327.948,70
Amortização da Dívida	90.994.955,00	90.994.952,67	100,00	3,24	2,33
Reserva de Contingência	130.437.000,00	-	-	-	130.437.000,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	1.795.621,00	619.018,11	34,47	0,02	1.176.602,89
Despesas Correntes	462.125,00	200.820,57	43,46	0,01	261.304,43
Pessoal e Encargos Sociais					-
Outras Despesas Correntes	462.125,00	200.820,57	43,46	0,01	261.304,43
Despesas de Capital	1.333.496,00	418.197,54	31,36	0,01	915.298,46
Investimentos	1.333.496,00	418.197,54	31,36	0,01	915.298,46
Inversões Financeiras					-
TOTAL	3.360.612.212,00	2.808.466.804,98	83,57	100,00	552.145.407,02
SUPERÁVIT (*)		195.434.798,06			

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 258 a 446

* Total arrecadado (Quadro 10) menos total da despesa (Quadro 16).

Os créditos especiais foram abertos inicialmente no montante de R\$ 3.264.875,00, passando por redução no valor de R\$ 1.464.254,00, resultado em R\$ 1.795.621,00, conforme demonstrado na coluna AUTORIZADA (quadro 19 Balço Orçamentário do Estado - despesas por tipo de crédito – 2006).

Os quadros de n.º 11 e 19 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, superávit orçamentário no valor R\$ **195.434.798,06**, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada. Tal superávit resulta do elevado grau de seriedade com que o Governo realiza suas execuções orçamentárias.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas somam R\$ **2.073.167.791,49**, representando **73,82%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram R\$ **735.299.013,49**, destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de R\$ **622.403.853,52**, que representam **84,65%** do total das despesas de capital.

QUADRO 20 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2005		2006		% 2006/2005
	DESPESA	% PART	DESPESA	% PART	
Pessoal e Encargos Sociais	895.040.305,81	35,72	1.201.953.663,12	42,80	34,29
Juros e Encargos da Dívida	31.915.984,54	1,27	27.166.149,82	0,97	(14,88)
Outras Despesas Correntes	766.072.129,44	30,57	844.047.978,55	30,05	10,18
DESPESAS CORRENTES	1.693.028.419,79	67,56	2.073.167.791,49	73,82	22,45
Investimentos	697.354.062,77	27,83	622.403.853,52	22,16	(10,75)
Inversões Financeiras	21.582.301,41	0,86	21.900.207,30	0,78	1,47
Amortização da Dívida	93.910.986,15	3,75	90.994.952,67	3,24	(3,11)
DESPESAS DE CAPITAL	812.847.350,33	32,44	735.299.013,49	26,18	(9,54)
TOTAL	2.505.875.770,12	100,00	2.808.466.804,98	100,00	12,08

Fonte - SEFAZ/2005 e 2006

No exercício de 2006, o volume de despesas realizadas atingiu um valor de R\$ 2.808.466.804,98. Dos recursos aplicados 73,82% foram concentrados nas despesas correntes e 26,18% aplicado nas despesas de capital. Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2005 e 2006, evidencia-se um crescimento nos gastos do governo em 12,08%, observando que as contas de juros e encargos da dívida, investimentos e as amortizações da dívida apresentaram redução de gastos, enquanto os gastos com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e as inversões financeiras apresentaram um acréscimo, sendo que a despesa com pessoal e encargos sociais atingiu um percentual maior de aplicação, em torno de 34,29%.

QUADRO 21– Comparativo de Despesa Realizada por Poderes / Categoria e Grupo

2006										
PODER	PESSOAL			CUSTEIO			CAPITAL			TOTAL
		%		%		%		%		
Executivo	1.021.861.931,30	85,02	828.694.507,57	95,12	728.706.996,31	99,10	2.579.263.435,18	91,84		
Legislativo	60.585.003,82	5,04	15.928.956,66	1,83	637.000,19	0,09	77.150.960,67	2,75		
Judiciário	79.274.105,92	6,60	16.772.176,61	1,93	5.465.740,74	0,74	101.512.023,27	3,61		
Ministério Público	40.232.622,08	3,35	9.818.487,53	1,13	489.276,25	0,07	50.540.385,86	1,80		
TOTAL	1.201.953.663,12	100,00	871.214.128,37	100,00	735.299.013,49	100,00	2.808.466.804,98	100,00		
2005										
PODER	PESSOAL			CUSTEIO			CAPITAL			TOTAL
		%		%		%		%		
Executivo	766.692.438,02	85,66	764.126.742,03	95,76	800.938.342,71	98,53	2.331.757.522,76	93,05		
Legislativo	50.567.007,73	5,65	15.517.486,53	1,94	1.209.598,17	0,15	67.294.092,43	2,69		
Judiciário	49.405.635,49	5,52	10.257.571,19	1,29	6.480.227,18	0,80	66.143.433,86	2,64		
Ministério Público	28.375.224,57	3,17	8.086.314,23	1,01	4.219.182,27	0,52	40.680.721,07	1,62		
TOTAL	895.040.305,81	100,00	797.988.113,98	100,00	812.847.350,33	100,00	2.505.875.770,12	100,00		
PODER	PESSOAL			CUSTEIO			CAPITAL			
	2005	2006	%	2005	2006	%	2005	2006	%	
Executivo	766.692.438,02	1.021.861.931,30	33,28	764.126.742,03	828.694.507,57	8,45	800.938.342,71	728.706.996,31	-9,02	
Legislativo	50.567.007,73	60.585.003,82	19,81	15.517.486,53	15.928.956,66	2,65	1.209.598,17	637.000,19	-47,34	
Judiciário	49.405.635,49	79.274.105,92	60,46	10.257.571,19	16.772.176,61	63,51	6.480.227,18	5.465.740,74	-15,66	
Ministério Público	28.375.224,57	40.232.622,08	41,79	8.086.314,23	9.818.487,53	21,42	4.219.182,27	489.276,25	-88,40	
TOTAL	895.040.305,81	1.201.953.663,12	34,29	797.988.113,98	871.214.128,37	9,18	812.847.350,33	735.299.013,49	-9,54	

QUADRO 22 - Resumo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2005	% PART	2006	% PART	% 2006/2005
PESSOAL	895.040.305,81	35,72	1.201953.663,12	42,80	34,29
CUSTEIO	797.988.113,98	31,84	871.214.128,37	31,02	9,18
CAPITAL	812.847.350,33	32,44	735.299.013,49	26,18	-9,54
TOTAL	2.505.875.770,12	100,00	2.808.466.804,98	100,00	12,08

A Execução da despesa, no exercício de 2006, apresentou uma maior aplicação de recursos em pessoal e encargos, apresentando um percentual nominal de 42,80%. Em seguida, o gasto com o custeio foi de 31,02% e com capital que revelou um índice de 26,18%. Em relação ao biênio 2005/2006, observou-se resultados adversos, como as despesas com pessoal e encargos que registraram um aumento considerável de 34,29% e despesa com custeio 9,18%, enquanto os gastos com Capital apresentaram uma redução de 9,54%.

A aplicação dos recursos orçamentários, no exercício de 2006, importou em R\$ 2.808.466.804,98 sendo que, 91,84% destes recursos ficaram com o poder executivo. O Legislativo aplicou 2,75% , o Judiciário participou com 3,61% e o Ministério Público 1,80%.

As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um incremento nominal de 34,29% entre os exercícios de 2005 e 2006, e, em comparação com o total das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, com relação a despesa total, passou de 35,72 em 2005 para 42,80% em 2006.

O grande volume das despesas com pessoal e encargos concentra-se no âmbito do Poder Executivo. No período de 2005 e 2006. No poder Judiciário, o aumento da despesa, no mesmo período, foi superior em 60%, seguido o Ministério Público, com 41%, Poder Executivo, 33% e por último o Poder Legislativo que registrou um aumento nominal de 19%.

QUADRO 23 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal em relação a RCL

PODERES	DESPEZA DE PESSOAL		% Gasto com pessoal/ RCL 2006	Limite Máximo da LRF	Limite Prudencial	Evolução da Despesa 2005 / 2006
	2005	2006				
Executivo	766.692.438,02	1.021.861.931,30	42,29	49,00%	46,55%	33,28%
Legislativo	50.567.007,73	60.585.003,82	2,51	3,00%		19,81%
Judiciário	49.405.635,49	79.274.105,92	3,28	6,00%		60,46%
Ministério Público	28.375.224,57	40.232.622,08	1,66	2,00%		41,79%
TOTAL	895.040.305,81	1.201.953.663,12	49,74	60,00%		34,29%

Em relação ao limite legal e prudencial para o Poder Legislativo, cumpre destacar que os gastos com pessoal do Tribunal de Contas do Estado excedeu o limite prudencial de 95%, sujeitando-se, assim, às consequências de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUADRO 24 – Demonstrativo dos Limites do Tribunal de Contas do Estado

DESPEZA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total de Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	28.520.231,48	1,18%
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – 1,22%	29.480.334,94	1,22%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – 1,16%	28.030.482,40	1,16%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	241.488,98	

FONTE – Secretaria da Fazenda – RCL / Contabilidade-Balacente/Coofi

As despesas com pessoal e encargos sociais no exercício de 2006, mesmo registrando um aumento significativo de 34,29%, manteve o limite da Lei Complementar nº 101/2000, artigo 20, inciso II, que determina: os estados não excederam o limite de 60% da Receita Corrente Líquida - RCL com as despesas de

peçoal ativo, inativo e pensionista. No exercício em análise, a aplicação com Peçoal e encargos comprometeu apenas 49,74% da RCL, ficando com uma margem positiva do limite legal de 10,26%.

QUADRO 25 - Demonstrativo da Despesa de Peçoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2006

ESPECIFICAÇÃO	2006
Despesa de Peçoal	1.019.658.557,84
Peçoal Ativo	964.474.383,79
Peçoal Inativo e Pensionistas	64.497.916,25
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	9.313.742,20
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	39.936,05
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	2.163.437,41
(-) Inativos com Recursos Vinculados	7.110.368,74
Repasse Previdenciário ao Regime Próprio de Previdência Social	60.402.944,86
Contribuições Patronais	60.402.944,86
Despesa Líquida de Peçoal (B)	1.080.061.502,70
Percentuais	
% do Total da Despesa de Peçoal sobre a Receita Corrente Líquida – RCL (B/A)	44,70
Limite Legal	49,00%
Limite Prudencial	46,55%

FONTE – Volume II Balço Geral do Estado - fls. 705 e 716

Os gastos com peçoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **44,70%** da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite legal de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

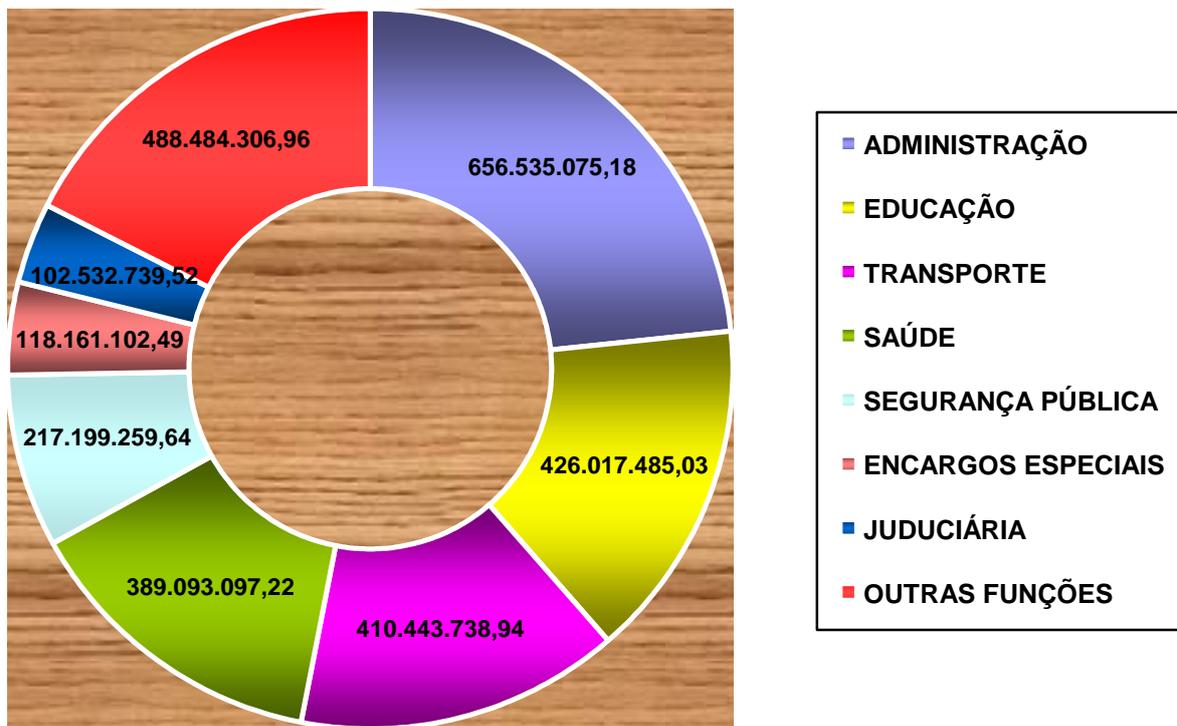
QUADRO 26 - Demonstrativo das Despesas Executadas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.006	2.006
ADMINISTRAÇÃO	656.535.075,18	23,38
EDUCAÇÃO	426.017.485,03	15,17
TRANSPORTE	410.443.738,94	14,61
SAÚDE	389.093.097,22	13,85
SEGURANÇA PÚBLICA	217.199.259,64	7,73
ENCARGOS ESPECIAIS	118.161.102,49	4,21
JUDICIÁRIA	102.532.739,52	3,65
PREVIDÊNCIA SOCIAL	88.410.419,92	3,15
AGRICULTURA	75.928.500,28	2,70
LEGISLATIVA	71.837.192,38	2,56
ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.475.361,52	1,83
ESSENCIAL À JUSTIÇA	50.715.037,66	1,81
COMUNICAÇÕES	29.448.555,86	1,05
URBANISMOS	23.642.968,79	0,84

DESPORTO E LAZER	18.949.375,32	0,67
CULTURA	17.555.257,84	0,63
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.712.114,83	0,49
HABITAÇÃO	13.523.687,24	0,48
ENERGIA	8.431.556,27	0,30
SANEAMENTO	6.888.450,39	0,25
GESTÃO AMBIENTAL	5.931.946,19	0,21
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.466.911,29	0,12
DIREITOS DA CIDADANIA	2.806.367,14	0,10
TRABALHO	2.350.996,78	0,08
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.969.326,29	0,07
INDÚSTRIA	1.440.280,97	0,05
TOTAL	2.808.466.804,98	100,00

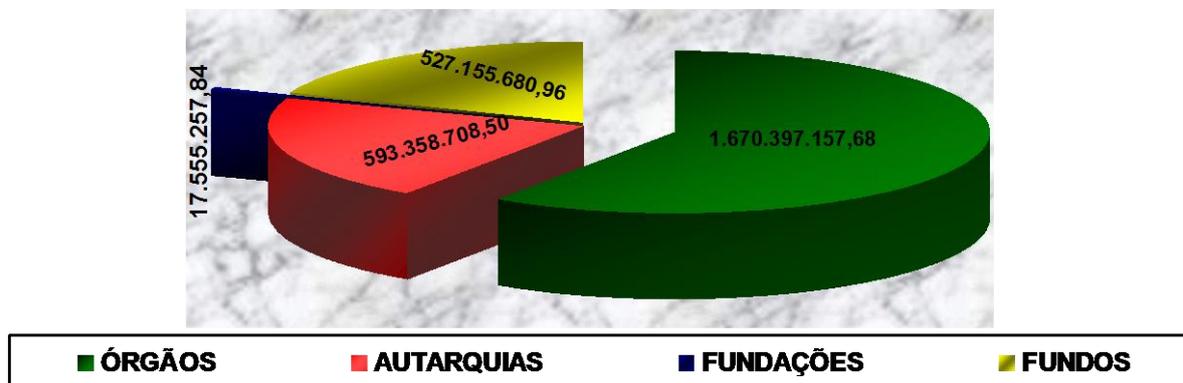
FONTE – Balço Geral do Estado – Volume II , fls. 699 a 704

GRÁFICO 01 – Despesas por Função de Governo



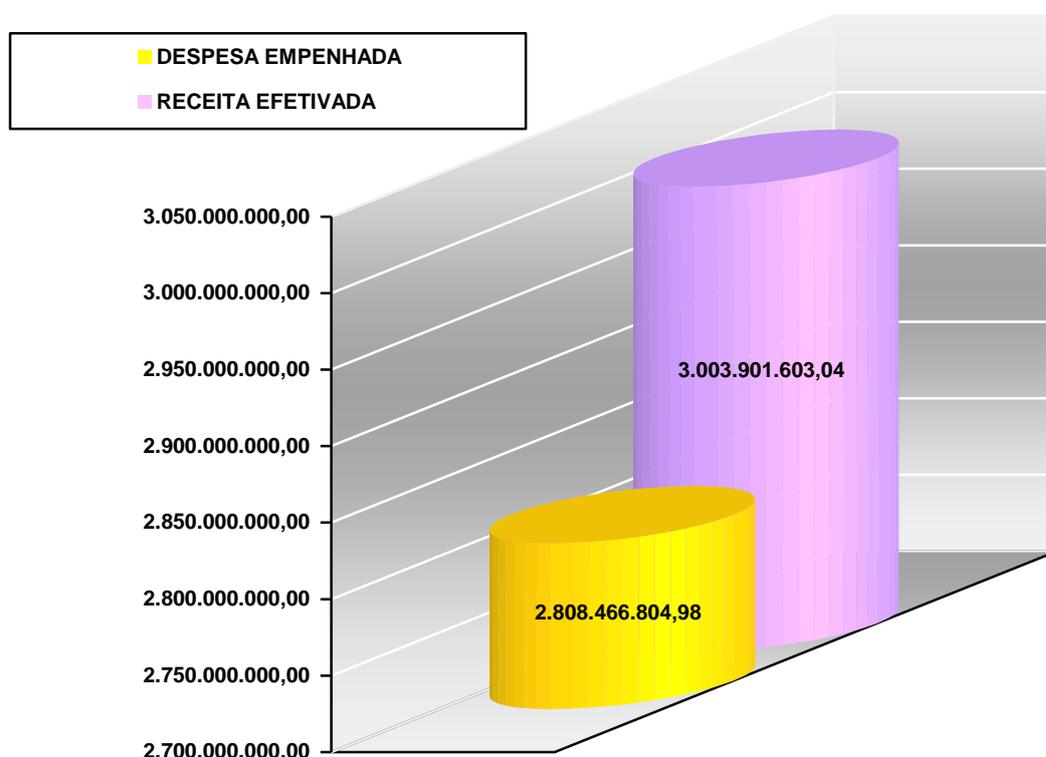
Observa-se que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Administração com **R\$ 656.535.075,18**; b) Educação com **426.017.485,03**; c) Transporte com **R\$ 410.443.738,94**, d) Saúde com **R\$ 389.093.097,22**.

GRÁFICO 02 – Despesas Orçamentárias por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundacional) e Fundos



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.º 02. Destacam-se as Fundações com a menor consignação orçamentária de apenas **0,63%** do orçamento geral do Estado e os Órgãos que detêm a maior parcela orçamentária equivalente a **59,48%**.

GRÁFICO 03 - Cumprimento de Metas Fiscais



O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, com um **superavit orçamentário** de **6,96%** equivalente a **R\$ 195.434.798,06**, inferior em **12,81%** ao apurado no exercício anterior com base na receita efetivada e na despesa empenhada e nos princípios de racionalidade dos

gastos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, orçamento, finanças e controle.

QUADRO 27 – Demonstrativo das Despesas Primárias Líquidas

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	
	EM 2006	EM 2005
DESPESAS CORRENTES (I)	2.073.167.791,49	1.693.028.419,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	27.166.149,82	31.915.984,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	2.046.001.641,67	1.661.112.435,25
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	735.299.013,49	812.847.350,33
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	18.630.448,56	16.322.569,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	90.994.952,67	93.910.986,15
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	625.673.612,26	702.613.794,61
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VIII) = (III + VII)	2.671.675.253,93	2.363.726.229,86
RESULTADO PRIMÁRIO (VIII) (VIII) = (VII QUADRO 16 - VIII QUADRO 27)	120.765.037,79	188.983.764,87
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2006		10.169.000,00

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

No campo da despesa, também merece destaque o parâmetro **Resultado Primário** que tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado em honrar os compromissos assumidos com o serviço da dívida, apurado em valor positivo de **R\$ 188.983.764,87**, que superou, em 1.758,43%, o valor de R\$ 10.169.000,00, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os limites constitucionais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, devendo, por está razão, ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas.

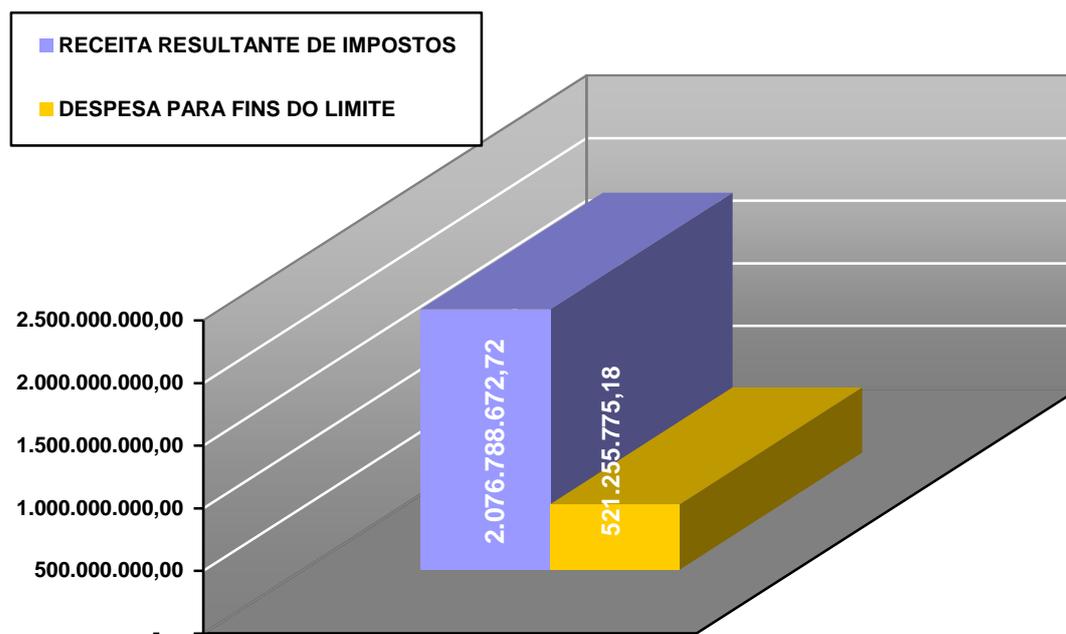
O Governo do Estado superou os percentuais mínimos estabelecidos na Constituição Federal para aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme demonstração abaixo:

QUADRO 28 - Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2005/2006

ESPECIFICAÇÃO	2006	2005	% 2006/2005
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	2.076.788.672,72	1.951.162.527,07	6,44%
Aplicação na Educação	521.074.677,28	488.518.791,64	6,66%
% de Aplicação Realizada	25,09%	25,04%	
LIMITE CONSTITUCIONAL	25,00%	25,00%	

A aplicaço de recursos na ária de educaço foi de 6,66% em relaço 2005 e 2006. Essa evoluço acompanhou o crescimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais que apresentou um aumento nominal de 6,44%. A aplicaço na ária de educaço atendeu ao Limite determinado na Constituço federal de 1988, em seu art. 212, que é de 25% da receita resultante de impostos. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 25,09%, equivalente a R\$ 521.074.677,28.

GRÁFICO 04 – Limite de Despesas com Educaço e Cultura



De acordo com o gráfico acima, o gasto no valor de R\$ 521.255.775,18, correspondente a 25,09% da receita resultante de impostos, superou o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituço Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

QUADRO 29 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2005/2006

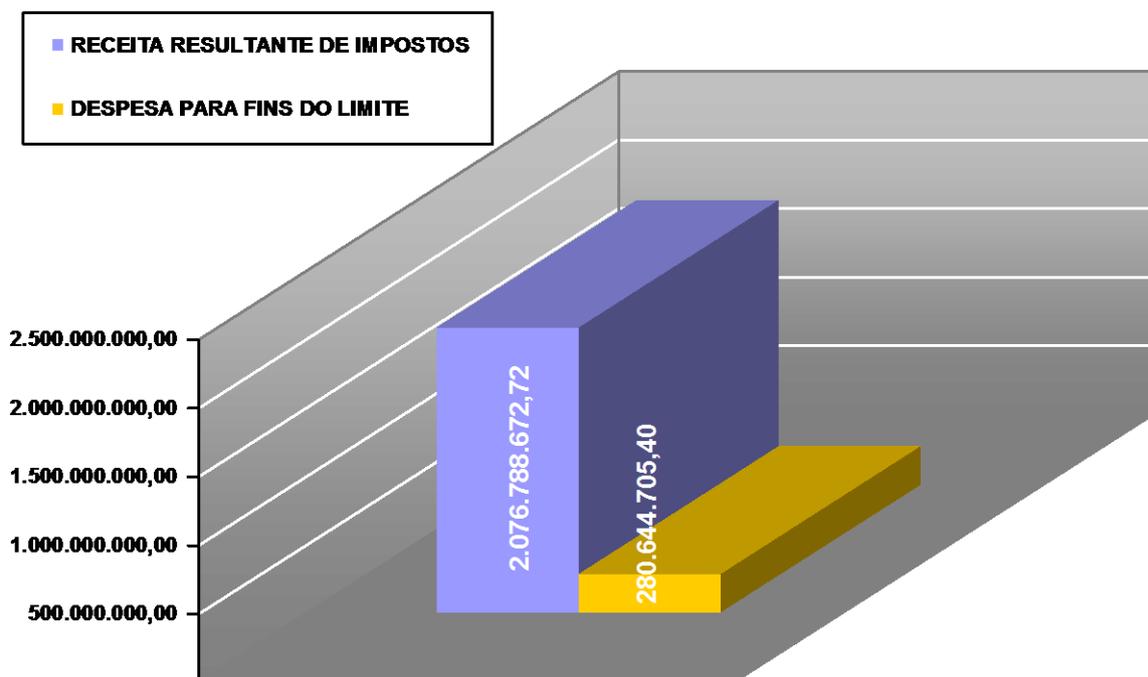
ESPECIFICAÇÃO	2006	2005	% 2006/2005
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	2.076.788.672,72	1.951.162.528,07	6,44%
Aplicaço na Saúde	280.644.705,40	235.063.789,91	19,39%
% de Aplicaço Realizada	13,51%	12,05%	
LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00%	12,00%	

A Emenda Constitucional nº 29, no art. 77, determina a aplicaço de recursos mínimos nas ações e serviços de saúde de 12%. A aplicaço nos serviços de saúde representou 13,51% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, com uma vantagem de 1,51% nos resultados obtidos.

Em relaço ao período 2005 e 2006, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evoluço de 6,44%,

resultado que contribuiu também com o crescimento das aplicaões no setor saúde que cresceu em 19,39%.

GRÁFICO 05 – Limite de Despesas com Saúde



Em relação à Saúde, o gasto de R\$ 280.644.705,40, correspondente a 13,51 da receita corrente líquida, superou o índice de 12% determinado pelo § 1º do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos e pagamentos de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentários e ativos, passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 30 – Resumo Financeiro da Receita e Despesas em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	3.003.901.603,04	ORÇAMENTÁRIA	2.808.466.804,98
CORRENTES	2.696.433.511,56	CORRENTES	2.073.167.791,49
CAPITAL	307.468.091,48	CAPITAL	735.299.013,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.549.654.236,42	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.603.858.438,38
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	937.392.823,90	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.078.623.420,00
TOTAL	7.490.948.663,36	TOTAL	7.490.948.663,36

FONTE – Balço Financeiro - Volume I , fl. 185 e Demonstração de Variações Patrimoniais – Volume I, fl. 190 - Geral do Estado.

QUADRO 31 - Resumo da Receita – Despesas em Valores Percentuais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	40,10	ORÇAMENTÁRIA	37,49
CORRENTES	36,00	CORRENTES	27,68
CAPITAL	4,10	CAPITAL	9,82
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47,39	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	48,11
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	12,51	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	14,40
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

FONTE – Balço Financeiro - Volume I , fl. 185 e Demonstração de Variações Patrimoniais – Volume I, fl. 190 - Geral do Estado.

O Balço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **40,10%** de receita orçamentária, **47,39%** de receita extra-orçamentária e **12,51%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos orçamentários alcançou percentual de **37,49%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **48,11%**. A Despesa Orçamentária se desdobra em Despesas Correntes – **27,68%** - e Despesas de Capital – **9,82%** da despesa total.

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial registra e controla os bens móveis, imóveis, créditos, obrigações, valores, movimento de almoxarifado, inscrição e baixa de ativos e passivos, incorporações e desincorporações de bens independentes da execução orçamentária, bem como superveniências e insubsistências ativas e passivas. Ela também mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir:

2.3.1.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

QUADRO 32 - Resumo dos Valores Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	942.924.177,15	1.088.265.632,04	PASSIVO FINANCEIRO	140.984.546,71	81.776.867,01
DISPONÍVEL	326.493.928,63	189.264.873,71	DÍVIDA FLUTUANTE	140.984.546,71	81.776.867,01
REALIZÁVEL	616.430.248,52	899.000.758,33	PASSIVO PERMANENTE	688.106.294,59	643.072.910,05
PERMANENTE	1.298.396.841,16	1.504.433.175,04	SOMA DO PASSIVO REAL	829.090.841,30	724.849.777,06
SOMA DO ATIVO REAL	2.241.321.018,31	2.592.698.807,08	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.412.230.177,01	1.867.849.030,02
ATIVO COMPENSADO	733.177.795,79	1.565.844.740,48	PASSIVO COMPENSADO	733.177.795,79	1.565.844.740,48
TOTAL	2.974.498.814,10	4.158.543.547,56	TOTAL	2.974.498.814,10	4.158.543.547,56

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 189

Chama atenção o crescimento de **32,26%** no ativo real líquido (**1.867.849.030,02**), em relação ao apurado no exercício de 2005 (**1.412.230.177,01**). Esse crescimento é ainda mais significativo se comparado ao exercício de 2004 (**770.365.155,31**), elevando o percentual para **83,32%**, aspecto que teve como fator principal o rígido controle na incorporação de bens nas contas do ativo permanente e a redução do passivo, contribuindo sobremaneira para a saúde financeira do Estado.

QUADRO 33 – Resumo dos Valores Patrimoniais em Percentuais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO (I)	42,07	41,97	PASSIVO FINANCEIRO	6,29	3,15
DISPONÍVEL	14,57	7,30	PASSIVO PERMANENTE	30,7	24,80
REALIZÁVEL	27,5	34,67	SOMA DO PASSIVO REAL (I)	63,01	27,96
ATIVO PERMANENTE (II)	57,93	58,03	ATIVO REAL LÍQUIDO (II)	36,99	72,04
TOTAL DO ATIVO REAL (I + II)	100	100	TOTAL PASSIVO (I + II)	100	100

FONTE: Balço Geral do Estado - VOLUME I, fl 189

Obs.: 1 - neste resumo não foi considerado o ativo e passivo compensado

2 – o total do passivo é resultado da soma dos percentuais do passivo financeiro, passivo permanente e ativo real líquido.

O demonstrativo acima evidencia a composição patrimonial comparativa do exercício de 2006 em relação a 2005 com base no Ativo Permanente. Destaca-se a queda da Dívida Flutuante em 6,29%, em 2005, para 3,15%, em 2006 e também redução da Dívida Fundada de 30,70% em 2005, para 24,80% em 2006.

QUADRO 34 – Evolução Patrimonial/2006 - Tomando-se por Base o Exercício de 2005

ATIVO	% 2006/2005	PASSIVO	% 2006/2005
ATIVO FINANCEIRO	15,41	PASSIVO FINANCEIRO	-42,00
DISPONÍVEL	-42,03	PASSIVO PERMANENTE	-6,54
REALIZÁVEL	45,84	SOMA DO PASSIVO REAL	-12,57
PERMANENTE	15,87	ATIVO REAL LÍQUIDO	32,26

FONTE – Balço Geral do Estado – Volume I, fl. 189

Esse quadro demonstra os percentuais de crescimento patrimonial de 2006 em relação a 2005 do Balço Geral do Estado

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, acordos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, nos termos da Lei nº 4.320/64, art. 122.

É classificada como consolidada quando representa o somatório das obrigações financeiras assumidas com vencimento superior a doze meses.

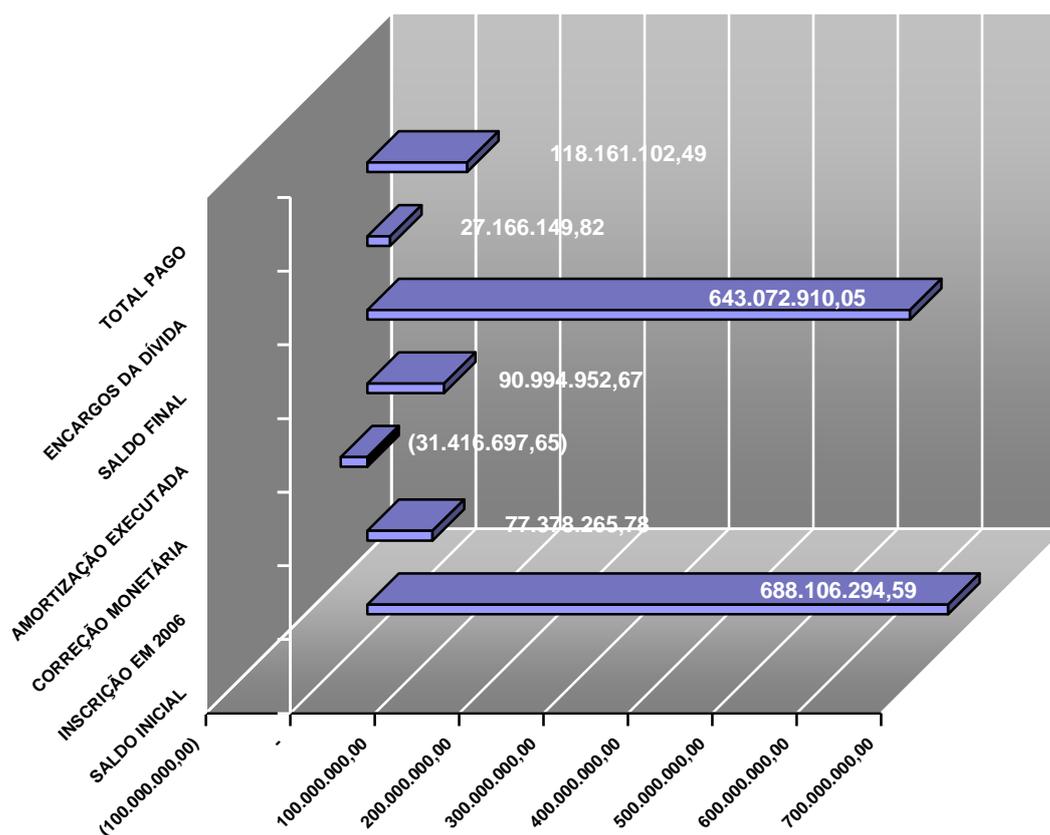
O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 40.

QUADRO 35 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2005 e 2006

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2005		ANO DE 2006		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL	
RCL	2.268.409.726,60	-	2.416.420.896,63	-	-
Dívida Consolidada Líquida	312.979.387,13	13,80	308.143.763,43	12,75	200%
Operações de Crédito	13.545.912,70	0,60	75.101.891,26	3,11	16%

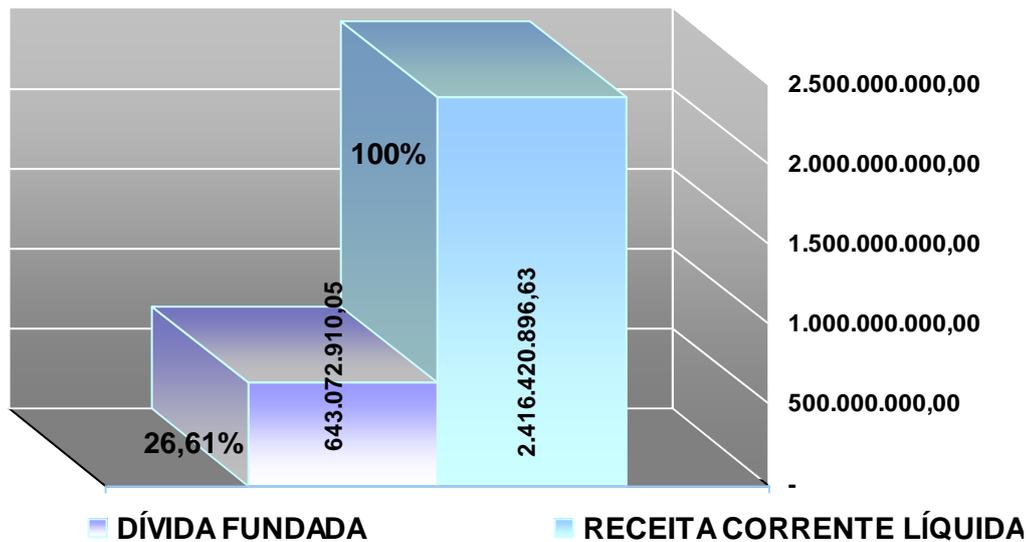
Conforme demonstrado, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação a dívida consolidada e operações de crédito, uma vez que a dívida atingiu 12,75% em relação a receita corrente líquida que tem como parâmetro máximo um percentual de 200%, enquanto as operações atingiram 3,11% de um total cujo o limite é de 16%.

GRÁFICO 06 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos



No exercício de 2006 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico 06, perfazem a quantia de **R\$ 118.161.102,49**, equivalente a **6,01%** dos gastos com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R\$ 643.072.910,05**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 07 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.º 07 demonstra percentual de 26,61 da Dívida Fundada sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

A Dívida Pública se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, acordos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, nos termos da Lei nº 4.320/64, art. 122.

É classificada como dívida consolidada as obrigações financeiras assumidas com vencimento superior a 12 meses.

O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 40.

QUADRO 36 - Comparativo da Dívida Fundada

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006		Variação % 2006/2005
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	%	
Dívida Fundada Interna	246.799.762,21	228.244.505,62	35,49	-7,52%
Dívida Fundada Externa	441.306.532,38	412.552.029,91	64,15	-6,52%
Precatórios Exercícios Anteriores	-	2.276.374,52	0,35	0,00%
Total	688.106.294,59	643.072.910,05	100,00	-6,54%
Deduções	375.126.907,46	334.929.146,62	-	-
Total	312.979.387,13	308.143.763,43	-	-
Receita Corrente Líquida	2.268.409.726,60	2.416.420.896,63	100	-
Limite de Comprometimento Permitido	4.536.819.453,20	4.832.841.793,26	200	-
Dívida Consolidada Líquida	312.979.387,13	308.143.763,43	12,75	-



No exercício de 2006 a Dívida Fundada do Estado apresentou um saldo no valor de R\$ 643.072.910,05, em que 35,49% representa a Dívida Fundada Interna; 64,15%, Dívida Fundada Externa e 0,35% da composição da dívida representado pelos Precatórios.

QUADRO 37 – Demonstrativo da Dívida Interna e Externa

Composição da Dívida	2005			2006			Variação % 2006/2005
	interna	externa	total	interna	externa	total	
Inscrição	1.586.509,45	11.959.403,25	13.545.912,70	2.276.374,52	75.101.891,26	77.378.265,78	471,23
Atualização Monetária	9.499.395,24	-96.157.505,75	-86.658.110,51	7.593.933,82	-39.010.631,47	-31.416.697,65	(63,75)
Amortização	23.468.361,80	74.640.371,85	98.108.733,65	26.149.190,41	64.845.762,26	90.994.952,67	(7,25)
TOTAL	34.554.266,49	-9.557.730,65	24.996.535,84	36.019.498,75	100.937.022,05	136.956.520,80	447,90

Observa-se uma redução de 6,54% em relação ao total da dívida, exercícios 2005 e 2006, demonstrada no quadro nº 36. Nota-se, ainda, que a amortização apresentou percentual menor em 7,25%, (quadro nº 37) valor que representa o pagamento realizado pelo Estado para honrar os compromissos firmados com as entidades de créditos, perfazendo um total de R\$ 90.994.952,67.

QUADRO 38 – Demonstrativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2005			2006			Variação % 2006/2005
	interna	externa	total	interna	externa	total	
Juros e Encargos da Dívida	10.572.324,78	21.343.659,76	31.915.984,54	10.037.585,65	17.128.564,17	27.166.149,82	(14,88)
Amortização	23.468.361,80	74.640.371,85	98.108.733,65	26.149.190,41	64.845.762,26	90.994.952,67	(7,25)
TOTAL	34.040.686,58	95.984.031,61	130.024.718,19	36.186.776,06	81.974.326,43	118.161.102,49	(9,12)

As operações de créditos já contratadas e a contratar corresponderam a 3,11% da Receita Corrente Líquida, atendendo a Resolução nº 43 do Senado Federal, art. 7º, inc. II que determina como limite o percentual de 11,5 para tais contratações.

QUADRO 39 – Situação dos Restos a Pagar da Dívida Flutuante

Ano	Processados				Não Processados				Total
	(*) Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2005	71.852.957,02	2.967.942,68	68.863.436,82	21.577,52	46.413.593,75	2.399.298,86	44.014.294,89	0,00	118.266.550,77
2006	47.876.918,23	0,00	0,00	0,00	25.476.921,93	0,00	0,00	0,00	73.353.840,16
2006/2005	-33,37%				-45,11%				-37,97%

Obs.: (*) em 2006: inscritos mais o saldo anterior.

Os restos a pagar processados e não processados inscritos apresentaram uma redução nominal de 33,37%, bastante significativa entre os exercícios 2005 e 2006.

Em dezembro de 2005, existia um saldo de R\$ 118.266.550,77 de restos a pagar inscritos, dos quais 60,75% eram processados e 39,25% não processados. O resto a pagar inscrito processado importou em R\$ 71.852.957,02, desse valor 4,13% foi cancelado, 95,84% pagos e 0,03% pendentes de pagamentos.

Em 2006, os restos a pagar inscritos mais o saldo anterior apresentaram um volume de R\$ 73.353.840,16, em que 65,27% referem a restos a pagar processados e 34,73% não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2007.

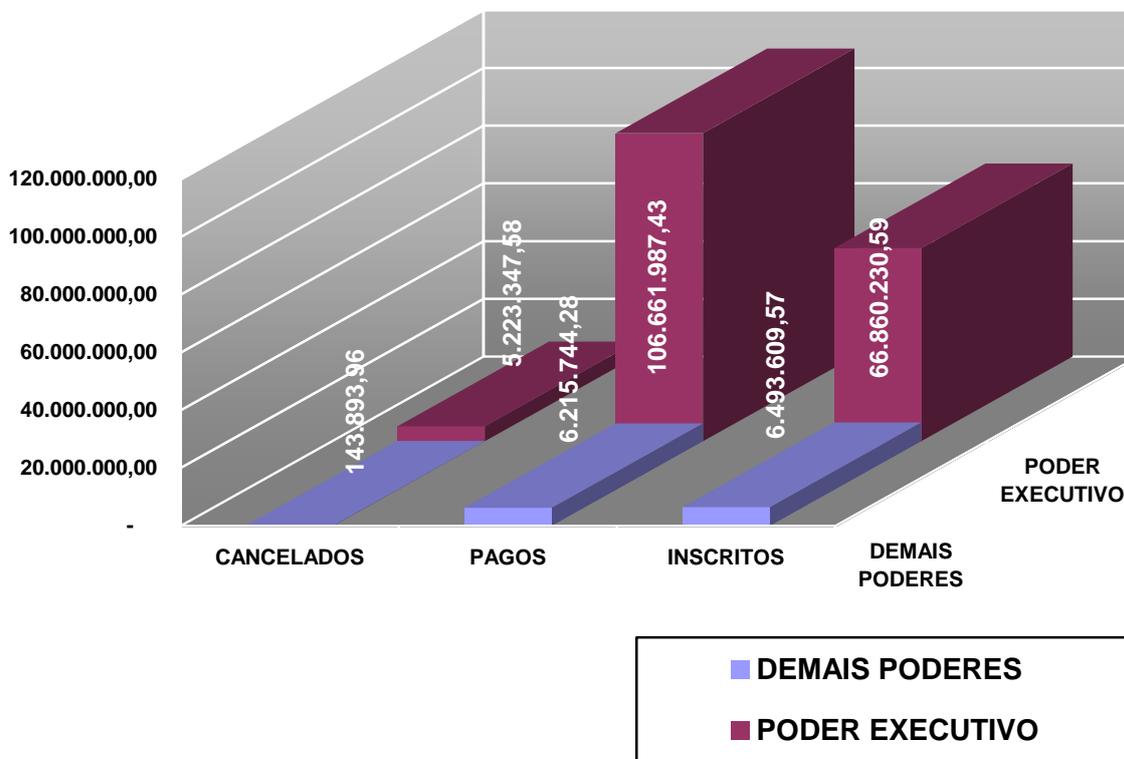
Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada nos artigos 36 e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, bem como nos artigos 66 da Lei Estadual nº 1.731/06, respectivamente transcritos a seguir:

“Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 66 – Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar do exercício de 2006 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até em 31 de dezembro do referido exercício, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou se verifique até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, ressalvado o regulamento específico do Poder Estadual Estadual.”

GRÁFICO 08 - Execução de Restos a Pagar em 2006



Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.º 08, estão assim detalhados:

- a) **R\$ 118.244.973,25** representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2005, assim discriminados: no Poder Executivo – **R\$ 111.885.335,01**; nos demais Poderes **R\$ 6.359.638,24** (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, fl. 662 e 709).
- b) **R\$ 112.877.731,71** foram pagos e o saldo restante cancelado no exercício de 2006; (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, 709).
- c) **R\$ 73.353.840,16** representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2006 e o saldo remanescente de 2005 (fonte: Balço Geral do Estado Volume II, fls. 662 e 709).

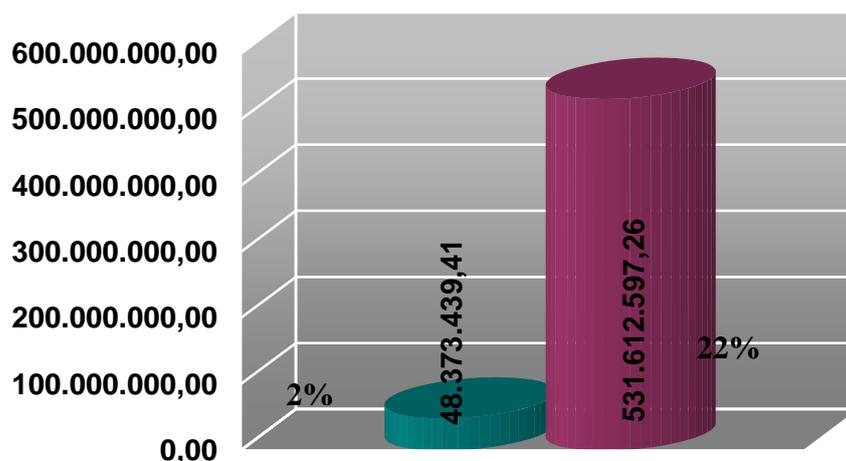
QUADRO 40 - Demonstrativo da Dívida reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	51.687.376,00	50.370.544,50	97,45	24,14	1.316.831,50
Pessoal e Encargos Sociais	2.369.476,00	2.259.279,11	95,35	1,08	110.196,89
Outras Despesas Correntes	49.317.900,00	48.111.265,39	97,55	23,06	1.206.634,61
Despesas de Capital	161.457.760,00	158.259.523,26	98,02	75,86	3.198.236,74
Investimentos	161.457.760,00	158.259.523,26	98,02	75,86	3.198.236,74
TOTAL	213.145.136,00	208.630.067,76	97,88	100	4.515.068,24

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 258 a 446.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.º 40, no total **R\$ 208.630.067,76**, corresponde aos percentuais de **24,14%** com despesas correntes e de **75,86%** com despesas de capital.

GRÁFICO 09 – Garantias prestadas pelo Estado



■ GARANTIAS PRESTADAS

■ LIMITE DE GARANTIAS

O Gráfico n.º 09 demonstra percentual de 2% das Garantias Prestadas sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável considerando o limite de 22% definido por Resolução do Senado Federal.

O conceito legal de garantias e contragarantias, nos termos da LRF, art. 29, inciso IV, consiste em compromisso de adimplência, que poderá ser de duas naturezas: financeira ou contratual, assumido por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

QUADRO 41 – Comparativo das Garantias e Contragarantias – 2005 e 2006

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	% 2006/2005
GARANTIAS (A)	44.629.784,56	48.373.439,41	8,39%
Aval ou Fiança em Operação de Crédito			
Externas	0,00	0,00	0%
Internas	44.629.784,56	48.373.439,41	8,39%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (B)	2.268.409.726,60	2.416.420.896,63	6,52%
% das Garantias sobre a RCL (A/B)	1,97%	2,00%	1,52%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	22,00%	22,00%	-
CONTRAGARANTIAS	-	-	-
Aval ou Fiança em operação de crédito	-	-	-
Externas	-	-	-
Internas	-	-	-
TOTAL			

Em atendimento a LRF, art. 55, inciso I, registram-se as garantias concedidas nos exercícios 2005 e 2006, observando-se um aumento nas garantias concedidas de 8,39%, de modo que essa variação crescente acompanha o aumento da Receita Corrente Líquida em 6,52%.

Ressalte-se, ainda, que o Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, art. 52, inciso VIII, tem competência privativa para dispor sobre limites e condições para concessão de garantias em operação de crédito externo e interno.

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de créditos, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

QUADRO 42 – Comparativo dos Empréstimos, Financiamentos e Limite para Operações de Créditos – 2005 e 2006

Empréstimos e Financiamentos	2005	2006	% 2006/2005
Operações de Crédito	13.545.912,70	75.101.891,26	454,42%
Internas	1.586.509,45	-	0%
Externas	11.959.403,25	75.101.891,26	527,97%
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	13.545.912,70	75.101.891,26	454,42%
Despesas de Capital (Teto inciso III do artigo 167, CF)	812.847.350,33	735.299.013,49	-9,5403%
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	2.268.409.726,60	2.416.420.896,63	6,52%
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL (A/B)	0,60%	3,11%	-
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16,00%	16,00%	-

Segundo a LRF, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

O limite de 16% sobre a RCL é determinado pela resolução do Senado Federal nº 43, art. 7.

As informações acima registradas, referentes o exercício de 2006, demonstram que não ocorreu operações de crédito internas e que as operações de crédito externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inc. III, c/c a LRF, embora tenha havido elevação das Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, comparada ao exercício anterior.

2.3.1.2 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

2.3.1.2.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

QUADRO 43 – Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	274.514.126,76	240.243.364,51	PASSIVO FINANCEIRO	108.849.168,87	67.597.570,36
DISPONÍVEL	177.552.431,36	83.337.259,46	DÍVIDA FLUTUANTE	108.849.168,87	67.597.570,36
REALIZÁVEL	96.961.695,40	156.906.105,05	PASSIVO PERMANENTE	666.494.407,61	622.057.393,87
PERMANENTE	1.120.825.939,42	1.136.930.470,58	SOMA DO PASSIVO REAL	775.343.576,48	689.654.964,23
SOMA DO ATIVO REAL	1.395.340.066,18	1.377.173.835,09	ATIVO REAL LÍQUIDO	619.996.489,70	687.518.870,86
ATIVO COMPENSADO	488.685.391,25	1.266.310.624,61	PASSIVO COMPENSADO	488.685.391,25	1.266.310.624,61
TOTAL	1.884.025.457,43	2.643.484.459,70	TOTAL	1.884.025.457,43	2.643.484.459,70

FONTE - Balço Geral do Estado - Volume V, fl. 1382

O demonstrativo constante do Quadro n.º 43 evidencia em 2006, em relação ao exercício de 2005, a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas estão assim detalhadas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 6,05%;
- b) Ativo Realizável – 11,39%;
- c) Ativo Permanente – 82,56%;

II – Passivo:

- a) da Dívida Flutuante – 4,91%;
- b) Passivo Permanente – 45,17%;

c) Ativo Real Líquido – 49,92%.

A situação líquida em 2005 era de R\$ 619.996.489,70, revelando em 2006 uma melhora no resultado com crescimento de 10,89% que representa um valor de R\$ 687.518.870,86.

2.3.1.2.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS AUTARQUIAS DO ESTADO

QUADRO 44 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	77.773.001,05	72.793.215,06	PASSIVO FINANCEIRO	1.265.494,61	3.198.783,89
DISPONÍVEL	50.017.293,97	49.091.024,57	DÍVIDA FLUTUANTE	1.265.494,61	3.198.783,89
REALIZÁVEL	27.755.707,08	23.702.190,49	PASSIVO PERMANENTE	7.779.506,04	7.564.833,87
PERMANENTE	103.937.447,96	237.036.294,16	SOMA DO PASSIVO REAL	9.045.000,65	10.763.617,76
SOMA DO ATIVO REAL	181.710.449,01	309.829.509,22	ATIVO REAL LÍQUIDO	172.665.448,36	299.065.891,46
ATIVO COMPENSADO	131.685.174,38	171.881.885,10	PASSIVO COMPENSADO	131.685.174,38	171.881.885,10
TOTAL	313.395.623,39	481.711.394,32	TOTAL	313.395.623,39	481.711.394,32

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume VI, fl.1620.

O Quadro de n.º 44 evidencia a situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 15,84%, Realizável 7,65% e no Ativo Permanente – 76,51; e originada em Dívida Flutuante – 1,03%, Passivo Permanente – 2,44% e Ativo Real Líquido – 96,53%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 128,06% no Ativo Permanente.

2.3.1.2.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS FUNDAÇÕES DO ESTADO

QUADRO 45 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	271.701,97	195.455,16	PASSIVO FINANCEIRO	758.405,68	1.517.762,84
DISPONÍVEL	269.649,22	192.757,41	DÍVIDA FLUTUANTE	758.405,68	1.517.758,16
REALIZÁVEL	2.052,75	2.697,75	PASSIVO PERMANENTE	-	0
PERMANENTE	7.814.436,78	8.028.532,90	SOMA DO PASSIVO REAL	758.405,68	1.517.762,84
SOMA DO ATIVO REAL	8.086.138,75	8.223.988,06	ATIVO REAL LÍQUIDO	7.327.733,07	6.706.225,22
ATIVO COMPENSADO	2.605.376,85	5.691.104,86	PASSIVO COMPENSADO	2.605.376,85	5.691.104,86
TOTAL	10.691.515,60	13.915.092,92	TOTAL	10.691.515,60	13.915.092,92

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume VI, fls. 1736

Este demonstrativo evidencia a situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 2,34% – Ativo Realizável – 0,03% - e Ativo Permanente – 97,62%; e originada em Dívida Flutuante – 18,46% – e Ativo Real Líquido – 81,54%.

No Ativo, houve redução de 28,52% no Disponível em relação ao ano anterior e acréscimo de 2,74% no Permanente. No Passivo, aconteceu elevação de 100,12% na Dívida Flutuante e decréscimo de 8,48% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.2.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS FUNDOS ESPECIAIS DO ESTADO

QUADRO 46 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	595.203.180,44	781.682.690,54	PASSIVO FINANCEIRO	34.941.974,80	16.111.843,15
DISPONÍVEL	98.654.554,08	56.643.832,27	DÍVIDA FLUTUANTE	34.948.646,44	16.111.843,15
REALIZÁVEL	496.548.626,36	725.038.858,27	PASSIVO PERMANENTE	13.832.380,94	13.450.682,31
PERMANENTE	65.819.017,00	122.437.877,40	SOMA DO PASSIVO REAL	48.781.691,56	29.562.525,46
SOMA DO ATIVO REAL	661.022.197,44	904.120.567,94	ATIVO REAL LÍQUIDO	612.240.505,88	874.558.042,48
ATIVO COMPENSADO	110.201.853,31	121.961.125,91	PASSIVO COMPENSADO	110.201.853,31	121.961.125,91
TOTAL	771.224.050,75	1.026.081.693,85	TOTAL	771.224.050,75	1.026.081.693,85

FONTE - Balço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1793

O Quadro de n.º 46 mostra a situação Patrimonial dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 6,27%, Ativo Realizável – 80,19% – e Ativo Permanente – 13,54%; e originada em Dívida Flutuante – 1,78%, Passivo Permanente – 1,49% e Ativo Real Líquido – 96,73%.

Em relação ao ano anterior o Disponível reduziu em 90,48% e o Realizável aumentou 21,81%. Já no Passivo houve redução de 53,90% na Dívida Flutuante e acréscimo de 42,85% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2005/2006 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

2.3.1.3.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER EXECUTIVO

QUADRO 47 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	941.113.014,60	1.087.081.389,63	PASSIVO FINANCEIRO	134.611.671,26	75.641.099,13
DISPONÍVEL	324.683.136,64	188.321.767,29	DÍVIDA FLUTUANTE	134.611.671,26	75.641.099,13
REALIZÁVEL	616.429.877,96	898.759.622,34	PASSIVO PERMANENTE	678.803.307,50	631.750.260,34
PERMANENTE	1.226.970.820,87	1.422.697.041,65	SOMA DO PASSIVO REAL	813.414.978,76	707.391.359,47
SOMA DO ATIVO REAL	2.168.083.835,47	2.509.778.431,28	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.354.668.856,71	1.802.387.071,81
ATIVO COMPENSADO	732.257.864,51	1.563.485.303,76	PASSIVO COMPENSADO	732.257.864,51	1.563.485.303,76

TOTAL	2.900.341.699,98	4.073.263.735,04	TOTAL	2.900.341.699,98	4.073.263.735,04
--------------	-------------------------	-------------------------	--------------	-------------------------	-------------------------

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 766

O Quadro n.º 47 evidencia em 2006, em relação ao exercício de 2005, a situação Patrimonial do Poder Executivo Estadual, cujos grupos de contas estão assim compostos:

I – Ativo:

- d) Disponível – 7,50%;
- e) Ativo Realizável – 35,81%;
- f) Ativo Permanente – 56,69%;

II – Passivo:

- d) da Dívida Flutuante – 3,01%;
- e) Passivo Permanente – 25,17%;
- f) Ativo Real Líquido – 71,81%.

A situação líquida em 2005 era de R\$ 1.354.668.856,71, revelando em 2006 uma melhora no resultado com crescimento de 33,05% que representa um valor de R\$ 1.802.387.071,81.

2.3.1.3.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 48 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	360.179,39	674.595,95	PASSIVO FINANCEIRO	2.199.998,16	2.056.656,44
DISPONÍVEL	359.979,93	434.581,95	DÍVIDA FLUTUANTE	2.199.998,16	2.056.656,44
REALIZÁVEL	199,46	240.014,00	PASSIVO PERMANENTE	5.680.192,05	5.523.449,63
PERMANENTE	22.542.356,66	22.955.420,16	SOMA DO PASSIVO REAL	7.880.190,21	7.580.106,07
SOMA DO ATIVO REAL	22.902.536,05	23.630.016,11	ATIVO REAL LÍQUIDO	15.022.345,84	16.049.910,04
ATIVO COMPENSADO	2.560,00	440.965,08	PASSIVO COMPENSADO	2.560,00	440.965,08
TOTAL	22.905.096,05	24.070.981,19	TOTAL	22.905.096,05	24.070.981,19

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1198

O demonstrativo acima evidencia em 2006, em relação ao exercício de 2005, a situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas estão assim compostos:

I – Ativo:

- g) Disponível – 1,84%;
- h) Ativo Realizável – 1,02%;
- i) Ativo Permanente – 97,15%;

II – Passivo:

- g) da Dívida Flutuante – 8,70%;
- h) Passivo Permanente – 23,37%;
- i) Ativo Real Líquido – 67,92%.

A situação líquida em 2005 era de R\$ 15.022.345,84, revelando em 2006 uma melhora no resultado com crescimento de 6,84%, o valor passando para R\$ 16.049.910,04. No Ativo, houve crescimento de 20,72% no Disponível e aumento de 120.231,90% no Realizável.

2.3.1.3.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 49 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	960.319,84	722.763,42	PASSIVO FINANCEIRO	2.436.279,89	3.421.001,21
DISPONÍVEL	812.817,26	363.162,34	DÍVIDA FLUTUANTE	2.436.279,89	3.421.001,21
REALIZÁVEL	147.502,58	359.601,08	PASSIVO PERMANENTE	2.735.298,87	2.659.819,45
PERMANENTE	29.011.922,98	38.764.599,99	SOMA DO PASSIVO REAL	5.171.578,76	6.080.820,66
SOMA DO ATIVO REAL	29.972.242,82	39.487.363,41	ATIVO REAL LÍQUIDO	24.800.664,06	33.406.542,75
ATIVO COMPENSADO	212.204,48	800.000,00	PASSIVO COMPENSADO	212.204,48	800.000,00
TOTAL	30.184.447,30	40.287.363,41	TOTAL	30.184.447,30	40.287.363,41

FONTE - Balço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1198

O resumo acima evidencia em 2006, em relação ao exercício de 2005, a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas estão assim distribuídos:

I – Ativo:

- j) Disponível – 0,92%;
- k) Ativo Realizável – 0,91%;
- l) Ativo Permanente – 98,17%;

II – Passivo:

- j) da Dívida Flutuante – 8,66%;
- k) Passivo Permanente – 6,74%;
- l) Ativo Real Líquido – 84,60%.

A situação líquida em 2005 era de R\$ 24.800.664,06, revelando em 2006 uma melhora no resultado com crescimento de 34,70%, o valor passando para R\$ 33.406.542,75. No Ativo, houve crescimento de 143,79% no Permanente e queda de 55,32 no Disponível.

2.3.1.3.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 50 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2005	2006	TÍTULO	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	638.165,90	146.484,12	PASSIVO FINANCEIRO	1.884.099,98	1.017.711,31
DISPONÍVEL	637.994,80	145.362,13	DÍVIDA FLUTUANTE	1.884.099,98	1.017.711,31
REALIZÁVEL	171,10	1.121,99	PASSIVO PERMANENTE	887.496,17	863.006,11
PERMANENTE	19.871.740,65	20.016.113,24	SOMA DO PASSIVO REAL	2.771.596,15	1.880.717,42
SOMA DO ATIVO REAL	20.509.906,55	20.162.597,36	ATIVO REAL LÍQUIDO	17.738.310,40	18.281.879,94
ATIVO COMPENSADO	705.166,80	1.118.471,64	PASSIVO COMPENSADO	705.166,80	1.118.471,64
TOTAL	21.215.073,35	21.281.069,00	TOTAL	21.215.073,35	21.281.069,00

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1304

O extrato acima evidencia em 2006, em relação ao exercício de 2005, a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão assim distribuídos:

- I – Ativo:
 - m) Disponível – 0,72%;
 - n) Ativo Realizável – 0,01%;
 - o) Ativo Permanente – 99,27%;
- II – Passivo:
 - m) da Dívida Flutuante – 5,05%;
 - n) Passivo Permanente – 4,28%;
 - o) Ativo Real Líquido – 90,67%.

A situação líquida em 2005 era de R\$ 17.738.310,40, revelando em 2006 uma melhora no resultado com crescimento de 3,06%, o valor passando para

R\$ 18.281.879,94. No Ativo, houve crescimento de 555,75% no Realizável e queda de 77,22% no Disponível.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.º 140/2005, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2006 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
QUADRO 51 – Programação Financeira – Fonte 000 – Exercício de 2006

RECEITAS PREVISTAS									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCIO 2005		%
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPE NHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPE NHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPE NHO
ICMS	362.795.002,46	338.509.235,73	93,31	781.798.993,00	720.282.196,77	92,13	1.144.593.995,46	1.058.791.432,50	92,50
IPVA	16.708.723,12	18.177.267,21	108,79	34.912.273,00	38.238.222,06	109,53	51.620.996,12	56.415.489,27	109,29
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	31.522.357,63	35.124.862,01	111,43	70.191.909,00	88.526.109,30	126,12	101.714.266,63	123.650.971,31	121,57
TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS	411.026.083,21	391.811.364,95	95,33	886.903.175,00	847.046.528,13	95,51	1.297.929.258,21	1.238.857.893,08	95,45
Receita de Contribuições	13.235,28	0,00	0,00	25.000,00		0,00	38.235,28	0,00	0,00
Receita Patrimonial	9.666.512,88	10.619.631,99	109,86	20.200.000,00	16.809.005,49	83,21	29.866.512,88	27.428.637,48	91,84
Receita de Serviço	11.185,56	31,00	0,28	31.000,00	361,60	1,17	42.185,56	392,60	0,93
Transferência Constitucionais (FPE)	709.776.963,07	652.786.506,75	91,97	1.377.413.990,00	1.433.902.316,41	104,10	2.087.190.953,07	2.086.688.823,16	99,98
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	3.738.877,99	6.673.493,32	178,49	12.059.419,00	23.126.384,01	191,77	15.798.296,99	29.799.877,33	188,63
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	713.515.841,06	659.460.000,07	92,42	1.389.473.409,00	1.457.028.700,42	104,86	2.102.989.250,06	2.116.488.700,49	100,64
TOTAL RECEITAS	1.134.232.857,99	1.061.891.028,01	93,62	2.296.632.584,00	2.320.884.595,64	101,06	3.430.865.441,99	3.382.775.623,65	98,60
Dedução para FUNDEF	-147.473.838,67	-130.122.739,48	88,23	-294.933.323,00	-296.582.499,26	100,56	-442.407.161,67	-426.705.238,74	96,45
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	986.759.019,32	931.768.288,53	94,43	2.001.699.261,00	2.024.302.096,38	101,13	2.988.458.280,32	2.956.070.384,91	98,92

FONTE - Cronograma Mensal de Desembolso fonte 000 (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balço Geral do Estado – Volume I, fls. 84 e 87a

QUADRO 52 – Cronograma de Desembolso – Fonte 000 – Exercício de 2006
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2006		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	74.902.403,00	58.832.394,69	78,55	74.902.403,00	117.629.227,77	157,04	149.804.806,00	176.461.622,46	117,79
Pessoal e Encargos Sociais	438.775.206,54	398.164.583,87	90,74	438.775.206,54	1.044.947.168,12	238,15	877.550.413,08	1.443.111.751,99	164,45
Pioneiros Mirins/Bolsa Cidadã	16.304.650,02	12.248.908,39	75,13	16.304.650,02	24.663.832,04	151,27	32.609.300,04	36.912.740,43	113,20
PIS/PASEP	6.190.517,61	5.632.733,73	90,99	6.190.517,61	11.787.528,74	190,41	12.381.035,22	17.420.262,47	140,70
Quota Custeio	39.222.000,00	42.074.300,00	107,27	39.222.000,00	100.929.498,59	257,33	78.444.000,00	143.003.798,59	182,30
Transferência Municípios IPVA ^a	8.354.361,58	8.817.371,45	105,54	8.354.361,58	19.113.333,41	228,78	16.708.723,16	27.930.704,86	167,16
Transferência Municípios ICMS ^a	90.698.750,62	84.454.360,86	93,12	90.698.750,62	180.312.558,16	198,80	181.397.501,24	264.766.919,02	145,96
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	674.447.889,37	610.224.652,99	90,48	674.447.889,37	1.499.383.146,83	222,31	1.348.895.778,74	2.109.607.799,82	156,40
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	312.311.129,95	321.543.635,54	102,96	1.327.251.371,63	524.918.949,55	39,55	1.639.562.501,58	846.462.585,09	51,63

FONTE - Cronograma Mensal de Desembolso fonte 000 (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balanço Geral do Estado – Volume I, fls. 84 e 87a

2.3.2.2 – RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
QUADRO 53 – Resumo das Disponibilidades Financeiras 2006

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO (1)	REGIME PREVIDENCIARIO (2)	(1) + (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	382.740.313,57	705.346.682,20	1.088.086.995,77
BANCO CONTA MOVIMENTO (+) POUPANÇA	175.246.806,42	328.182,54	175.574.988,96
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	13.689.884,75		13.689.884,75
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	-	705.018.499,66	705.018.499,66
OUTRAS DISPONIBILIDADES	193.803.622,40	0	193.803.622,40
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	77.365.008,52	66.102,58	77.431.111,10
RESTOS A PAGAR	73.266.420,08	65.842,56	73.332.262,64
DEPÓSITOS	128.027,70	-	128.027,70
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	3.948.983,22	260,02	3.949.243,24
TOTAL (I – II)	305.375.305,05	705.280.579,62	1.010.655.884,67

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume I, fls. 650 a 695

2.3.2.3 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO
QUADRO 54 – Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	3.003.901.603,04	ORÇAMENTÁRIA	2.808.466.804,98
RECEITAS CORRENTES	2.696.433.511,56	ORÇAMENTÁRIAS	2.808.466.804,98
RECEITAS DE CAPITAL	307.468.091,48		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.549.654.236,42	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.603.858.438,38
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.339.521.647,78	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.391.417.301,84
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	206.055.180,68	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	210.262.670,28
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	1.916.012,43
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	262.453,83
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	4.077.407,96		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	937.392.823,90	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	1.078.623.420,00
DISPONÍVEL	326.493.928,63	DISPONÍVEL	189.264.873,71
AGENTES ARRECADADORES	333.430,64	AGENTES ARRECADADORES	428.881,34
RECURSOS A RECEBER	103.392.626,85	RECURSOS A RECEBER	151.558.748,06
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	483.345.120,36	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	704.996.433,69
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	23.827.717,42	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20
TOTAL	7.490.948.663,36	TOTAL	7.490.948.663,36

FONTE - Balanco Geral do Estado - Volume I, fl 185

O Quadro de n.º 54 demonstra a situação financeira Geral do Estado, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 1.078.623.420,00.

2.3.2.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 55 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	3.000.168.334,65	ORÇAMENTÁRIA	2.579.263.435,18
RECEITAS CORRENTES	2.693.793.464,38	ORÇAMENTÁRIAS	2.579.263.435,18
RECEITAS DE CAPITAL	306.374.870,27		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.289.303,83	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	236.225.698,71
	11.289.303,83		236.225.698,71
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.290.005.830,50	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.344.116.053,42
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.081.367.153,38	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.133.169.273,83
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	204.561.269,16	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	208.767.993,33
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	1.916.332,43
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	262.453,83
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	4.077.407,96		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	935.582.031,91	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	1.077.440.313,58
DISPONÍVEL	324.683.136,64	DISPONÍVEL	188.321.767,29
AGENTES ARRECADADORES	333.430,64	AGENTES ARRECADADORES	428.881,34
RECURSOS A RECEBER	103.392.626,85	RECURSOS A RECEBER	151.318.748,06
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	483.345.120,36	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	704.996.433,69
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	23.827.717,42	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20
TOTAL	7.237.045.500,89	TOTAL	7.237.045.500,89

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume III, fls. 788

O Quadro de n.º 55 demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 1.077.440.313,58.

2.3.2.4.a – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 56 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.418.230.557,77	ORÇAMENTÁRIA	1.670.397.157,68
RECEITAS CORRENTES	2.299.859.921,78	ORÇAMENTÁRIAS	1.670.397.157,68
RECEITAS DE CAPITAL	118.370.635,99		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	746.294.725,92
TRANSFERÊNCIAS		TRANSFERÊNCIAS	746.294.725,92
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.228.592.432,63	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.264.399.051,45
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	2.025.596.432,10	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	2.063.290.864,79
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	198.918.592,57	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	198.932.515,83
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	1.913.217,00
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	262.453,83
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	4.077.407,96		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	271.067.201,81	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	236.799.257,16
DISPONÍVEL	177.552.431,36	DISPONÍVEL	83.337.259,46
AGENTES ARRECADADORES	333.430,64	AGENTES ARRECADADORES	315.732,60
RECURSOS A RECEBER	68.792.158,85	RECURSOS A RECEBER	120.771.781,90
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	561.463,54	RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	23.827.717,42	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20
TOTAL	4.917.890.192,21	TOTAL	4.917.890.192,21

FONTE - Balanco Geral do Estado - Volume V, fl. 1378

O Quadro de n.º 56 demonstra a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 236.799.257,16.

2.3.2.4.b - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS

QUADRO 57 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	241.032.937,28	ORÇAMENTÁRIA	593.358.708,50
RECEITAS CORRENTES	64.285.542,72	ORÇAMENTÁRIAS	593.358.708,50
RECEITAS DE CAPITAL	176.747.394,56		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	348.239.362,04	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.872.015,38
TRANSFERÊNCIAS	348.239.362,04	TRANSFERÊNCIAS	2.872.015,38
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	700.934.642,82	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	704.753.297,40
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	700.500.888,29	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	698.447.999,27
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	433.754,53	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	6.303.037,63
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	2.260,50
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	77.743.999,77	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	66.966.920,63
DISPONÍVEL	50.017.293,97	DISPONÍVEL	49.091.024,57
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	113.148,74
RECURSOS A RECEBER	25.000.000,00	RECURSOS A RECEBER	14.000.000,00
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	2.726.705,80	RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	3.762.747,32
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	1.367.950.941,91	TOTAL	1.367.950.941,91

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls 1616

O Quadro de n.º 57 demonstra a situação financeira da Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 66.966.920,63.

2.3.2.4.c - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 58 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	1.309.343,26	ORÇAMENTÁRIA	17.555.257,84
RECEITAS CORRENTES	309.343,26	ORÇAMENTÁRIAS	17.555.257,84
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.421.973,77	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	44.665,45
TRANSFERÊNCIAS	15.421.973,77	TRANSFERÊNCIAS	44.665,45
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	19.764.528,13	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	18.972.813,68
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	19.759.032,49	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	18.966.656,22
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	5.495,64	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	6.140,64
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	16,82
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	271.701,97	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	194.810,16
DISPONÍVEL	269.649,22	DISPONÍVEL	192.757,41
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	2.052,75	RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	2.052,75
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	36.767.547,13	TOTAL	36.767.547,13

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1732

O Quadro de n.º 58 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 194.810,16.

2.3.2.4.d - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS

QUADRO 59 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	343.328.764,73	ORÇAMENTÁRIA	527.155.680,96
RECEITAS CORRENTES	331.978.703,80	ORÇAMENTÁRIAS	527.155.680,96
RECEITAS DE CAPITAL	11.350.060,93		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	385.550.070,94	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS	385.550.070,94	TRANSFERÊNCIAS	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	629.713.473,85	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	643.272.856,70
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	623.016.135,91	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	638.251.362,41
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	6.697.337,94	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	5.020.976,18
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	518,11
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	593.147.753,42	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	781.311.525,28
DISPONÍVEL	98.654.554,08	DISPONÍVEL	56.643.832,27
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER	9.600.468,00	RECURSOS A RECEBER	16.786.966,16
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	1.547.610,98	RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	2.884.293,16
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	483.345.120,36	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	704.996.433,69
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	1.951.740.062,94	TOTAL	1.951.740.062,94

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1789

O Quadro de n.º 59 demonstra a situação financeira dos Fundos Estaduais, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 781.311.525,28.

2.3.2.5. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 60 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	474.556,10	ORÇAMENTÁRIA	77.150.960,67
RECEITAS CORRENTES	319.409,09	ORÇAMENTÁRIAS	77.150.960,67
RECEITAS DE CAPITAL	155.147,01		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	79.851.460,44	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.721.329,79
TRANSFERÊNCIAS	79.851.460,44	TRANSFERÊNCIAS	2.721.329,79

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	86.479.858,39	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	86.618.982,45
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	86.225.572,77	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	86.365.202,29
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	253.965,62	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	253.780,16
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	320,00	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	359.979,93	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	674.581,95
DISPONÍVEL	359.979,93	DISPONÍVEL	434.581,95
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	240.000,00
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS		RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	167.165.854,86	TOTAL	167.165.854,86

FONTE - Balanço Geral do Estado - Volume IV, fls. 1194

O Quadro de n.º 60 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 674.581,95.

2.3.2.6. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 61 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.936.216,80	ORÇAMENTÁRIA	101.512.023,27
RECEITAS CORRENTES	2.103.716,80	ORÇAMENTÁRIAS	101.512.023,27
RECEITAS DE CAPITAL	832.500,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	102.815.844,19	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.547.596,46
TRANSFERÊNCIAS	102.815.844,19	TRANSFERÊNCIAS	5.547.596,46
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	115.062.497,89	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	113.992.495,57
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	113.961.063,21	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	112.891.060,89
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.101.434,68	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.101.434,68
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	960.319,84	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	722.763,42
DISPONÍVEL	812.817,26	DISPONÍVEL	363.162,34
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	

RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	147.502,58	RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	359.601,08
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	221.774.878,72	TOTAL	221.774.878,72

FONTE - Balço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1248

O Quadro de n.º 61 demonstra a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2007, no valor de R\$ 722.763,42.

2.3.2.7. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 62 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	322.495,49	ORÇAMENTÁRIA	50.540.385,86
RECEITAS CORRENTES	216.921,29	ORÇAMENTÁRIAS	50.540.385,86
RECEITAS DE CAPITAL	105.574,20		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	53.558.738,89	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.020.722,39
TRANSFERÊNCIAS	53.558.738,89	TRANSFERÊNCIAS	3.020.722,39
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	60.168.852,52	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	60.981.611,32
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	60.030.341,30	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	60.842.149,21
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	138.511,22	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	139.462,11
VALORES PEND. A CURTO PRAZO		VALORES PEND. A CURTO PRAZO	
VARIAÇÃO CAMBIAL		VARIAÇÃO CAMBIAL	
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA			
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	637.994,80	SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	145.362,13
DISPONÍVEL	637.994,80	DISPONÍVEL	145.362,13
AGENTES ARRECADADORES		AGENTES ARRECADADORES	
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	
RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS		RECURSO PRÓPRIO - ALIENAÇÃO DE BENS	
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
TOTAL	114.688.081,70	TOTAL	114.688.081,70

FONTE - Balço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1300

O Quadro de n.º 62 demonstra a situaço financeira do Ministrio Pblico Estadual, evidenciando saldo do perodo anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercicio, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercicio, restando saldo, para o exercicio de 2007, no valor de R\$ 145.362,13.

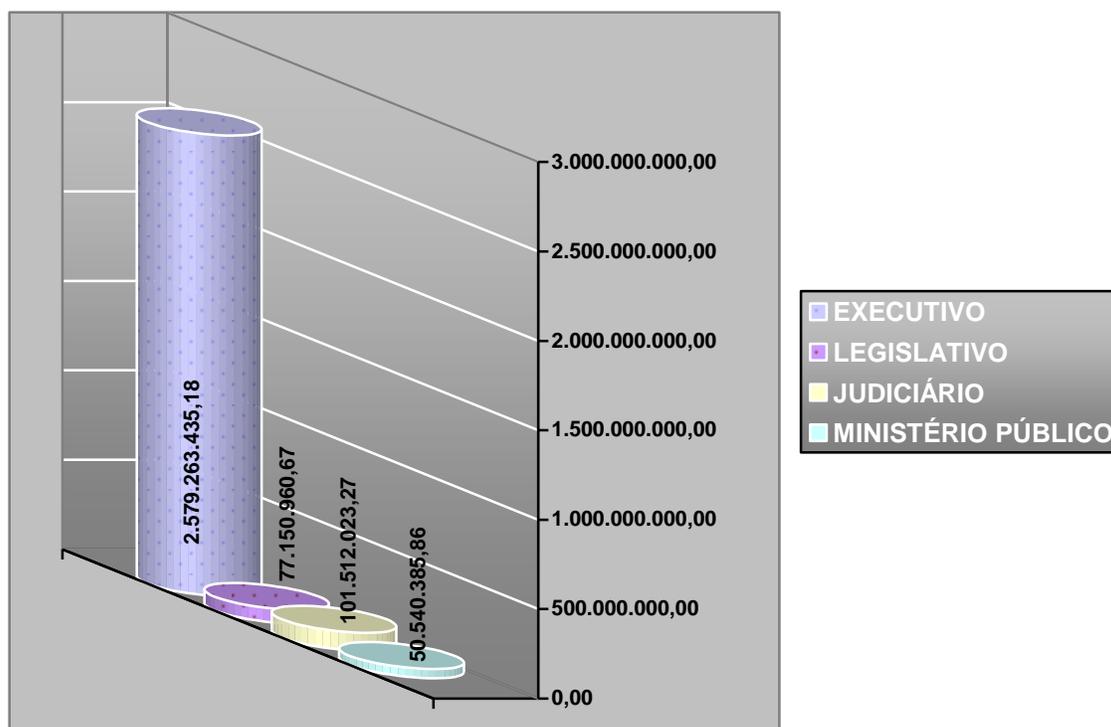
2.3.2.8 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃO INDEPENDENTES

QUADRO 63 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado e Órgão Independente

PODER	DESPESA		
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO
EXECUTIVO	3.123.537.821,00	2.579.263.435,18	82,58
LEGISLATIVO	79.045.256,00	77.150.960,67	97,60
JUDICIÁRIO	107.019.575,00	101.512.023,27	94,85
MINISTÉRIO PÚBLICO	51.009.560,00	50.540.385,86	99,08
TOTAL	3.360.612.212,00	2.808.466.804,98	83,57

FONTE - Balço Geral do Estado – Volumes III e IV.

GRÁFICO 10 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Órgão Independente





O gráfico nº 10 demonstra a execução da despesa por Poder. Do total executado, no valor de R\$ 2.808.466.804,98, o Poder Executivo foi o que teve a execução mais significativa, no valor de R\$ 2.579.263.435,18. o que representa 91,84%, seguido do Poder Judiciário com uma execução de R\$ 101.512.023,27 equivalente a 3,61%, Poder Legislativo com R\$ 77.150.960,67 - percentual de 2,75% e o Ministério Público com R\$ 50.540.385,86, equivalente a 1,80% do orçamento executado.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.º 1.124, de 1º de fevereiro de 2000, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e das unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta, composta por 26 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto nº 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, acompanhando a administração do Palácio do Governo, da Residência Oficial, da Garagem Central, do Hangar do Estado e a Ação Governo Mais Perto de Você, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Conforme regulamenta o Decreto n.º 1.488, as competências do Gabinete do Governador são:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;

II - a administração e finanças:



- a) do Palácio do Governo;
- b) da Residência Oficial do Governador;
- c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;
- III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim da execução das políticas de Governo;
- IV - o cerimonial público;
- V - a gerência do serviço aéreo do Estado;
- VI - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;
- VII - o acompanhamento da execução das determinações providas do Governador do Estado;
- VIII - através da Superintendência de Informática:
 - a) a proposição:
 - 1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;
 - 2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;
 - b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;
 - c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;
 - d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;
 - e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;
 - f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;
 - g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);
 - h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;

- i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:
1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;
 2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação;
- j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada;
- k) o gerenciamento do serviço aéreo do Estado e da frota de veículos oficiais de transportes terrestres e fluviais.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Previdência Social, um Programa de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 46.574.178,00**, com execução de **R\$ 44.684.921,28**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 64 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	100.000,00	72.526,00	72,53	27.474,00
TOTAL	100.000,00	72.526,00	72,53	27.474,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Gabinete do Governador

QUADRO 65 – Programa de Serviço ao Estado

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA

Objetivo: Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do Poder Executivo Estadual.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	7.656.487,00	7.377.906,84	96,36	278.580,16
Manutenção de Serviços de Transportes	18.827.626,00	17.858.258,81	94,85	969.367,19
Manutenção de Recursos Humanos	10.900.000,00	10.357.410,32	95,02	542.589,68
Administração e Manutenção do Palácio Araguaia	742.246,00	722.427,56	97,33	19.818,44
Administração e Manutenção da Garagem Central do Estado	316.629,00	315.736,52	99,72	892,48
Manutenção da Residência Oficial do Governador	205.443,00	201.654,65	98,16	3.788,35



Administração e Manutenção do Hangar do Estado	294.400,00	276.955,90	94,07	17.444,10
Manutenção do Serviço de Ajudancia de Ordem	690.000,00	690.000,00	100,00	0,00
Manutenção do Serviço de Apoio aos Cidadãos Usuários do Serviço Público	437.352,00	437.348,53	100,00	3,47
Coordenação das Ações do Governo Mais Perto de Você	5.675.080,00	5.675.065,15	100,00	14,85
Ações de Informática	448.915,00	419.631,00	93,48	29.284,00
TOTAL	46.194.178,00	44.332.395,28	95,97	1.861.782,72

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Gabinete do Governador

QUADRO 66 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de pessoas qualificadas	Porcentagem	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2431	Ampliação e Melhoria da Rede Digital do Estado	280.000,00	280.000,00	100,00	-	-	-
TOTAL		280.000,00	280.000,00	100,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Gabinete do Governador

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
46.574.178,00	44.684.921,28	95,94	1.889.256,72

3.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil foi instituída pela Lei n.º 1.079, de 20 de junho de 1999 e o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, estabeleceu a sua Estrutura Operacional com as seguintes competências:

- I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;
- II - a verificação prévia da constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
- III - o acompanhamento de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
- IV - a veiculação dos atos oficiais;
- V - o controle e a guarda dos atos do Governador do Estado.

As atribuições da Casa Civil foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 3.104.346,00**, com execução de **R\$ 2.706.884,81**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 67 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.619.940,00	1.388.712,35	85,73	231.227,65
Manutenção dos Serviços de Transportes	40.000,00	26.898,97	67,25	13.101,03
Manutenção de Recursos Humanos	1.279.406,00	1.217.878,62	95,19	61,527,38
Ações de Informática	165.000,00	73.394,87	44,48	91.605,13
TOTAL	3.104.346,00	2.706.884,81	87,20	397,461,19

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Casa Civil

3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;

b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da

administração pública, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

Até o início de abril de 2006 a Corporação era também responsável pelas atribuições do Corpo de Bombeiros Estadual, suas atividades compreendiam:

- a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;
- b) a prevenção e o combate aos incêndios;
- c) a proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;
- d) o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;
- e) a perícia de incêndios;
- f) o resgate de vítimas de acidentes e sinistros;
- g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

As atribuições do Comando Geral da Polícia Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Previdência Social e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 134.979.679,00** e executados **R\$ 131.079.876,78**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 68 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.141.583,00	2.922.936,42	93,04	218.646,58
Manutenção dos Serviços de Transportes	5.370.350,00	4.846.911,98	90,25	523.438,02
Manutenção de Recursos Humanos	105.238.467,00	105.194.140,98	99,96	44.326,02
Ações de Informática	104.406,00	71.813,53	68,78	32.592,47
TOTAL	113.854.806,00	113.035.802,91	99,28	819.003,09

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 69 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	13.332.711,00	13.329.469,36	99,99	3.241,64
TOTAL	13.332.711,00	13.329.469,36	99,99	3.241,64

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 70 - Programa Finalístico
PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx de expansão efetivo pol.		100		105
Índice de assist. aos polic.		Não existente		100
Ind. Apar. PM(const.4txs)		0		100
Ind. Vítima do trânsito	unidade	0,6	2003	0
Ind. Incidência de roubos		Não disponível		90
Ind. Homicídios dolosos		0,002		0
Ind. Qualif. profissional		Não existente		110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2037	Capacitação dos profissionais da Polícia Militar	1.051.682,00	704.014,09	66,94	46	13	28,26
2038	Assistência bio-psico-social aos profissionais da Polícia Militar	53.002,00	3.000,00	5,66	45	10	22,22
2039	Implantação da Polícia	1.337.677,00	18.100,00	1,35	4.705	2.500	53,13



	Comunitária						
2040	Ampliação do efetivo da Polícia Militar	1,00	0,00	-	40	529	1322,50
2041	Ampliação do armamento e munição da Polícia Militar	1.168.609,00	873.781,98	74,77	65.300	576	0,88
2042	Informatização da Polícia Militar	891.296,00	705.573,99	79,16	187	133	71,12
2043	Ampliação da frota de veículos da Polícia Militar	203.065,00	203.064,00	100,00	20	00	-
2044	Ampliação da rede de comunicação da Polícia Militar	781.325,00	181.802,59	23,27	301	96	31,89
2045	Ampliação da capacidade de proteção individual aos Policiais Militares	993.566,00	717.874,54	72,25	423	371	87,71
1021	Construção de quartéis	1,00	0,00	-	1.000	0	-
1023	Reforma de Quartéis	1,00	0,00	-	2.010	0	-
2084	Realização de Marketing Institucional	1.311.937,00	1.307.393,32	99,65	12	-	-
TOTAL		7.792.162,00	4.714.604,51	60,50	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Comando Geral da Polícia Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
134.979.679,00	131.079.876,78	97,11	3.899.802,22

3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Decreto nº 1.719/2003 e da Lei nº 1.415/2003 que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tem as seguintes competências:

I – assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo;

II – fiscalizar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas, avaliando metas, objetivos e qualidade do gerenciamento;

III – avaliar a execução dos orçamentos do Estado e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV – acompanhar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado;

V – solicitar informações gerenciais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades previstas nos orçamentos do Estado;

VI – fazer auditoria:

a) da gestão dos recursos públicos;

b) dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, administrativo e operacional;

VII – verificar a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, promovendo junto à unidade responsável pela contabilidade as providências de saneamento necessárias;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas sobre responsabilidade fiscal;

IX – acompanhar e fiscalizar o fechamento das contas mensais dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

X – realizar inspeções e avocar procedimentos em curso na Administração Pública Estadual para exame da regularidade, propondo providências saneadoras;

XI – emitir certificado de auditoria, relatório e parecer sobre:

a) a prestação de contas anual do Governador antes do encaminhamento ao Poder Legislativo;

b) as contas anuais dos gestores das unidades orçamentárias do Poder Executivo;

XII – estabelecer os procedimentos e metodologias para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XIII – acompanhar a formulação e elaboração:

a) do planejamento estratégico estadual;

b) dos planos estaduais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;

c) do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;

XIV – acompanhar a situação dos arrecadadores de receitas, ordenadores de despesas ou de alguém por estes e dos que administrem ou detenham bens ou valores pertencentes ou confiados à guarda da Fazenda Pública do Estado;

XV – adotar, pelos meios internos e externos previstos na legislação, as providências necessárias à apuração de responsabilidade e à punição dos infratores.

As atividades da Controladoria Geral do Estado foram executadas por meio das 08 (oito) ações estruturadas no Programa Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R\$ 1.933.346,00**, sendo utilizado **81,2%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 71 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL							
Objetivo:	Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual, zelando pela regularidade da gestão dos administradores públicos estaduais, mediante a realização de inspeções, fiscalizações e auditorias de gestão e de acompanhamento, e exame de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadorias e pensões, bem como apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.						
Justificativa:	Implantar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo em vista a necessidade do controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, utilizando como instrumentos a auditoria, a fiscalização e a inspeção.						
Prazo de Execução:	2004 – 2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de Avaliações realizadas	Percentual	100	2006	100			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	370.000,00	228.319,90	61,70	1	1	100
2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes	150.000,00	54.284,27	36,18	1	1	100
2004	Manutenção de Recursos Humanos	1.173.346,00	1.135.792,61	96,79	58	35	60,34
2003	Ações de Informática	180.000,00	146.028,75	81,12	1	1	100
1024	Implantação do Sistema Informatizado do Órgão Central de Controle Interno	10.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2049	Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	7.000,00	0,00	0,00	38	42	110
2050	Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais	7.000,00	0,00	0,00	998	1.294	129
2051	Capacitação dos Técnicos do Controle Interno	36.000,00	5.620,00	15,61	160	204	127
TOTAL		1.933.346,00	1.570.045,53	81,20	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Controladoria Geral do Estado

3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Esta Secretaria foi instituída por meio da Lei n.º 1, de 23 de janeiro de 1989, e sua estrutura atual está definida por meio do Decreto 2.768, de 05 de junho de 2006.

Tem como missão representar de forma política e institucional o Estado e o Governo perante os órgãos federais, organismos internacionais, missões diplomáticas e instituições privadas.

A Secretaria de Representação, desde o mês de junho de 2006, a sua estrutura operacional consta das seguintes unidades funcionais:

1. Subsecretário, com a finalidade ao atendimento às demandas, bem como a promoção e o acompanhamento das ações da Secretaria;
2. Assessoria Jurídica, responsável pelo tratamento das questões legais, avaliando, subsidiando apoio jurídico;
3. Assessoria de Imprensa, objetivando a cobertura jornalística e fotográfica das atividades do Governador e Secretários de Estado, quando em missão oficial em Brasília e agilizar a divulgação das ações do Governo na mídia local e nacional;
4. Assessoria Técnica Institucional, suas funções técnicas dos órgãos estaduais a identificação de oportunidades para desenvolvimento do Estado;
5. Assessoria de Relações Internacionais, tem a missão de visualizar oportunidades e intermediações ligadas a organismos internacionais no âmbito federal com ênfase para a captação de recursos para o Estado;
6. Diretoria de Administração e Finanças, com finalidade de operações administrativas e financeiras planejando e executando as ações desenvolvidas perante a Secretaria;
7. Coordenadoria de Transporte, controle da frota de veículos, definição de critérios para o uso do transporte, supervisionar os veículos oficiais, e dar suporte no transporte do Excelentíssimo Governador, Secretários e demais Autoridades.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R\$ 2.834.392,00**, sendo utilizado 98% na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 72 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	496.170,00	461.308,80	93	34.861,20
Manutenção dos Serviços de Transportes	134.360,00	116.400,04	87	17.959,96
Manutenção de Recursos Humanos	2.172.762,00	2.171.008,24	99	1.753,76
Ações de Informática	31.100,00	26.581,33	85	4.518,67
TOTAL	2.834.392,00	2.775.298,41	98	59.093,59

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria de Representação
3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como **Advocacia Geral do Estado** através da Lei 259/91, de 02 de fevereiro de 1991.

Através da Lei nº 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei nº 259/91 e é reestruturada a **Procuradoria Geral do Estado do Tocantins**, definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei complementar nº 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei nº 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto nº 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei complementar nº 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto nº 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto nº 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei nº 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

A Lei nº 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescentando-lhes novos valores.

Por último, informamos os atos governamentais de nº 5.951 e 5.963 – PRM, ambos de 2006, que elevou a mudança de níveis os Procuradores do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhe a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-o quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a ele inerentes, como também assessoramento jurídico direto ao Chefe do Poder Executivo ao qual está diretamente subordinado, (Lei Complementar nº 20/1999, art. 1º e incisos).

As atribuições da Procuradoria Geral do Estado foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado, um de Previdência Social e uma ação de Programa Finalístico, sendo este, multisetorial desenvolvido entre o Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS e a PGE. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 12.406.054,00**, com execução de **R\$ 10.185.162,59**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 73 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	1.059.500,00	1.043.635,90	98,50	15.864,10
TOTAL	1.059.500,00	1.043.635,90	98,50	15.864,10

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 74 - Programa de Serviço ao Estado

PROGRAMA - Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado

Objetivo:	Viabilizar a representação judicial e extrajudicial do Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância, orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos judiciais adequados à solução de problemas a eles atinentes, além de promover a cobrança da dívida ativa do Estado.
Justificativa:	Grande demanda de processos judiciais a favor e em desfavor do estado.
Prazo de Execução:	2004-2007



Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa processos agilizados	unidade	80	31/12/2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	Pagamento de precatórios	1.767.054,00	175.109,72	9,91	35	15	42,86
1025	Trabalho pericial demarcação divisas do estado	100,00	0,00	0,00	480	0	0
1027	Implantação de regionais	450,00	0,00	0,00	2	0	0
1028	Construção da sede da PGE	100,00	0,00	0,00	1	0	0
2052	Reg. Org. Cont. Patrimônio. Imobiliário do Estado	13.500,00	6.971,50	51,64	10	0	0
2001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.788.300,00	1.563.638,03	87,43	1	1	100
2002	Manutenção de serviços de transportes	260.600,00	192.723,59	73,95	1	1	100
2004	Manutenção dos recursos humanos	7.250.500,00	7.119.452,05	98,19	124	154	124
2376	Manutenção de serviços de informática	250.050,00	83.631,80	33,45	1	1	100
1026	Reaparelhamento da PGE	10.500,00	0,00	0,00	90	0	0
TOTAL		11.341.154,00	9.141.526,69	80,60	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 75 - Programa Finalístico

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Objetivo:	Fazer levantamento em todos os municípios com fim de identificar onde o estado tem terras a titular
Justificativa:	Fazer levantamento em todos os municípios com fim de demarcação de terras, onde a PGE propõe ação cartorial e o ITERTINS o trabalho de campo.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Imóveis regularizados	unidade	-	Dez/03	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2054	Ação discriminatória de terras públicas	5.400,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		5.400,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Procuradoria Geral do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
12.406.054,00	10.185.162,59	82,10	2.220.891,41

3.1.7 CASA MILITAR

A Casa Militar foi reestruturada através dos Decretos n.ºs 1.697, de 27/01/2003, e 1.710, de 20/02/2003 passando por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta, tendo sido desvinculados da CAMIL o Serviço Aéreo do Estado e a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criadas a Secretaria-Executiva de Defesa Civil e a Coordenadoria de Comunicação Social. As demais mudanças ocorridas foram de ordem administrativa interna, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Casa Militar tem como missão institucional:

a) coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades Governamentais e seus familiares, pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, bem como pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres;

b) melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa, garantindo maiores condições para segurança da sociedade do Estado do Tocantins.

Suas atribuições foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 2.460.000,00**, com execução de 97%, ou seja, **R\$ 2.375.183,18**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 76 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	789.640,00	747.635,09	95%	42.004,91
Manutenção dos Serviços de Transportes	649.660,00	618.333,74	95%	31.326,26
Manutenção de Recursos Humanos	20.700,00	18.837,45	91%	1.862,55
Ações de Informática	1.000.000,00	990.376,90	99%	9.623,10
TOTAL	2.460.000,00	2.375.183,18	97%	84.816,82

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Casa Militar
3.1.8 VICE-GOVERNADORIA

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto nº 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial nº 1.825, de 21 de Dezembro de 2004, que institui a Vice-Governadoria, dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão.

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como articular-se com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais.

As atribuições da Vice-Governadoria foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 730.300,00**, com execução de **R\$ 693.121,09**, como serão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 77 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	100.805,00	87.834,64	87	12.970,36
Manutenção dos Serviços de Transportes	31.759,00	31.715,80	99	43,20
Manutenção de Recursos Humanos	589.300,00	565.637,75	95	23.662,25
Ações de Informática	8.436,00	7.932,90	94	503,10
TOTAL	730.300,00	693.121,09	94,91	37.178,91

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Vice-Governadoria

3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiro foi instituído pela Lei Complementar nº 45, de 03 de abril de 2006, antes suas atribuições eram desenvolvidas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

O Corpo de Bombeiros Militar, previsto pelo art. 144 § 5º, da Constituição Federal, tem suas missões definidas pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar nº 45, art. 2º, incisos I a VII, sendo:

- **Constituição Estadual:**

Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

I -

II - o Corpo de Bombeiros Militar:

a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

b) a prevenção e o combate aos incêndios;

c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

e) perícia de incêndios;

f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

III - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.”

- **Lei Complementar nº 45, de 03/04/2006:**

“Art. 2º. Compete ao CBMTO:

I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;



IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

V - a perícia de incêndios:

a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

b) nos locais de sinistros;

VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.”

As atribuições do Corpo de Bombeiros foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 11.100.500,00**, com execução de **R\$ 6.668.375,16** conforme demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 78 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	914.060,00	509.371,56	55,73	404.688,44
Manutenção dos Serviços de Transportes	289.000,00	166.738,40	57,69	122.261,60
Manutenção de Recursos Humanos	6.360.000,00	5.661.733,07	89,02	698.266,93
Ações de Informática	151.500,00	31.087,00	20,00	120.413,00
TOTAL	7.714.560,00	6.368.930,03	82,59	1.342.629,97

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Corpo de Bombeiros Militar
QUADRO 79 - Programa de Previdência Social – 196
Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Corpo de Bombeiros Militar
QUADRO 80 - Programa Finalístico
PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTRO

Objetivo:	Garantir à população no Tocantins uma proteção global frente aos desastres de qualquer natureza.
Justificativa:	Propiciar a expansão das atividades do Corpo de Bombeiros nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaína, através de melhor aparelhamento da unidade responsável e capacitação do pessoal, de modo a otimizar a prestação dos serviços de resgate de vidas e patrimônios; combate a incêndios florestais e urbanos; salvamento de vítimas presas em ferragens, em situação de afogamento e em altura.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de solicitações atendidas	um			100%

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1215	Construção de Quartéis	-	-	0,00	120	0	0,00
1216	Instalação de Unidades do CBM	60.000,00	25.895,80	43,16	190	115	60,53
1217	Reforma de Quartéis	-	-	0,00	120	0	0,00
1218	Realização de Concurso para o CBM	5.000,00	1.558,00	31,16	100	36	36,00
1219	Ampliação da frota de veículos do CBM	1.870.800,00	-	0,00	26	5	19,23
1220	Ampliação da rede de	47.500,00	31.773,00	66,89	40	14	35,00



	comunicações do CBM						
2457	Realização de salvamento Aquático	183.440,00	21.283,20	11,60	342	217	63,45
2458	Realização de salvamento Terrestre	188.200,00	2.233,43	1,19	468	5	1,07
2459	Realização de combate a incêndio	271.000,00	10.553,70	3,89	418	68	16,27
2460	Capacitação dos profissionais do CBM	290.000,00	117.630,00	40,56	145	105	72,41
2461	Fornecimento de Fardamento	120.000,00	88.518,00	73,77	300	30	10,00
TOTAL		3.035.940,00	299.445,13	9,86	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Corpo de Bombeiros Militar

QUADRO 81 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ESPECIAL DA DEFESA CIVIL	
Objetivo:	Promover a implantação e a implementação, em municípios do Estado, de políticas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução frente aos desastres naturais, antropogênicos e mistos.
Justificativa:	O crescimento populacional e econômico do estado do Tocantins tem acarretado um aumento do potencial de riscos de desastres, com a construção de grandes hidrelétricas, a formação de grandes lagos; a verticalização das cidades; a construção da ferrovia norte-sul e de novas rodovias, com o conseqüente transporte de pessoas e produtos perigosos; o aumento da frota de veículos, com aumento considerável do índice de acidentes de trânsito, bem como, com o aumento populacional e o desequilíbrio ambiental tem-se um maior risco de incêndios urbanos e florestais demandando maior incremento das ações de defesa civil.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1221	Imp. De brigadas civis de combate a incên. Florestais e controle de queimadas	150.000,00	-	0,00	16	0	0
1222	Implantação de biblioteca	160.000,00	-	0,00	1	0	0
2463	Capacitação de agentes de Defesa Civil	0,00	-	0,00	111	0	0
TOTAL		310.000,00	-	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Corpo de Bombeiros Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
11.100.500,00	6.668.375,16	60,07	4.432.124,84

3.1.10 DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 48, de 07 de setembro de 2006, que alterou a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 2004, dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A Defensoria Pública promove orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todas as áreas do Direito. No Tocantins, a Defensoria Pública atende nas áreas: Criminal, Cível, Família, Criança e Adolescente, Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Fazenda e Registros Públicos. Requer a gratuidade da justiça, acompanha os atos processuais, promove a conciliação entre as partes em conflito de interesses, interpõe recurso e promove a revisão criminal.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Atendimento Jurídico e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 6.984.000,00** com execução de **R\$ 5.046.101,76**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 82 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	266.000,00	248.752,83	93,52	17.247,17
TOTAL	266.000,00	248.752,83	93,52	17.247,17

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Defensoria Pública

QUADRO 83 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO

Objetivo:	Prestar através da Defensoria Pública, assistência jurisdicional gratuita, especializada aos hipossuficientes.
Justificativa:	Atender às necessidades constatadas nos encontros regionais, possibilitando a execução dos trabalhos já que atualmente encontra-se quase inviável a prestação ocasionando uma morosidade no atendimento por falta de condições é necessária a estruturação e aparelhamento da Defensoria, bem como o crescimento do quadro de pessoal o não atendimento às melhorias solicitadas ocasiona a população mais necessitada o cerceamento ao acesso gratuito à justiça, direito garantido constitucionalmente.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento aos hipossuficientes	Percentual	72,62%	31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1222	Implantação de biblioteca	6.000,00	5.799,60	96,66	1	0,50	50



2471	Criação de núcleos especializados	459.100,00	7.965,07	1,73	13	1,00	7,69
2472	Instalação da Defensoria Pública Itinerante	124.500,00	19.853,00	15,95	18	2	11,11
1223	Construção e aparelhamento da sede própria da Defensoria Pública de Palmas	0,00	0,00	0,00	1	0	0
1225	Ampliação da frota de veículos	200.000,00	0,00	0,00	6	6	100
2473	Manutenção das Defensorias Públicas	0,00	0,00	0,00	14	14	100
1226	Implantação de bolsa estágio	0,00	0,00	0,00	25	0	0
1227	Construção e aparelhamento da sede da Defensoria Pública de Paraíso	0,00	0,00	0,00	1	0	0
2474	Promoção de eventos de fortalecimento de ação institucional	179.000,00	29.051,66	16,23	20	3	15
2476	Benefícios aos usuários	2.000,00	0,00	0,00	160	80	50
2477	Manutenção de Recursos Humanos	4.274.000,00	3.710.592,39	86,82	-	-	-
2478	Manutenção de Serviços de transporte	115.000,00	75.860,38	60,50	-	-	-
1224	Realização de concurso para o cargo de Defensor Público	400,00	0,00	0,00	50	50	100
2480	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.023.000,00	812.950,30	79,47	-	-	-
2479	Ações informática	110.000,00	62.700,03	57,00	-	-	-
2475	Capacitação e aperfeiçoamento de servidor	225.000,00	72.576,50	32,26	100	32,00	32,00
TOTAL		6.718.000,00	4.797.348,93	71,41	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Defensoria Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
6.984.000,00	5.046.101,76	72,25	1.937.898,24

3.1.11 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria da Comunicação foi instituída pelo Decreto nº 1.124 de 01 de fevereiro de 2000, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas à divulgação institucional.

A Secretaria da Comunicação tem como missão coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos da Administração Pública direta e indireta sob o controle do Estado do Tocantins.

Para esta Secretaria foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- divulgar as atividades e políticas públicas implantadas pelo Governo nas principais áreas de interesse da sociedade;
- realizar campanhas educativas relativas aos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição;
- incentivar a sociedade através de campanhas a participar das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do Estado;
- atender as necessidades de informação dos usuários internos (administração direta e indireta) sob controle do Estado;
- gerar notícias/realising para os veículos de comunicação de fatos produzidos pelo Estado;
- proceder o arquivamento de informações escritas (notícias jornalísticas) e fotográficas;
- elaborar materiais que divulguem o Tocantins, atraindo turistas, investidores, construindo e consolidando a sua imagem no Brasil e no Mundo.

As atividades da Secretaria da Comunicação foram desenvolvidas em ações estruturadas nos programas de Divulgação das Atividades Governamentais e Previdência Social, sendo que foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 23.991.447,00**, com execução total de **R\$ 22.738.553,50**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 84 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	21.500,00	21.462,29	99	37,71
TOTAL	21.500,00	21.462,29	99	37,71

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECOM

QUADRO 85 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS							
Objetivo:		Divulgar e informar para a comunidade em geral as políticas públicas, programas e ações desenvolvidas pelo governo, através de campanhas e peças publicitárias, veiculadas pelos diversos meios de comunicação, como: televisão, rádio, jornais impressos, revistas, outdoor, cartazes, folders e outros.					
Justificativa:		Tendo em vista diversas áreas de atuação do Governo, é necessário desenvolver meios para tornar público as atividades desenvolvidas.					
Prazo de Execução:		2006					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
		unidades		Dezembro/2006	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2102	Manutenção dos Serviços de Informática	120.000,00	56.982,40	47,00	50	99	198,00
2095	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.230.000,00	802.780,71	65,00	1	1	100,00
2100	Manutenção dos Serviços de Transportes	777.650,00	565.245,48	73,00	3	8	267,00
2101	Manutenção de Recursos Humanos	4.521.648,00	4.494.093,24	99,00	130	138	106,15
2057	Veiculações Institucionais	3.849.549,00	3.419.400,27	89,00	6.000	62.562	1.043,00
2058	Produção de Matérias institucionais	13.471.100,00	13.378.589,11	99,00	400	224	56,00
TOTAL		23.969.947,00	22.717.091,21	95,00	6584	63.032	957,35

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECOM

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
23.991.447,00	22.738.553,50	95,00	1.252.893,50

3.1.12 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, o seguinte:

- I. a elaboração, a coordenação e o acompanhamento dos planos do Governo;

- II. a formulação, coordenação e implementação dos sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;
- III. a elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;
- IV. o acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;
- V. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de meio ambiente, de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;
- VI. a condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;
- VII. a realização do zoneamento ecológico-econômico e gestão territorial;
- VIII. as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;
- IX. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de recursos hídricos;
- X. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política e ações de turismo ecológico;
- XI. a representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;
- XII. a coordenação e acompanhamento da política estadual de ciência e tecnologia;
- XIII. o assessoramento ao Governador do Estado na tomada de decisões em assuntos da competência da Pasta.

As atribuições da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, onze Finalísticos, três de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviço ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 31.678.561,00**, com execução de **R\$ 8.476.799,21**, como demonstrados nos quadros a seguir:

**QUADRO 86 - Programa Apoio Administrativo – 195****Objetivo:** Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	717.285,00	608.693,72	84,86	108.591,28
Manutenção dos Serviços de Transportes	277.528,00	248.497,30	89,54	29.030,70
Manutenção de Recursos Humanos	167.026,00	3.588.673,49	83,32	27.858,21
Ações de Informática	3.590.022,00	139.167,79	99,96	1.348,51
TOTAL	4.751.861,00	4.585.032,30	96,49	166.828,70

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 87 - Programa de Previdência Social – 196**Objetivo:** Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	77.000,00	76.429,65	99,26	570,35
TOTAL	77.000,00	76.429,65	99,26	570,35

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 88 - Programa Finalístico**PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO**

Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-a ao tecido urbano.
Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdades sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas específicas.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

N.º	Descrição	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
		Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2085	Elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, em Apoio à Gestão Ambiental dos municípios: Abreulândia, Dois Irmãos do	314.500,00	16.003,50	5,08	5 planos	3 planos	60,00

TO, Colinas do TO, Esperantina e Divinópolis do TO						
TOTAL	314.500,00	16.003,50	5,08	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 89 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.
Justificativa:	A gestão dos recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os usos múltiplos. A não implementação deste programa acarretará danos à qualidade das águas, refletindo na qualidade de vida da comunidade, bem como, a manutenção da quantidade das águas, com prejuízos aos processos produtivos implantados em todo o estado. o envolvimento da comunidade local, na busca por soluções e o interesse dos usuários das águas em minimizar os conflitos de usos são fatores que contribuem para a implantação do programa. Já a quantidade de recursos financeiros disponíveis para o mesmo poderá ser um fator desfavorável a sua implementação.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias	porcentagem	-	-	-
Percentual de redução da degradação da qualidade das águas				
Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados*				

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2065	Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas	20.000,00	0,00	0	2	2	100
2066	Regulamentação da Política Estadual de Recursos Hídricos	51.000,00	0,00	0	1	0,1	10
2067	Implantação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos	20.000,00	14.038,65	70,19	1	0,5	50
2068	Acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos	50.000,00	5.765,31	11,53	1	0,6	60
2071	Capacitação em Recursos Hídricos	391.600,00	18.396,30	4,69	3	1	33,3
TOTAL		532.600,00	38.200,26	7,17	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 90 – Programa Finalístico

PROGRAMA – GESTÃO TERRITORIAL							
Objetivo:		Elaborar políticas, instrumentos, estratégias prioritárias, ações estratégicas, diretrizes e metas que propiciem um modelo de gestão de recursos naturais e de atividades socioeconômicas capazes de oferecer suporte para um desenvolvimento econômico rápido, harmônico e sustentável.					
Justificativa:		Necessidade de monitorar indicadores para reavaliação de políticas públicas e ampliação da participação social nas ações governamentais; melhoria da divulgação e internalização dos produtos que subsidiam o programa de gestão territorial.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de atendimentos	Unidade	-	-	-			
Plano estratégico elaborado	Unidade	-	-	-			
Quantidade de usuários atendidos pelo CEU-TO	Unidade	-	-	-			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2133	Capacitação dos Recursos Humanos do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	10.000,00	2.065,23	20,65	1	2	200,00
2135	Operacionalização e Manutenção do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	10.000,00	0,00	0,00	400	0	0,00
TOTAL		20.000,00	2.065,23	10,33	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 91 – Programa Finalístico

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL							
Objetivo:		Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.					
Justificativa:		A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas. Em consonância com o citado objetivo, a eficiente e eficaz implementação do programa estadual de educação ambiental é fundamentada pelo estabelecimento de parcerias entre o poder público e privado, terceiro setor e a comunidade em geral, funcionando como catalisador da revisão de valores, dessa maneira, levando os cidadãos a desenvolverem posturas pró-ativas em relação às questões ambientais.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Ações estratégicas do programa estadual de educação ambiental implementadas	porcentagem	-	-	-			



Conceitos e metodologias de EA difundidos no ensino formal		porcentagem	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2137	Funcionamento da Comissão Estadual de Educação Ambiental	12.055,00	256,50	2,12	2	1	50,00
2138	Implantação e Funcionamento do Sistema de Informação sobre Educação Ambiental	70.000,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2139	Comunicação em Educação Ambiental	70.000,00	0,00	0,00	5	2	40,00
TOTAL		152.055,00	256,50	0,17	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 92 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA							
Objetivo:	Contribuir para a definição de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para o estado do Tocantins, visando o uso sustentável dos recursos naturais.						
Justificativa:	A crescente demanda por recursos naturais tem exigido a definição de um conjunto de procedimentos necessários a garantir que o desenvolvimento seja implementado segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.						
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2140	Fortalecimento da Descentralização da Gestão Ambiental	1.170.895,00	715.913,23	61,14	5	4	80,00
2141	Consolidação do Processo de Capacitação com Vistas à Implementação de Políticas Públicas Desenvolvimento Sustentável	156.190,00	107.585,24	68,88	10	5	50
TOTAL		1.327.085,00	823.498,47	62,05	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

**QUADRO 93 - Programa Finalístico**

PROGRAMA - PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PMNA II							
Objetivo:		O programa nacional do meio ambiente II - PNMA II, direcionado para o aperfeiçoamento da gestão ambiental do país, nas esferas federal, estadual e municipal e para a ampliação das possibilidades de participação da sociedade civil na gestão ambiental, tem por objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.					
Justificativa:		De acordo com o roteiro metodológico apresentado pelo MMA, o estabelecimento de prioridades ambientais visa incentivar o planejamento ambiental, otimizar o uso dos recursos financeiros, apoiar a tomada de decisão e, sobretudo, assegurar que as ações a serem desenvolvidas tenham sustentabilidade e sejam internalizadas, no futuro, pelos agentes sociais e nas esferas políticas locais.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2142	Desenvolvimento Institucional para Gestão Ambiental	36.000,00	0,00	0,00	9	0	0
2143	Gestão Integrada de Ativos Ambientais	20.000,00	0,00	0,00	8	0	0
TOTAL		56.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 94 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ÁREAS PROTEGIDAS DO TOCANTINS							
Objetivo:		Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas à conservação dos ecossistemas no estado do Tocantins.					
Justificativa:		As unidades de conservação do estado do Tocantins contribuem para a preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidos. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindíveis para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Dimensão das unidades de conservação		porcentagem	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1034	Identificação de Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação	150.000,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00
1035	Implantação do Sistema	130.000,00	0,00	0,00	6	0	0,00



	Estadual de Unidades de Conservação						
2072	Apoio à Criação, Implementação e Gestão das Unidades de Conservação	1.989.903,00	1.408.863,40	70,80	5	4	80,00
TOTAL		2.269.903,00	1.408.863,40	62,07	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 95 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS JOGA LIMPO	
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como consequência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradações ambientais, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no estado. A não implantação deste programa poderá agravar, ainda mais, a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, o uso de água não potável, etc. a existência de lixões e o despreparo dos municípios para o planejamento e controle das ações de gestão dos resíduos.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários				
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico	Porcentagem	-	-	-
Coleta seletiva de lixo				

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2089	Funcionamento do Fórum Estadual Lixo Cidadania	10.000,00	0,00	0,00	1	1	100
2090	Manutenção e Funcionamento do Sistema Estadual de Informação Sobre Resíduos	10.000,00	0,00	0,00	1	0,1	10
TOTAL		20.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 96 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS TURISMO VERDE							
Objetivo:		Promover o ecoturismo como alternativa sustentável para a geração de emprego e renda às comunidades do entorno das unidades de conservação.					
Justificativa:		A indústria do ecoturismo no estado do Tocantins necessita de identificação dos problemas e diretrizes que depende do Planejamento da gestão sustentada do patrimônio natural e cultural, voltado para a valorização dos recursos naturais e geração de empregos.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1037	Elaboração de Estudos, Planos, Programas e Projetos na Área de Ecoturismo	20.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2091	Implantação de Infra-Estrutura Básica do Ecoturismo	775.910,00	61.285,46	7,90	5	0	0,00.
2093	Desenvolvimento da Pesca Esportiva	20.000,00	4.585,00	22,93	2	1	50,00
2095	Implantação da Sinalização nos Pólos de Ecoturismo	132.000,00	79.955,84	60,57	2	1	50,00
TOTAL		947.910,00	145.826,30	15,38	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 97 - Programa Finalístico

PROGRAMA - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS							
Objetivo:		Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.					
Justificativa:		Os ecossistemas naturais abrigam uma imensa diversidade biológica, prestando serviços essenciais para a vida no planeta. A pressão antrópica sobre os recursos naturais vem crescendo em função da necessidade de espaço físico e produção de matéria-prima. Assim sendo, torna-se imprescindível a adoção de medidas de conservação e manutenção de genes, espécies e ecossistemas como forma de contribuir efetivamente para a ecologia local e global. Entretanto o Programa de Biodiversidade e Recursos Genéticos ainda não foi realizado porque depende de uma política estadual que regulamente as atividades de pesquisa, avaliações e uso dos recursos genéticos. Essa política atualmente se encontra em processo de elaboração.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade	porcentagem						
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					



N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1038	Realização de estudos para Conhecimento da Biodiversidade	701.000,00	0,00	0,00	2	0	0,00
TOTAL		701.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 98 - Programa Finalístico

PROGRAMA - AGENDA 21							
Objetivo:	Apoiar e viabilizar o planejamento estratégico descentralizado e participativo, em âmbito estadual e municipal, visando a sustentabilidade ambiental, social, política e econômica das ações propostas.						
Justificativa:	A construção de estratégias que contribuam para a sustentabilidade ambiental, social, política econômica de uma região (estado ou municípios) apresenta-se como um desafio à implementação de um processo continuado e integrado para o desenvolvimento sustentável das populações, promovendo uma melhoria na qualidade de vida destas. A não implementação deste programa favorece a implantação contínua de ações desarticuladas, que não representam as aspirações das comunidades locais e nem levam em consideração as especificidades culturais, físicas, sociais e econômicas das regiões. O desinteresse dos grupos locais (governamentais e não governamentais) em implementar no estado um processo descentralizado para a gestão dos recursos naturais acarretará prejuízos à implantação deste programa.						
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Agendas 21 estadual e municipal elaborada	Porcentagem	-	-	-			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2096	Construção e Implementação da Agenda 21 Estadual	10.000,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		10.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 99 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-br), a partir de 2002 o projeto evoluiu para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura, com participação social, são interdependentes, na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).



Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	percentual	-	-	-			
Aumento real da receita própria municipal	percentual	-	-	-			
Eficiência na conservação de áreas protegidas	percentual	-	-	-			
AÇÃO	Descrição	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º		Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1040	Elaboração de Planos e Estudos para o Desenvolvimento Regional	180.000,00	12.981,67	7,21	3	1	33,3
1041	Apoio a Reestruturação Organizacional e Financeira da Gestão Municipal	220.040,00	8.280,61	3,76	20	20	100,0
1042	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	169.818,00	5.535,67	3,26	376	2	0,5
1043	Capacitação de Atores Locais para o Desenvolvimento	169.520,00	3.000,00	1,76	1.000	0	0
1045	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da SEPLAN	252.000,00	0,00	0,00	40	0	0
1046	Fortalecimento da Base Material para Pesquisa e Planejamento da SEPLAN	122.100,00	0,00	0,00	1	0	0
2104	Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra	525.000,00	0,00	0,00	139	0	0
2105	Avaliação de Programas Executados pelo Governo do Estado	849.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2106	Orientação para Implantação de Conselhos de Desenvolvimento Regional	90.000,00	0,00	0,00	2	0	0
2107	Fomento a Implantação de Consórcio Intermunicipais	191.142,00	99.129,20	51,86	2	5	250,0
2108	Implantação de Unidade Técnica Regional	725.723,00	337.320,72	46,48	2	1	50,0
2110	Levantamento de Recursos Naturais	1.416.000,00	135.000,00	9,53	139	0	0
2115	Ampliação do Sistema de Proteção Ambiental e Gestão Territorial	680.810,00	4.714,00	0,69	139	0	0
2118	Avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentado - PDRS	928.600,00	65.835,40	7,09	25	0	0
2120	Serviço de Apoio para Coleta, Monitoramento e Mapeamento de Dados	964.802,00	0,00	0,00	39	0	0
2483	Implantação de Unidades de Conservação	1.338.840,00	0,00	0,00	5	0	0
2484	Infra estrutura Básica e Turística Implantada	1.774.922,00	16.476,93	0,93	1	0	0
2485	Elaboração de Estudos e Pesquisas Sobre Mudanças Climáticas	650.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2486	Implantação de Rede	638.000,00	371.027,80	58,15	4	4	100,0



	Hidrometeorológica						
2488	Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	681.930,00	0,00	0,00	1	0	0
2505	Manejo Sustentável do Entorno das Unidades de Conservação	812.000,00	0,00	0,00	2	0	0
2070	Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos	3.164.000,00	192.936,18	6,10	1	0,1	10,0
TOTAL		16.544.247,00	1.252.238,18	7,57	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 100 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE							
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.						
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamentos ilegais, queimadas descontroladas, exploração mineral, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A não implementação do programa prejudicará a reversão deste quadro por não definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e não promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente. Nesse sentido, o interesse e as possibilidades de articulação de ações dos diferentes setores e agentes sociais, para definir e acordar princípios, diretrizes e estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense, são fatores condicionante para a implantação deste programa.						
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
índice de diminuição da degradação ambiental	Porcentagem	Não apurado	Setembro/2003	40%			
índice de inserção e controle social							
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2076	Acompanhamento do ICMS Ecológico	0,00	0,00	0,00	1	0	0
2077	Fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	1	0	0
2079	Planejamento do Ecoturismo Estadual	384.000,00	0,00	0,00	5	0	0
2080	Publicidade de Utilidade Pública	60.000,00	11.250,00	18,75	1	2	200,00
2083	Funcionamento do Sistema Estadual de Informações Ambientais	0,00	0,00	0,00	1	0	0
2084	Capacitação Ambiental	450.000,00	1.764,00	0,39	3	1	33,33
TOTAL		894.000,00	13.014,00	19,14	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

**QUADRO 101 - Programa de Gestão de Políticas Públicas**

PROGRAMA - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	
Objetivo:	Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão visando a melhoria na qualidade da elaboração, do gerenciamento, e da avaliação de programas e ações.
Justificativa:	Face à deficiência no desenho de programas, ações, alocação de recursos e inexistência de sistemática de gerenciamento e avaliação, faz-se necessário a modernização do processo de planejamento, orçamento e gestão. A não modernização acarretará o descolamento entre o planejado, executado e as demandas da sociedade, inviabilizando a gestão por resultados.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1031	Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Planejamento, Orçamento e Gestão	1.555.000,00	0,00	0,00	6	0	0,00
1032	Desenvolvimento da Sistemática de Avaliação de Programas e Projetos Governamentais	361.160,00	21.160,00	5,86	1	0	0
1033	Implantação dos Canais de Informação e Comunicação Implantados	80.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2060	Assessoramento Técnico em Planejamento, Orçamento e Gestão	163.240,00	68.930,78	42,23	6	28	466,66
2061	Desenvolvimento de Modelo de Gestão Pública	191.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2062	Formação de Equipe Técnica de Excelência	55.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2063	Capacitação de Servidores em Planejamento, Orçamento e Gestão	355.000,00	12.078,95	3,40	2.213	2	0,09
TOTAL		2.760.400,00	102.169,73	3,70	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

QUADRO 102 - Programa de Serviço ao Estado

PROGRAMA - INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	
Objetivo:	Disponibilizar em tempo real informações sócio-econômicas do Estado e seus municípios para subsidiar a tomada de decisões no âmbito do poder executivo.
Justificativa:	Esse programa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade do estado em suas diversas dimensões e para subsidiar a tomada de decisões, bem como, divulgar as potencialidades do Estado.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de informação disponibilizada		%	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2124	Acompanhamento da evolução do produto interno bruto estadual	20.000,00	5.211,69	26,05	1	0	0,00
2125	Atualização e revisão da revista Tocantins em dados	25.000,00	0,00	0,00	1.000	0	0,00
2126	Elaboração e divulgação do perfil sócio-econômico municipal e regional	80.000,00	7.990,00	9,98	39	36	92,31
2128	Atualização e revisão do anuário estatístico do estado	100.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2129	Elaboração de estudos sobre a evolução da economia do estado	50.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2509	Construção dos indicadores sócio-econômicos	25.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		300.000,00	13.201,69	4,40	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
31.678.561,00	8.476.799,21	26,76	23.201.761,79

3.1.13 SECRETARIA DO ESPORTE

A Secretaria de Estado do Esporte foi instituída pelo Decreto nº 1.038 de 16 de outubro de 2000, com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades em níveis estadual, nacional e internacional.

Tem como objetivo desenvolver a política estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do indivíduo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do ser humano.

Devido a carência de informações e de estrutura física esportiva em nosso Estado, faz-se necessário a atuação da SESPO como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida a toda população do Estado. Seu público-alvo é a população (pessoas comuns,

jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) que residam nos 139 municípios que compõe o Estado do Tocantins.

Com isso, tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, mas também contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população do nosso Estado.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 22.059.654,00**, com execução de **R\$ 19.748.382,28**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 103 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.245.812,00	1.109.645,43	89	136.166,57
Manutenção dos Serviços de Transportes	302.600,00	260.468,88	86	42.131,12
Manutenção de Recursos Humanos	3.381.897,00	3.234.456,19	96	147.440,81
Ações de Informática	69.220,00	55.020,18	79	14.199,82
TOTAL	4.999.529,00	4.659.590,68	93	339.938,32

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SESPO

QUADRO 104 - Programa Finalístico

PROGRAMA - EVENTOS ESPORTIVOS							
Objetivo:	Dar condições a todas as entidades esportivas anuais, auxiliando na descoberta de novos valores e apoiando financeiramente as equipes amadoras e profissionais e propiciar a Secretaria do Esporte que cumpra o seu calendário esportivo 2006.						
Justificativa:	Pelos dificuldades financeiras das entidades esportivas do estado, como federações, clubes profissionais, a fim de cumprir os seus projetos na realização de eventos e para poder representar o Estado nas modalidades esportivas.						
Prazo de Execução:	2006						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de expansão de eventos esportivos	%	*	2003	110			
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2155	Realização das Olimpíadas dos Pioneiros Mirins	54.200,00	53.950,00	100	8	11	100
2156	Promoção do Projeto	101.000,00	90.233,10	89	0	0	0



Segundo Tempo							
2161	Distribuição de Material Esportivo do Projeto Pintando a Liberdade	907.063,00	36.996,73	4	1	1	0
2424	Atendimento aos Clubes profissionais e amadores	1.169.900,00	1.169.900,00	100	2	10	100
2425	Atendimento ao esporte comunitário	794.124,00	792.424,94	99	20	20	100
2426	Divulgação das ações do esporte	1.818.967,00	1.818.966,25	100	60	60	100
TOTAL		4.845.254,00	3.962.471,02	82	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SESPO

QUADRO 105 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ESPORTE E CIDADANIA							
Objetivo:		Desperta nos jovens o interesse pelas modalidades esportivas, recreativas e culturais, revelando talentos e oportunizando o exercício da cidadania através da emissão de documentos e doação de material esportivo.					
Justificativa:		Por não ter acesso a diversas modalidades esportivas e por ausência de informações técnicas e do material esportivo adequado, a SESPO vai ao encontro da comunidade para difundir o esporte em todas as suas dimensões, além de propiciar sem custos a expedição de documentos pessoais.					
Prazo de Execução:		2006					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de expansão de pratica esportivas		%	*	2003	110		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2163	Realização de evento do esporte e cidadania	3.233.206,00	3.085.640,27	95	10	9	90
1051	Ampliação da frota de veiculo	477.176,00	477.176,00	100	10	6	60
1052	Ampliação da rede de informática	7.491,00	7.491,00	100	30	3	10
TOTAL		3.717.873,00	3.570.307,27	96	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SESPO

QUADRO 106 - Programa Finalístico

PROGRAMA - EDIFICAÇÃO DA REDE ESPORTIVA							
Objetivo:		Construir a rede de infra-estrutura esportiva para a prática das diversas modalidades de esporte nos municípios tocantinenses					
Justificativa:		Pela inexistência total ou precária de equipamentos esportivos e porque os já existentes não oferecem as mínimas condições na prática esportiva.					
Prazo de Execução:		2006					

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de expansão da rede de infra-estrutura desportiva	%	*	2003	105

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1055	Construção de estádio de futebol	6.999.450,00	6.578.993,32	94	1	1	100
2427	Reforma de infra-estrutura esportiva	1.265.486,00	798.534,42	63	11	11	100
2428	Construção de infra-estrutura esportiva	232.062,00	178.485,57	76	4	4	100
TOTAL		8.496.998,00	7.556.013,31	89	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SESPO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
22.059.654,00	19.748.382,28	89,53	2.311.271,72

3.1.14 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.º 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto nº 2751, de 22 de maio de 2006, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos.

Tem como missão a promoção e a defesa dos direitos humanos, das garantias constitucionais, da ordem jurídica, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, dos índios, das minorias, do direito do consumidor, através do PROCON, da política judiciária, da criança e do adolescente, da política judiciária, monitoramento da Execução Penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e Penitenciária do Estado, a articulação com Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça está o Fundo Estadual Antidrogas e os Conselhos:

1 – Dos Direitos da Mulher;

- 2 – Dos Direitos Humanos;
- 3 – Antidrogas;
- 4 – De Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor;
- 5 – Penitenciário.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, e 03 Programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 18.481.946,00** com execução de **R\$ 17.389.635.87**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 107 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.001.100,00	1.937.984,74	96,85	63.115,26
Manutenção dos Serviços de Transportes	575.000,00	521.501,04	90,70	53.498,96
Manutenção de Recursos Humanos	10.796.869,00	10.784.056,42	99,88	12.812,58
Ações de Informática	82.300,00	80.454,63	97,76	1.845,37
TOTAL	13.455.269,00	13.323.996,83	99,5	131.272,17

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECIJU

QUADRO 108 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECIJU

QUADRO 109 - Programa Finalístico
PROGRAMA - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo:	Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração.
Justificativa:	Construir estabelecimentos correccionais em áreas deficientes de estruturas de segurança para atender a população carcerária.
Prazo de Execução:	2004-2007



Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Reincidência Criminal		%	-	2003	10		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
154	Capacitação para servidores do sistema prisional	30.000,00	0,00	0	250	0	0
365	Formação profissional para reeducandos	50.000,00	0,00	0	156	0	0
507	Construção do Presídio Feminino	14.500,00	0,00	0	1	0	0
509	Construção do Presídio de Segurança Máxima na Região Sudeste	200.000,00	0,00	0	1	0	0
510	Construções de casas de albergado para egressos	74.000,00	0,00	0	04	0	0
512	Aparelhamento da estrutura penitenciária	150.000,00	0,00	0	04	01	25
627	Alimentação aos presos custodiados	1.124.100,00	961.480,92	85,53	700	500	71,42
2088	Assistência jurídica e psicossocial ao egresso	0,00	0,00	0	50	0	0
TOTAL		1.642.600,00	961.480,92	59	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECIJU

QUADRO 110 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Objetivo:	Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.
Justificativa:	Manter o serviço especializado de atendimento de maneira a garantir a humanização, fornecendo documentação civil básicos com o fito de promover a cidadania.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxas de Denúncias Investigadas		Percentual	-	2003	40		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
772	Implantação de serviços de apoio a vítimas e testemunhas ameaçadas	0,00	0,00	0	20	0	0
266	Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores	8.200,00	7.830,00	95,49	40	20	50
808	Promoção de eventos sobre direitos humanos	566.300,00	489.330,84	87	10	01	10
1230	Balcão de Direitos	2.026.700,00	1.931.209,30	96	01	01	100



1541	Estruturação do grupo executivo de prevenção e repressão à tortura	0,00	0,00	0	02	0	0
7074	Divulgação das ações e eventos promovidos através da SECIJU	675.877,00	675.787,98	99,99	1	1	100
TOTAL		3.293.077,00	3.104.158,12	94	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECIJU

QUADRO 111 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO							
Objetivo:		Garantir a execução de sentenças, ressocialização e custódia da população carcerária do Estado.					
Justificativa:		Sanar as deficiências de estabelecimentos correccionais e aparelhamento nos já existentes viabilizando o cumprimento de penas dos condenados					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Renda familiar per capita	%	0513/0661	2002	72			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
7081	Implantação da Corregedoria no Sistema Penitenciário	10.000,00	0,00	0	1	0	0
7082	Implantação da Escola dos Servidores Penitenciários	10.000,00	0,00	0	1	0	0
3275	Aquisição de mobiliário para Unidade Prisional de Araguaína	0,00	0,00	0	2	0	0
3184	Implantação de lavanderia e aquisição de equipamento do sistema prisional em Araguaína, Palmas e Gurupi	71.000,00	0,00	0	09	0	0
3215	Concurso Público para agente prisional	0,00	0,00	0	01	0	0
TOTAL		91.000,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECIJU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
18.481.946,00	17.389.635,87	94,09	1.092.310,13

3.1.15 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Ciência e Tecnologia foi criada em 29 de novembro de 2005, por meio do Decreto nº 2.588, sob forma de órgão Público do Poder Executivo Estadual, como pessoa jurídica de direito público, porém, somente no dia 1º de fevereiro de 2006, iniciou suas atividades com a nomeação do Secretário, através do Ato nº 706 NM, de 31 de janeiro de 2006, Diário Oficial nº 2.097, de 01 de fevereiro de 2006.

Tem como missão fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

As atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para ele foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 5.889.517,00**, com execução de **R\$ 5.620.342,18**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 112 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	882.861,00	782.753,72	82,54	100.107,28
Manutenção dos Serviços de Transportes	179.459,00	139.160,49	77,54	40.298,51
Manutenção de Recursos Humanos	4.658.497,00	4.653.493,42	99,89	5.003,58
Ações de Informática	168.700,00	44.934,55	26,63	123.765,45
TOTAL	5.889.517,00	5.620.342,18	95,42	269.174,82

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria de Ciência e Tecnologia

3.1.16 SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto nº 1.718, sucessora da Secretaria do Interior e Justiça, com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A missão da Secretaria do Governo pode ser resumida em “assessorar o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições políticas, articulando, promovendo e desenvolvendo ações junto às lideranças

políticas e sociais, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Congresso Nacional, aos segmentos organizados e às comunidades.”

O objetivo estratégico da Secretaria do Governo é, primeiro, adotar um modelo de gestão voltado para resultados, como: - melhorar o desempenho operacional; melhorar a imagem institucional da Secretaria perante as demais, as lideranças e o povo; tornar públicas suas atribuições; obter excelência na prestação do atendimento ao público; e, segundo, estreitar a relação do Governo com os municípios, as lideranças políticas e sociais, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Congresso Nacional, os segmentos organizados da sociedade.

Para tanto, coloca à disposição de seu público-alvo direto os seguintes serviços:

- assessoramento ao Governador na análise política da ação governamental;
- planejamento e realização de encontros para discutir as ações do Governo;
- coordenação de pesquisa de opinião pública sobre as ações do Governo;
- o apoio, acompanhamento, organização e articulação das ações políticas de todo o Estado;
- o atendimento das solicitações, reclamações e sugestões sobre o governo e seus órgãos;
- assessoria política aos municípios; relacionamento com organismos públicos e privados com vistas ao trato de assuntos políticos além do acompanhamento da tramitação de proposições e assuntos de interesse do Poder Executivo.

Também é missão da atual gestão da Secretaria de Governo fortalecer as unidades municipais com uma forte assessoria administrativa centralizada em Palmas, auxiliando estes gestores em todos os aspectos políticos, jurídicos e sociais incrementando um apoio municipalista e descentralizado com ações focadas no povo, eliminando a ingerência administrativa, minimizando custos e maximizando o compromisso social.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, de Previdência Social e um programa de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 33.625.711,00**, com execução de **R\$ 32.994.725,43**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 113 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	854.321,00	822.095,70	96,23	32.224,40
Manutenção dos Serviços de Transportes	318.474,00	309.109,77	97,06	9.364,23
Manutenção de Recursos Humanos	32.347.452,00	31.758.266,04	98,18	589.185,96
Ações de Informática	37.755,00	37.544,02	99,44	210,98
TOTAL	33.558.002,00	32.927.015,53	98,12	98,12

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEGOV
QUADRO 114 - Programa de Previdência Social – 196
Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	65.159,00	65.159,00	100	-
TOTAL	65.159,00	65.159,00	100	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEGOV
QUADRO 115 - Programa de Serviços ao Estado
PROGRAMA - GESTÃO DO CONHECIMENTO
Objetivo: Elevar a qualificação da mão-de-obra institucional, através da formação de gestores públicos e eventos de capacitação profissional, elevando assim os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública e propondo formas mais efetivas de intervenção governamental.

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de servidores capacitados	Percentual	-	2003	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2188	Capacitar Equipe Técnica da Central de Projetos	2.550,00	2.550,00	100	-	-	-
2189	Capacitar Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Lideranças Municipais	0,00	0,00	0	-	-	-
2190	Elaborar e acompanhar Projetos da Confecção a sua Implantação	0,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		2.550,00	2.550,00	100	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEGOV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
33.625.711,00	32.994.724,53	98,12	630.985,57

3.1.17 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização institucional e da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Sua finalidade é a orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, sendo seu objetivo administrar os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correção administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, controle e coordenação da situação dos bens móveis e semoventes da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Tendo como público-alvo o Poder Executivo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão institucional que será alcançada por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Recursos Humanos, Material, Patrimônio e outros sistemas administrativo-operacionais.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e um programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 10.388.699,00**, com execução de **R\$ 9.867.405,72**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 116 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.158.042,00	1.094.045,48	94,47	63.996,52
Manutenção dos Serviços de Transportes	95.000,00	81.404,60	85,69	13.595,40
Manutenção de Recursos Humanos	6.495.457,00	6.290.146,06	96,84	205.310,94
Ações de Informática	1.555.000,00	1.487.422,39	95,65	67.577,61
TOTAL	9.303.499,00	8.953.018,53	96,23	350.480,47

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECAD

**QUADRO 117 - Programa de Previdência Social – 196****Objetivo:** Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	30.000,00	21.391,00	71,30	8.609,00
TOTAL	30.000,00	21.391,00	71,30	8.609,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECAD

QUADRO 118 - Programa de Gestão de Políticas Públicas**PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	Dos temas abordados nos encontros regionais, especificamente na gestão pública, foi validada a identificação do problema da deficiência gerencial e inúmeras causas, permeando a gestão na maioria dos municípios. Para a revisão das ações do PPA 2004-2007, validou-se diagnóstico construído pelos envolvidos nas diversas atividades internas e intersetoriais do órgão gestor de administração, ratificando as causas dos problemas identificados na Lei 1430/2003. Nos novos focos de causa-problemas abordados, requerem um conjunto de ações, de recursos e medidas urgentes, eficientes e eficazes, visando sanar os respectivos problemas. Sob a nova ótica das necessidades validadas, atrelada aos princípios modernos de administração pública e acrescidas da marcante e presente vontade política do governo estadual; desencadearam o comando para a construção de ações estruturantes na atividade-meio, exigindo para tanto a cobertura deste programa, garantindo o suporte efetivo à modernização da gestão e atividades finalísticas, objetivando o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A não priorização do programa proposto e suas ações estruturantes poderão desencadear conseqüências imprevisíveis quanto a vida útil dos sistemas desatualizados que ora operamos e em face a modernização prevista para o estado, certamente acarretará entraves e danos significativos, inclusive às ações finalísticas executadas pelos demais órgãos e unidades da administração pública estadual, dependente diretamente da eficiência da atividade-meio, para alcançar a qualidade dos produtos oferecidos pelo governo estadual à sociedade.
Prazo de Execução:	Início em janeiro de 2005

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não especificado	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1066	Implantação do Sistema Integrado dos Processos de Gestão de Recursos Humanos	250.600,00	250.528,30	99,97	1	*	-
1229	Implantação de uma Política de Fortalecimento de Recursos Humanos	613.180,00	550.000,00	89,70	1	-	-
1230	Reestruturação do Modelo Organizacional	39.000,00	-	-	1	-	-
2192	Capacitação Funcional dos	27.120,00	16.557,76	61,05	35	14	-



	servidores da SECAD						
2515	Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão	125.300,00	75.910,13	60,58	2	**	-
TOTAL		1.055.200,00	892.996,19	84,63	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SECAD

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
10.388.699,00	9.867.405,72	94,98	521.293,28

3.1.18 SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores.

Constituem atividades inerentes à Secretaria da Fazenda as seguintes: formulação, coordenação e execução das funções do Sistema Tributário do Estado, compreendendo a arrecadação, tributação e fiscalização; gestão dos sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

manutenção e controle do equilíbrio financeiro do Tesouro do Estado, das operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado, dos compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual, dos sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário - financeira do Tesouro Estadual; gestão da Conta Única do Tesouro Estadual; aquisição de bens e serviços; emissão de atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e do Estado e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

São objetivos desta Secretaria criar condições técnicas instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação fiscal para o melhor atendimento ao cidadão e controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.

Desta forma, sua missão é maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

Assim, a Secretaria da Fazenda está envidando esforços visando o melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como para melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.

Algumas estratégias estão sendo implementadas como capacitar os servidores, dotar as Delegacias, Postos Fiscais e Coletorias e a Sede de equipamentos e mobiliários necessários para o seu funcionamento, contratar consultoria para desenvolver sistemas de informações, interligar as unidades desta Secretaria, aquisição de bens móveis para o centro de capacitação e incremento de sua utilização, construir e mobilizar Postos Fiscais e Agências de Atendimento ao Contribuinte, firmar parcerias com órgãos e entidades, com todas as ações realizadas dentro das normas vigentes.

Tudo isto para atender seu público-alvo que são o contribuinte, o funcionário público, os alunos da rede pública e privada, gestores e sociedade em geral.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 86.500.978,00**, com execução de **R\$ 81.830.130,27**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 119 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	21.924.053,00	19.976.579,85	91,12	1.947.473,15
Manutenção dos Serviços de Transportes	2.492.200,00	2.259.879,22	90,68	232.320,78
Manutenção de Recursos Humanos	54.420.000,00	54.055.795,91	99,33	364.204,09
Ações de Informática	637.000,00	540.688,67	84,88	96.311,33
TOTAL	79.473.253,00	76.832.943,65	96,68	2.640.309,35

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEFAZ

QUADRO 120 - Programa de Previdêcia Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefcios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	3.290.000,00	3.259.129,31	99,06	30.870,69
TOTAL	3.290.000,00	3.259.129,31	99,06	30.870,69

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEFAZ

QUADRO 121 - Programa Finalístico
PROGRAMA - EDUCAÇÃO FISCAL

Objetivo:	Implementar, promover e institucionalizar o Programa Estadual de Educação Fiscal.
Justificativa:	O Estado para se modernizar necessita de capacitar, conscientizar e aprimorar a consciência cívica, cultural e fiscal dos servidores, alunos e sociedades em geral.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2196	Formação continuada dos agentes multiplicadores	15.000,00	0,00	0	20%	0	0
2433	Monitoramento do Programa de educação fiscal	15.000,00	0,00	0	20%	0	0
2195	Capacitação de gestores e servidores públicos	13.900,00	0,00	0	40%	0	0
TOTAL		43.900,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEFAZ

QUADRO 122 - Programa Finalístico
PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Objetivo:	Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para o melhor atendimento ao cidadão.
Justificativa:	A Secretaria da Fazenda está realizando esforços no melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1069	Adequação do ambiente físico da Escola Fazendária	43.471,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1070	Construção e adequação do ambiente físico dos postos fiscais	1.195.125,00	572.753,17	47,92	2	4	200
1071	Implantação e Adequação do Centro de Atendimento ao contribuinte	0,00	0,00	0,00	1	0	2
1072	Adequação do ambiente físico das Regionais da SEFAZ	1.060.400,00	521.997,15	49,23	2	2	100
1076	Modernização da sede da SEFAZ	563.800,00	301.310,50	53,44	1	1	100
2194	Capacitação de servidores	597.500,00	228.347,35	38,22	80,00%	124,77%	155,96
1077	Implantação e manutenção dos sistemas tributário e financeiro	233.529,00	113.649,14	48,67	10,00%	8,40%	84
TOTAL		3.693.825,00	1.738.057,31	47,05	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEFAZ

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
86.500.978,00	81.830.130,27	94,60023709	4.670.847,73

3.1.19 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada através da Lei nº 001 de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 1.124 de 1º de fevereiro de 2000, com a função de garantir a execução, supervisão e controle da ação de Governo relativa à Educação e Cultura, com vistas a promover a melhoria da qualidade do ensino.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

- I. o desenvolvimento das políticas de educação;
- II. o ensino e o magistério;
- III. a assistência e o apoio ao educando;
- IV. o apoio estratégico e logístico aos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura;

V. a promoço e difusão da cultura em todas as suas manifestações;

VI. outras atividades correlatas.

Além dessas competências essa unidade de gestão possui os seguintes objetivos:

a. melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino;

b. promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação;

c. reestruturar, modernizar e consolidar a gestão;

d. implantar programa permanente de avaliação.

Com o intuito de permitir o melhor cumprimento de seus objetivos a Secretaria estabeleceu como missão garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.

As atribuições institucionais da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo; Previdência Social e 11 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de R\$ **477.776.861,00**, com execução de R\$ **457.670.754,29** como demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 123 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	11.774.314,00	10.877.558,32	92	896.755,68
Manutenção dos Serviços de Transportes	4.219.390,00	4.020.670,12	95	198.719,88
Manutenção de Recursos Humanos	71.276.488,00	69.811.646,56	98	1.464.841,44
Ações de Informática	1.746.344,00	1.645.223,76	94	101.120,24
TOTAL	89.016.536,00	86.355.098,76	97	2.661.437,24

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 124 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	31.663.153,00	31.653.269,26	99	9.883,74
TOTAL	31.663.153,00	31.653.269,26	99	9.883,74

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 125 - Programa Finalístico
PROGRAMA - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

Objetivo:	Promover a Construção, ampliação e reforma de escolas, laboratórios de informática, quadras de esportes, delegacias regionais de ensino e centros de formação continuada, bem como equipar a estrutura física do sistema educacional do estado, visando proporcionar um padrão mínimo às instalações, a fim de atender os respectivos usuários com qualidade.
Justificativa:	O sistema educacional de ensino, requer a cada exercício, expansão, manutenção e aparelhamento de sua estrutura física, desta forma torna se necessário a adoção de políticas voltadas a esse fim, no sentido de assegurar a absorção da demanda educacional.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de unidades esc. de ensino médio atendidas com reforma	Porcentagem	20%	jan/04	20%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com reforma	Porcentagem	25%	jan/04	65%
Taxa de diretorias regionais de ensino atendidas com reforma	Porcentagem	10%	jan/04	40%
Taxa de centros de Form. Continuada construídos	Porcentagem	0%	jan/04	50%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com construção	Porcentagem	65%	jan/04	25%
Taxa de unidades esc. de ensino médio atendidas com ampliação	Porcentagem	35%	jan/04	50%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com ampliação	Porcentagem	35%	jan/04	60%
Taxa de unidades esc. de ensino médio construídas	Porcentagem	45%	jan/04	40%
Taxa de diretorias regionais de ensino atendidas com ampliação	Porcentagem	10%	jan/04	40%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1080	Ampliação de UE do Ensino Fundamental	571.495,00	571.489,14	100	77	4	5
1081	Ampliação de UE do Ensino Médio	637.665,00	637.664,95	100	23	1	4
2262	Aparelhamento de UE do	1.731.749,00	1.006.071,93	58	476	476	100



	Ensino Fundamental						
2263	Aparelhamento de UE do Ensino Médio	3.301.972,00	2.827.730,53	86	602	214	36
1086	Construção de UE do Ensino Fundamental	4.080.295,00	4.080.209,32	100	10	3	30
1087	Construção de UE do Ensino Médio	2.957.291,00	2.809.398,76	95	1	0	0
1228	Construção de Quadra de Esporte do Ensino Fundamental	-	-	0	1	1	100
2261	Reforma e Melhoria de UE do Ensino Médio	372.683,00	372.579,67	100	16	4	25
2260	Reforma e Melhoria de UE do Ensino Fundamental	3.581.770,00	3.201.409,99	89	56	9	16
TOTAL		17.234.920,00	15.506.554,29	90	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 126 - Programa Finalístico

PROGRAMA - CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR							
Objetivo:	Promover atendimento a criança com distorção idade-série nas classes de aceleração e aos adolescentes, jovens e adultos acesso a modalidade de educação de jovens e adultos.						
Justificativa:	De acordo com os dados do PES/2002 os índices de distorção idade-serie dos alunos do ensino fundamental foi de 36,6% e no ensino-médio 67,90 estes índices revelam a inadequação do sistema de ensino e a parcela significativa de alunos que necessitam receber atendimento especializado, por isso, a necessidade de implementação do Programa Correção de Fluxo, para garantir a inclusão do educando.						
Prazo de Execução:	2004-2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de aprovação escolar de 5ª a 8ª series	Porcentagem	81,76%	jan/04	90%			
Taxa de distorção idade serie de 5ª a 8ª series	Porcentagem	41,77%	jan/04	32%			
Numero de turmas de educação de jovens e adultos	Pessoa	893	jan/04	1.113			
Taxa de distorção idade serie de 1ª a 4ª series	Porcentagem	26%	jan/04	16%			
Taxa de abandono escolar - EJA 1º seg.	Porcentagem	30%	jan/04	25%			
Taxa de abandono escolar - EJA 2º seg.	Porcentagem	22%	jan/04	18%			
Taxa de distorção idade-serie do ensino médio	Porcentagem	63%	jan/04	48%			
Taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª serie.	Porcentagem	5.22%	jan/04	4%			
Taxa de aprovação escolar de 1ª a 4ª series	Porcentagem	81%	jan/04	91%			
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2266	Assessoramento Pedagógico aos Profes, Coord. e Supervisores	440.728,00	356.811,00	81	553	636	115



2264	Expansão do Programa Correção de Fluxo	540.630,00	445.524,70	82	11.920	8000	67
2270	Expansão da EJA - Ensino Fundamental	1.129.349,00	13.338,50	1	554	419	76
2269	Expansão da EJA - Ensino Médio	-	-	0	74	34	46
2267	Exame Supletivo Realizado	180.000,00	59.878,90	33	12	12	100
2268	Realização do Fórum da EJA	10.000,00	-	0	1	1	100
TOTAL		2.300.707,00	875.553,10	38	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 127 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Objetivo:	Fortalecer a educação escolar indígena.
Justificativa:	Atualmente no estado existe uma demanda de 3.106 alunos indígenas distribuídos na 1ª e 2ª fase do ensino fundamental. Temos um elevado índice de evasão e de distorção série/idade, e através do programa objetivamos fortalecer e promover uma educação de qualidade atendendo às especificidades de cada grupo técnico.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Profissionais qualificados	Porcentagem	40%	jan/04	1
Taxa de Escolas mantidas	Porcentagem	63%	jan/04	85%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2277	Acomp e Avaliação Didático-Pedagógico dos Prof. Indígenas	87.915,00	51.694,00	59	200	232	116
1090	Ampliação de Unidade Escolar Indígena	68.293,00	33.809,00	50	8	0	0
2276	Aparelhamento de Unidade Escolar Indígena	331.410,00	54.012,30	16	80	84	105
1091	Construção de Unidade Escolar Indígena	477.291,00	277.738,07	58	9	0	0
2272	Formação Continuada dos Professores Indígenas	271.104,00	105.341,55	39	200	197	99
2271	Formação Inicial de Professores Indígenas	377.237,00	236.508,71	63	137	8	6
2275	Manutenção de Atividades das UE Indígenas	231.747,00	92.541,87	40	80	84	105
2278	Manutenção de RH Indígena - FUNDEF 40%	494.000,00	480.390,50	97	50	62	124
2274	Manutenção de RH Indígena - FUNDEF 60%	1.450.783,00	1.450.781,52	100	140	189	135
2279	Manutenção de RH Indígena - FUNDEF - TESOURO	225.000,00	211.526,79	94	30	50	167
2273	Reforma de Unidade Escolar Indígena	174.541,00	41.275,61	24	2	2	100
TOTAL		4.189.321,00	3.035.619,92	72	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

**QUADRO 128 - Programa Finalístico**

PROGRAMA - DEMOCRATIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	
Objetivo:	Melhorar a qualidade de aprendizagem através da utilização dos recursos tecnológicos educacionais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico.
Justificativa:	Diante do quadro de escassez dos recursos tecnológicos educacionais e recursos humanos capacitados para utilização das tecnologias e diante os avanços da sociedade, do conhecimento, implementar a utilização das tecnologias educacionais tais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico nas unidades escolares, será com certeza um fator de inclusão educacional.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de escolas atendidas com telepostos	Porcentagem	33%	jan/04	63%
Taxa de escolas atendidas com bibliotecas autorizadas	Porcentagem	57%	jan/04	87%
Taxa de escolas atendidas com laboratórios de informática	Porcentagem	11%	jan/04	29%
Taxa de servidores contemplados com projetos incentivo a leitura	Porcentagem	12%	jan/04	42%
Taxa de projetos realizados	Porcentagem	6%	jan/04	13%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2281	Acomp. as UE's quanto a utilização das Tecnologias Educuc	100.000,00	7.507,50	8	136	34	25
1092	Realização de Projetos de Incentivo a Leitura	1.405.230,00	1.376.707,84	98	2	2	100
2430	Realização de Seminário em Educação Tecnológica	-	-	0	1	0	0
TOTAL		1.505.230,00	1.384.215,34	92	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 129 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ABC DA CIDADANIA	
Objetivo:	Alfabetizar adultos com idade a partir de 15 anos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria.
Justificativa:	Considerando o alto índice de analfabetismo no estado, propõe se alfabetizar 15.000 pessoas por ano, para melhorar a qualidade de vida do povo tocantinense, promovendo perspectiva de continuidade educacional e habilidade profissional aos beneficiários.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de Analfabetismo no Estado	Porcentagem	18%	jan/06	

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.

2284	Capacitação de Monitor Alfabetizador	172.395,00	114.917,08	67	630	407	65
2467	Manutenção de Recursos Humanos - ABC	682.045,00	618.249,06	91	545	407	75
2199	Supervisão Pedagógica do Programa ABC da Cidadania	125.000,00	87.562,50	70	629	598	95
TOTAL		979.440,00	820.728,64	84	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 130 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL							
Objetivo:		Modernizar e consolidar a gestão das políticas educacionais.					
Justificativa:		A Secretaria de Educação e Cultura é um agente importante na busca de soluções para a redução das desigualdades sociais. Neste contexto, a Secretaria de Educação e Cultura deverá fazer uso de estratégias e métodos eficazes de gerenciamento de gerenciamento das políticas educacionais, para que estas possam garantir o desenvolvimento do seu papel social, na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Percent de escolas com dependência adm. estadual avaliada	Porcentagem	0%	jan/04	100%			
Percent de UE com dep adm estadual atend p/ prog Gestão Comunitária	Porcentagem	100%	jan/04	100%			
Número de instituições avaliadas	Unidade	0%	jan/04	13%			
Numero de municípios inspecionados	Unidade	139%	jan/04	139%			
Percent de esc. com dependência adm estadual supervisionada	Porcentagem	100%	jan/04	100%			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2201	Financiamento do Projeto Pedagógico Docentes e Juvenis	26.600,00	26.600,00	100	26	26	100
2202	Assistência Técnico Pedagógico a Educação do Campo	282.972,00	37.199,48	13	432	288	67
2200	Capacitação dos Membros das Associações Escolares	30.665,00	-	0	240	0	0
2209	Descentralização dos Recursos à Gestão Comunitária do EF	28.827.862,00	28.824.951,43	100	486	446	92
2203	Descentralização dos Recursos à Gestão Comunitária do EM	12.415.029,00	12.343.224,99	99	245	272	111
2464	Implantação de Escola de Tempo Integral	316.385,00	291.353,10	92	10	11	110
2208	Implementação do Sistema Integrado de Comunicação	255.417,00	254.364,34	100	100	20	20
2215	Manutenção do Sistema de Avaliação da Escola	50.000,00	16.489,50	33	170	1	1



2216	Manutenção do Sistema de Avaliação Institucional	15.789,00	-	0	25.000	0	0
2211	Implementação da Proposta Curricular	204.000,00	76.650,42	38	442	1	0
2210	Inspeção das Unidades Escolares	101.860,00	101.859,60	100	2.264	2264	100
2214	Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental	2.608.595,00	2.297.354,69	88	442	424	96
2213	Manutenção de Atividades do Ensino Médio	1.263.444,00	660.558,81	52	236	236	100
2212	Realização do Censo Escolar	147.967,00	136.117,30	92	1	1	100
2206	Supervisão das Unidades Escolares	339.629,00	333.203,55	98	277	277	100
2217	Premiação das UEs Bem Sucedidas Gestão Educacional	56.000,00	16.819,50	30	12	13	108
2218	Capacitação dos Manipuladores da Alimentação Escolar	346.117,00	5.968,00	2	723	0	0
TOTAL		47.288.331,00	45.422.714,71	96	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 131 - Programa Finalístico

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO				
Objetivo:	Profissionalizar e valorizar os profissionais da rede estadual de ensino.			
Justificativa:	Considerando a falta de qualificação dos prof. da educação: professores, gestores e técnicos, faz-se necessário a implementação de um programa de formação inicial e continuada de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e mod. de ensino.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de gestores e técnicos qualificados	Porcentagem	5,4%	set/03	0
Taxa de professores do ensino fundamental EJA qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de professores e técnicos da Educação Especial qualificados	Porcentagem	6,50%	set/03	0
Taxa de professores do Ens. Médio - EJA qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de professores do Ens. Fundamental qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de profissionais da educação qualificados nas tecnolog. Educacional	Porcentagem	62%	set/03	0
Taxa de professores dos programas de correção de fluxo qualificados	Porcentagem	6,50%	set/03	0
Taxa de professores do ensino fundamental e médio graduados	Porcentagem	30%	set/03	0
Quantidade de servidores avaliados	Pessoa	0	set/03	100
Taxa de professores do ensino médio qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2221	Capacitação de Prof. Coord. Superv. da Correção de Fluxo	504.529,00	363.000,60	72	546	580	106
2465	Formação Inicial dos Servidores da Educação	33.356,00	25.705,75	77	500	0	0
2228	Formação Continuada de Gestores e Técnicos	669.931,00	268.102,47	40	1.098	2237	204
2227	Formação Continuada de Prof. do E M em Áreas Específicas	1.219.438,00	810.186,00	66	1.176	1246	106
2225	Formação Continuada de Professores e Técnicos da Ed Especial	178.575,00	88.660,41	50	120	120	100
2226	Formação Continuada de Prof. da Educ nas Tecnologias Educ	145.747,00	92.118,55	63	4.886	758	16
2223	Formação Continuada para Prof. de 1ª a 8ª series da EJA	1.969.044,00	1.315.420,42	67	2.345	2.060	88
2220	Formação Continuada para Prof. do Ensino Fundamental	1.912.385,00	784.935,12	41	3.145	3.316	105
2224	Formação Continuada para Professores do Ensino Médio - EJA	874.048,00	258.603,10	30	323	320	99
2229	Graduação de Professores do Ensino Médio	28.350,00	-	0	50	0	0
2219	Formação Continuada dos Orientadores Educacionais	32.000,00	18.004,11	56	155	256	165
2232	Manutenção de RH do Ensino Médio	51.453.657,00	50.289.331,55	98	2.185	3128	143
2230	Manutenção de RH - FUNDEF - 40%	37.121.144,00	37.121.120,61	100	3.150	3107	99
2231	Manutenção de RH - FUNDEF - 60%	149.946.170,00	149.672.784,51	100	7.750	7495	97
2233	Manutenção de RH - EJA	2.974.211,00	2.494.989,41	84	160	160	100
2234	Manutenção do Sistema de Avaliação de Desemp. do Servidor	60.000,00	12.210,00	20	18.258	18258	100
TOTAL		249.122.585,00	243.615.172,61	98	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 132 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL	
Objetivo:	Reduzir até 2007 o abandono escolar em 53% (7.89% para 3.71%) de 1ª a 4ª serie do ensino fundamental; em 61% (10.44% para 4.07%) de 5ª a 8ª serie do ensino fundamental; em 32% (36.51% para 24.83%) dos alunos de 1º segmento da EJA; em 25% (23.38% para 17.54%) dos alunos do 2º segmento da EJA; em 12% (19.01% para 16.73%) dos alunos do ensino médio, visando contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento estudantil.
Justificativa:	A taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 1ª a 4ª serie é de 7.89% ; de 5ª a 8ª serie é de 10.44%; no 1º segmento da EJA é de 36.51%; 2º seguimento da EJA é de 23.38% e do ensino médio de 19.01%. Os dados apresentados justificam a necessidade de uma política voltada para a permanência do aluno da escola, a fim de garantir seu sucesso.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª série do ensino fundamental	Porcentagem	7,89	dez/02	4
Taxa de abandono escolar de 5ª a 8ª série do ensino fundamental	Porcentagem	10,44	dez/02	4
Taxa de abandono escolar do ensino médio	Porcentagem	19,01	dez/02	17
Taxa de abandono escolar do 2º segmento da EJA	Porcentagem	23,38	dez/02	18
Taxa de abandono escolar do 1º segmento da EJA	Porcentagem	36,51	dez/02	25

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2239	Mobilização do Líder e Voluntariado Estudantil	47.718,00	1.728,00	4	2.187	30	1
2235	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	7.366.852,00	7.224.107,71	98	159.436	144.816	91
2238	Implementação da Rede Social de Proteção do Direito a Educação	41.790,00	35.856,29	86	4.804	5.585	116
2236	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	6.127.631,00	5.610.432,86	92	11.147	13.521	121
2237	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	1.777.022,00	1.777.021,27	100	5.336	5.585	105
2240	Desenvolvimento do Desporto Estudantil	794.811,00	143.334,26	18	345	308	89
TOTAL		16.155.824,00	14.792.480,39	92	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 133 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							
Objetivo:	Qualificar os jovens e adultos e inseri-los no mercado de trabalho.						
Justificativa:	Embora o governo da União e do Estado tenham investido na implementação de uma rede de educação profissional, ainda é insipiente diante da grande demanda do mercado de trabalho e das potencialidades do Estado do Tocantins. A não implementação do Programa implicará na falta de uma mão de obra qualificada. Por isso, é importante implantar e expandir a estrutura física das unidades escolares, destinadas ao oferecimento da educação profissional adequada às peculiaridades da demanda local.						
Prazo de Execução:	2004-2007						
Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Quantidade de turmas oferecidas	Unidade de Medida	2	set/03	0			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2243	Acomp. da UE da Educação Profissional	404.180,00	9.518,00	2	28	7	25



2242	Const. de Centros da Ed. Profissional	3.406.357,00	933.221,13	27	2	1	50
2241	Manut. de RH da Educaço Profissional	587.120,00	585.408,62	100	81	54	67
2516	Formaço Continuada de Docentes da Educaço Profissional	247.467,00	110.735,44	45	37	0	0
2517	Formaço Continuada de Gestores da Educaço Profissional	25.753,00	14.175,00	55	49	0	0
2518	Manutenço da Educaço Profissional	1.430.990,00	418.197,54	29	2	0	0
TOTAL		6.101.867,00	2.071.255,73	34	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 134 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATENDIMENTO A EDUCAÇO ESPECIAL							
Objetivo:		Proporcionar educaço com qualidade aos alunos com necessidades especiais.					
Justificativa:		A incluço social e a elevaço da qualidade de vida não o via fácil mesmo para os "ditos normais". Daí a necessidade de um atendimento específico aos PNEES para garantir sua incluço na sociedade.					
Prazo de Execuço:		2004-2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	ndice Atual	Data da Apuraço	ndice Desejado		
Taxa de professores da educaço especial 1 fase habilitados		Porcentagem	30,6	set/03	72		
Taxa de professores da educaço especial 2 fase habilitados		Porcentagem	15,8	set/03	32		
Taxa de municípios atendidos com salas de recursos		Porcentagem	35,3	set/03	0		
AÇO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.	Descriço	Autorizado	Empenhado	% til.	Prev.	Exec.	% Exec.
2249	Expansão do Atendimento da Educaço Especial	7.318,00	3.527,32	48	34	13	38
2466	Expansão de Salas de Recursos e Atendimento em Condutas Tpicas	38.659,00	17.919,50	46	3	2	67
2429	Manutenço de RH da Educaço Especial - FUNDEF - 60%	10.937.463,00	10.937.460,11	100	520	585	113
2254	Manutenço de RH da Educaço Especial - FUNDEF - 40%	1.154.700,00	1.148.225,74	99	160	155	97
2251	Aparelhamento das Salas de Ensino Especial	4.700,00	2.675,90	57	133	30	23
2250	Manutenço dos Equipamentos do CAP e suas Extensões	39.250,00	5.869,47	15	3	3	100
TOTAL		12.182.090,00	12.115.678,04	99	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2006 da SEDUC

QUADRO 135 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Conceitos em metodologias de Ed. Ambiental difundidos no ens. Formal	-	-	ago/05	-
Ações estratégicas do Prog. Estadual de Ed. Ambiental Implementadas	-	-	ago/05	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2257	Implementação da Educação Ambiental Formal	36.857,00	24.413,50	66	237	347	146
TOTAL		36.857,00	24.413,50	66	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEDUC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
477.776.861,00	457.670.754,29	95,79	20.106.106,71

3.1.20 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública é um órgão da administração direta vinculado à unidade administrativa do Estado com a função de policiamento, defesa civil, informações e inteligência, tendo como objetivo: formular políticas de orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública; gerenciar as atividades de polícia judiciária; planejar e executar estratégias e ações de inteligência e contra-inteligência de segurança pública; supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Estado; promover o relacionamento com os órgãos da justiça e do Ministério Público; estreitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública da União e dos demais Estados.

Esta Secretaria tem como missão a garantia da segurança do cidadão e a preservação da ordem pública, tendo como público-alvo a sociedade.

A estrutura administrativa é composta da seguinte maneira: 12 Delegacias Regionais, 12 Cadeias públicas nas seguintes cidades: Arapoema, Colméia, Colinas do Tocantins, Lajeado, Arraias, Araguatins, Palmeirópolis, Miracema do Tocantins, Ananás, Formoso do Araguaia, Guaraí e Augustinópolis. 6 Casas de Prisão Provisória localizadas nas cidades de Araguaína, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Palmas, Gurupi. Atualmente existem cento e trinta e oito Delegacias de polícia espalhadas no interior do Estado. Na capital, Palmas, conta com Delegacias especializadas da Defesa da mulher, da infância e Juventude, defesa do consumidor e a economia popular, furtos e roubos de veículos automotores, defesa do meio ambiente, controle de armas, munições e explosivos, delegacia fazendária, costumes, delegacia de polícia interestadual, delegacia especializada na repressão ao crime organizado e a lavagem de dinheiro, delegacia de proteção a criança, ao adolescente e ao idoso. No interior do Estado, existem oito delegacias especializadas de Atendimento à Mulher (Araguaína, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis) e oito da infância e juventude (Araguaína, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis) e dois núcleos da Delegacia Fazendária de Guaraí e Araguaína. No exercício de 2004, foi instituído na estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública quarenta e três núcleos de Identificação Datiloscópica, treze núcleos de Medicina Legal, treze núcleos de Perícia Criminalísticas. Foi vinculado à Coordenadoria de Polícia Metropolitana e Especializado um Núcleo Central de Policiamento Civil Metropolitano, um Núcleo Sul de Policiamento Civil Metropolitano.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 02 programas finalísticos além de 4 ações que são executadas por esta Pasta em um Programa da Secretaria da Justiça. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 80.584.901,00**, com execução de **R\$ 75.062.585,07**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 136 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.490.487,00	5.187.988,10	96,19	302.498,90
Manutenção dos Serviços de Transportes	3.109.542,00	2.921.726,85	93,96	187.815,15
Manutenção de Recursos Humanos	59.392.856,00	59.025.586,42	99,38	367.269,58
Ações de Informática	389.457,00	359.365,19	92,27	30.091,81
TOTAL	68.382.342,00	67.494.666,56	98,84	887.675,44

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SSP

QUADRO 137 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	827.000,00	821.610,47	99,34	5.389,53
TOTAL	827.000,00	821.610,47	99,34	5.389,53

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SSP

QUADRO 138 - Programa Finalístico
PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade de serviço da Segurança Pública, principalmente nos setores de atendimento ao público, perícias, investigações capacitando o profissional da segurança ao cidadão, reparando e otimizando a estrutura física da Polícia Civil.
Justificativa:	Melhorar o atendimento à comunidade e os serviços de segurança ao cidadão requerem qualificação e valorização do profissional da segurança pública, serviços descentralizados e estrutura física adequada com sistema de informação moderno e contínuo de maneira a ampliar a eficiência e eficácia dos serviços de segurança pública que necessitam de um aparato tecnológico e científico cada vez mais avançado a fim de garantir melhores condições de enfrentamento do crime que a cada dia se torna mais complexo e vultoso.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de unidades policiais modernizada	percentual	15,9	30/12/2006	30

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
	Construção de deleg. de pol.	0,00	0	0	2	0	0,00
	Reaparelham. da policia civil	2.147.847,00	1.023.007,48	47,63	370	177	176,23
	Aparelham. do inst. med. legal	306.420,00	102.703,40	33,5172	1	0,3	0,34
	Aparelhamento do instituto de identificação	200.000,00	0,00	0	1	0	0,00
	Aparelhamento do instituto de criminalística	261.600,00	45.830,06	17,52	2	0,3	0,35
	Construção do inst. de identificação	448.555,00	448.554,50	100,00	1	1	1,00
	Criação do centro de apoio bio-psico-soc. pol. civil	137.000,00	0,00	0,00	40	0	0,00
	Estruturação das instalações de segurança pública	399.892,00	88.248,22	22,07	3	0,6	0,66
	Capacitação de rec. humanos	835.369,00	261.095,74	31,26	312	302	97,52
	Implantação do sistema de informação	430.000,00	12.232,57	2,84	25	0,7	0,71
	Divulgação das ações de segurança pública	1.671.406,00	1.665.213,21	99,63	1	1	1,00
TOTAL		6.838.089,00	3.646.885,18	53,33	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SSP

QUADRO 139 - Programa Finalístico

PROGRAMA - POLICIA E COMUNIDADE NO COMBATE AO CRIME							
Objetivo:		Controlar a criminalidade através da atuação integrada: policia e comunidade visando combater o crime em todos os seus aspectos, priorizando os que demandam organizações criminosas.					
Justificativa:		O crescimento da criminalidade no estado, principalmente nas fronteiras do estado e o despreparo dos policiais para o enfrentamento de criminosos que utilizam equipamentos modernos e novas estratégias, aumentam a incidência criminal diminuindo a confiabilidade da comunidade em relação a ação policial, que exige atuações conjuntas que busquem a raiz da criminalidade e de forma intensa promovam a redução e o controle da criminalidade e da violência, melhorando a sensação de segurança à sociedade					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de criminalidade p/ 100.000h	Percentual	369	30/12/2006	369			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
	Atendimentos a vítimas de violência domestica e do gênero	330.731,00	7.428,59	2,25	1112	300	27
	Operações de repressão qualificada	190.000,00	17.652	9,28	3	3	100
	Identificação civil e criminal	150.000,00	0	0,00	114.000	114.000	114.000
	Implementação das bases da policia comunitária	260.720,00	720,00	0,28	7	7	0,02
	Estruturação dos serviços de inteligência policial	423.215,00	250.187,68	59,12	110	71,5	65,03
TOTAL		1.354.666,00	275.988,37	20,37	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SSP

QUADRO 140 - Programa Finalístico

PROGRAMA - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO							
Objetivo:		Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração					
Justificativa:		Construção de estabelecimentos prisionais, com reaparelhamento e monitoramento dos referidos presídios, bem como a aplicação de programas assistenciais, serão estabelecidas parcerias com os municípios contemplados. O gerenciamento será de responsabilidade da coordenadoria do sistema penitenciário.					
Prazo de Execução:		2006					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Reincidência Criminal		não disponível		10			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
	Construção de estabelecimentos prisionais	59.885,00	51.884,65	86,64	340	292	294,58

Alimentação presos sob custódia da Pol. Civil	2.696.807,00	2.696.732,05	100,00	960	960	959,97
Estrut. de estabelecimentos prisionais	406.112,00	74.817,79	18,42	3	1,5	-
Aparelhamento de estabelecimentos prisionais	20.000,00	0,00	0,00	3	0	-
TOTAL	3.182.804,00	2.823.434,49	88,71	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SSP

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
80.584.901,00	75.062.585,07	93,15	5.522.315,93

3.1.21 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como objetivo assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, ao planejamento, ao gerenciamento e supervisão das políticas voltadas ao setor agropecuário, mantendo a sinergia entre as entidades vinculadas, através dos programas e projetos por elas executados, garantindo a continuidade e a interiorização das ações governamentais.

As potencialidades do Estado evidenciadas pela riqueza do solo, abundância de água e equilíbrio climático, somado à grande extensão de terras produtivas e à clara vocação histórica do País consagrada à cultura e ao trato da terra são fatores determinantes para que hajam ações políticas ordenadas, harmônicas e sedimentadas por meio de instituições responsabilmente estruturadas, visando o gerenciamento racionalizado e auto-sustentável desses recursos naturais com aproveitamento da mão-de-obra disponível, promovendo a geração de emprego e renda, através da busca contínua da modernização do setor. A existência de uma unidade organizacional que coordene a formulação das diretrizes e das políticas para o gerenciamento das atividades produtivas e conseqüente promoção do abastecimento, em acordo concomitante às políticas de mercado interno e externo, tornou-se um marco lógico do desenvolvimento econômico-social para o Estado do Tocantins.

Desta forma, tem como missão promover o planejamento e a coordenação geral das políticas e diretrizes para o setor produtivo do Estado do Tocantins e, como visão, ser desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, provocando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo e, conseqüentemente, o crescimento auto-sustentável da economia estadual durante o quadriênio 2004-2007.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 09 finalísticos e 01 Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 21.837.520,00**, com execução de **R\$ 16.481.369,22**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 141 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	923.790,00	738.681,92	79,96	185.108,08
Manutenção dos Serviços de Transportes	483.300,00	397.893,60	82,33	85.406,40
Manutenção de Recursos Humanos	6.451.192,00	6.327.638,75	98,08	123.553,25
Ações de Informática	104.649,00	94.735,10	90,53	9.913,90
TOTAL	7.962.931,00	7.558.949,37	94,92	403.981,63

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 142 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	510.000,00	506.857,98	99,38	3.142,02
TOTAL	510.000,00	506.857,98	99,38	3.142,02

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 143 - Programa Finalístico
PROGRAMA - FOMENTO A PRODUÇÃO VEGETAL

Objetivo:	Fomentar a Produção Agrícola do Estado, objetivando o fortalecimento da economia das comunidades rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda.
Justificativa:	A agricultura tocantinense, apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais, por consequência da indevida utilização da terra, não atingem a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural, a inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concretas, visando subsidiar o setor, certamente agravada ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura, embasados nos pressupostos de que além da vocação para produção agrícola, comprovada pela vasta extensão territorial e diversidade ecossistêmica, a população ainda mantém tradições culturais, voltadas ao campo, desde a criação do Estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas

	tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de aumento da produção agrícola	Percentual	13,90%	Dezembro/2006	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2298	Classificação de produtos de origem vegetal	47.096,00	36.972,24	78,50	40.000	39.125,23	97,81
2299	Gerenciamento e monitoramento dos projetos de irrigação	178.007,00	95.659,69	53,74	13	14	107,69
2300	Difusão de tecnologia para o desenvolvimento da produção vegetal	157.428,00	86.888,42	55,19	33	56	169,70
TOTAL		382.531,00	219.520,35	57,39	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 144 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Objetivo:	Promover o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando os pequenos e mini produtores rurais, agricultores sem terra ou com pouca terra, através do financiamento para acesso à terra e estruturação das unidades produtivas.			
Justificativa:	Os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas ainda vivem em situação de pouco acesso à terra, crédito, capacitação, infra-estrutura, o que os deixa em situação de pouca ou sem renda, pouca oportunidade e de conseqüente baixa qualidade de vida e de pobreza no meio rural, desta forma, o programa de desenvolvimento agrário objetiva o enfrentamento desses problemas, contribuindo para redução deles, assim como, também contribuirá para diminuição das desigualdades sociais, de gênero, geração e etnia, a não implantação do programa e execução dessas ações, certamente impossibilitará o acesso ao crédito fundiário e dificultará o acesso ao crédito do PRONAF, além de limitar o conhecimento e orientações técnicas aos produtores para a implementação da produção agrícola com aproveitamento das terras disponibilizadas. É definitivamente oportuna e positiva a implementação do programa, pois além de contribuir para sanar os problemas elencados, ainda fortalecerá, através da materialização das ações que consequentemente consagrará as políticas do governo estadual, no empenho de promover o desenvolvimento auto-sustentável do setor produtivo, com geração de emprego e renda.			
Prazo de Execução:				
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de famílias contempladas pelo crédito fundiário	Percentual	7,5%	Dezembro/2006	-
Famílias atendidas pelo programa	Unidade	14.874		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2492	Realização de eventos da agricultura familiar	196.744,00	25.832,00	13,13	8	10	125,00
1107	Elaboração de planos municipais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável	85.500,00	154,50	0,18	1	20,00%	20,00
2304	Monitoramento das ações do pronaf	354.102,00	120.659,84	34,07	22	37	168,18
2305	Divulgação do programa de fortalecimento da agricultura familiar - pronaf	184.080,00	29.853,88	16,22	1	27,34%	27,34
2301	Vistoria de imóveis rurais para o programa nacional de crédito fundiário	136.586,00	117.487,00	86,02	100	78	78,00
2302	Assentamento de famílias através do crédito fundiário	427.889,00	142.771,69	33,37	1500	744	49,60
2303	acompanhamento dos projetos do crédito fundiário	213.794,00	115.196,50	53,88	160	80	50,00
TOTAL		1.598.695,00	551.955,41	34,53	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 145 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FOMENTO À FRUTICULTURA E A SILVICULTURA

Objetivo:	Promover o crescimento quantitativo e qualitativo da produção de frutas e espécies florestais, visando a abertura de canais internos e externos de comercialização.
Justificativa:	Os produtores de frutas do Estado, enfrentam inúmeros problemas causados por insuficiência de ações governamentais de apoio, tanto para a aplicação de técnicas modernas de cultivo, como na obtenção de mudas frutíferas, com padrão de qualidade certificadas que garantam a competitividade dos seus produtos, ressaltam aos nossos olhos, outro aspecto relevante, no que tange ao escoamento da produção, a inexistência de um ponto adequado e centralizado, onde os produtos possam ser recebidos, organizados, selecionados e comercializados, agregando inclusive, valores compatíveis com a respectiva qualidade. A opção negativa na implantação deste programa, além de contribuir para a continuidade do êxodo rural, apresenta um agravante maior, tanto ao produtor como à sociedade, em decorrência da evasão constante de divisas para outros estados, desprestigiando o produtor e os produtos locais, desencadeando um elevado custo por conta da importação desses produtos. O Estado do Tocantins, face aos fatores climáticos, solo, luminosidade, além da situação geográfica privilegiada, apresenta um potencial expressivo na área de produção frutífera.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento da área plantada com frutíferas	Percentual	7,72%	jul/06	
Área cultivada de espécies florestais	Hectare	17.950	ago/06	1.500

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1108	Implantação da central de comercialização de produtos agropecuários em palmas - ceasa	5.188,00	0,00	0,00	50	0	0,00
1109	Implantação de projetos para desenvolvimento sustentável da produção da banana	53.710,00	5.019,50	9,35	4	0	0,00
2307	Produção de mudas certificadas	226.095,00	156.556,21	69,24	250000	33000	13,20
1110	Construção de laboratórios de biotecnologia	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2493	Manutenção de jardim clonal para plantas matrizes	103.491,00	61.575,84	59,50%	1	1	100,00
TOTAL		388.484,00	223.151,55	57,44	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 146 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO RURAL E TECNOLÓGICO				
Objetivo:	Promover o desenvolvimento do setor agropecuário, com a inserção e adaptação de novas tecnologias, visando a mecanização e o aumento da rentabilidade na agricultura e na pecuária do estado.			
Justificativa:	O Estado do Tocantins mostrou nos últimos anos, ótimo crescimento na sua produção rural e com grande potencial para sua ampliação, porém este setor ainda é carente em investimentos de novas tecnologias de produção, capacitação técnica em atividades específicas, modelos de gestão organizacional viáveis e que possam dar sustentabilidade ao desenvolvimento do setor agropecuário no Estado, em consequência a agropecuária apresenta ainda, tímido e desordenado crescimento, acarretando baixa produtividade, pouca diversificação de atividades e principalmente a ineficiência na qualidade do produto. O programa de desenvolvimento rural e tecnológico possibilitará melhor estruturação das atividades agropecuárias através do uso de tecnologias adequadas a realidade do Estado, a fim de garantir a exploração adequada das riquezas naturais que o Estado oferece, garantindo desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda nas atividades agropecuárias.			
Prazo de Execução:				
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Pesquisa Aplicada no Campo	Percentual	78%	Dezembro/2006	

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2308	Realização da agrotins	471.061,00	469.643,33	99,70	1	1	100,00
1111	Construção do centro agrotecnológico	11.010,00	11.009,32	99,99	18	2,4	0,43
1112	Construção de redes de eletrificação rural e fontes alternativas de energia	412.109,00	34.050,30	8,26	125	0	0,00
2311	Revitalização da agroindústria local	726.147,00	208.901,20	28,77	1	0,5	50,00



2313	Ampliação do projeto de melhoria da extensão rural - forter/ jica	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
2314	Manutenção do centro agrotecnológico	307.391,00	208.146,52	67,71	100	100	100,00
2315	Implantação de unidades de observação e validação tecnológica	773.125,00	423.162,07	54,73	38	70	184,21
2316	Assistência gerencial às associações e cooperativas da agropecuária	28.169,00	15.880,50	56,38	411	202	49,15
2317	Assistência técnica e gerencial aos arranjos produtivos locais	742.876,00	471.629,80	63,49	21	31	147,62
TOTAL		3.471.888,00	1.842.423,04	53,07	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 147 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FOMENTO À PRODUÇÃO ANIMAL

Objetivo:	Fomentar a produção animal, estimulando o uso de práticas e inovações tecnológicas, que permitam a melhoria da qualidade dos produtos, o aumento da produtividade e sua inserção nos mercados nacional e internacional.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, apesar de suas características edafoclimáticas, favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, seja ela de grandes ou pequenos animais, tem sua produção ainda muito aquém do seu potencial, com ocorrência de baixa produtividades, pouca diversificação, pesquisa incipiente, mão-de-obra desqualificada e desorganização da produção, gerando ociosidade nas agroindústrias, fraca atividade comercial e pouco desenvolvimento do agronegócio, com conseqüente êxodo rural, este quadro pode se agravar, caso o Governo não adote medidas capazes de reverter ou minimizar estas condições, neste sentido, o programa vem de encontro à vocação natural do povo tocaninense, somando esforços às instituições de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e de ensino técnico-agropecuário, fomentando o aumento da produção e produtividade, de forma organizada, fortalecendo o comércio local e contribuindo para o uso racional dos meios de produção, de acordo com os macro-objetivos de desenvolvimento do Governo Estadual e Federal.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento do rebanho de caprino e ovino	Percentual	3,40%	Dezembro/2006	-
Produtividade leiteira do rebanho caprino	Litros/cabra/dia	1,5		
Produtividade apícola	Quilos/caixa/ano	15		
Taxa de desfrute de bovinos	Percentual	22%		
Idade do abate	Meses	40		
Produtividade leiteira bovina e bubalina	Litros/fêmea/dia	2,4		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1113	Implantação de bases físicas	379.813,00	137.731,46	36,26	5	5	100,00



	metodológicas de pequenos animais						
1114	Aquisição e aparelhamento de laboratório móvel de reprodução animal	129.664,00	94.928,00	73,21	1	1	100,00
2496	Implantação de flora apícola	29.090,00	8.527,50	29,31	4	0	0,00
2495	Realização de eventos de promoção da cadeia produtiva de grandes animais	44.370,00	29.496,99	66,48	12	18	150,00
2494	Qualificação profissional dos atores da cadeia láctea	37.803,00	29.247,58	77,37	600	1185	197,50
TOTAL		620.740,00	299.931,53	48,32	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 148 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FOMENTO A AQUICULTURA E A PESCA

Objetivo:	Fomentar o aumento da produção e produtividade do setor pesqueiro e aqüícola, gerando e difundindo tecnologias, promovendo o desenvolvimento sustentável da atividade.
Justificativa:	A falta de um programa de desenvolvimento ordenado para o setor pesqueiro, aliado à pesquisa incipiente, insuficiência na produção, baixa produtividade e deficiente qualificação técnica e de mão-de-obra, têm prejudicado a alavancagem da atividade aqüícola, com conseqüente dificuldade de acesso ao mercado, esta situação poderá ser agravada, caso o crescimento continue ocorrendo desordenadamente, sem geração e difusão de tecnologias apropriadas, qualificação de mão-de-obra e estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento para o setor. A implementação de um programa de fomento à produção aqüícola contribuirá para o desenvolvimento sustentável do setor, cujo potencial, em virtude das condições naturais do Estado, é alto, considerando sua abundância em água de boa qualidade, vocação da população da região e ações conjuntas que vêm sendo desenvolvidas por instituições públicas e privadas em prol da aqüicultura e pesca tocantinense.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Aumento do Volume de Produção de Peixes em Cativo	Tonelada	3.900	Dezembro/2006	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2320	Manutenção do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	94.680,00	26.489,64	27,98	60000	60000	100,00
1115	Aparelhamento do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	27.358,00	9.886,98	36,14	8	5,7	71,25
1193	Construção do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	15.025,00	15.025,00	100,00	3	2,25	75,00
2321	Difusão de tecnologia para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca	23.596,00	19.201,94	81,38	10	18	180,00
1116	Elaboração do plano de desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro	25.378,00	18.323,97	72,20	2	2	100,00
2322	Produção de matrizes e reprodutores de peixes	26.862,00	24.836,01	92,46	200	2100	1050,00



melhorados						
TOTAL	212.899,00	113.763,54	53,44	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 149 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL				
Objetivo:	Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.			
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planejada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem-estar social.			
Prazo de Execução:				
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Animais Inspeccionados	Unidade	17.250.327	2003	-
Produtos de Origem Animal		544.280.905	2003	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2437	Controle sanitário de animais de médio e pequeno porte	70.000,00	0,00	0,00	1.689.846	0	0,00
2436	Controle sanitário de animais de grande porte	1.513.492,00	790.988,98	52,26	8.065.628	7.881.013	97,71
2438	Controle sanitário de animais aquícolas	0,00	0,00	0,00	1.006	0	0,00
TOTAL		1.583.492,00	790.988,98	49,95	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 150 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	Dar apoio ao fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção livre de pragas agrícolas; inspecionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações; inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC-CIV.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio ao controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios

do MAPA com as instituições estaduais e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.

Prazo de Execução:

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse Econômico Inspeccionadas	Unidade	27.713	2003	-
Inspeções Fitossanitárias Realizadas		3.064		-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2439	Controle sanitário da área agrícola	301.000,00	170.218,50	56,55	3000	22.479,8	749,33
TOTAL		301.000,00	170.218,50	56,55	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 151 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGROPECUÁRIA

Objetivo: Disseminar práticas de manejo e conservação de solos, bem como de uso sustentável de espécies florestais, recuperando a capacidade produtiva do solo, com conseqüente aumento da produtividade e preservação dos mananciais hídricos.

Justificativa: Ao longo de sua existência, o Estado do Tocantins vem sendo alvo de desmatamentos, em função da abertura de novas áreas, principalmente para formação de pastagens, que são exploradas intensivamente, quase sempre sem reposição dos nutrientes ao solo. Esta situação vem se agravando, estando hoje aproximadamente 60% destas áreas em situação de degradação, com conseqüente perda da capacidade produtiva, o que leva a abertura de novas áreas, aumentando o índice de desmatamento. O uso desregrado dos solos, tanto em áreas de pastagens, quanto em áreas de cultivo de grãos, frutas e outras espécies, agravado pelo costume regional de promover queimadas, provoca além da baixa produtividade, problemas como erosão, assoreamento de mananciais hídricos, além de aumentar os custos de produção por área. Faz-se necessária a intervenção do Estado, no sentido de disseminar práticas e alternativas de manejo que reduzam o índice de queimadas, melhorem a capacidade produtiva de áreas já abertas, promovam a recuperação e conservação de áreas de florestas e matas ciliares, possibilitando a diversificação das atividades e geração de renda em áreas anteriormente tidas como improdutivas. A não opção por um programa que busque alcançar tal objetivo, poderá contribuir para o incentivo ao uso inadequado dos recursos naturais, tornando cada vez mais próxima e existência de áreas com níveis de degradação elevados e até, em alguns casos, irreversíveis.

Prazo de Execução:

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produtor atendido pelo programa	Unidade	1.204	Dezembro/2006	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1117	Elaboração de planos regionais de manejo e conservação de solo na agropecuária	2.000,00	0,00	0,00	2	0	0,00
2323	Disseminação de práticas de conservação de solos e água	547.264,00	407.780,26	74,51	4	1.204	30100,00
2324	Implantação de sistemas agroflorestais	30.850,00	19.989,46	64,80	9	3	33,33
TOTAL		580.114,00	427.769,72	73,74%	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

QUADRO 152 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	
Objetivo:	Promover o planejamento e o gerenciamento das políticas para o setor agropecuário, buscando o aumento da produção, bem como o crescimento da produtividade regional e o desenvolvimento econômico do Estado.
Justificativa:	A insuficiência e ineficiência de políticas públicas para o setor produtivo e ausência de diretrizes que orientem o desenvolvimento auto-sustentável do Estado, vem desencadeando o retardamento da mecanização no setor produtivo e conseqüente crescimento da economia regional e local. A inexistência de um programa estruturado de forma sistêmica, que garanta recursos para a implantação dessas políticas, provoca o impedimento do ingresso de investidores externos na agropecuária tocantinense, à vista do aumento significativo das demandas da sociedade em infra-estrutura, educação, saúde, segurança e assistência social, torna-se inevitável a urgente necessidade de estimular o crescimento da agropecuária, desencadeando o incremento da receita, face ao aproveitamento do excelente potencial rural, ratificado pela existência da grande extensão territorial, justificando a sua vocação pautada na agropecuária. Vislumbra-se momento oportuno para incremento do programa, considerando tanto a sintonia com o Governo Federal, na implantação de políticas no setor agropecuário, bem como as diretrizes do Governo Estadual, que buscam severamente o desenvolvimento auto-sustentável do Estado. A não implantação dessas políticas, certamente contribuirá para a retração da economia do Estado e conseqüente aumento relevante do êxodo rural.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2325	Atendimento aos investidores do projeto de suporte ao arrendamento de áreas rurais - arrenda tocantins	32.350,00	17.370,00	53,69	500	349	69,80
1118	Desenvolvimento do plano estratégico e integrado do setor produtivo	0,00	0,00	0,00	1	0,2	20,00
2326	Acompanhamento e monitoramento das ações do setor produtivo	0,00	0,00	0,00	60	100	166,67



2327	Capacitação dos servidores da gestão agropecuária	259.000,00	200.894,98	77,57	260	197	75,77
2328	Divulgação das ações do setor agropecuário e potencialidades do estado	3.933.274,00	3.557.574,27	90,45	53	53	100,00
1119	Desenvolvimento do sistema integrado de informações para o setor produtivo	0,00	0,00	0,00	20	0	0,00
1231	Elaboração do plano estratégico de utilização de várzeas no tocantins	122,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1232	Elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento do agronegócio tocantinense	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		4.224.746,00	3.775.839,25	89,37	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEAGRO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
21.837.520,00	16.481.369,22	75,47	5.356.150,78

3.1.22 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

A Secretaria da Indústria e do Comércio foi instituída através do Decreto n.º 1.112, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002.

Tem por finalidade estimular o desenvolvimento sustentável dos setores industrial, comercial e dos serviços, visando consolidar o desenvolvimento harmônico e acelerado para melhorar as condições sócio-econômicas do Estado do Tocantins, com vistas à geração de emprego e renda.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define para essa Secretaria Estadual as seguintes competências:

I - o planejamento, a coordenação e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo e dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

II - a capacitação e a difusão tecnológicas nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

III - a formulação de políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

IV - a execuão das atividades de registro do comércio;

V - a metrologia, normalização e qualidade industrial;

VI - a representação, no âmbito estadual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

VII - a promoção e a divulgação das potencialidades turísticas do Estado em níveis estadual, nacional e internacional;

VIII - o estímulo:

a) às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

b) ao aproveitamento sustentado dos recursos turísticos dos municípios.

As atribuições da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e 03 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 7.814.339,00** com execução de **R\$ 5.144.448,31**, como demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 153 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	762.500,00	559.370,60	73,36%	203.129,40
Manutenção dos Serviços de Transportes	227.000,00	113.298,29	49,91%	113.701,71
Manutenção de Recursos Humanos	1.985.934,00	1.827.775,68	92,04%	158.158,32
Ações de Informática	90.000,00	20.785,32	23,09%	69.214,68
TOTAL	3.065.434,00	2.521.229,89	82,25%	544.204,11

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 154 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Objetivo: Alavancar as atividades industriais no Estado do Tocantins.

Justificativa: A atividade industrial no Tocantins começa a apresentar índices de crescimento graças às políticas adotadas pelo Governo do Estado, contudo apenas 10% das empresas tocaninenses se encontram no setor industrial sendo a maioria, 99%, de micro e pequeno porte. Os níveis de industrialização apresentados, ainda estão a quem da necessidade da população que demandam por vários produtos processados, e devido à baixa atividade do setor industrial não são produzidos no Estado. O Tocantins possui hoje um cenário com condições extremamente favoráveis a consolidação de uma política pública desenvolvimentista, que pode priorizar o desenvolvimento das atividades industriais, que

	se encontram de forma incipiente, desde a agroindústria, a indústria de base, como também a indústria de alta tecnologia. Deve-se aproveitar todo o potencial existente em termos de infra-estrutura e, sobretudo humano, devido à diversidade de formação, cultura e origem, para constituir uma nova civilização de maior bem-estar e com superior poder econômico. Porém não pode perder de vista os rumos da economia nacional e internacional, cujo contexto demonstra a necessidade de apoio a atividades voltadas para o desenvolvimento de altas tecnologias ou tecnologias de ponta, nas mais diferentes áreas. Deve-se então definir uma política industrial com base em uma visão estratégica e um enfoque abrangente, promovendo a coordenação das ações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, dando base para o desenvolvimento do setor e suporte aos mecanismos institucionais de coordenação e promoção.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1120	Revitalização dos Distritos Industriais	455.000,00	370.770,00	81,49	3	2	66,67
1121	Implantação de Incubadoras de Empresas	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
1126	Implantação do Polo de Informática do Tocantins	25.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2389	Fomento à Indústria de Couro	7.000,00	0,00	0,00	2	0	0,00
TOTAL		487.000,00	370.770,00	76,13	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 155 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	Atrair investimentos privados visando o desenvolvimento econômico e social através da geração de emprego e renda.
Justificativa:	O desenvolvimento sócio-econômico de um estado ou país está ligado a quantidade de investimento que este recebe. A missão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins é promover o desenvolvimento sócio-econômico do Tocantins. A atração de investimento para as cadeias produtivas é de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, pois investimentos geram negócios, empregos e renda para a sociedade.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento do Nível de Investimentos	Varição Anual %	120%	31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1137	Elaboração de estudos de Viabilidade	900.000,00	0,00	0,00	5	0	0,00
2331	Divulgação das	2.096.905,00	1.844.526,03	87,96	14	27	192,86

	Potencialidades e Oportunidades de Investimentos do Tocantins						
2390	Estruturação dos Sistema de Informação de Industria, Comercio e Serviços	50.000,00	780,00	1,56	1	1	100,00
2392	Biodiesel - Estudos e Infra-Estrutura Básica	620.000,00	2.488,89	0,40	5	2	40,00
TOTAL		3.666.905,00	1.847.794,92	50,39	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 156 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO

Objetivo:	Melhorar os índices de competitividade do comércio tocantinense.
Justificativa:	Algumas das inúmeras vantagens da implantação de atividades que aumentem a capacidade de competição do setor de comércio no mercado nacional e internacional, beneficia todos os segmentos da economia, visa a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais entre as diversas regiões além de fortalecer o capital regional e principalmente visa gerar emprego, ocupação e renda, melhorias no balanço de pagamentos (aumento de exportações, competição com as importações e competição com serviços internacionais) e desenvolvimento tecnológico e regional, servirão como instrumento primordial para se promover e alavancar as atividades produtivas do Estado em um cenário macroeconômico. Além de analisar os problemas e as soluções para cada cadeia produtiva, as competitividade vão permitir a disseminação de conhecimentos entre todos os setores envolvidos. Essa visão geral do setor produtivo será fundamental para todos os envolvidos: empresários, trabalhadores e Governo do Estado. Para acontecer à competitividade nacional e internacional, tem que haver uma boa aceitação dos produtos no Estado, país e exterior, que sejam potenciais consumidores. Isso dependerá de um rigoroso esquema de fiscalização que permita que os produtos cultivados e processados no Estado possuam qualidade equiparável aos concorrentes das respectivas regiões. Com este intuito o Governo Estadual, procura desenvolver vários programas e pesquisas que visam o aprimoramento e a melhoria de qualidade de todos os produtos que venham ser gerados no Estado.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento de Arrecadação de ICMS do Comércio	Varição Anual %	33,13%	31/12/2006	100,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1134	Implantação do BR Shopping	370.000,00	350.133,50	94,63	5	3	60,00
1136	Implantação do Pólo de Fronteiras	0,00		0,00	2	0	0,00
2330	Apoio a Micro, Pequena e Media Empresas Exportadoras	0,00		0,00	12	0	0,00
2391	Compre no Tocantins	225.000,00	54.520,00	24,23	4	6	150,00
TOTAL		595.000,00	404.653,50	68,01	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Secretaria da Indústria e Comércio

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
7.814.339,00	5.144.448,31	65,83%	2.669.890,69

3.1.23 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- administrar, executar, manter e fiscalizar as Obras Públicas, Infra-Estrutura e o Sistema Viário;
- gerenciar e fiscalizar o Transporte Intermodal;
- administrar, executar, manter e fiscalizar os setores de energia e saneamento básico;
- regulamentar serviços e tarifas públicas; e
- licitar obras públicas e serviços.

As atribuições da Secretaria de Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 04 Finalísticos e 02 de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 61.501.925,00** com execução de **R\$ 48.166.693,98** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 157 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.891.365,00	1.429.484,39	75,57	461.880,61
Manutenção dos Serviços de Transportes	390.480,00	270.815,38	69,35	119.664,62
Manutenção de Recursos Humanos	7.973.385,00	7.279.083,22	91,29	694.301,78
Ações de Informática	595.000,00	465.427,70	78,22	129.572,30
TOTAL	10.850.230,00	9.444.810,69	87,05	1.405.419,31

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 158 - Programa de Previdência Social – 196
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	156.000,00	147.092,51	4,29	.907,49
TOTAL	156.000,00	147.092,51	4,29	.907,49

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF
QUADRO 159 - Programa Finalístico
PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-BR). A partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e leste (Jalapão).
Prazo de Execução:	2004 - 2008

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Impacto na melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	%	100,00	dez-06	115,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2343	Assistência Técnica a Gerência Administrativa do Projeto	1.160.000,00	144.774,96	12,48	1,00	0,30	30,00
2344	Auditoria Externa das Contas do Projeto	232.000,00	0,00	0	1,00	0,00	0,00
1143	Capacitação da Equipe Técnica	300.000,00	0,00	0	10,00	0,00	0,00
1144	Aparelhamento Da Gerência Administrativa Do Projeto	2.087.950,00	132.515,45	6,35	24,00	12,00	50,00
TOTAL		3.779.950,00	277.290,41	8,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

**QUADRO 160 - Programa Finalístico**

PROGRAMA - OBRAS PÚBLICAS PARA O TOCANTINS							
Objetivo:		Oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos; oferecer melhor atendimento à população.					
Justificativa:		Consolidação do Estado, promovendo a cidadania e o progresso, além da manutenção do patrimônio público.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de metros quadrados construídos	M2	5.001,40	Dez-06	13.679,00			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1145	Projetos de obras públicas	385.398,00	204.659,94	53,10	12.500,00	83.420,56	667,36
1146	Construção de obras públicas	7.763.394,00	6.995.430,58	90,11	13.679,00	5.001,40	36,56
2345	Manutenção de edificações públicas	13.784.504,00	13.750.057,33	99,75	17,00	194,00	1.141,17
2346	Reforma de edificações públicas	4.286.208,00	4.251.493,88	99,19	1.580,00	9.940,34	629,13
TOTAL		26.219.504,00	25.201.641,73	97,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 161 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ELETRIFICAÇÃO RURAL - PERTINS							
Objetivo:		Promover o desenvolvimento dos setores agropecuário e industrial, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, fixando-o à terra e reduzindo o êxodo rural.					
Justificativa:		Levar energia ao homem do campo, buscando fortalecer o desenvolvimento agropecuário e industrial do estado.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Percentual de propriedades rurais eletrificadas	%	100	dez-05	100			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1149	Elaboração e execução de projetos de rede de eletrificação e distribuição rural de 34,5 e 13,8 kv	4.041.146,00	2.381.781,14	58,94	160,00	83,00	51,88
TOTAL		4.041.146,00	2.381.781,14	58,94	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 162 - Programa Finalístico

PROGRAMA -							
Objetivo:		Ampliar a infra-estrutura dos sistemas de energia elétrica dos municípios; distribuir energia para os setores e bairros não atendidos.					
Justificativa:		Melhorar a qualidade de vida da população urbana assegurando conforto e segurança.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de Km de rede implantados	Km	101,63	dez-06	131,99			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
192	Elaboração dos projetos de subestação 138/69/34,5/13,8 kv - 10 mva	660.000,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
165	Ampliação das redes de distribuição urbana e predial	6.115.884,00	6.015.724,83	98,36	77,00	101,63	131,99
TOTAL		6.775.884,00	6.015.724,83	89,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 163 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ENERGIA ALTERNATIVA							
Objetivo:		Levar fontes alternativas de energia para as áreas carentes do estado.					
Justificativa:		Promover o bem estar social nas regiões que não são atendidas pelas linhas de transmissão de energia elétrica.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de população beneficiada com fonte de energia alternativa	%	0,00	dez-06	12,50			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1150	Geração de energia a partir de fontes alternativas	200.000,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00
TOTAL		200.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 164 - Programa Finalístico

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							
Objetivo:		Proporcionar à população meios de transporte seguro e eficiente, integrando todo o estado.					
Justificativa:		Assegurar ao estado controle logístico do setor de transportes.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de aeródromos pavimentados	%	29,00	dez-06	100,00			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1151	Elaboração de projetos aeroportuários	275.000,00	77.500,00	28,18	2,00	4,00	200,00
1152	Implantação de equipamentos de proteção ao voo	1.137.500,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
1153	Construção de aeródromos no estado	3.860.000,00	984.034,30	25,49	1,00	1,00	100,00
1154	Manutenção de aeródromos e de equipam. de proteção ao voo	626.250,00	69.919,80	11,16	6,00	1,00	100,00
TOTAL		5.898.750,00	1.131.454,10	19,82	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

QUADRO 165 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GERENCIAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS							
Objetivo:		Promover a melhoria da capacidade de gerenciamento do órgão e captação de recursos.					
Justificativa:		Necessidade de melhoria do gerenciamento da SEINF, bem como necessidade de captação de recursos externos para aplicação no estado.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de estudos realizados	unidade	0,00	dez-06	3,00			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1155	Realização de estudos estratégicos	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEINF

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
61.501.925,00	48.166.693,98	79	13.335.231,02

3.1.24 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

A Secretaria dos Recursos Hídricos tem como missão a implantação das políticas de usos das águas e a elaboração de infra-estrutura hídrica necessária envolvendo: a) geração de energia, navegação, drenagem, proteção e retificação de canais naturais destinados ao atendimento de pequenas comunidades, aqüicultura, irrigação e prevenção ou minimização dos efeitos das secas e inundações; b) de obras de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura hídrica para aproveitamento hidroagrícola, e; c) de ações de convivência com a seca, com ênfase no aproveitamento de recursos hídricos para uso humano e geração de emprego e renda.

Os Programas desenvolvidos por esta Secretaria têm os seguintes objetivos:

- construções de infra-estruturas hídricas;
- geração de empregos diretos e indiretos;
- abastecimento público de água;
- desenvolvimento de outras atividades econômicas correlatas com as ações dos programas.

As atividades desenvolvidas por esta Secretaria se justificam pela necessidade de promover o desenvolvimento regional, dando condições para o aumento da produtividade de grãos e frutas, através de irrigação e, conseqüentemente, gerando emprego e renda para a população do Estado do Tocantins.

Estratégias de implementação das ações se deram através dos seguintes procedimentos:

- 1 - outorga de uso da água – na esfera Federal emitido pela ANA - Agência Nacional de Água e na esfera Estadual pelo NATURATINS;
- 2 - licença prévia emitida pelos órgãos licenciadores, na esfera estadual Naturatins e na esfera Federal pelo IBAMA; Os mesmos procedimentos são utilizados para as licenças de Instalação e de operação;

- 3 - autorização para desmatamento emitida pelo IBAMA;
- 4 - protocolização do projeto junto ao Ministério da Integração Nacional.

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 72.434.534,00**, com execução de **R\$ 52.636.947,62**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 166 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	190.500,00	175.082,09	91,91	15.417,91
Manutenção dos Serviços de Transportes	183.600,00	170.169,63	92,68	13.430,37
Manutenção de Recursos Humanos	1.203.097,00	1.203.027,31	99,99	69,69
Ações de Informática	8.200,00	5.831,00	71,11	2.369,00
TOTAL	1.585.397,00	1.554.110,03	98,03	31.286,97

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SRH

QUADRO 167 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PERENIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS							
Objetivo:	Promover a reservação de recursos hídricos estadual, para que nos permita um planejamento e desenvolvimento das atividades múltiplas (agropecuária, abastecimento público, geração de energia, consumo industrial, piscicultura, lazer e turismo), a qual a água é um fator limitante.						
Justificativa:	Necessidade de perenização dos rios temporários do Estado do Tocantins.						
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Obras Hídricas	Unidade	25,00%	31/12/2006	100%			
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1158	Estudo de proteção para evitar a descaracterização do bico do papagaio	40.000,00	0,00	0,00	5	0	0
1157	Construção de obras hídricas visando o armazenamento de água para usos comuns	40.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1184	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos –	1.864.350,00	1.285.110,79	68,93	1	1	100



	eixo 3						
1185	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 16	368.600,00	0,00	0,00	1	0	0
1186	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 15	25.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1187	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 10	25.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1159	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 01	200.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2348	Conservação de obras hídricas (Barramento) do Estado	563.000,00	483.537,17	85,89	1	0,99	99
1156	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 26	40.000,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		3.165.950,00	1.768.647,96	55,86	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SRH

QUADRO 168 - Programa Finalístico

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

Objetivo:	Assegurar a oferta de água de boa qualidade para a produção agrícola, através de construção de obras estruturantes.
Justificativa:	Promover o desenvolvimento regional através de cultura irrigada.
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Obras Hídricas	unidade	13,21	3112/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1160	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Manuel Alves	30.928.300,00	30.399.049,92	98,29	1	0,7677	76,77
1161	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto São João	16.043.400,00	14.689.123,31	91,56	1	0,3386	33,86
1162	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Sampaio	10.127.537,00	1.216.046,78	12,01	1	0,285	28,5
1164	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Javaés	355.200,00	215.568,48	60,69	1	0	0
1165	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Chapada	320.000,00	109.154,41	34,11	1	0	0
1166	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Paraná	45.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1167	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Prodecer III	991.660,00	485.824,94	48,99	1	0	0



1168	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taipas	288.600,00	0,00	0,00	1	0	0
1169	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Conceição	300.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1170	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taguatinga	0,00	0,00	0,00	1	0	0
1171	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Combinado	150.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1172	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Palmeirópolis	20.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1173	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Arraias	264.300,00	205.345,26	77,69	1	0	0
1174	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Esperantina	50.000,00	0,00	0,00	1	0	0
1175	Elaboração de diagnóstico e cadastro das Infra-estruturas hídricas do Estado	20.000,00	0,00	0,00	30	0	0
1176	Seminários de Implementação das políticas de usos múltiplos das águas	0,00	0,00	0,00	25	0	0
1177	Realização de estudos, pesquisas e conservação dos solos e da água	348.600,00	347.698,67	99,74	21	0	0
1178	Capacitação dos Engenheiros e/ou técnicos para o planejamento e gestão de projetos	0,00	0,00	00	15	0	0
1179	Revitalização do subprojeto Rio Formoso	5.624.540,00	611.450,30	10,87	1	0	0
1180	Elaboração do plano de ação para os recursos hídricos e aproveitamento hidro-agrícola	616.700,00	590.754,90	95,79	1	0,9865	98,65
1181	Implantação da infra-estrutura hídrica do Projeto Gurita II	449.350,00	444.172,66	98,85	1	0	
1182	Construção de pequena central hidrelétrica PCH no Barramento eixo 03	300.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2349	Manutenção de obras hídricas para aproveitamento hidroagrícola	400.000,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		67.643.187,00	49.314.189,63	72,90	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SRH

QUADRO 169 - Programa Finalístico

PROGRAMA - HIDROGEOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS				
Objetivo:	Desenvolver pesquisa para conhecimento do potencial hidrogeológico do Estado do Tocantins			
Prazo de Execução:	3 (três) anos			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Programa da Secretaria	unidade	0	3112/2006	100
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
	RECURSOS (R\$)			

N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1183	Estudos do potencial hídrico subterrâneo para identificar os aquíferos	40.000,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		40.000,00	0,00	0	5	0	0

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SRH

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
72.434.534,00	52.636.947,62	72,67	19.797.586,38

3.1.25 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

O primeiro órgão responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural na área de ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Assim, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, através da Lei n.º 791/95, com suas atribuições embasadas. Em face disso, houve a extinção da Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela então SETAS.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social tem como missão direcionar e consolidar a Política de Assistência Social e de Relações do Trabalho para o Estado, concretizando a política de descentralização e participação mútua, promovendo a inclusão social e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais e aos trabalhadores empregados e desempregados, garantindo, assim, de forma intersectorial o atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso X do art. 8.º da Lei n.º 791/95 .

Compete à Secretaria do Trabalho e Ação Social o seguinte:

- a) emprego e salários;
- b) relações do trabalho e sindicais;
- c) higiene, medicina e segurança do trabalho;
- d) qualificação e desenvolvimento de mão-de-obra;
- e) organização e desenvolvimento de comunidades;

- f) orientações e formação de lideranças comunitárias;
- g) habitação;
- h) ação, programa e projetos sociais.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 1 finalístico e 01 de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 34.009.373,00**, com execução de **R\$ 27.749.915,15**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 170 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.227.363,00	2.639.866,65	81,80	587.496,35
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.675.482,00	1.357.186,20	81,00	318.295,80
Manutenção de Recursos Humanos	18.121.720,00	18.078.359,90	99,76	43.360,10
Ações de Informática	426.095,00	251.954,18	59,13	174.140,82
TOTAL	23.450.660,00	22.327.366,03	95,20	1.123.293,07

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SETAS

QUADRO 171 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	63.960,00	46.834,22	73,22	17.125,78
TOTAL	63.960,00	46.834,22	73,22	17.125,78

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SETAS

QUADRO 172 - Programa Finalístico

PROGRAMA - COMBATE AO DESEMPREGO

Objetivo:	Controlar e reduzir o índice de desemprego no estado do Tocantins, incentivando a geração de postos de trabalho e promovendo a inclusão social e profissional do trabalhador.
Justificativa:	Atualmente o índice de desemprego no estado do Tocantins, indiferentemente de outras unidades da Federação é alto. Isto ocorre em função da dinâmica da economia local, regional e nacional, portanto, torna-se necessário a adoção de políticas públicas voltadas à redução do número de desempregados por meio de ações que envolvam o trabalhador e o empregador no sentido de intermediar o potencial desse binômio responsável pelo crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2355	Capacitação Social e Profissional	1.860.000,00	970.288,39	52,17	22.345	3.926	18
2356	Realização de Eventos Sobre Segurança e Saúde no Trabalho	1.612.000,00	00,00	0	40	0	0
2357	Intermediação de Mão de Obra	2.156.340,00	1.194.561,33	55,39	35.000	13.888	39,68
2358	Habilitação do Trabalhador Demitido Sem Justa Causa ao Benefício do Seguro Desemprego	1.400.000,00	149.150,33	10,65	13.900	20.109	144,66
1191	Construção de Centro Integrado de Ações do Trabalho	100.000,00	0	0	1	0	0
2387	Concessão de Bolsa Auxílio ao Trabalhador	100.000,00	0	0	3.000	0	0
2388	Manutenção de Centros Integrados de Ação do Trabalho	100.000,00	0	0	2	0	0
TOTAL		7.358.340,00	2.516.298,25	34,34	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SETAS

QUADRO 173- Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS				
Objetivo:	Formular políticas de qualificação e capacitação de gestores e técnicos; realizar pesquisas sociais; diagnosticar, monitorar e avaliar os programas e projetos da SETAS, bem como identificar as demandas sociais, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social.			
Justificativa:	Por terem sido detectados problemas, desvios e distúrbios na execução dos programas sociais, viu-se a necessidade da implantação do programa para combater a desarticulação existente entre os setores, a falta de planejamento participativo, a centralização das ações, a ausência de resultados e de acompanhamento na execução dos programas. A gestão de políticas públicas tem como estratégia acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas, para a melhoria na execução e nos resultados, proporcionando a integração com os demais setores da secretaria, propondo maior articulação dos gerentes do programa com outros órgãos, em busca de impactos sociais positivos nos municípios com a finalidade de alcançar o público alvo, distribuído também nos assentamentos, distritos e povoados; para o qual os programas são destinados.			
Prazo de Execução:	Contínuo			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx.de programa e projetos monitorados e avaliados	pessoa			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2350	Capacitação de Gestores e Técnicos da SETAS	574.300,00	531.079,90	92,47	180	118	66
2351	Divulgação de Ações ou Eventos	1.515.313,00	1.468.577,05	96,92	100	81	81
2352	Realização de Pesquisas Sociais	00,00	00,00	0	2	0	0
2353	Desenvolvimento de Sistema para Gerenciamento de Programas Sociais	92.700,00	88.920,00	95,92	2	6	50
2354	Monitoramento dos Programas SETAS	32.000,00	22.557,00	70,49	16	11	69
2386	Elaboração de Projetos	952.100,00	950.580,00	99,84	20	4	20
TOTAL		3.166.413,00	3.061.713,95	96,69	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SETAS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
34.009.373,00	27.749.915,15	81, 59%	6.259,457, 85

3.1.26 SECRETARIA DA JUVENTUDE

A Secretaria Estadual da Juventude, instituída pelo Decreto nº 1.465, de 04 de abril de 2002, é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, e tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como na formação de verdadeiros cidadãos.

Desenvolve suas funções alicerçada nos seguintes objetivos:

- desenvolver ações que facilitem a integração e interação do jovem quando da sua inserção no mundo do trabalho;
- apoiar o jovem na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro;
- criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;

- oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido;
- promover programas e projetos voltados para promoção, defesa e atendimento dos direitos dos jovens;
- contribuir para a melhoria dos indicadores sociais como decorrência da ação do jovem na comunidade;
- promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, inclusive pela centralidade das ações na família.

A Secretaria Estadual da Juventude busca definir uma proposta de ocupação para o jovem, apoiando-o com políticas públicas que possibilitem, de fato, a integração à família, à comunidade e à sociedade, a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como proporcionar experiências práticas que o preparem para o mercado de trabalho.

As atribuições da Secretaria da Juventude foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e 2 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 14.111.088,00** com execução de **R\$ 12.333.780,24**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 174 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	904.427,00	865.597,29	95,70	38.829,71
Manutenção dos Serviços de Transportes	159.500,00	146.015,70	91,54	13.484,30
Manutenção de Recursos Humanos	2.361.851,00	2.355.091,02	99,71	6.759,98
Ações de Informática	22.500,00	22.152,00	98,45	348,00
TOTAL	3.448.278,00	3.388.856,01	98,27	59.421,99

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEJUV

QUADRO 175 - Programa Finalístico

PROGRAMA - JUVENTUDE CIDADÃ	
Objetivo:	Valorizar jovens tocantinenses, atendendo suas necessidades, com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades pessoais, oferecendo-lhes condições para inserção no mercado de trabalho e ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento humano.
Justificativa:	60% da população tocantinense é composta de jovens; muitos são os desafios e as mudanças próprias desse período, o que pode incorrer no envolvimento de muitos jovens em comportamento de risco, para que esse período possa ser saudável, faz se necessário a intervenção do estado, no sentido de reduzir os riscos aos quais essa faixa etária encontra-se exposta; é necessário a valorização da juventude, visando garantir ações

	voltadas para o crescimento pessoal e profissional dos mesmos, transformando-os em empreendedores geradores de progresso e auto-inclusão.
Prazo de Execução:	2004 a 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de jovens qualificados	Unidade			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2359	Realização de eventos para juventude	2.065.854,00	2.026.108,40	98,07	93	151	162,36
2361	Realização de cursinho pré-vestibular	312.724,00	305.941,38	97,83	1.388	1.000	72,04
2508	Formação de jovens talentos	432.000,00	411.150,00	95,17	13.733	5.264	38,33
2468	Concessão de bolsas universitárias	1.118.250,00	843.350,00	75,41	1.000	2.781	278,10
2364	Conferências de juventude	50.060,00	31.507,69	62,93	19	20	105,26
2507	Manutenção da casa do estudante	100,00	00,00	0,00	02	00	0,00
2491	Capacitação para beneficiários e orientadores do Juventude Cidadã	40.000,00	24.998,00	62,49	6.378	6.650	104,26
2489	Concessão de bolsas para beneficiários do Programa Juventude Cidadã	5.330.885,00	4.167.247,24	78,17	6.902	6.902	100,00
2490	Manutenção do Programa Juventude Cidadã	280.000,00	249.199,20	88,99	01	01	100,00
TOTAL		9.629.873,00	8.027.994,22	83,36	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEJUV

QUADRO 176 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE	
Objetivo:	Viabilizar e Implementar ações concretas para assegurar a participação da juventude e da sociedade na construção de políticas de juventude.
Justificativa:	60% da população tocaninense é de jovens, diante desse dado é necessário entendermos a verdadeira relevância e urgência da existência de políticas públicas voltadas para esse seguimento, estimulando a integração e transformação dos mesmos, obtendo, assim, ganhos reais de eficácia, no que diz respeito ao desenvolvimento coletivo e individual.
Prazo de Execução:	2004 a 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de jovens beneficiados	unidade			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2362	Ampliação da frota de veículos	74.000,00	74.000,00	100,00	02	02	100,00
2385	Divulgação das ações da	938.937,00	791.472,32	84,29	30	33	110,00



	juventude						
2363	Ampliação da rede de informática da SEJUV	20.000,00	19.950,00	99,75	35	04	11,42
TOTAL		1.032.937,00	885.422,32	85,71	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEJUV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
14.111.088,00	12.333.780,24	87,40	1.777.307,76

3.1.27 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

Recursos sob a Supervisão da SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei nº 1.620, de 31 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.035, de 1º de novembro de 2005, e na Portaria SEPLAN nº 21, de 23 de fevereiro de 2006.

Constituem atividades inerentes à unidade orçamentária:

- a aplicação dos recursos observados os princípios legais da Constituição Federal, mediante os repasses de ICMS, IPVA, IPI e CIDE a todos municípios tocaninenses;
- a execução dos serviços da dívida pública;
- a liquidação dos contratos bancários referente às tarifas de arrecadação de tributos estaduais e sobre a folha de pagamento dos servidores do Executivo.

No exercício de 2006 esta unidade gestora foi contemplada com o programa de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desse programa foram autorizados recursos no montante de **R\$ 349.960.292,00**, com execução de **R\$ 340.176.100,43**. O quadro abaixo demonstra a execução físico-financeira do programa com suas respectivas ações.

QUADRO 177 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO FISCAL E EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	
Objetivo:	Controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.
Justificativa:	Controlar os gastos públicos visando maior transparência e maximização na aplicação dos recursos.

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Prazo de Execução:		2004-2007					
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2371	Administração Centralizada de Serviços Bancários	659.078,00	659.076,99	99,99	10	12	120
2372	Administração Centralizada de Serviços de interesse público	645.917,00	508.965,88	78,79	43	43	100
2374	Indenizações e restituições	17.651,00	17.650,43	99,99	8	254	3175
2373	Transferências constitucionais aos municípios	218.000.000,00	208.409.500,85	95,60	139	139	100
2375	Contribuição para o PIS/PASEP	12.476.540,00	12.419.803,79	99,54	1	1	100
2369	Administração da Dívida Interna e de seus serviços	36.537.284,00	36.537.282,30	99,99	32	32	100
2370	Administração da Dívida Externa e de seus serviços	81.623.822,00	81.623.820,19	99,99	4	6	150
TOTAL		349.960.292,00	340.176.100,43	97,20	-	-	-

FONTES – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Recursos sob Supervisão da SEFAZ

3.1.28 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN

A unidade orçamentária foi criada pela Lei nº 727/95, de 18 de janeiro de 1995.

Em 2006 as ações foram desenvolvidas em um programa finalístico e o programa de reserva de contingência, com recursos autorizados na ordem de **R\$ 1.180.000,00** com execução de **100%**. A execução de cada um dos programas será demonstrada nos quadros a seguir.

QUADRO 178 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Promover o financiamento de projetos de desenvolvimento que gerem benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o plano de governo e com as necessidades e potencialidades locais.
Justificativa:	A implantação e a consolidação de mecanismos de fomento para o desenvolvimento do Estado do Tocantins são de vital importância para a indução e estímulo das atividades econômicas no Estado, visando um aproveitamento racional de nossas potencialidades econômicas e a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda. Em nenhum momento pode ser descuidada a atração de novos investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais, bem como a sua expansão regional descentralizada e eficiente, de forma que se possa contribuir na aceleração dos processos de inovação e de introdução de novas tecnologias, trazendo progresso, inclusive o desenvolvimento social para as diversas regiões do Estado.

Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de inserção de novos projetos de microempresas		%	0	2003	3		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2510	Captação de Recursos	0,00	0,00	0	-	0	0
1236	Aumento do capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins	0,00	0,00	0	10%	0	0
1237	Aumento de capital da MINERATINS	1.180.000,00	1.180.000,00	100	1	1	100
TOTAL		1.180.000,00	1.180.000,00	100	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN

QUADRO 179 – Reserva de Contingência

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
Objetivo:		Reserva de contingência					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		0,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN

A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de R\$ 20.000.000,00, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais.

3.1.29 SECRETARIA DE SAÚDE

Essa Secretaria Estadual não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas através do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprios. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, definiu suas competências como sendo:

- I - a formulação das políticas de saúde pública;
- II - a coordenação, execução, fiscalização e controle das ações de saúde pública;
- III - a ação preventiva em geral;
- IV - a vigilância e o controle sanitário;
- V - a vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;
- VI - a informação de saúde;
- VII - a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- VIII - a assistência ambulatorial e hospitalar;
- IX - a alimentação e nutrição;
- X - a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e correlatos;
- XI - o fornecimento de medicamentos de sua fabricação aos órgãos da área de saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;
- XII - a promoção de treinamento, cursos e estágios para estudantes e profissionais vinculados às atividades afins.

3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS

A Administração indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 autarquias, 2 fundações e 20 fundos especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.2.1 AUTARQUIAS

3.2.1.1 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

O Instituto Social Divino Espírito Santo foi instituído pela Lei n.º 938/98, regulamentada pelo Decreto n.º 1.014/03.

O objetivo desta entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da administração indireta do governo estadual consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado, recursos para microcréditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições do Instituto Social Divino Espírito Santo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 3.283.883,00**, com execução de **R\$ 3.023.677,90**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 180 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	716.150,00	602.374,07	84,11	113.775,93
Manutenção dos Serviços de Transportes	108.150,00	74.262,46	68,67	33.887,54
Manutenção de Recursos Humanos	2.312.500,00	2.248.640,34	97,24	63.859,66
Ações de Informática	120.200,00	72.141,03	60,02	48.058,97
TOTAL	3.257.000,00	2.997.417,90	92,03	259.582,10

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do PRODIVINO

QUADRO 181 - Programa de Previdêcia Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefcios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	6.883,00	6.260,00	7,68	23,00
TOTAL	6.883,00	6.260,00	7,68	23,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do PRODIVINO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
3.283.883,00	3.023.677,90	92,08	260.205,10

3.2.1.2 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS – AD TOCANTINS

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins AD - Tocantins foi criada em 03 de maio de 1996 através da Lei Estadual nº 830, sob a forma de autarquia, como pessoa jurídica de direito público, sendo regida pelo seu Regulamento (Decreto Estadual nº 431 de 28/04/97).

Segundo seu Regulamento, o objetivo da Agência é induzir e estimular, mediante apoio técnico e financeiro, as atividades voltadas para o desenvolvimento auto-sustentável do Estado, abrangendo o desenvolvimento de projetos de curto, médio e longo prazo em todos os setores de atividade econômica, podendo, para isso, constituir parcerias com instituições públicas e entidades privadas ou agentes financeiros nacionais, internacionais ou estrangeiros.

É importante mencionar que desde junho de 2001, com a criação da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU, conforme Lei nº 1.226, de 06/06/2001, algumas destas atividades passaram a ser de competência da nova Agência. Portanto, a AD-Tocantins tem como principal e exclusiva a atividade de regularização dos lotes urbanos da Capital do Estado, como também, a liquidação das obrigações da CODETINS.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdêcia Social e um Finalístico. Para esses programas



foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 2.508.921,00**, com execução de **R\$ 2.331.040,05**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 182 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	220.494,00	148.228,94	67,23	72.265,06
Manutenção dos Serviços de Transportes	44.000,00	30.515,93	69,35	13.484,07
Manutenção de Recursos Humanos	1.196.530,00	1.151.779,86	96,26	44.750,14
Ações de Informática	77.000,00	33.189,03	43,10	43.810,97
TOTAL	1.538.024,00	1.363.713,76	88,67	174.310,24

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AD-Tocantins

QUADRO 183 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	5.000,00	4.680,00	93,60	320,00
TOTAL	5.000,00	4.680,00	93,60	320,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AD-Tocantins

QUADRO 184 - Programa Finalístico

PROGRAMA - EXTINÇÃO DAS EMPRESAS: CODETINS, CASETINS e MINERATINS

Objetivo:	Promover a liquidação extrajudicial das empresas
Justificativa:	Acúmulo de prejuízos e em cumprimento aos Decretos 392/97 e 489/97.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
<i>Taxa de negociação de dívidas</i>	percentual	selic	2003	100%

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
	RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
64	Liquidação da CODETINS	965.897,00	962.646,29	99,66	1	0,99	99,66
TOTAL		965.897,00	962.646,29	99,66	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AD-Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
2.508.921,00	2.331.040,05	92,91%	177.880,95

3.2.1.3 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU

Foi instituída pela Lei n.º 1.226, de 06 de junho de 2001, e tem como missão implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocaninenses, o resgate da cidadania e a reinclusão social com ações pautadas na justiça social.

Tem por finalidade a formulação e implementação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

- I- a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;
- II- a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;
- III- fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;
- IV- operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;
- V- organização de banco de dados sobre habitação, etc.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 45.694.099,00**, com execução de **R\$ 21.415.460,45**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 185 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	864.587,00	699.971,23	80,96%	164.615,77
Manutenção dos Serviços de Transportes	216.000,00	93.765,54	43,40%	122.234,46

Manutenção de Recursos Humanos	1.607.794,00	1.593.296,71	99,09%	14.497,29
Ações de Informática	300.913,00	190.500,84	63,30%	110.412,16
TOTAL	2.989.294,00	2.577.534,32	86,22%	411.759,68

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AHDU

QUADRO 186 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MORADIA							
Objetivo:		Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.					
Justificativa:		A habitação é direito constitucional e aspiração legítima de todo cidadão brasileiro, a lei 10.257/2001 que institui o estatuto da cidade, apresenta dispositivo que assegura a construção de moradias para as famílias. Os problemas habitacionais quando não são solucionados, refletem a situação social e as desigualdades geradas no âmbito do mercado de trabalho e da distribuição da renda. Todavia, deve-se considerar que a questão da moradia reflete, além disso, outras três dimensões a serem consideradas pela intervenção pública financeira, fundiária e urbanística.					
Prazo de Execução:		contínuo					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Famílias de baixa renda	Unidade		2002	110			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4029	Realizar ações contidas no proj. técnico social - pts, nos municípios contemplados com programas habitacionais.	200.000,00	7.520,00	3,76	2.000	7.561	378,05
3003	Construção de casas populares	33.015.430,00	13.480.367,24	40,83	2.000	7.561	378,05
4352	Publicidade e Propaganda	636.539,00	636.262,07	99,96	16	16	100,00
TOTAL		33.851.969,00	14.124.149,31	41,72	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AHDU

QUADRO 187 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.

Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdade sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas específicas.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias de baixa renda	m ²	-	2002	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3008	Administração do tesouro imobiliário do estado	8.000.000,00	4.167.494,81	52,09	110.000	57.303	52,09
3009	Administração do tesouro imobiliário do estado / terra nua	795.836,00	502.962,01	63,20	210.000	132.718	63,20
TOTAL		8.795.836,00	4.670.456,82	53,10	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AHDU

QUADRO 188 - Programa Finalístico

PROGRAMA – CHEQUE MORADIA							
Objetivo:		Viabilizar democraticamente a construção reforma e ampliação da moradia popular					
Justificativa:		Minimizar o déficit habitacional existente na camada social com renda familiar inferior a 03 salários mínimos.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Famílias de baixa renda	unidade	-	2002	-			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4353	Gerenciamento, acompanhamento e fiscalização	57.000,00	43320,00	76,00	334	254	76,00
TOTAL		57.000,00	43320,00	76,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AHDU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
45.694.099,00	21.415.460,45	46,86	24.278.638,55

3.2.1.4 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS

Criado pela Lei n.º 858, de 26 de julho de 1996, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.º 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.º 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e a prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.º 858/96, são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

- 1 – a execução da política ambiental do Estado;
- 2 – o monitoramento e o controle ambiental;
- 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- 4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais, celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, nove finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram



autorizados recursos na ordem de **R\$ 15.942.104,00** com execução de **R\$ 12.714.942,51**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 189 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.105.900,00	706.836,21	63,92	399.063,79
Manutenção dos Serviços de Transportes	991.367,00	832.215,22	83,95	159.151,78
Manutenção de Recursos Humanos	8.105.469,00	8.065.458,38	99,51	40.010,62
Ações de Informática	182.804,00	53.899,64	29,48	128.904,36
TOTAL	10.385.540,00	9.658.409,45	93,00	727.130,55

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 190 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do servidor Público PASEP	12.000,00	9.628,84	80,24	2.371,16
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	56.600,00	40.673,48	72,63	15.926,52
TOTAL	68.600,00	50.302,32	73,33	18.297,68

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 191 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.
Justificativa:	A gestão de recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórios, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os múltiplos usos.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias.	Grau de Participação	100%	31/12/2006	100%
Percentual de redução da degradação da qualidade e quantidade das águas	Percentual			

Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados		Número					
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1605	Implementação dos comitês de bacias hidrográficas prioritárias	12.500,00	8.128,60	65,03	1	1	100
1613	Execução do sistema de cadastro e outorga de direito de uso de água	40.104,00	21.689,70	54,08	1	1	100
TOTAL		52.604,00	29.818,30	57,03	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 192 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ÁREAS PROTEGIDAS DO TOCANTINS							
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas a conservação dos ecossistemas no estado do Tocantins.						
Justificativa:	Contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.						
Prazo de Execução:	2006						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Dimensão das unidades de conservação	Unidade		31/12/06	100%			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
739	Gerenciamento das unidades de conservação	1.158.297,00	291.405,33	25,16	4	4	100%
2070	Implantação de Infra-Estrutura nas unidades de conservação	381.000,00	0,00	0,00	1	0	0%
TOTAL		1.539.297,00	291.405,33	18,93	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 193 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS JOGA LIMPO	
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como consequência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradação ambiental, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no Estado, diminuindo a poluição

ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, uso de água não potável, etc.

Prazo de Execução: 2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários	Percentual			
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico	Número		31/12/2006	100%
Coleta seletiva de lixo	Número			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
854	Apoiar a Elaboração, Implantação e Implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	20.200,00	0,0	0,0	3	0	0,0
1304	Apoiar a Implantação dos Fóruns Municipais de Lixo e Cidadania	16.000,00	2.316,60	14,48	7	7	100%
TOTAL		36.200,00	2.316,60	6,40	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 194 - Programa Finalístico

PROGRAMA - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS

Objetivo:	Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.
Justificativa:	Os ecossistemas naturais abrigam uma imensa diversidade biológica, prestando serviços essenciais para vida no planeta, a pressão antrópica sobre os recursos naturais vem crescendo em função da necessidade de espaço físico e produção de matéria-prima.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade	Índice		31/12/06	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
597	Implantação do banco de sementes da Amazônia	15.000,00	4.103,10	27,35	1	1	100%
735	Apoio aos projetos de manejo de fauna sustentado	145.300,00	25.213,00	17,35	4	4	100%
862	Monitoramento da fauna e flora das unidades de conservação	4.000,00	1.010,00	25,25	3	1	33
TOTAL		164.300,00	30.326,10	18,46	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 195 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ORDENAMENTO DOS RECURSOS FLORESTAIS							
Objetivo:		Promover a gestão dos recursos florestais do Estado de forma sustentável, com a implantação do licenciamento ambiental da propriedade rural –LAPR, oferecendo alternativas de recuperação de áreas degradadas e fomento florestal, visando a valorização dos produtos florestais.					
Justificativa:		Com a implantação do novo sistema de licenciamento da propriedade rural com o uso de ferramentas de georeferenciamento e de imagens de satélite, possibilitará um controle mais efetivo das áreas autorizadas para desmatamento, bem como a identificação de áreas especialmente protegidas que foram suprimidas e que deve-se promover a sua recomposição, além da identificação dos desmatamentos irregulares.					
Prazo de Execução:		2006					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Nível de demanda atendida.		Número		31/12/06	100%		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
127	Manutenção do sistema georeferenciado de gerenciamento de propriedades rurais.	156.243,00	142.161,20	90,99	1.400	882	63,00
145	Manutenção das unidades de viveiros florestais no estado	10.000,00	0,0	0,0	1	0	0
2072	Implantação de viveiros florestais	16.792,00	7.791,52	46,40	1	1	100
TOTAL		183.035,00	149.952,72	81,93	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 196 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MONITORAMENTO AMBIENTAL							
Objetivo:		Monitorar a qualidade dos recursos naturais do estado do Tocantins, possibilitando a administração eficiente de seus usos múltiplos, garantindo a oferta, a preservação e a conservação dos mesmos.					
Justificativa:		As atividades potencialmente poluidoras do estado lançam efluentes e depositam resíduos perigosos sem tratamento conseqüentemente prejudicando o meio ambiente e a saúde pública. Tendo em vista esta situação o monitoramento ambiental visa conhecer a qualidade ambiental e as tendências qualitativas e quantitativas dos recursos naturais do estado subsidiando medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo.					
Prazo de Execução:							
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de corpos hídricos classificados		Percentual					
Percentual de empreendimentos com licença de operação funcionando eficientemente.		Percentual		31/12/2006	100%		
Índice de focos de calor		Índice					

Quantidade de relatórios da qualidade do ar dos centros urbanos	Quantidade			
Percentual de emergências ambientais atendidas	Percentual			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
206	Monitoramento de corpos d'água em bacias hidrográficas prioritárias	34.538,00	20.037,94	58,02	12	06	50%
489	Implementação de automonitoramento de efluentes	14.700,00	3.281,10	22,32	88	18	21%
TOTAL		49.238,00	23.319,04	47,36	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 197 - Programa Finalístico

PROGRAMA - CONTROLE AMBIENTAL	
Objetivo:	Licenciar e fiscalizar os empreendimentos potencialmente poluidores de impactos ambientais, urbanos e rurais.
Justificativa:	Considerando o aumento das atividades modificadoras das condições ambientais no estado do Tocantins, bem como a exploração desordenada dos recursos naturais, faz-se necessário executar de forma contínua e eficiente o controle ambiental dessas atividades.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de empreendimentos licenciados	Percentual		31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
390	Licenciamento ambiental	174.301,00	98.265,00	56,38	600	600	
991	Fiscalização ambiental	222.295,00	142.902,65	64,29	5.000	4.078	
TOTAL		396.596,00	241.167,65	60,81	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 198 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaborador na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação, e como fator fundamental na promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado à participação social na formulação de políticas públicas.

Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Conceitos e metodologias de educ.ambiental difundidos no ensino formal Ações estratégicas do programa estadual de educação ambiental implementadas	Número		31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4388	Implementar Educação Ambiental Informal no Estado do Tocantins	132.165,00	84.450,52	63,90	141	332	235,46%
TOTAL		132.165,00	84.450,52	63,90	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 199 - Programa Finalístico

PROGRAMA - Gestão Ambiental Integrada	
Objetivo:	Contribuir para a definição de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para o estado do Tocantins, visando o uso sustentável dos recursos naturais.
Justificativa:	A crescente demanda por recursos naturais tem exigido a definição de um conjunto de procedimentos necessários a garantir que o desenvolvimento seja implementado segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Este programa não possui indicador, tendo em vista que o mesmo é um programa de gestão mas foi classificado como finalístico			31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2497	Elaborar o tema base fundiária na base cartográfica do Geo-Tocantins	93.000,00	47.800,00	51,40	1	1	100%
2499	Estruturar o Naturatins para realizar atividades de fiscalização	245.200,00	217.957,20	88,89	1	1	100%
4382	Implementar iniciativas inovadoras de controle e	244.000,00	151.342,06	62,03	1	1	100%



	monitoramento do desmatamento visando a sustentabilidade ambiental.						
4384	Apoiar o processo de gestão ambiental nos assentamentos rurais.	55.275,00	28.193,03	51,00	20	21	105%
4389	Implementar iniciativas de controle e monitoramento de queimadas.	58.700,00	20.499,00	34,92	6	4	67%
4390	Realizar a fiscalização nas áreas prioritárias	184.751,00	116.705,51	63,17	42	52	123%
4392	Aprimorar o SICAM – Sistema Integrado de Controle Ambiental	49.450,00	12.977,14	26,24	1	1	100%
TOTAL		930.376,00	595.473,94	64,00			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

QUADRO 200 - Programa Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamento ilegal, queimadas descontroladas, exploração minerária, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A implementação do programa reverterá este quadro por definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente, visando o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocaninense.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de inserção e controle social				
Índice de diminuição da degradação ambiental	Índice		31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
461	Avaliação Quantitativa e Qualitativa do ICMS Ecológico.	59.000,00	23.550,00	39,92	695	695	100%
466	Implementação do Plano Estadual de Prevenção, Controle e Combate à Queimadas e Incêndios Florestais.	81.300,00	22.523,14	27,70	21	12	57%
659	Manutenção de Unidades Desconcentradas do Naturatins	1.027.581,00	699.969,99	67,49	23	23	100%
8021	Implementar ações de comunicação-jornalismo e publicidade	836.272,00	811.958,01	97,09	1	1	100%
TOTAL		2.004,153,00	1.558,001,14	77,74	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da NATURATINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
15.942.104,00	12.714.942,51	79,76%	3.227.161,49

3.2.1.5 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV

Instituído mediante a Lei Estadual n.º 72, de 31 de julho de 1989, que à época era quase que completamente voltado para as atividades assistenciais dos servidores públicos estaduais, com exceção apenas da pensão por morte, enquadrada como benefício previdenciário.

Em cumprimento à nova ordem constitucional trazida com a reforma previdenciária de 1998, o Estado do Tocantins adequou sua legislação.

A Lei 1.246/2001 reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado e reestrutura o IPETINS, dispondo quanto à autonomia e competências da entidade.

Com o advento da Lei Federal nº 9.717, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1998, que deu suporte à Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, iniciou-se a reforma da previdência social no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em outros países, principalmente na Europa, buscando uma forma adequada e racional de administrar a previdência social, garantindo aos seus segurados o benefício de aposentadoria e aos seus dependentes o benefício de pensão.

É oportuno ressaltar que o regime de previdência anterior à reforma era aberto, ou seja, previa a participação de determinados segurados, na condição de segurado facultativo, no entanto, em razão da reforma previdenciária imposta pelo governo federal, mantiveram-se filiados aos regimes próprios somente os servidores que ingressaram no serviço público mediante concurso, conforme dispõe a Constituição Federal em seu art. 40, sendo os demais conduzidos ao Regime Geral de Previdência Social - do qual o INSS é gestor.

Tendo em vista o art. 84, da Lei Previdenciária Estadual, os benefícios previdenciários dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, mais conhecidos com os “Cartorários”, são garantidos mediante repasses do Tesouro Estadual ao RPPS, que tem como gestor o IGEPREV, uma vez que os recursos oriundos de contribuições facultativas, cujos contribuintes que recolhiam em dobro se esgotaram em dezembro de 2003. Diante disso, os §§ 1º e 2º do art. 84 da lei supramencionada determina “*in verbis*”: “Os benefícios concedidos aos serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos,

e aos seus dependentes, serão pagos pelo IPETINS até findarem os recursos financeiros disponíveis para esse fim. Findos os recursos, o Tesouro do Estado assumirá o pagamento dos benefícios até serem extintos.”

Diante disso, cumpre observar que todos os processos relativos a benefícios previdenciários dos segurados facultativos que ficaram vinculados ao RPPS em função de direitos adquiridos são submetidos à análise técnica da Superintendência de Gestão Previdenciária deste Instituto, que após a instrução adequada, com base na legislação específica, submete-os à apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Gabinete do Presidente.

Após o pronunciamento jurídico favorável da PGE esses processos retornam à referida Coordenadoria que elabora os atos concessivos dos benefícios e adota outras providências complementares, tais como: publicação no Diário Oficial, inclusão ou alteração em folha de pagamento e encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento e registro.

Quanto a execução orçamentária não houve destinação de recursos para esta Unidade Gestora, sendo todas as suas atividades desenvolvidas por meio do Fundo Previdenciário do Tocantins – FUNPREV.

3.2.1.6 AGÊNCIA ESTADUAL DE SANEAMENTO – AGESAN

A Agência de Saneamento foi criada pela Lei n.º 1.118, de 23 de novembro de 2000, teve seu regulamento aprovado pela Lei n.º 1.099, de 04 de janeiro de 2001.

Tem por finalidade precípua a regulação, execução, controle e fiscalização dos serviços de saneamento e compete à Agência Estadual de Saneamento o seguinte:

- I- executar a política estadual de saneamento;
- II- regulamentar e controlar a prestação dos serviços de saneamento da sua competência;
- III- criar, atualizar e manter à disposição dos interessados sistemas de informação e indicadores dos prestadores de serviços de saneamento no Estado;
- IV- mediar e dirimir conflitos em matérias de concessão, permissão e autorização de serviços de saneamento, incluídos reajustes e revisões de tarifas, com vistas a garantir a universalidade de serviços, a modicidade da remuneração, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e sua compatibilidade com a capacidade de pagamento do usuário;

- V- promover estudos, fixar metas e implementar programas e ações visando à universalização, eficiência e quantidade dos serviços de saneamento;
- VI- capacitar os municípios para gestão dos seus serviços de saneamento, apoiando-os;
- VII- Punir, sempre que lhe couber, os infratores da legislação sobre prestação dos serviços de saneamento;
- VIII- as atribuições inerentes ao Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, definidas no art. 23, §§ 3º e 4º do art. 28 da lei 261, de 20 de fevereiro de 1991;
- IX- a gestão:
 - a) do patrimônio do Estado imobilizado em sistema de saneamento;
 - b) dos recursos financeiros públicos destinados à aplicação em sistemas de saneamento;
 - c) promover a integração das políticas de saneamento com as demais políticas estaduais, em especial as relativas a recursos hídricos, saúde pública e meio ambiente.

A Agência Estadual de Saneamento tem por objetivo promover a melhoria das condições de Saneamento Ambiental do Estado, contribuindo para a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rurais (distritos, vilas e povoados).

Para a consecução desses objetivos a Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas para garantir o suprimento e a qualidade da água de abastecimento público, a destinação adequada dos esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares com sustentabilidade.

Os critérios de elegibilidade para implementação das ações se devem ao fato da inexistência, deficiência ou insuficiência das ações de saneamento do Estado do Tocantins, áreas desprovidas de infra-estrutura, áreas com maior incidência de doenças evitáveis por ações de saneamento (dengue, diarreia, etc...) e áreas com menor custo-benefício.

As atribuições da Agência Estadual de Saneamento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Saneamento, Cidadania e Progresso, no qual engloba as ações de apoio administrativo. Para esse programa foi autorizado recursos da ordem de

R\$ 15.876.404,00, com execução de **R\$ 7.553.673,38**, conforme demonstração no quadro abaixo:

QUADRO 201 - Programa Finalístico

PROGRAMA - SANEAMENTO, CIDADANIA E PROGRESSO	
Objetivo:	Promover a melhoria das condições de saneamento ambiental do Estado, contribuindo p/ a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rural (distritos, vilas e povoados).
Justificativa:	A Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas, para garantir o suprimento e a qualidade de água de abastecimento público, a destinação adequada de esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares, com sustentabilidade.
Prazo de Execução:	2004 - 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual da População urbana beneficiada com água potável	unidade	-	01jan2005	95%
Percentual da População urbana beneficiada com esgotamento sanitário.	unidade	-	01jan2004	60%
Percentual da População urbana beneficiada com melhorias sanitárias domiciliares.	unidade	-	01jan2004	80%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
600	Atendimento à População com Sistema de Abastecimento de Água Potável	2.754.956,00	1.470.217,37	53,36	09	09*	**
601	Atendimento à População com Sistema de Esgotamento Sanitário	10.107.170,00	5.373.237,89	53,16	13	13*	**
611	Atendimento à População com Melhorias Sanitárias em Domicílios Residenciais.	2.106.905,00	44.995,13	2,13	502	00	0,00
1987	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	350.924,00	168.171,56	47,92	01	01	100
1988	Manutenção dos Serviços de Transportes	45.000,00	29.843,32	66,32	04	02	50,00
1989	Manutenção dos Recursos Humanos	471.449,00	454.808,11	96,47	15	08	53,33
1990	Ações de Informática	40.000,00	12.400,00	31,00	12	04	33,33
TOTAL		15.876.404,00	7.553.673,38	47,58	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da AGESAN

* Obras em execução

** Não consta devido as obras estarem em execução.

3.2.1.7 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde do Estado do Tocantins, instituída pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2002, sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2003, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2003, aprovou seu estatuto.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins propõe-se a responder aos desafios de assegurar a formação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde em nível técnico e básico, desenvolvendo competências e habilidades, considerando aspectos técnico-operativos e ético-participativos, relacionando a teoria com a dimensão da realidade, estimulando a efetiva qualidade das ações e serviços oferecidos.

Tem por finalidade formar profissionais nos níveis básicos, técnicos e pós-técnico para a área de saúde, de forma a garantir a continuidade, a produtividade e a qualidade dos serviços. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científico-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

As atribuições da Escola Técnica de Saúde do Tocantins são desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa – Desenvolvimento Técnico em Saúde, 01 finalísticos. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de R\$ 2.258.500,00, com execução de R\$ 929.513,74, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 202 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE				
Objetivo:	Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.			
Justificativa:	O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha a suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde, o que traz enormes prejuízos ao combate a endemias, e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde. Com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais, qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da escola técnica do SUS (ETSUS), acarretaria em permanecermos com um serviço de saúde que não tem correspondido às exigências do SUS por falta de profissionais formados.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de profissionais de saúde de nível básico.	Unidade	2.212	31/12/2006	1.800
Número de profissionais de saúde de nível técnico.		4.203		4.615
AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	

N.º	Descrição	RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
		Autorizado	Empenhado	% Útil.			
1801	Ampliação da frota de veículos da ETSUS	4.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1796	Construção da sede da escola ETSUS	1.964.500,00	771.202,08	39,26	20	13	65
1800	Implantação da Escola Técnica de Saúde do Tocantins	27.000,00	1.223,00	4,53	3	1	33,33
1799	Realização de cursos técnicos	243.000,00	149.548,46	61,54	3	2	66,67
1797	Capacitação do corpo integrante da ETSUS	20.000,00	7.540,20	37,70	30	20	66,67
TOTAL		2.258.500,00	929.513,74	41,16	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ETSUS

3.2.1.8 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO foi criado pela Lei nº. 308, de 17 de outubro de 1991, como uma entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, no âmbito do Estado o Departamento Estadual de Trânsito é o Órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 19.433.630,00**, com execução de **R\$ 15.405.040,37**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 203 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.533.000,00	2.753.139,74	79,81	713.242,82
Manutenção dos Serviços de Transportes	385.000,00	370.093,79	96,13	14.906,21
Manutenção de Recursos Humanos	7.192.600,00	7.089.910,32	98,57	102.689,68



Ações de Informática	5.647.489,00	2.730.224,15	48,35	2.916.694,39
TOTAL	16.758.089,00	12.943.368,00	77,64	3.747.533,10

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DETRAN

QUADRO 204 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público – PASEP	220.000,00	155.851,15	70,84	64.148,85
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	50.400,00	37.635,00	74,67	12.765,00
TOTAL	270.400,00	193.486,15	71,55	76.913,85

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DETRAN

QUADRO 205 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS: TRANSITAR COM CIDADANIA

Objetivo:	Acionar um trabalho contínuo em coerência as adversidades do tempo, entendendo que todas as pessoas podem contribuir com trânsito do futuro: justo, humano e cidadão.
Justificativa:	Subsidiar a melhoria do trânsito no Estado do Tocantins, detectando informações precisas nos mais variados seguimento social.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Acidente de Trânsito		5.417	mar/03	4.917
Infrações de Trânsito		4.397	mar/03	3.797

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4100	Introdução da educação para o trânsito nas escolas	141.000,00	139.315,80	98,80	26,00	26,00	96,15
4101	Implantação do Pólo Cultural Artístico Funcional do DETRAN	2.000,00	-	0,00	40%	0,00	0,00
4103	Realização de Campanhas dos trabalhos do DETRAN	563.630,00	563.322,69	99,95	48,00	48,00	100,00
4104	Fiscalização de Trânsito	-	-	0,00	14,00	0,00	0,00
TOTAL		706.630,00	702.638,49	99,44	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DETRAN



QUADRO 206 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DETRAN: EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

Objetivo:	Modernizar os macros processos de gestão, integrar a sociedade no contexto de política de trânsito, para o devido cumprimento das leis.
Justificativa:	Atender á superação das expectativas, entendendo que a qualidade dos serviços do órgão depende da satisfação dos usuários.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Satisfação dos usuários	%	-	-	70
Rapidez e Eficiência aos Usuários	Pessoa/ Min	2,5	dez/04	15

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3046	Implantação de Postos de Trânsito Avançados	-	-	0,00	3,00	0,00	0,00%
4096	Estagio Supervisionado para prestação de Serviço	210.000,00	164.988,11	78,57	4,00	3,00	75,00%
3047	Implantação da Prova Eletrônica nas CIRETRANS	186.000,00	186.000,00	100,00	1,00	1,00	100,00%
3049	Implantação do DETRAN MOVÉL	186.000,00	186.000,00	100,00	1,00	1,00	100,00%
3050	Construção Pista Sinalizada para Prova de Direção.	-	-	0,00	10,00%	0,00	0,00%
3051	Construção de Sede das CIRETRANS	350.511,00	346.879,62	98,96	2,00	2,00	100,00%
3054	Reforma nas CIRETRANS e Posto de Trânsito	10.000,00	6.060,00	60,60	4,00	4,00	100,00%
3053	Construção da Sede do Detran em PALMAS	-	-	0,00	458,26 m	0,00	0,00%
3054	Implantação Terminais Atendimento divisas do Estado	-	-	0,00	10,00	0,00	0,00%
4097	Microfilmagem de documentação de veículos e CNH	244.000,00	200.520,00	82,18	6.700.000	2.074.000	30,96
3056	Informatização das CIRETRANS e Posto de Trânsito	-	-	0,00	2,00	2,00	100,00%
3057	Aparelhamento das Estações de Trabalho	269.000,00	268.600,00	99,85	210,00	109,00	51,90%
4098	Capacitadores dos Servidores do DETRAN	-	-	0,00	370,00	0,00	0,00%
3058	Implantação da biblioteca especializada	-	-	0,00	10,00	0,00	0,00%
4099	Desenvolvimento de Pós - Graduação	75.000,00	40.500,00	54,00	1,00	1,00	100,00%
3187	Implantação de Sistema de Informações	1.000,00	-	0,00	1,00	0,00	0,00%
3160	Justiça Móvel para o trânsito	167.000,00	166.000,00	99,40	1,00	1,00	100,00%
TOTAL		1.698.511,00	1.565.547,73	92,17	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DETRAN

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
19.433.630,00	15.405.040,37	79,27	4.028.589,63

3.2.1.9 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO foi criada pela Lei 1.027, de 10 de dezembro de 1998.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei 1.082, de 1º de julho de 1999, regulamentadas pelo Decreto Estadual 860, de 11 de Novembro de 1999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual 1.634, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins.

Tem como missão planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover à vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO é o controle Zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor Agropecuário.”

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores público e privado para a execução de serviços de defesa agropecuária, nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclave científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária;

As atribuições da Agência de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, de Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 20.521.424,00**, com execução de **R\$ 18.880.156,91**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 207 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	773.622,00	582.351,51	76,85	191.270,49
Manutenção dos Serviços de Transportes	295.513,00	184.825,97	62,79	110.687,03
Manutenção de Recursos Humanos	16.247.113,00	16.210.773,37	99,78	36.339,63
Ações de Informática	84.700,00	36.745,19	48,92	47.954,81
TOTAL	17.400.948,00	17.014.696,04	97,88	386.251,96

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

QUADRO 208 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	45.000,00	36.985,00	82,19	8.015,00
TOTAL	45.000,00	36.985,00	82,19	8.015,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

QUADRO 209 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL

Objetivo:	Coordenar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.
------------------	--

Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constituem o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constitui em pré-requisito ao acesso à mercados competitivos, e exigentes além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produto de Origem Animal Animais inspecionados	Toneladas Animais	895.823.41 27.058.648	dezembro/06	2.243.312.54 75.463.553

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1016	Inspeção Sanitária e industrial de produtos de origem animal	1.500,00	1.162,50	77,50%	18.589	23.050	124,00
1067	Sanidade dos ovinos e caprinos	5.000,00	0,00	0,00%	84.767	89.233	105,27
1123	Sanidade dos animais aquáticos	5.000,00	0,00	0,00%	1.699	2.566	151,03
1134	Sanidade dos equídeos	5.000,00	0,00	0,00%	136.080	158.096	116,18
1135	Sanidade dos suídeos	5.000,00	0,00	0,00%	106.365	188.148	176,89
1168	Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose	95.000,00	34.899,84	36,73%	9.493.279	7.100.982	74,80
1169	Erradicação da Febre Aftosa	661.683,00	556.057,60	84,04%	9.493.279	7.566.192	79,70
1195	Controle do trânsito de produtos de origem animal	5.000,00	0,00	0,00%	407.500	872.77.34 1	214,00
1219	Controle da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias	80.000,00	39.828,37	49,78%	9.384.005	7.882.861	84,00
1333	Sanidade das aves	354.527,00	29.027,86	8,19	1.968.493	4.073.136	206,92
1550	Capacitação técnica na área animal e vegetal	176.700,00	120.321,00	68,00%	5	69	1380,00
1561	Veiculação de campanhas de combate a febre aftosa e brucelose	947.885,00	947.861,32	99,99%	4	3	75,00
1623	Realização de eventos em sanidade animal e vegetal	10.000,00	0,00	0,00%	86	511	594,00
1636	Distribuição de material educativo da área animal e vegetal	0,00	0,00	0,00%	55.000	114.900	208,90
2083	Informatização das unidades de serviço	278.800,00	0,00	0,00%	45	49	108,88
2084	Reestruturação das unidades de serviço	100.178,00	0,00	0,00%	85	126	148,23
2087	Renovação de frota	53.460,00	0,00	0,00%	34	20	58,82
2508	Construção, ampliação e reforma de prédios e módulos	0,00	0,00	0,00%	7	0	0,00
4398	Estágio supervisionado para prestação de serviços	34.340,00	31.152,29	91,71%	5	5	100,00
TOTAL		2.819.073,00	1.760.310,78	62,44	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

QUADRO 210 - Programa Finalístico
PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL

Objetivo:	Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitárias, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspeccionar a comercialização de sementes e mudas, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações. Inspeccionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente de produtos cadastrados na ADAPEC.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no estado, são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os segmentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir os padrões mínimos na produção destes insumos. Esta produção é repassada aos Estados por forma de convênios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição poderá ser repassada a ADAPEC. O comércio de agrotóxicos também é regido por legislações federais é repassada aos Estados através de convênios, e esta delegada a ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse econômico inspecionadas	Área Inspecionada	26.950	Dezembro de 2006	27.713
Inspeções Fitossanitárias Realizadas	Fiscalizações Realizadas	3.602,00	Jan/dez de 2006	3.064

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
814	Profilaxia e controle de pragas das fruteiras	103.500,00	29.888,85	28,87	700	2.300	328,57
823	Profilaxia e controle de pragas das outras culturas	50.000,00	-	-	1.000	6.520	652,00
951	Documentos fitossanitários	10.000,00	-	-	604	768	127,15
963	Fiscalização do trânsito de vegetais	10.000,00	-	-	3.045	3.066	100,68
612	Cadastramento e Inspeção do Comércio de Agrotóxicos	40.000,00	-	-	13.900	28.706,28	206,52
605	Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças	42.903,00	20.676,25	48,19	13.900	16.599,38	119,42
608	Fiscalização da Produção de Sementes e Mudanças	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL		256.403,00	50.565,10	19,72	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
20.521.424,00	18.880.156,91	92,00	1.641.267,09

3.2.1.10 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública Estadual foi criada através da Lei nº. 020, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS tem como missão promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e de suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Para essa entidade foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
- apoiar e orientar as famílias rurais e suas organizações na seleção e uso de tecnologias e produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- buscar a segurança e soberania alimentar, com ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola, em qualidade e quantidade suficientes;
- fomentar a geração e manutenção de emprego e renda de forma desconcentrada no meio rural, com ações que visem o aumento da produção e da produtividade, incluindo atividades não agrícolas.

Estratégias para se atingir esses objetivos foram adotadas, tais como:

- implementar processos contínuos de capacitação, agindo interativamente nas áreas culturais, sociais, ambientais e econômicas;
- desenvolver ações de recuperação, conservação e manejo de agrossistemas;
- assessorar e orientar as famílias rurais na busca de alternativas para o melhor aproveitamento dos fatores de produção dos recursos internos;
- interagir, junto às famílias rurais com ações que visem o fortalecimento da cooperação e de suas organizações associativas e representativas;
- fortalecer os relacionamentos de parceiros institucionais;
- participar na elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento do meio rural;
- participar das atividades e eventos que promovam os serviços e a imagem institucional;
- desenvolver ações de capacitação, atualização técnica e gerencial do quadro funcional.

Desta forma, os programas e ações do RURALTINS, no exercício de 2005, visaram a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, através de metodologias participativas e buscou-se a organização social das comunidades rurais, potencializou atividades produtivas agropecuárias voltadas à oferta de alimentos saudáveis e de matérias-primas, apoiou estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais. Igualmente estimulou a agroindustrialização e o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares fundamentais que sustentou suas ações destacou-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, culturais e ambientais do Estado, enfatizando que a busca da inclusão social da população rural tocantinense mais pobre foi o elemento central dos serviços prestados pelo RURALTINS.

As atribuições do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, e quatro finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 35.726.409,00**, com execução de **R\$ 21.555.328,87**, como demonstrados nos quadros a seguir:

**QUADRO 211 - Programa Apoio Administrativo – 195****Objetivo:** Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	852.700,00	592.248,81	69,45	260.451,19
Manutenção dos Serviços de Transportes	926.300,00	391.715,60	42,28	534.584,40
Manutenção de Recursos Humanos	12.299.809,00	12.017.715,80	97,70	282.093,20
Ações de Informática	1.461.346,00	150.079,94	10,26	1.311.266,06
TOTAL	15.540.155,00	13.151.760,15	84,63	2.388.394,85

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

QUADRO 212 - Programa de Previdência Social – 196**Objetivo:** Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	404.000,00	396.183,89	98,06	7.816,11
Contribuição para o programa Formação do Patrim. Do servidor Público - PASEB	12.000,00	-	-	-
TOTAL	416.000,00	396.183,89	98,06	7.816,11

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

QUADRO 213 - Programa Finalístico**PROGRAMA - FOMENTO À PRODUÇÃO VEGETAL**

Objetivo:	Fomentar a produção agrícola do Estado, objetivando o fortalecimento da economia das comunidades rurais contribuindo para geração de emprego e renda.
Justificativa:	A agricultura tocantinense, apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais por consequência da indevida utilização da terra, não atinge a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural. A inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concreta, visando subsidiar o setor, certamente agravará ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura embasados nos pressupostos de que além da vocação para a produção agrícola, comprovada pela vasta extensão territorial e diversidade ecossistêmica, a população ainda mantém tradições culturais voltadas ao campo desde a criação do Estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3098	Implantação de Hortas – Projeto Quintal Verde	180.200,00	175.629,48	97,46	21.598	27.906	129
TOTAL		180.200,00	175.629,48	97,46	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

QUADRO 214 - Programa Finalístico

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: Organizar, Produzir e Agregar

Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, visando a inclusão social e a fixação das famílias no meio rural.
Justificativa:	No setor produtivo, em especial no seguimento da agricultura familiar, o cenário construído através das audiências públicas realizadas nas várias regiões do Estado, aponta para a crônica insuficiência e ineficiência da assistência técnica. Basicamente, a partir deste problema central, decorrem as más condições de vida dos agricultores familiares, a desorganização social da agricultura familiar, a baixa produtividade e pouca diversificação das atividades agropecuárias, a insuficiência de mão-de-obra qualificada, a capacidade ociosa das agroindústrias existentes, a dificuldade de acesso aos canais de comercialização e ao acesso ao crédito rural. Estes problemas estão sendo solucionados através da disponibilização de assistência técnica suficiente e eficiente, promovendo a verticalização da produção, agregando valor aos produtos agropecuários e incentivando a comercialização, concluindo assim as fases da cadeia produtiva aos agricultores familiares e as organizações sociais. Tal visão impulsionará este importante setor, com a conseqüente diminuição do desemprego, o aumento da renda familiar e diminuindo o êxodo rural.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Adoção de inovação tecnológica	Porcentagem	80		80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4208	Assistência Técnica ao agricultor familiar	5.723.036,00	3.191.095,26	55,75	21.057	21.126	100,33
4209	Elaboração de proj. p/ licenciamento das agroindústrias	5.450,00	772,50	14,17	23	12	52,17
4211	Inclusão da mulher rural no processo produtivo	85.930,00	0,00	0,00	3.435	3.053	88,88
4212	Inclusão do jovem rural no processo produtivo	66.800,00	0,00	0,00	570	1.666	292,28
4213	Profissionalização do Agricultor familiar	756.718,00	94.363,50	12,47	3.531	5.816	164,71
4210	Organização das comunidades rurais: cooperativismo e associativismo	243.790,00	1.142,50	0,46	381	516	135,43



4214	Capacitação de Técnicos	758.648,00	31.028,24	4,09	359	841	234,26
3099	Fortalecimento do sistema de suporte técnico p/ agricultura familiar – FORTER	97.774,00	97.566,64	99,78	500	500	100,00
4215	Assistência Técnica à lavoura comunitária	63.000,00	0,00	0,00	548	0,00	0,00
3101	Exposições Agropecuária e Feiras Agrotecnológicas	354.600,00	255.899,36	72,16	25	20	80,00
4217	Monitoramento e Avaliação das Ações de Assist. Técnica e Extensão Rural	39.900,00	38.552,50	96,62	42	43	102,38
4391	Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar	5.614.108,00	2.472.714,27	44,04	1.739	1.048	60,26
4216	Assist. Técnica aos Pólos de Fruticultura Irrigada	82.000,00	0,00	0,00	4	0,00	0,00
4392	Reforma e Estrutura Agroindustriais	816.280,00	17.000,00	2,08			
TOTAL		14.708.034,00	6.200.134,77	42,29	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

QUADRO 215 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo:	Melhorar a qualidade no atendimento ao usuário e adequar os meios e métodos as novas técnicas a serem utilizadas
Justificativa:	Adquirir equipamentos, capacitar técnicos e melhorar as condições nas instalações, proporcionando mais qualidade no desempenho dos trabalhos deste instituto.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4218	Aparelhar / reaparelhar os escritórios do Ruraltins	2.101.528,00	1.255.264,09	59,73	100	79	79
4219	Aparelhar unidades didáticas do Ruraltins	216.000,00	0,00	0	-	-	-
4220	Construção de unidades didáticas (agroindustriais) do Ruraltins	1.798.176,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		4.115.704,00	1.255.264,09	30,49	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

QUADRO 216 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, preservando e recompondo a biodiversidade natural.
Justificativa:	Com relação ao meio ambiente e recursos hídricos foram detectados os seguintes problemas: desmatamento da mata ciliar, desmatamento irregular e desordenado, falta de licenciamento ambiental nas propriedades rurais, queimadas ilegais indiscriminadas e desordenadas, poluição por agrotóxico e assoreamento dos rios. A não implementação de um programa de caráter basicamente educativo quanto às questões ambientais, leva inevitavelmente à falência outros programas de caráter produtivo pelo esgotamento de fatores de produção, principalmente água e solo. Além de uma crescente conscientização das comunidades rurais quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, a existência de políticas ambientais, tanto a nível federal quanto estadual e de apoio de organismos internacionais favorecem a implantação do programa.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Adoção de inovação tecnológica	Porcentagem	80		80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4221	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares para questões ambientais	64.300,00	5.975,00	9,01	21.049	18.237	86,64
4222	Elaboração de índice de conservação do solo p/ avaliação quantitativa e qualitativa do ICMS ecológico	59.900,00	59.055,28	98,58	5.679	5.226	92,02
4223	Elaboração de projetos ambientais p/ regularização de atividades modificadores do meio ambiente para agricultura familiar	29.400,00	27.828,40	94,65	6.030	3.200	53
4224	Executar o componente de desenvolvimento sustentável do PGAI	612.716,00	283.497,81	46,27	13	-	-
TOTAL		766.316,00	376.356,49	49,11	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do RURALTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
35.726.409,00	21.555.328,87	60,59	14.854.821,17

3.2.1.11 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS criado pela Lei nº 87, de 27 de outubro de 1989, e estruturado pelo Decreto nº 119, de 18 de

agosto de 1995, é entidade autárquica estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem como objetivos os seguintes:

- I. participar ativamente na formação da política de desenvolvimento agrário do Governo, visando a modernização e o progresso da agricultura;
- II. promover o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se preste à exploração extrativa, pecuária ou agrícola e não esteja sendo utilizadas para outros fins de interesse público;
- III. elaborar e implantar projetos de assentamento de terras públicas;
- IV. estabelecer com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e o Ministério Extraordinário de Política Fazendária uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;
- V. administrar os recursos do fundo agrário estadual;
- VI. promover discriminatórias administrativas ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao seu patrimônio;
- VII. promover medição, demarcação e levantamento sócio-econômico, visando à regularização fundiária;
- VIII. solucionar litígios agrários em sua área de atuação;
- IX. estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;
- X. estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;
- XI. elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;
- XII. realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das

- alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra;
- XIII. colaborar com outras entidades na conservação dos recursos naturais e meio ambiente;
- XIV. elaborar estatísticas agrárias;
- XV. remover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;
- XVI. arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;
- XVII. assistir os projetos de assentamento no campo educacional, sanitário, de moradia, energia, assistência técnica, posto telefônico, estradas, posto de saúde, para garantia de melhores níveis de vida aos beneficiários;
- XVIII. estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento;
- XIX. resgatar, guardar e conservar documentos referentes ao patrimônio imobiliário do Estado, tais como os livros de registros paroquiais, de sesmarias e outros afins;
- XX. criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

As atribuições do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, Regularização de Terras Públicas e Modernização Administrativa do Itertins. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 9.284.330,00**, com execução de **R\$ 4.873.184,17**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 217 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	295.000,00	229.729,67	77,87	65.270,33
Manutenção dos Serviços de Transportes	110.000,00	95.215,78	86,55	14.784,22



Manutenção de Recursos Humanos	1.840.383,00	1.699.109,43	92,32	141.273,57
Ações de Informática	30.000,00	20.781,37	69,27	9.218,63
TOTAL	2.275.383,00	2.044.836,25	89,86	230.546,75

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Itertins

QUADRO 218 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público – PASEP	5.000,00	4.008,87	80,17	991,13
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	45.000,00	41.643,40	92,54	3.356,60
TOTAL	50.000,00	45.652,27	91,34	3.356,60

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Itertins

QUADRO 219 - Programa Finalístico

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Objetivo:	Aumentar o número de imóveis regularizados, permitindo assim, ao pequeno e médio produtor rural maior acesso às linhas de crédito. Bem como, objetiva atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais.
Justificativa:	O Estado do Tocantins tem um grande número de propriedades rurais necessitando de regularização fundiária, para que o produtor rural consiga acessar o crédito das instituições financeiras e os programas voltados para a produção agrícola. Bem como o acesso ao licenciamento ambiental. Desta forma a regularização fundiária esta diretamente relacionada com o aumento da produção agropecuária do Estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Imóveis Regularizados	Porcentagem	15%	Dez/2003	40%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
526	Realização de vistorias de imóveis rurais	60.000,00	39.220,00	65,37	1.040	1.233	118,5
536	Realização de demarcação de terras publica	446.000,00	975,00	0,22	109.500,000 ha	34.730,2054 ha	31,70
576	Desapropriação de imóveis	930.000,00	3.553,01	0,38	**	**	-
1682	Desapropriação para reordenamento fundiário	2.142.000,00	1.244.837,80	58,11	5.000,0000ha	00	00
524	Arrecadação de Imóveis rurais	6.000,00	2.421,00	40,35	50.000,000 ha	52.126,1651 ha	104
217	Realização de Operações Especiais	20.000,000	7.578,34	37,89	10	6	60
4361	Realização de Diagnostico Fundiário	78.000,00	16.383,50	21	78.000,000 ha		
2031	Realização do cadastro rural	350.000,00	199.624,99	57,03	340	340	100



do Estado – Taguatinga				Imóveis 100 Títulos com. MDA	Imóveis	
TOTAL	4.032.000,00	1.514.593,64	37,56	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Itertins

** Aguardando posição judicial para pagamento das indenizações

* Trabalho realizado em Taguatinga para atender o convênio 054/2004 MDA

QUADRO 220 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS							
Objetivo:	Promover melhores condições de trabalho para alcançar um atendimento de qualidade aos produtores rurais.						
Justificativa:	Proporcionar um espaço físico adequado para o bom desenvolvimento das ações pertinentes. Sendo que a questão fundiária é o início do processo de produção do Estado, e no momento as instalações existentes não possibilitam o desenvolvimento das atividades afins. Lembrando também que o Itertins passou por uma reestruturação interna e o espaço físico atual é insuficiente para a adequação da nova estrutura proposta.						
Prazo de Execução:	2004-2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Nº de pessoas atendidas com satisfação	Unidade	4.607	Julho/2004	5.989			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
297	Construção do prédio do Itertins	2.214.847,00	987.946,21	44,60	10	10	100
538	Aparelhamento do Setor de Topografia e Cartografia	296.003,00	00	00	40	00	00
2032	Ampliação da Frota de Veículos	80.450,00	80.450,00	100,00	01	01	100
301	Aparelhamento do Prédio do Itertins	271.100,00	198.000,00	73,03	20	20	100
2489	Informatização da Rede do Itertins	64.547,00	1.705,80	2,64	45	00	00
TOTAL		2.926.947,00	1.268.102,01	43,32	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Itertins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
9.284.330,00	4.873.184,17	52,88	4.411.145,83

3.2.1.12 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS, criada pela Medida Provisória nº 07, de 1º de janeiro de 1989, entidade da Administração Indireta, sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual é vinculada ao Governo do Estado do Tocantins através da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.

O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal nº 8.934/94 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis. Os documentos arquivados devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão a cerca dos propósitos da entidade em questão torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu público-alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Justifica-se pela necessidade de se realizar e manter o registro público das empresas mercantis e atividades afins em todo o território tocantinense, subordinado às normas gerais prescritas na legislação vigente, com o propósito de disponibilizar a qualquer interessado as informações sobre regularidade das empresas, capital social, sócios, acionistas, titulares, administradores e demais informações relacionadas às empresas mercantis visando proporcionar segurança as relações sociais que envolvam as referidas pessoas jurídicas.

Seu público-alvo são empresários, contadores e sociedade em geral que tenham interesse nas informações sobre registro público de empresas mercantis no Estado e atividades afins.

Adota como estratégias de implementação a administração dos serviços de registros mercantis, o cadastro das empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no estado e a manutenção atualizada das informações pertinentes.

A Junta Comercial possui somente um programa finalístico onde foram apropriadas as ações do programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 3.487.794,00**, sendo executado **R\$ 1.915.023,28**, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 221 - Programa Finalístico

PROGRAMA - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS							
Objetivo:		Obter controle dos registros públicos de empresas mercantis no Estado.					
Justificativa:		Para manter atualizados os dados cadastrais.					
Prazo de Execução:		Permanente					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Empresas cadastradas	Unidade		31/12/2006				
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2097	Manutenção dos serviços de informática	250.000,00	165.988,29	66,39	01	01	100
1804	Construção da sede da JUCETINS	400.000,00	0,00	0,00	250	0	0
1805	Interligação da rede de computadores	100.000,00	0,00	0,00	02	0	0
1807	Veiculação de informação	35.000,00	0,00	0,00	2.500,00	0	0
1809	Implantação do programa de qualidade	50.000,00	13.770,88	27,54	50	50	100
1812	Atualização do cadastro estadual de empresas	30.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0	0
2091	Informatização das unidades da JUCETINS	120.000,00	0,00	0,00	03	0	0
2092	Ampliação da frota de veículos	30.000,00	0,00	0,00	02	0	0
2093	Coordenação e Manutenção dos serviços administrativos gerais	781.000,00	275.024,22	35,21	01	01	100
2094	Coordenação e Manutenção dos serviços de transporte	120.000,00	98.459,57	82,04	02	02	100
2096	Manutenção de recursos humanos	1.386.794,00	1.352.283,97	97,51	50	50	100
1808	Registro de empresas	185.000,00	9.496,35	5,13	4.800	0	0
TOTAL		3.487.794,00	1.915.023,28	54,90	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da JUCETINS

3.2.1.13 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins – IPEM é uma Autarquia criada pela Lei estadual nº 998, de 14 de julho de 1998, vinculada à

Secretaria da Indústria e Comércio. Órgão delegado pelo INMETRO para atuar nas áreas da Metrologia Legal e Qualidade, cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

As atribuições do Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa - Controle e Qualidade. Para esse programa foram autorizados recursos no valor de **R\$ 2.500.000,00**, com execução de **R\$ 1.622.437,02**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 222 - Programa Finalístico

PROGRAMA - CONTROLE E QUALIDADE							
Objetivo:		Licenciar, aferir e fiscalizar os instrumentos metrológicos e assegurar a qualidade dos bens produzidos e/ou comercializados no Estado.					
Justificativa:		As constantes reclamações dos consumidores em relação aos pesos medidas e qualidade dos produtos ofertados no Estado.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de Instrumentos Fiscalizados	Unidade	80,95	dez/05	100%			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coord. Manutenção Serv.. Adm. Gerais	637.426,00	467.769,90	73,39	37,00	37,00	100,00
4002	Coord. Manut Serv.de Transporte	297.953,00	152.487,34	51,18	14,00	14,00	100,00
4003	Manutenção dos Servidos de Informatica	132.000,00	89.400,96	67,73	15,00	15,00	100,00
4004	Manutenção de Recursos Humanos	780.000,00	733.019,82	93,98	37,00	31,00	83,79
3123	Construção do Edifício Sede do IpeM	357.621,00	-	0,00	1,00	0,00	0,00
3124	Aparelhamento das Instalações da Sede do IPEM	85.000,00	-	0,00	1,00	0,00	0,00
4238	Fiscalização da qualidade e cont. Metrológico	210.000,00	179.759,00	85,60	29.470	18800	63,00
TOTAL		2.500.000,00	1.622.437,02	64,90			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADTUR

3.2.1.14 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei n.º 1.630, de 5 de

dezembro de 2005, e está vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, passando a funcionar a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Tem como finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional.

Para atingir sua finalidade, a ADTUR tem como missão *tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável*. E tem como visão, para os próximos cinco anos, ser o órgão norteador da atividade turística do Estado, reconhecido como referência em gestão pública.

Municípios com potencial turístico, organizações públicas e privadas do setor turístico e trabalhadores do turismo são o nosso público-alvo, que procuram a solução de problemas causados pelo baixo índice de aproveitamento do potencial turístico do Estado.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento Turístico foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e no Programa Turismo e Desenvolvimento. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 8.970.819,00** e executados **R\$ 3.476.666,55**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 223 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	547.209,00	449.040,12	82,06	98.168,88
Manutenção dos Serviços de Transportes	262.974,00	241.306,43	91,76	21.667,57
Manutenção de Recursos Humanos	1.694.910,00	1.554.005,63	91,69	140.904,37
Ações de Informática	38.500,00	30.559,78	79,38	7.940,22
TOTAL	2.543.593,00	2.274.911,96	89,44	268.681,04

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADTUR



QUADRO 224 - Programa Finalístico

PROGRAMA - 126 TURISMO E DESENVOLVIMENTO							
Objetivo:		Desenvolver qualitativa e quantitativamente as atividades econômicas no setor Turístico					
Justificativa:		O Turismo é hoje a maior indústria do mundo, produzindo significativos impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais, segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT. Com grande potencial de gerar e manter empregos, rendas e divisas, o turismo pode proporcionar oportunidades de inclusão, de valorização das culturas regionais e de preservação ambiental. O Governo do Tocantins, através da ADTUR, está utilizando estratégias impulsionar e ampliar a oferta turística do Tocantins, qualitativamente, melhorando a qualidade dos produtos existentes implementando uma infra-estrutura básica necessária, desenvolvendo uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social, entre outros benefícios para o cidadão. As ações propostas e revistas no PPA, visam, portanto, gerar novas demandas, fortalecer o turismo no Estado, qualificando a mão-de-obra, melhorando os equipamentos turísticos, qualificando nosso produto para o mercado nacional e internacional.					
Prazo de Execução:		Ação Continuada					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de crescimento na execução		Variação %		31/12/2006	100%		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1037	Implantação de Infra-Estrutura Pública para o Turismo	2.022.476,00	19.023,05	0,94	4	0	0,00
1079	Implantação de Sinalização Turística	454.000,00	-	0,00	357	0	0,00
1097	Implantação de Centros de Atendimento ao Turista	365.104,00	35.521,87	9,73	3	4	133,33
1055	Implementação de Estudos, Planos e Projetos Turísticos	50.000,00	29.433,00	58,87	4	4	100,00
1066	Assistência Técnica Ambiental nos Pólos Ecoturísticos	315.000,00	517,50	0,16	3	0	0,00
1074	Formatação de Roteiros Turísticos Municipais	120.367,00	83.827,51	69,64	3	4	133,33
1093	Atualização dos Inventários Turísticos Municipais	174.574,00	4.929,00	2,82	11	0	0,00
1109	Implementação do Sistema de Informações Estatísticas	50.000,00	-	0,00	7	0	0,00
1111	Edição de Material Promocional para Divulgação Turística	410.000,00	17.400,00	4,24	1.750	0	0,00
1116	Divulgação dos Produtos Municipais em Feiras e Eventos	1.486.867,00	917.694,69	61,72	45	63	140,00
1124	Cadastramento Fiscalização e Classificação de Empresas	170.000,00	6.194,00	3,64	141	150	106,38
1131	Qualificação Profissional para o Turismo	460.983,00	53.403,00	11,58	200	2011	1005,50
TOTAL		6.427.226,00	1.201.753,79	18,70	2.535	2241	88,40

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADTUR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
8.970.819,00	3.476.666,55	38,75	5.494.152,45

3.2.1.15 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;
- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

As atribuições do Departamento de Estradas de Rodagem foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e cinco Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 561.066.660,00**, utilizando desse montante **R\$ 477.623.011,34**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 225 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.472.000,00	3.694.877,29	82,62	777.122,71
Manutenção dos Serviços de Transportes	20.967.135,00	19.764.229,81	94,26	1.202.905,19
Manutenção de Recursos Humanos	21.583.675,00	21.565.987,72	99,91	17.687,82
Ações de Informática	360.000,00	288.559,72	80,15	71.440,28
TOTAL	47.382.810,00	45.313.654,00	95,63	2.069.156,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

**QUADRO 226 - Programa de Previdência Social – 196****Objetivo:** Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	274.000,00	234.770,08	85,68	39.229,92
TOTAL	274.000,00	234.770,08	85,68	39.229,92

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

QUADRO 227 - Programa Finalístico

PROGRAMA -	
Objetivo:	Dar continuidade aos trabalhos de pavimentação da malha viária do estado, para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centros consumidores; promover segurança e melhor trafegabilidade para o usuário; oferecer infra-estrutura viária para atrair mais investimentos para o estado; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.
Justificativa:	Verificou-se a necessidade de manter o programa "pavimentar para melhorar" baseado nos 16 encontros regionais do PPA, onde foram levantados problemas como: a deficiência na pavimentação urbana, as dificuldades no escoamento da produção e locomoção.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Rodovias Pavimentadas	%	37,04	dez-06	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3136	Pavimentação de vias urbanas	23.874.708,00	13.555.950,33	56,78	916.997,00	430.147,92	46,91
3137	Realização de estudos rodoviários	15.074.624,00	8.795.374,80	58,34	1.610,00	1.547,21	96,10%
3138	Pavimentação de rodovias	180.430.881,00	161.592.175,79	89,56	255,00	134,15	52,61
4240	Execução de medidas ambientais compensatórias	1.285.727,00	193.434,40	15,04	8,00	3,00	37,50%
3139	Construção de obras de arte especiais	120.202.861,00	118.438.062,66	98,53	1.636,00	2.501,34	152,89%
TOTAL		340.868.801,00	302.431.746,33	88,72	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

QUADRO 228 - Programa Finalístico

PROGRAMA -	
Objetivo:	Manter a malha viária do estado eficiente, oferecendo proteção e segurança aos usuários, permitindo a trafegabilidade e facilitando o escoamento da produção com custos menores.
Justificativa:	Necessidade de manter a malha viária estadual em boas condições de trafegabilidade, uma vez que são elevados os investimentos para pavimentação de rodovias, além da contribuição do estado aos municípios que não tem condições de manter a malha viária coletora.

Prazo de Execução:		2004 à 2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de Rodovias Conservadas	%	39,59	dez-06	100,00			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4241	Conservação das rodovias	36.563.373,00	34.844.665,82	95,29	640,00	951,19	149,00%
3140	Restauração das rodovias existentes	15.564.446,00	11.433.465,17	73,45	342,00	119,60	35,00%
TOTAL		52.127.819,00	46.228.323,49	88,68	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

QUADRO 229 - Programa Finalístico

PROGRAMA -	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.
Justificativa:	O Programa Especial de Desenvolvimento foi criado no intuito de distribuir o repasse do Governo Federal ao estado do Tocantins, devido a sua criação. Este orçamento foi destinado para aplicação na área de infra-estrutura.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de Rodovias Pavimentadas	%	39,59	dez-06	100			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3141	Pavimentação de rodovias - ped	69.472.391,00	58.433.443,89	84,11	86,00	64,43	74,92
1233	Urbanização dos municípios tocaninenses	14.393.041,00	14.244.324,51	98,97	80,00	38,00	47,50
1234	Desenvolvimento rural integrado dos municípios tocaninenses	3.598.268,00	3.498.008,16	97,21	15,00	6,00	40,00
1235	Infra-estrutura esportiva	3.899.238,00	3.897.580,45	99,95	20,00	9,00	45,00
TOTAL		91.362.938,00	80.073.357,01	87,64	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

QUADRO 230 - Programa Finalístico

PROGRAMA -	
Objetivo:	Implantação e manutenção da polícia rodoviária estadual.
Justificativa:	A polícia rodoviária estadual foi criada juntamente com o estado, faz-se portanto necessária sua implantação para assegurar a durabilidade das rodovias com controle de peso e dimensões dos veículos, a segurança dos usuários e coibir o tráfego de veículos

	irregulares.						
Prazo de Execução:	2004 à 2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Número de Postos Implantados	Unidade	0,00	dez-06	25,00			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4242	Implantação da polícia rodoviária estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4243	Manutenção da polícia rodoviária estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

QUADRO 231 - Programa Finalístico

PROGRAMA -							
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.						
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-BR). A partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e leste (Jalapão).						
Prazo de Execução:	2004 à 2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Impacto na melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	%	100	dez-05	115			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3125	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região sudeste	13.591.174,00	519.693,97	3,80	853,00	Ver ação.	
3129	Reforço institucional do dertins	1.271.000,00	851.954,90	67,03	1,00	0,40	40,00
3130	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região	5.392.676,00	678.161,37	12,57	325,00	Ver ação.	



	do bico						
3131	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região do nordeste	1.446.050,00	0	0	0	0	0
3132	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região do jalapão	1.446.050,00	0	0	0	0	0
3188	Aparelhamento da diretoria técnica – ditec do dertins	280.000,00	77.000,00	27,50	3,00	1,00	33,33
3189	Instalação de fábrica de superestrutura para pontes pré-moldadas	5.623.342,00	1.021.291,04	18,16	1,00	0,0447	4,47
TOTAL		29.050.292,00	3.148.101,28	10,83	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do DERTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
561.066.660,00	477.623.011,34	85,00	83.443.648,66

3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS

3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei nº 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 1.466 de 04 de abril de 2002, publicados no Diário Oficial nº 1.161 datados também de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa – Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 19.840.863,00** com execução de **R\$ 17.555.257,84**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 232 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS							
Objetivo:		Promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Estado do Tocantins visando à democratização da cultura e acesso aos bens culturais, valorização das diversidades das expressões culturais do Estado e estímulo ao intercâmbio entre os municípios tocantinenses, promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura e fortalecimento das bases culturais de sustentação do desenvolvimento econômico e social do Tocantins.					
Justificativa:		Necessidade de democratizar a cultura e possibilitar ao público alvo o acesso aos bens culturais do Estado.					
Prazo de Execução:		2004/2007					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Evento Cultural Realizado	Unidade	-	-	-			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	821.584,00	712.409,48	86,71	12 uni	12 uni	100
4002	Coordenação e manutenção dos serviços de transportes	260.130,00	260.081,28	99,98	12 uni	12 uni	100
4004	Manutenção de Recursos Humanos	2.115.243,00	2.113.590,37	99,92	100%	100%	100
4086	Manutenção da Tecnologia de Informação	77.020,00	47.688,38	61,91	100%	100%	100
4089	Revitalização do Centro Histórico de Natividade - Prog. Monumenta	1.910.000,00	890.545,03	46,62	35 uni	5 uni	14,28
4093	Preservação do Patrimônio Material e Imaterial	490.261,00	233.585,61	47,64	32 uni	33 uni	103,12
4087	Divulgação das Atividades Artesanais	197.168,00	191.837,87	97,29	29 uni	29 uni	100,00
4090	Preservação das Tradições Culturais e Indígenas	175.150,00	110.914,27	63,32	38 uni	38uni	100,00
4091	Circulação do Projeto BR Arte e Cultura	228.000,00	194.234,50	85,19	16 uni	18 uni	112,50
4092	Fomento às Culturas Populares e Manifestações Artísticas	13.115.609,00	12.352.077,94	94,17	105 uni	200 uni	190,47
4094	Divulgação das Ações Culturais	450.698,00	448.293,11	99,46	30 uni	30 uni	100,00
TOTAL		19.840.863,00	17.555.257,84	88,48	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Fundação Cultural

3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei nº 1.243 e publicada do D.O.E. nº 1.080, de 11 de

setembro de 2001. As seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar nº 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, tendo sido publicada pelo D.O.E nº 1.163, de 08 de abril de 2001.
- Decreto nº 1.669, de 27 de dezembro de 2002, aprova o Estatuto da Fundação de medicina Tropical, na forma do Anexo I e dispõe sobre o Quadro de Cargos e Salários em Comissão através do Anexo II, da Lei em questão.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

1. implementar, promover, custear e subvencionar:

- a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;
- b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;
- c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;
- d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;
- e) as realizações de congressos, encontros e seminários;
- f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;
- g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior;

2. prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, dos demais Estados, da União, do Distrito Federal e dos Municípios e a entidade de direito privado;

3. contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;

4. produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;

5. firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras;

As atividades da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas por ações estruturadas em programas, conforme disposto no Decreto nº 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde, e de acordo a Portaria SESAU Nº 0819, DE 29 de abril de 2005, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo. Para os programas próprios foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 300,000,00**, entretanto, não houve execução destes, devido a frustração da receita prevista, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 233 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL							
Objetivo:		Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical. Promover o conhecimento, a detecção e pesquisa de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, com a finalidade de auxílio científico às atividades em geral, na adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos em medicina tropical. Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical.					
Justificativa:		Necessidade de infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical no estado e região. Necessidade de pesquisa (clínica, epidemiológica, laboratorial, de campo e outras) para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva buscando fundamentos científicos para as atividades de saúde em geral e adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Necessidade de divulgação do conhecimento para os profissionais envolvidos com a saúde e áreas afins, buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação, priorizando as doenças tropicais.					
Prazo de Execução:		Anual					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de pesquisa.		Unidade	0,00	31/12/06	09		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1469	Realização de pesquisa em medicina tropical	120.000,00	0,00	0,00	9	8	88,89
TOTAL		120.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 234 - Programa Finalístico

PROGRAMA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocantinense.
Justificativa:	Necessidade de fortalecer os programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura, processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas,

	maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o análise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.
--	--

Prazo de Execução:	Anual
---------------------------	-------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de avaliação	Porcentagem	0,00	31/12/06	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1474	Avaliação de tecnologia em saúde	80.000,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00
TOTAL		80,000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 235 - Programa Finalístico

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Objetivo:	<p>Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática, promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualizações de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retro alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; Apoiar e divulgar ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade, assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.</p>
Justificativa:	<p>Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde.</p>
Prazo de Execução:	Anual

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de informação.	Unidade	0,00	31/12/06	100
Média das metas físicas em porcentagem realizada do programa de informação	Porcentagem	0,00	31/12/06	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					



N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1453	Promoção de eventos científicos e culturais no âmbito da saúde	100.000,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00
TOTAL		100.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Fundação de Medicina Tropical

3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS

3.2.3.1 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.º 867 de 16 de Outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei nº 1.197, de 13 de Dezembro de 2.000. A Lei n.º 1.271, de 04 de Dezembro de 2.001, determina que o Presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

Sendo o FUNDES gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, considera-se como sua missão principal a concessão de empréstimos pessoal e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos estadual.

Considera-se ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar este setor a formalização de sua atividades.

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também empreendimentos de maiores vultos, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em dois programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 33.400.000,00**, com execução de **R\$ 13.708.623,29**, como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 236 - Programa Finalístico

PROGRAMA - BANCO DA GENTE	
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros para promover a geração de emprego e renda, apoiando financeiramente os micros produtores urbanos e rurais, assistindo o crédito.
Justificativa:	Um dos problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores é a obtenção de crédito para financiamento dos seus empreendimentos; isto posto, este programa se justifica por colocar a disposição, uma linha de crédito de acesso facilitado.
Prazo de Execução:	Anual

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Liberação de Crédito		Percentual	77,8	2002	90		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4017	Apoio financeiro para projetos de empreendedores informais setor produtivo	11.580.000,00	9.414.324,80	81,30	6.777	1.371	20,23
4014	Monitoramento de projeto empreendedor financiado	350.000,00	31.598,00	9,03	6.500	1.307	20,11
3002	Capacitação de servidores para análise e gerenciamento de crédito	60.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
4015	Financiamento de máquinas e implementos agrícolas para prefeituras, associações, cooperativas e unidade agroindustrial produtiva	3.182.000,00	795.400,00	25,00	243	17	7,00
4016	Vistoria técnica de máquinas e implementos agrícolas financiados	90.000,00	0,00	0,00	245	00	0,00
TOTAL		15.262.000,00	10.241.322,80	67,10	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNDES

QUADRO 237 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL							
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros aos servidores públicos estaduais, concedendo empréstimos e financiamentos a aquisição e construção de unidades habitacional.						
Justificativa:	Evitar que servidores públicos estadual contraíam empréstimos a juros altos em instituições de crédito e agiotagem, visando minimizar o elevado número de servidores desprovidos de casa própria e melhorar a qualidade de vida.						
Prazo de Execução:	Anual						

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de Servidores Contemplados		percentual	84,9	1º sem. 2003	90		
Déficit habitacional dos servidores públicos estadual			66,7	2002	70		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
0075	Concessão de empréstimos aos servidores públicos	8.130.000,00	3.462.450,00	42,59	4.004	898	22,43
4013	Financiamento para aquisição e construção de unidades habitacionais	10.008.000,00	4.850,49	0,05	360	0	0,00
TOTAL		18.138.000,00	3.467.300,49	19,12	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNDES

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
33.400.000,00	13.708.623,29	41,04	19.691.376,71

3.2.3.2 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2005 foi contemplada a ação de Aparentamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocantinense com um alto índice de sensação de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Reforma das Instituições de Segurança Pública. Para esse programa foram autorizados recursos no montante de **R\$ 1.000.000,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 238 - Programa Finalístico

PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2099	Aparelhamento da Polícia Militar	314.000,00	132.346,85	42,15	123	202	164,23
4377	Manutenção das Unidades da PM	686.000,00	563.742,52	82,18	132	23	17,42
TOTAL		1.000.000,00	696.089,37	69,61	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUMPM

3.2.3.3 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas por meio de uma ação estruturada no programa finalístico “Reforma das Instituições de Segurança Pública”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 239 - Programa Finalístico

PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.			
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.			
Prazo de Execução:	2006			
Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos		0,002		0
Índice de incidência de roubos	Porcentagem	-	2003	90
Índice de vítimas no trânsito		0,6		0

Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)		-		100
Índice de assistência a policiais		-		100
Taxa de exp. do efetivo policial		100		105
Índice de qualificação profissional		-		110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4027	Fornecimento de Fardamento	500.000,00	256.676,69	51,34	50.000	9.012	18,02
TOTAL		500.000,00	256.676,69	51,34	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNFARDA

3.2.3.4 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

A missão do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infra-estrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

O Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental é responsável pelo repasse financeiro à empresa ORLA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A que administra os imóveis urbanos de Palmas, para ressarcimento das despesas com as obras de urbanização, paisagismo e infra-estrutura, que contemplam pavimentação, instalação de redes de esgoto, distribuição de água e energia elétrica, dentre outros.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Desenvolvimento Urbano. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 6.680.634,00** com execução de **R\$ 2.206.584,43** conforme será demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 240 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.
Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdade sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas específicas.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias de baixa renda	m ²	-	2002	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3010	Pavimentação asfáltica para o plano diretor de Palmas	2.998.321,00	1.156.985,83	38,59	160.789	62.045	38,59
3011	Implantação de rede de água tratada em quadras alienadas	439.777,00	116.237,00	26,43	21.236	5.613	26,43
3012	Construção de rede de drenagem pluvial urbana em quadras alienadas	1.737.568,00	365.226,12	21,02	95.000	19.968	21,02
3013	Demarcação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	216.702,00	137.361,04	63,39	3.095.743	1.962.301	63,39
3014	Instalação de rede elétrica urbana em quadras alienadas	846.071,00	199.974,44	23,64	1.065.437	251.823	23,64
3015	Abertura de ruas em quadras alienadas em Palmas	342.195,00	230.800,00	67,45	3.000	2.023	67,45
3016	Implantação de micro parcelamento em quadras alienadas em Palmas	100.000,00	0,00	0,00	2.210	0	0,00
TOTAL		6.680.634,00	2.206.584,43	33,03	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

3.2.3.5 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR

A Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla, em seu art. 5º, criou o Fundo de Apoio a Moradia Popular, inicialmente vinculado à AD-Tocantins que, através do Decreto nº 1.303, de 27 de setembro de 2001, passou a vincular-se a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado, tendo como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

Implementar políticas de habitação objetivando a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, a reinclusão social, o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocantinenses, privilegiando a moradia, o desenvolvimento urbano e a geração de renda de modo a integrá-los às diretrizes gerais de desenvolvimento econômico do estado e, principalmente a recuperação social das famílias carentes, buscando reintegrá-las à sociedade, devolvendo-lhes sua dignidade e respeito.

As atribuições do Fundo de Apoio a Moradia Popular foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas finalístico – Moradia e Geração de Renda. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 3.581.056,00** com execução de **R\$ 2.521.603,03** conforme será demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 241 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MORADIA							
Objetivo:		Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.					
Justificativa:		A habitação é direito constitucional e aspiração legítima de todo cidadão brasileiro, a lei 10.257/2001 que institui o estatuto da cidade, apresenta dispositivo que assegura a construção de moradias para as famílias. Os problemas habitacionais quando não são solucionados, refletem a situação social e as desigualdades geradas no âmbito do mercado de trabalho e da distribuição da renda. Todavia, deve-se considerar que a questão da moradia reflete, além disso, outras três dimensões a serem consideradas pela intervenção pública financeira, fundiária e urbanística.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Famílias de baixa renda		Unidade		2002	110		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3017	Construção de Albergue	560.000,00	468.179,48	83,60	1	1	100,00
3018	Implantação de Melhorias Urbanas	2.941.056,00	2.053.423,55	69,82	120	84	70,00
TOTAL		3.501.056,00	2.521.603,03	72,02	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNMORAR

QUADRO 242 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GERAÇÃO DE RENDA	
Objetivo:	Promover a inserção de pessoas e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidades de emprego e renda
Justificativa:	No Estado do Tocantins mais de 80% dos municípios possui população inferior a 10.000 habitantes, 5,88% dessas pessoas recebem 1/2 salário mínimo mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada. O Estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e

	racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. a ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder publico. torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoas carentes às prefeituras. Daí, a necessidade de implantação e revitalização através do programa geração de renda nos municípios minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Renda familiar per capita Renda per capta	Unidade	-	2002	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3019	Construção de Centros de Múltiplo Uso	80.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		80.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNMORAR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
3.581.056,00	2.521.603,03	70,42	1.059.452,97

3.2.3.6 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA

A Lei nº 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; através da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante ao Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 243 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO							
Objetivo:		Defender juridicamente ações judiciais que envolvam o Poder Executivo					
Justificativa:		Grande demanda de processos judiciais a favor e em desfavor do estado.					
Prazo de Execução:		2006					
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa processos agilizados	unidade		31/12/2006	100%			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1854	Manutenção do Centro de Estudos Joaquim C. Lima	24.300,00	17.167,00	70,65	1	1	70,65
0721	Capacitação de Servidores Lotados na PGE	43.400,00	40.947,80	94,35	20	20	94,35
0670	Divulgação de Matérias jurídicas	5.800,00	4.880,00	84,14	900	757	84,14
0606	Atualização do Acervo Bibliográfico	26.500,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		100.000,00	62.994,80	62,99	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica

3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei nº 1.251, de 20 de setembro de 2001, criou o Fundo Estadual de Defensoria Pública, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo desta unidade é prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de Defensoria Pública por meio da aquisição de equipamentos, implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública, treinamento de servidores, promoções e eventos científicos e educativos e edição de material técnico-educativo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio da ação estruturada no programa finalístico – Atendimento Jurídico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 244 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO	
Objetivo:	Prestar através da Defensoria Pública assistência jurisdicional gratuita, especializada aos hipossuficientes
Justificativa:	Atender às necessidades constatadas nos encontros regionais, possibilitando a execução dos trabalhos já que atualmente encontra-se quase inviável a prestação ocasionando uma

	morosidade no atendimento por falta de condições é necessária a estruturação e aparelhamento da Defensoria, bem como o crescimento do quadro de pessoal o não atendimento às melhorias solicitadas ocasiona a população mais necessitada o cerceamento ao acesso gratuito à justiça, direito garantido constitucionalmente.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento aos hipossuficientes	Percentual	14,86%	31/12/2006	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
2057	Aprimoramento dos Serviços da Defensoria	192.278,00	28.578,80	14,86	1	1	100%
TOTAL		192.278,00	28.578,80	14,86	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Defensoria Pública

3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Esse fundo é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi criado a partir da alteração da Lei n.º 1.250/01 pela Lei n.º 1.482, de 29 de junho de 2004. A referida lei altera a denominação do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos para Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, cuja destinação é prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 480.000,00**, com execução de **R\$ 347.145,24**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 245 - Programa Finalístico

PROGRAMA - CONSOLIDADNO A DEFESA DO CONSUMIDOR NO TOCANTINS				
Objetivo:	Prestar aos consumidores tocaninenses orientação permanente, sobre seus direitos e garantias, consolidando e ampliando as ações do PROCON no Tocantins.			
Justificativa:	Garantir a Defesa do Consumidor, projetando-a contra os abusos praticados por fornecedores de produtos e serviços.			
Prazo de Execução:	2005-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento ao consumidor		-	-	70
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS

		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2089	Implantação e Modernização dos Núcleos	397.500,00	296.996,24	74,72	8	02	25
2059	Capacitação dos Servidores do PROCON	27.600,00	21.999,00	79,71	60	60	100
4367	Ampliação da Frota de veículos e Motos	15.500,00	7.000,00	45,16	4	01	25
4368	Aquisição de acervo Bibliográfico	0,00	0,00	0	6	0	0
4369	Confecção de Material Educativo	39.400,00	21.150,00	53,68	1	01	100
TOTAL		480.000,00	347.145,24	72,32	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Defesa ao Consumidor

3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Fundo Estadual dos Direitos da Mulher é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e tem como principal atribuição a defesa dos direitos da mulher. Essa atribuição foi desenvolvida por meio de ações estruturadas no programa finalístico Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 270.000,00**, com execução de **R\$ 10.863,69**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 246 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS							
Objetivo:	Desenvolver ações de proteção e defesa dos Direitos Humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização e outras atividades correlatas.						
Justificativa:	Manter o serviço especializado de atendimento de maneira a garantir a humanização, fornecendo documentos básicos com o fito de promover a cidadania.						
Prazo de Execução:	2004-2007						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Taxa de denúncias Investigadas	unidade	-	2003	40			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2051	Implantação e Aparelhamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	18.062,00	0,00	0	25	0	0
2498	Implantação de Sistema de Informações sobre a situação das mulheres no Estado do Tocantins	25.562,00	10.863,69	42,50	1	1	100
2507	Centro de Referência	226.376,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2510	Capacitação das Conselheiras Estaduais e Municipais	0,00	0,00	0,00	10	0	0,00

2509	Disque Mulher	0,00	0,00	0,0	1	0	0,00
TOTAL		270.000,00	10.863,69	4,02	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual dos Direitos a Mulher

3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS

Vinculado à Secretaria da Juventude até 21 de junho de 2005, e após, vinculando-se à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi instituído pela Lei n.º 1.138, de 28 de fevereiro de 2000, estabelecendo como atribuições as seguintes:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Tocantins sem Drogas. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 600.000,00**, conforme demonstrado no quadro a abaixo:

QUADRO 247 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS							
Objetivo:		Desenvolver ações que fomentem a prevenção, conscientização e envolvimento social massivo no combate à utilização de drogas.					
Justificativa:		Produzir e desenvolver ações que trabalhem a prevenção e conscientização no combate ao uso das drogas.					
Prazo de Execução:		2004-2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de dependentes, recuperação e tratamento de dependentes químicos		%	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1686	Capacitação dos Conselheiros Municipais	324.000,00	0,00	0,00	8	0	0
1687	Realização de Eventos de Prevenção e combate as	229.000,00	0,00	0,00	14	18	128,47

	Drogas						
4405	Manutenção do Conselho Estadual Antidrogas	47.000,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		600.000,00	0,00	0,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Antidrogas

3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei nº 780, de 02 de outubro de 1995, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Fundo de Ciência e Tecnologia tem como missão institucional fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado; promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado; apoiar a educação e a cultura científico-tecnológica, o treinamento profissional e as atividades de pós-graduação no Estado; promover a interação dos setores de ciência e tecnologia com os de produção; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de informações em ciência e tecnologia no âmbito estadual; autorizar a realização e contratação de estudos prospectivos, diagnósticos e avaliações, bem como estudos instrumentais de base, para subsidiar a elaboração de políticas, planos e programas de ciência e tecnologia; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de ciência e tecnologia no Estado; e aprovar a concessão dos incentivos para as atividades de ciência e tecnologia.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Estratégias em CTI, Fomento em CTI e Gestão em CTI, sendo os dois primeiros finalísticos e o último de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 15.059.500,00**, com execução de **R\$ 8.080.763,33**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 248 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ESTRATÉGIA EM CTI	
Objetivo:	Elaborar, implantar e desenvolver políticas de desenvolvimento em CTI, centrando esforços na produção e difusão da pesquisa básica e aplicada e geração de tecnologias apropriadas às características regionais do Estado do Tocantins.

Justificativa:	O Estado do Tocantins conta com um sistema estadual de CTI em consolidação. Todas as instituições de ensino superior estão implementando departamentos voltados para CTI, desta forma é necessário um programa estrategista que implante e desenvolva a rede interinstitucional e o plano de políticas públicas. O desenvolvimento em CTI deve ser estratégico considerando as fases de planejamento, implementação e manutenção de uma rede interinstitucional que seja capaz de subsidiar o avanço tecnológico nos setores primário, secundário e terciário, detectando demandas, desenvolvendo produtos e subsidiando ações governamentais.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produção e difusão de indicadores em CTI			Agosto/2003	
Implantação e manutenção da rede interinstitucional de CTI	Unidade	0	Agosto/2003	100%
Elaboração e implementação do plano de políticas e desenvolvimento em CTI			Setembro/2003	

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	Implantação da rede interinstitucional de CTI	55.000,00	0,00	0	12	10	83,33
3021	Implantação do plano de políticas de desenvolvimento em CTI	76.000,00	9.014,86	11,86	3	2	66,67
TOTAL		131.000,00	9.014,86	6,88	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Ciência e Tecnologia

QUADRO 249 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FOMENTO A CTI	
Objetivo:	Promover programas permanentes de incentivo e apoio financeiro e técnico administrativo aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior públicas e privadas e o setor empresarial privado, considerando a estrutura do sistema estadual de ciência e tecnologia.
Justificativa:	O Estado do Tocantins faz parte da rede norte e nacional de ciência tecnologia e inovação. O sistema estadual de cti está em fase de organização e consolidação, necessitando de apoio financeiro, técnico, científico e administrativo. Desta forma, a não implementação deste programa prejudicará a organização e consolidação do sistema estadual de CTI. Existe um cenário favorável, já que várias instituições públicas e privadas estão constituindo diretorias, coordenações e câmaras voltadas para atuarem em temas ligados ao fortalecimento da pesquisa básica e aplicada, investimentos em infra-estrutura laboratorial e física, além de atraírem pesquisadores com afinidade aos programas e linhas de pesquisa necessários ao desenvolvimento científico, tecnológico, humano e social do Estado do Tocantins. a recuperação, modernização e ampliação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica do estado passa pela implantação deste programa.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Apoio financeiro as empresas de	Und	10	mai/03	100%

base tecnológica				
Criação da rede de propriedade intelectual	Und	0	set/03	100%
Apoio de mecanismo de criação e registro de patentes	Und	0	set/03	100%
Apoio a projetos com enfoque social	Und	15	set/03	100%
Criação do centro de agricultura de precisão, calibrações e ensaios metrologicos	Und	0	set/03	100%
Desenvolvimento de tecnologias apropriadas	Und	25	ago/03	100%
Estruturar a conferência estadual de ciência, tecnologia e inovação	Und	0	set/03	100%
Infra-estrutura laboratorial	Und	15	ago/03	100%
Infra-estrutura de informação e comunicação	Und	0	set/03	100%
Concessão de bolsa de pós-graduação	Und	25	ago/03	100%
Prêmio em CTI	Und	0	ago/03	100%
Formação e capacitação de RH para CTI	Und	10	ago/03	100%
Implantação de cursos de pós-graduação	Und	0	ago/03	100%
Concessão de créditos educativos	Und	10	ago/03	100%
Concessão de bolsas de qualificação de docentes	Und	0	set/03	100%
Contribuição a participação em eventos científicos	Und	10	set/03	100%
Contribuição a publicações científicas	Und	10	set/03	100%
Contribuição a realização de eventos científicos	Und	10	set/03	100%
Contribuição a pesquisa em tecnologia da informação	Und	10	set/03	100%
Criação da fábrica de softwares	Und	0	set/03	100%
Criação de Geotecnologias	Und	0	set/03	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3023	Implantação de cursos de Pós-Graduação	385.489,00	38.000,00	9,86	2	1	50,00
3024	Implantação do Centro de Geotecnologias	363.038,00	107.857,38	29,71	1	1	100,00
3025	Implantação do Centro de Agricultura de Precisão, Calibrações e Ensaios Meteorológicos	2.404.489,00	913.969,12	38,01	10	10	100,00
4035	Instituição do Primeiro Prêmio em CTI	33.000,00	-	0,00	1	0	0,00
4036	Capacitação de Recursos Humanos para CTI	63.719,00	2.640,00	4,14	9	2	22,22
4037	Concessão de Créditos Educativos a Estudantes Carentes	6.388.000,00	5.837.523,27	91,38	410	1200	292,68
4038	Concessão de Bolsas de Iniciação Científica/Pesquisa	150.000,00	49.400,00	32,93	190	80	42,11
4039	Concessão de Bolsas de Qualificação	329.901,00	264.625,52	80,21	200	40	20,00
4040	Consolidação de Eventos	25.000,00	-	0,00	9	5	55,56



	Científicos						
4041	Contribuição Financeira a Publicações Científicas	45.685,00	20.515,00	44,91	9	4	44,44
4042	Contribuição a Realização de Eventos Científicas	330.956,00	163.469,05	49,39	9	11	122,22
4043	Contribuição Financeira a Pesquisa em Tecnologia da Informação e Automação	432.039,00	265.215,90	61,39	9	7	77,78
4407	Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa Científico e Tecnológico	2.485.355,00	72.396,72	2,91	332	100	30,12
TOTAL		13.436.671,00	7.735.611,96	57,57	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Ciência e Tecnologia

QUADRO 250 - Programa Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - GESTÃO EM CTI

Objetivo:	Promover a gestão em ciência, tecnologia e inovação, propiciando o avanço e o desenvolvimento econômico, social e humano.
Justificativa:	O Estado do Tocantins ainda não conta com uma adequada instituição governamental capaz de gerenciar estrategicamente a ciência, tecnologia e inovação. O desenvolvimento da ciência tecnologia e inovação vem ocorrendo a partir de um recente sistema voltado apenas para as instituições de ensino superior. O gerenciamento da ciência, tecnologia e inovação a partir do apoio financeiro via parcerias entre os ministérios, o governo estadual, municipal e instituições privadas integrará e desenvolverá os centros de produção tecnológica e os demais setores produtivos da sociedade organizada.
Prazo de Execução:	

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Órgão de fomento e financiamento da produção científica	Unid	0	ago/03	100%
Estrutura técnica e administrativa da gestão em CTI	Unid	25	jan/02	100%
Implantação e elaboração de programas de incentivo	Unid	10	mai/03	100%
Implantação do sistema de informação para CTI	Unid	0	ago/03	100%
Integração de centro de produção tecnológica	Unid	11	set/03	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3027	Implantação do programa de incentivo as empresas de base tecnológica, transferências de tecnologia e Inovação de Cadeias Produtivas	1.024.099,00	272.528,22	26,61	3	5	166,67
3028	Implantação de sistema de informação para CTI	467.730,00	63.608,29	13,60	3	2	66,67
TOTAL		1.491.829,00	336.136,51	22,53	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Ciência e Tecnologia

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
15.059.500,00	8.080.763,33	53,66	6.978.736,67

3.2.3.12 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 1.439.535,00**, com execução de **R\$ 643.362,13**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 251 - Programa de Serviço ao Estado

PROGRAMA - GESTÃO DO CONHECIMENTO				
Objetivo:	Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do poder executivo estadual.			
Justificativa:	O plano de capacitação tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento dos servidores do executivo estadual. deseja-se, ao final do exercício, a existência de um contingente fortemente preparado para contribuir com o aperfeiçoamento da modernidade emergente. Para a elaboração destas ações, construiu-se uma arquitetura, cuja execução permitisse uma visão final da sua qualidade, sustentada por uma confortável relação custo x benefício. Três foram as fontes informacionais que permitiram a construção da arquitetura desejada: a) os problemas elencados no PPA 2004/2007, fruto da consolidação dos encontros regionais, onde o elemento central era definido pela deficiência gerencial e funcional; b) os conhecimentos a serem exigidos para os profissionais do poder executivo estadual, como consequência da implantação dos elementos introduzidos pelo plano estratégico de desenvolvimento, contratado da GV-Consult; c) alinhamento de conhecimentos face aos perfis profissionais constantes do novo PCCS. associam-se aos conhecimentos específicos, aqueles conhecimentos mais gerais, que permitem uma visão estratégica dos cursos propostos e sua aplicação no contexto do exercício da profissão. Em se tratando de uma articulação estrategicamente elaborada, constrói-se um referencial capaz de possibilitar a análise e proposição de uma sistematização da capacitação no estado, a partir de então.			
Prazo de Execução:	Início em Janeiro de 2006			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de pessoas qualificadas	Percentual	71,77%	31.12.2006	90%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4077	Manutenção dos Serviços de Transportes da Unidade de Capacitação Funcional*	-	-	-	1	0	0
4078	Manutenção dos Serviços de Informática da Unidade de Capacitação Funcional	87.654,00	53.064,54	60,53	1	0	0
4079	Capacitação Funcional dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	796.901,00	308.830,32	38,75	1.150	3.370	293,04
4080	Manutenção da Unidade de Capacitação**	554.980,00	281.467,27	50,72	1	1	100
TOTAL		1.439.535,00	643.362,13	44,69	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da FUNCASE

* **Ação 4077:** Ação de manutenção de veículo executada pela unidade gestora, Secretaria da Administração.

** **Ação 4079:** A meta física prevista foi superada, apesar da subutilização dos recursos colocados a disposição deste programa. Devemos levar em consideração que 2006 foi um ano de reestruturação da Escola de Governo como mudança de prédio de direção o que pode ocasionar uma melhora significativa.

3.2.3.13 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Em cumprimento à nova ordem constitucional, o Estado do Tocantins editou a Lei n.º 1.246, de 6 de setembro de 2001, instituindo o Regime Próprio de Previdência Social para os servidores públicos civis e militares do Estado, incluindo os magistrados, os membros dos Poderes do Estado, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Também, reestruturou o antigo IPETINS, dotando-o de competência para gerir, analisar, instruir, decidir, deferir e conceder os benefícios previdenciários.

Os benefícios previdenciários são garantidos pelas reservas financeiras do RPPS, mediante os recursos que estão sendo capitalizados desde 1999, mediante contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como da contribuição do Estado. A destinação desses recursos é exclusiva ao custeio dos pagamentos dos benefícios previdenciários dos segurados do RPPS e de seus dependentes que implementem os requisitos necessários à sua obtenção a partir de 1º de janeiro de 2004.

Para viabilizar essa capitalização o tesouro estadual assumiu, até a extinção, o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos até 31 de dezembro de 2003, bem assim, daqueles que serão concedidos posteriormente, em razão de terem adquirido o direito até a data citada.

Desta forma, as atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R\$ 155.677.588,00** com execução de **R\$ 12.882.340,66**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 252 - Programa Apoio Administrativo – 195
Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	712.000,00	402.112,22	56,48	309.887,78
Manutenção dos Serviços de Transportes	125.000,00	53.104,71	42,48	71.895,29
Manutenção de Recursos Humanos	1.802.000,00	1.323.548,01	73,45	478.451,99
Ações de Informática	890.000,00	375.027,76	42,14	514.972,24
TOTAL	3.529.000,00	2.153.792,70	61,03	1.375.207,30

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNPREV
QUADRO 253 - Programa de Previdência Social – 196
Objetivo: Assegurar a gestão do patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins - RPPS - TO, bem como a concessão e pagamento dos benefícios previdenciários..

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	69.000,00	44.600,24	64,64	24.399,76
Pagamento de Benefícios pelo Regime Próprio de Previdência Social	19.500.000,00	9.304.027,66	47,71	10.195.972,34
Reserva Financeira para o Regime Próprio de Previdência Social	131.697.000,00	612.454,04	0,47	131.084.544,96
Pagamento a Aposentados e Pensionistas Serv. da Justiça	852.588,00	767.465,02	90,02	85.122,98
TOTAL	152.148.588,00	10.728.546,96	7,05	141.420.040,04

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNPREV
VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
155.677.588,00	12.882.340,66	8,28	142.795.247,34

3.2.3.14 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS

Esse fundo é gerido pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, foi criado pela Lei n.º 1.424, de 12 de dezembro de 2003, é regulamentado pelo Decreto n.º 1.952, de 23 de dezembro de 2003.

O IGEPREV/PLANSÁUDE, por meio da operadora do plano, CONFEDERAÇÃO DAS UNIMED's CENTRO-OESTE – TOCANTINS, assegura prestação dos serviços médicos-hospitalares, clínicos e ambulatoriais, exames complementares e de alta complexidade e assistência odontológica, conforme previsão legal.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 54.754.500,00**, com execução de **R\$ 54.735.220,11**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 256 - Programa Finalístico

PROGRAMA - Atenção Progressiva a Saúde							
Objetivo:		Oferecer consultas ,exame, internações hospitalares e serviços de reabilitação a população do Estado					
Justificativa:							
Prazo de Execução:							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Perc. de central de reg. Cap. Doação de órgãos e transplante			24/10/2003	80			
Percentual de tfd atendidos			28/10/2003	80			
Percentual de rede amb. Estruturada			23/10/2003	100			
Percentual de centro de reab. Implantada			24/01/2003	80			
Percentual de construção de centros de reabilita			24/10/2003	80			
Percentual de hospitais mantidos			24/10/2003	80			
Perc. Central marcação consultae exames especializados			24/10/2003	80			
Percentual de central de reg. de leitos e de urgência			24/10/2003	80			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4081	Assistência médica e odontológica dos servidores públicos estaduais	54.754.500,00	54.735.220,11	99,96	1.976	2.804	141,91
TOTAL		54.754.500,00	54.735.220,11	99,96	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

3.2.3.15 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - FUNGESP

O Fundo de Modernização da Gestão Pública – FUNGESP foi instituído pela Lei n.º 1.594, de 04 de julho de 2.005.

O FUNGESP tem como missão assegurar a realização de projetos que visem a modernização da gestão pública com a realização de projetos; aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas para a modernização administrativa; melhoria tecnológica na área de administração de Recursos Humanos; ampliação do acervo da biblioteca dos servidores públicos estaduais e realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Gestão Pública não foram desenvolvidas. Para o programa Modernização da Administração Pública foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 193.000,00**, que não apresentaram evolução em sua execução. Os recursos desse fundo não foram utilizados tendo em vista a não normatização, até o momento, do Regimento Interno do Conselho Diretor do Fundo, imprescindível à operacionalização do mesmo. O instrumento normatizador encontra-se em trâmite junto à Casa Civil, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado.

QUADRO 254 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.			
Justificativa:	Dos temas abordados nos encontros regionais, especificamente na gestão pública, foi validada a identificação do problema da deficiência gerencial e inúmeras causas, permeando a gestão na maioria dos municípios. Para a revisão das ações do PPA 2004-2007, validou-se diagnóstico construído pelos envolvidos nas diversas atividades internas e intersetoriais do órgão gestor de administração, ratificando as causas dos problemas identificados na Lei 1430/2003. Nos novos focos de causa-problemas abordados, requerem um conjunto de ações, de recursos e medidas urgentes, eficientes e eficazes, visando sanar os respectivos problemas. Sob a nova ótica das necessidades validadas, atrelada aos princípios modernos de administração pública e acrescidas da marcante e presente vontade política do governo estadual; desencadearam o comando para a construção de ações estruturantes na atividade-meio, exigindo para tanto a cobertura deste programa, garantindo o suporte efetivo à modernização da gestão e atividades finalísticas, objetivando o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A não priorização do programa proposto e suas ações estruturantes poderão desencadear conseqüências imprevisíveis quanto a vida útil dos sistemas desatualizados que ora operamos e em face a modernização prevista para o estado, certamente acarretará entraves e danos significativos, inclusive às ações finalísticas executadas pelos demais órgãos e unidades da administração pública estadual, dependente diretamente da eficiência da atividade-meio, para alcançar a qualidade dos produtos oferecidos pelo governo estadual à sociedade.			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não especificado	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4406	Implantação de Política de Saúde Ocupacional do Servidor	193.000,00	-	-	1	-	-
TOTAL		193.000,00	-	-	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUNGESP

3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO

O Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ foi instituído pela Lei nº 1.387, de 9 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 1.472.

Os recursos do FUNSEFAZ são utilizados em ações visando à aprendizagem de novo conhecimento organizacional, gerenciamento estratégico, logística, organização e estrutura, gestão de pessoas e comunicação interna, relacionamento com clientes e comunicação externa, segurança nas atividades, tecnologia da informação e qualidade institucional. Outro principal objetivo do FUNSEFAZ é o de incrementar a operação do Centro de Capacitação, tornando-o centro aglutinador do conhecimento e de sua disseminação.

As atribuições do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa “Modernização Fiscal”. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R\$ 1.650.000,00** com execução de **R\$ 1.218.342,07**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 255 - Programa Finalístico

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO FISCAL				
Objetivo:	Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para o melhor atendimento ao cidadão.			
Justificativa:	A Secretaria da Fazenda está realizando esforços no melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS
		RECURSOS (R\$)		

N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4378	Implementação da EGEFAZ	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	100
4379	Moder. e Aperfeiçoamento da Sefaz	1.650.000,00	1.218.342,07	73,00	1,00	1,00	100
TOTAL		1.650.000,00	1.218.342,07	73,80	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo de Modernização Fazendário

3.2.3.17 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Por força da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Estado instituiu o Fundo Estadual de Saúde, através da Lei n.º 429, de 28 de julho de 1992, estabelecendo como finalidade o atendimento da despesa, total ou parcial:

- I. com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços de saúde a cargo da Secretaria da Saúde;
- II. de custeio, inclusive o do pessoal ativo;
- III. de capital da Secretaria de Saúde.

O Decreto n.º 2.404, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, autorizando o gestor do Fundo a:

- I. promover a descentralização da execução orçamentária e financeira, através de delegação de competência, para que as unidades de saúde e as entidades vinculadas à Secretaria de Saúde administrem parcela do orçamento do Fundo e efetuem os pagamentos respectivos;
- II. implementar as medidas necessárias para a adequação orçamentária-financeira das unidades gestoras à descentralização de que trata o inciso anterior;
- III. delegar as suas atribuições de gestor a servidor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos;
- IV. aprovar a cota orçamentária das unidades executores do Sistema Estadual de Saúde, após a promulgação da lei fixa a despesa e estima a receita.

O Decreto n.º 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo da SESA, Apoio Administrativo da FMT, Previdência Social, dezesseis finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de

R\$ 454.029.783,00, com execução de **R\$ 392.298.113,33**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 257 - Programa Apoio Administrativo da SESAU – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.308.304,00	3.720.982,71	86,37	587.321,29
Manutenção dos Serviços de Transportes	2.816.784,00	2.235.854,45	79,38	580.929,55
Manutenção de Recursos Humanos	202.515.188,00	202.341.888,42	99,91	173.299,58
Ações de Informática	424.694,00	223.448,73	52,61	201.245,27
TOTAL	210.064.970,00	208.522.174,31	99,27	1.542.795,69

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 258 - Programa Apoio Administrativo da FMT– 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	607.498,00	595.159,66	97,97	12.338,34
Manutenção dos Serviços de Transportes	120.614,00	112.635,94	93,38	7.978,06
Manutenção de Recursos Humanos	1.425.000,00	1.359.744,23	95,42	65.255,77
Ações de Informática	48.372,00	46.428,92	95,98	1.943,08
TOTAL	2.201.484,00	2.113.968,75	96,02	87.515,25

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 259 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	5.104.619,00	5.096.010,77	99,83	8.608,23
TOTAL	5.104.619,00	5.096.010,77	99,83	8.608,23

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 260 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo: Ampliar o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos e à assistência farmacêutica, promovendo seu uso racional.

Justificativa:	Devido à inexistência do serviço de assistência farmacêutica estruturada e organizado no Estado e nos municípios, torna-se difícil a distribuição e dispensação adequada dos medicamentos necessários aos usuários do SUS, impossibilitando a garantia do acesso aos medicamentos com qualidade, quantidade e em tempo oportuno. Com isso, a viabilização deste programa garante a redução de perdas e custos, adequação de serviços e maximização de resultados.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de medicamentos distribuídos pelo farmatins	Percentual	99,90	31/12/2005	100
Percentual de atendimento com medicamentos excepcionais	Percentual	51,06	31/12/2005	90
Percentual de itens distribuídos por município do Estado	Percentual	0	31/12/2005	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4112	Fornecimento de medicamentos para assistência farmacêutica básica	3.028.716,00	1.756.177,50	57,98	556	278	50,00
4323	Atendimento de medicamentos excepcionais (alto custo) da assistência farmacêutica	5.946.518,00	4.869.557,63	81,89	20.500	19.805	96,61
4113	Atendimento de medicamentos da assistência farmacêutica de áreas técnicas estratégicas	1.223.303,00	591.423,00	48,35	26.688	13.344	50,00
4115	Reestruturação do departamento de assistência farmacêutica	32.947,00	22.026,18	66,85	3	2	66,67
TOTAL		10.231.484,00	7.239.184,31	70,75	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 261 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
Objetivo:	Promover a melhoria do atendimento da população na atenção básica, visando à redução da morbimortalidade.
Justificativa:	As ações propostas pelo estado e municípios, enquanto provedores das condições indispensáveis ao pleno exercício do direito a saúde, estão sendo insuficientes até o momento, onde a baixa efetivação das políticas econômicas e sociais, que visam a redução dos riscos de doenças e de outros agravos na atenção básica, dificultam o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. A não implantação destas ações implicará no aumento dos índices da morbimortalidade, enfraquecendo assim o sistema de atenção primária à saúde. O bom acesso aos municípios através das rodovias e estradas pavimentadas, a ampla cobertura de profissionais que atuam na atenção básica e a habilitação de todos os municípios em alguma forma de gestão (plena da atenção básica e/ou plena do sistema), são fatores favoráveis. O baixo índice de desenvolvimento humano da maioria dos municípios (baixo grau de escolaridade, baixas condições socioeconômicas), contribui ao não favorecimento das ações.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% de desnutrição em crianças < de 5 anos e % de gestantes com baixo peso	Percentual	< de 5 anos 8,47% e baixo peso em gestante 13,23%	2003	
Números de laboratórios construídos	Unidade	0	2003	2
Taxa de internações por infecção respiratória aguda < 5 anos	/1000	53,46	2003	
Taxa de mortalidade infantil	/1000 NV	17,42%	2003	
Mortalidade materna	/100.000 NV	51,97%	2002	
Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (psf)	Percentual	61%	2003	60
% de unidades básicas com atenção à saúde do adolescente e jovem implantada	Percentual		26/08/2004	
Taxa de cobertura da população com equipe de saúde da família com saúde bucal	Percentual	58	06/2004	

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4117	Manutenção da vigilância nutricional para gestantes e crianças nos municípios	250.000,00	127.670,95	51,07	45	50	111,11
4124	Manutenção da atenção à saúde escolar	291.300,00	225.150,00	77,29	10	9	90,00
4125	Consolidação da rede de escolas promotoras de saúde	81.702,00	11.701,50	14,32	205	182	88,78
3063	Implantação de centros de referências em média complexidade para saúde bucal	0,00	0,00	0,00	2	2	100,00
4119	Promoção à saúde da mulher nos municípios	679.876,00	33.211,20	4,88	10	5	50,00
4123	Reestruturação das equipes de saúde bucal	110.804,00	98.803,50	89,17	31	23	74,19
4118	Promoção da saúde da criança nos municípios	161.570,00	1.570,00	0,97	75	75	100,00
4120	Implantação da atenção da saúde do adolescente e do jovem nos municípios	95.000,00	37.037,50	38,99	6	3	50,00
4403	Execução da estratégia saúde da família	3.210.221,00	2.988.685,25	93,10	75	79	105,33
TOTAL		4.880.473,00	3.523.829,90	72,20	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 263 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PREVENIR É MELHOR DO QUE REMEDIAR	
Objetivo:	Fortalecer o sistema de vigilância epidemiológica
Justificativa:	Devido à deficiência do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental, não é possível ter o conhecimento oportuno dos eventos de relevância para a saúde e a tomada de decisão para o desencadeamento das medidas de intervenção necessárias, ocasionando o surgimento de epidemias e/ou surtos que poderiam ser evitados. Para a sua efetivação existem instrumentos de gestão (Plano Diretor de Regionalização/PDR) e a Programação Pactuada Integrada –PPI/ECD), descentralização de recursos aos municípios e ao estado dentre outros, entretanto, a deficiência de recursos humanos, materiais e financeiros , a ausência de regionais de saúde, a falta de sensibilização e de conhecimentos por parte de alguns profissionais e gestores, representam uma grande dificuldade que precisa ser superada.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Coeficiente de mortalidade infantil por componentes	Coeficiente	13,8	31/12/2005	30
Coeficiente de mortalidade por causa x faixa etária	Coeficiente	35,05	31/12/2005	140
Homogeneidade de cobertura vacinal de rotina nos municípios	Percentual	79,35	31/12/2005	60
Percentagem de casos notificados e investigados com encerramento oportuno	Percentagem	80,3	31/12/2005	80
% de municípios com equipe mínima completa de v. e. e de v. a.	Percentual	100	31/12/2005	80
% de municípios com envio regular de sis	Percentual	97	31/12/2005	85
% de municípios com equipes capacitadas para ve e va.	Percentual	29	31/12/2005	90
% de núcleos de ve e va implantados	Percentual	04	31/12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4128	Manutenção dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	6.093.618,00	2.190.053,22	35,94	2	3	150,00
4126	Realização de imunização da população com doses de vacinas e soros (imunobiológicos)	889.384,00	231.270,21	26,00	1635488	1083635	66,26
3066	Informatização do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental	111.305,00	16.800,00	15,09	79	103	130,38
4127	Manutenção dos sistemas de informações em saúde	452.449,00	65.482,80	14,47	78	78	100,00
TOTAL		7.546.756,00	2.503.606,23	33,17	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 264 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DAR MAIS SAÚDE A VIDA	
Objetivo:	Realizar ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e avaliação do comportamento das doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, contribuindo para a redução da morbi-mortalidade destes.
Justificativa:	As doenças não transmissíveis são as que apresentam maior taxa de mortalidade e cada vez se apresentam em idades mais precoces, por exemplo: acidentes automobilísticos, câncer, doenças cardiovasculares, suicídio. com isso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas de prevenção, informação e detecção que permitam diminuir seus efeitos negativos, além de reduzir os custos para o sistema de saúde do estado favorecem o desenvolvimento destas ações as experiências dos programas já implantados como o controle do câncer de colo de útero, controle de tabagismo e outros fatores de risco, diabetes e hipertensão, saúde mental. bem como, a existência de portaria ministerial criando a coordenação das dants (doenças e agravos não transmissíveis) nas secretarias estaduais de saúde.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de mortalidade geral por câncer	Taxa	28,5	31/12/2005	25
Percentual de pacientes hipertensos cadastrados	Percentual	25%	31/12/2005	100
Percentual de pacientes diabéticos cadastrados	Percentual	20%	31/12/2005	100
Percentual de óbitos por acidentes de trabalho	Percentual	0	31/12/2005	1

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4132	Atendimento a população trabalhadora para diagnóstico e tratamento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho	467.112,00	118.049,30	25,27	18,00	13,00	72,22
4130	Assistência a população para prevenir, detectar e tratar o câncer	1.031.568,00	543.640,52	52,70	30,00	36,00	120,00
4134	Realização de controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer	187.293,00	67.586,00	36,09	79,00	32,00	40,51
4135	Monitoramento de indicadores epidemiológicos do câncer e seus fatores de risco	91.730,00	1.550,00	1,69	1,00	1,00	100,00
4136	Acompanhamento dos pacientes diagnosticados com hipertensão e diabetes mellitus	26.947,00	26.944,99	99,99	540,00	95,00	105,56
4129	Manutenção de serviço de alta complexidade em oncologia (cacon)	716.004,00	325.099,06	45,40	1,00	1,00	100,00
4360	Assistência à saúde da população carcerária	186.581,00	9.176,34	4,92	400,00	25	25,00
4395	Estruturação do serviço de atenção à saúde do idoso	14.328,00	10.347,50	72,20	6,00	0,00	0,00
589	Assistência à saúde mental nos municípios	29.571,00	29.111,80	98,45	13,00	5,00	38,46

TOTAL	2.751.134,00	1.131.505,51	41,13	-	-	-
--------------	---------------------	---------------------	--------------	----------	----------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 265 - Programa Finalístico

PROGRAMA - FORTALECIMENTO ESTRUTURAL DAS UNIDADES DO SUS				
Objetivo:	Criar estruturas de unidades de saúde do sus no Estado do Tocantins, com capacidade de atendimento e condições de resolver os problemas de saúde da população, contribuindo para a produção e oferta de novos serviços, apoiando assim a descentralização da saúde.			
Justificativa:	Há uma demanda reprimida de pedidos, solicitações e necessidades de construção, reformas e ampliações de unidades do sus; aquisição de equipamentos e de veículos para funcionalidade dos serviços de saúde prestados à população.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de unidades do SUS, construídas, reformadas e ampliadas	Percentual	20,86	23/10/2003	82
Percentual de veículos adquiridos	Percentual	81,48	23/10/2003	82
Percentual de unidade do SUS equipadas	Percentual	36,5	23/10/2003	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3067	Ampliação da rede física do SUS no estado	9.150.223,00	2.984.599,57	32,62	15	19,00	126,67
3069	Ampliação da frota da rede do SUS	1.400.816,00	931.751,28	66,51	60	24,00	40,00
3068	Reestruturação das unidades do SUS	11.461.233,00	2.567.098,96	22,40	96	39,00	40,63
TOTAL		22.012.272,00	6.483.449,81	29,45	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 266 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATENÇÃO PROGRESSIVA À SAÚDE				
Objetivo:	Oferecer consultas, exames, internações hospitalares e serviços de reabilitação à população do Estado.			
Justificativa:	O baixo nível de organização da rede ambulatorial; a centralização da oferta de consultas e exames especializados; a ausência de alguns serviços especializados e a inexistência da regulação dos serviços de saúde; a não organização dos aspectos acima citados proporcionará, um aumento de internações, o aumento nas filas de espera; a insatisfação dos usuários e consequentemente a deteriorização dos indicadores de morbimortalidade.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de rede ambulatorial estruturado	Percentual	0	31/12/2005	100
Percentual de centro de reabilitação implantado	Percentual	25	31/12/2005	80



Percentual de construção de centros de reabilitação	Percentual	0	31/12/2005	80
Percentual de hospitais mantidos	Percentual	105,8	31/12/2005	80
Percentual de central de marcação de consulta e exames especialização	Percentual	0	31/12/2005	80
Percentual de central de regulação de leitos e de urgência	Percentual	0	31/12/2005	80
Percentual de central de regulação de captação e doação de órgãos e transplante	Percentual	0	31/12/2005	80
Percentual de TFD atendidos	Percentual	100	31/12/2005	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4143	Viabilização do tratamento de pacientes em especialidades	2.515.437,00	2.043.327,72	81,23	1000	1686	168,60
3071	Implantação de centro de reabilitação	2.552.054,00	911.964,66	35,73	3	2	66,67
4147	Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar adquirido na rede do SUS no Tocantins.	43.892.803,00	43.459.064,17	99,01	324	375	115,74
4141	Manutenção da rede hospitalar	102.522.043,00	80.781.679,42	78,79	18	19	105,56
4401	Operacionalização das centrais de regulação de urgência e emergência (samu - 192)	298.500,00	298.500,00	100,00	4	3	75,00
4402	Operacionalização do complexo regulador	14.302,00	14.300,15	99,99	6	0	0,00
4404	Atendimento em saúde auditiva, visual e bucal da população tocantinense (ouvir/ver/sorrir)	20.193.364,00	20.097.564,63	99,53	139	139	100,00
TOTAL		171.988.503,00	147.606.400,75	85,82	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 267 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE ESTADUAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE				
Objetivo:	Promover a realização de exames laboratoriais de média e alta complexidade para rede laboratorial, descentralizando-os com a construção da sede definitiva do laboratório de saúde pública de araguaína.			
Justificativa:	Em virtude dos municípios não terem condições de realizar exames de média e alta complexidade, pelo seu alto custo e necessidade de pessoal qualificado, e considerando a dificuldade de envio de amostras ao LACEN em tempo adequado pelos municípios mais afastados conforme exposto nas reuniões regionalizadas, faz-se necessária a construção da sede definitiva do laboratório de araguaína para atender a região norte e a manutenção dos procedimentos realizados no LACEN da região centro sul. Estes exames são imprescindíveis no controle de doenças e na determinação da qualidade dos produtos oferecidos à população.			
Prazo de Execução:	2004-2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

Percentual de exames realizados | Percentual | 1,78 | 31/12/2005 | 1,65

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4149	Supervisão dos laboratórios que fazem parte da rede estadual de laboratórios	69.373,00	5.149,00	7,42	111	50	45,05
4148	Manutenção dos procedimentos da rede de laboratórios de saúde pública	1.819.786,00	899.428,08	49,42	160.000	171.813	107,38
3076	Reestruturação da rede de laboratórios	0,00	0,00	0,00	18	0	0,00
TOTAL		1.889.159,00	904.577,08	47,88	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 268 - Programa Finalístico

PROGRAMA - EDUCA - SUS	
Objetivo:	Qualificar e especializar profissionais da saúde, visando garantir o efetivo desenvolvimento da política de saúde do SUS.
Justificativa:	O sus vêm sendo implementando visando garantir o acesso da população a serviços e ações de qualidade e resolutivas. um dos tripés de um bom sistema de saúde está na qualificação técnica e humana de seus trabalhadores. atualmente, o ensino das profissões de saúde não prepara adequadamente para intervenção no modelo de saúde pública, ficando sob responsabilidade dos serviços de saúde a requalificação dos profissionais para o desenvolvimento dos serviços. é fundamental a existência de profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, capazes de uma prática em equipe, multiprofissional e interdisciplinar. sendo assim, este programa visa atender a demanda levantada nos municípios do estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de gestores e conselheiros da saúde qualificados	Unidade	267	31/12/2005	1692
Profissionais qualificados para atender usuários do SUS	Unidade	1.810	31/12/2005	25600

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4151	Desenvolvimento de pós-graduação em saúde	674.123,00	254.160,50	37,70	130,00	137,00	105,38
4150	Capacitação de profissionais da saúde	3.442.565,00	989.445,12	28,74	1.500,00	2.882,00	192,13
4152	Fomentar o desenvolvimento de pesquisa no sistema único de saúde	190.000,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
4153	Qualificação de conselheiros e gestores de saúde e movimentos sociais	92.800,00	6.000,00	6,47	240,00	0,00	0,00
4393	Formação Técnica em Saúde	4.300.450,00	1.651.692,45	38,41	18,00	18,00	100,00
TOTAL		8.699.938,00	2.901.298,07	33,35	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 269 - Programa Finalístico

PROGRAMA - VIGILÂNCIA SANITARIA EM AÇÃO, PROMOVENDO SAÚDE	
Objetivo:	Implementar as ações de VISA com controle de bens de consumo e prestação de serviços que direta e indiretamente se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos, da produção ao consumo.
Justificativa:	As ações de visa no Tocantins foram desenvolvidas ao longo desses anos como parte das atividades de saúde pública, sem diferenciação organizacional significativa, embora se tratando de um órgão fiscalizador, regulador e com poder de polícia. a falta de prioridade, investimento em tecnologia e desenvolvimento humano causou limitações nas suas ações de fiscalização do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos a visa, inclusive dos ambientes dos processos dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, promovendo a proteção da saúde da população, por intermédio desse controle. os indicadores epidemiológicos mostram que o estado do Tocantins apresenta índices indesejáveis em várias doenças cujas as causas estão relacionadas com falta de higiene nas residências e nos serviços de saúde, na alimentação, falta de água tratada, lixo, esgoto a céu aberto, além de intoxicações domésticas com medicamentos, agrotóxicos, produtos de limpeza e plantas tóxicas. com a não implementação do programa da " vigilância sanitária em ação: promovendo saúde " ocasionará riscos eminentes a saúde da população do Tocantins, aumento de doenças relacionadas a falta de higiene sanitária, o aumento de estabelecimentos em desacordo com as normas, a falta do cumprimento da visa nas ações de fiscalização em: medicamentos, saneamentos e meio ambiente, unidade de saúde, comércio de alimentos, indústria farmacêutica, sangue e hemoderivados entre outros.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Vigilância sanitária em ação, promovendo saúde	Percentual	71,6	31/12/2005	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3081	Estruturação das regionais de vigilância sanitária	15.000,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
4154	Inspecção sanitária de serviços e produtos de interesse à saúde.	978.768,00	331.203,60	33,84	90,00	454,00	504,44
3080	Implantação do sistema nacional de vigilância sanitária na sede e nos municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		993.768,00	331.203,60	33,33	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 270 - Programa Finalístico

PROGRAMA - HEMORREDE DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Assegurar os serviços hemoterápicos prestados à população doadora e receptora de sangue e portadores de hemoglobinopatias.
Justificativa:	Implantação e manutenção dos ambulatórios e laboratórios de coagulopatias e hematologia no hemocentro coordenador de palmas e hemocentro regional de araguaína para o atendimento e diagnóstico de pacientes com complexidades hematológicas, para que estes tenham amparo no próprio estado, pois estes se deslocam para outras regiões, sendo que o estado tem potencial para ser um centro de referência. manutenção dos serviços prestados pela hemorrede, evitando a insuficiência de doadores de sangue que provocariam situações de emergência na rede hospitalar, já que com a conclusão do

	hospital geral de palmas e o aumento da complexidade hospitalar a demanda se ampliará, sendo necessária uma maior mobilização da população.
--	---

Prazo de Execução:	2004-2007
---------------------------	-----------

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de ambulatórios implantados	Unidade	0	31/12/2005	2
Percentual de doadores voluntários	Percentual	51,5	31/12/2005	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4156	Captação de doadores	197.950,00	2.640,00	1,33	52,40	44,34	84,62
4155	Manutenção da hemorrede do tocanins	813.124,00	196.330,75	24,15	08	08	100,00
3083	Ampliação do hemocentro regional de araguaína	14.916,00	14.915,88	99,99	01	01	100,00
TOTAL		1.025.990,00	213.886,63	29,85	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 271 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROVIDA	
Objetivo:	Reduzir a desnutrição no estado por meio do incentivo a utilização de alimentos regionais e dos não convencionais (como multimistura, cultivo de plantas tropicais), ricos em nutrientes essenciais, através do processamento caseiro de alimentos, visando a promoção da saúde.
Justificativa:	Existe um alto índice de desnutrição no estado, (12% SISVAN 2003) entre crianças e gestantes, principalmente, que necessitam de intervenções para sua minimização e prevenção nas regiões como sudeste e extremo norte do estado, onde estes índices chegam a mais de 20%. ao mês preconiza índices menores que 10%, um dos fatores que podem interferir positivamente e a educação nutricional. proporcionar o conhecimento de fontes alimentares, acessíveis a população de um modo geral, a fim de aumentar suas oportunidades de escolha, e um dos meios de garantir segurança alimentar e nutricional. existe um sub aproveitamento da riqueza nutricional dos alimentos regionais do Tocantins que poderiam estar sendo utilizados para prevenir não só a desnutrição como também para a prevenção e tratamento da: obesidade, diabetes, hipertensão, câncer entre outras. o processamento e uso da multimistura, a utilização de plantas não convencionais na alimentação da população em risco nutricional, são alternativa viáveis para aumentar a diversidade alimentar e conseqüentemente o teor nutricional dos alimentos consumidos pela população em geral. um fator que favorece a continuidade destas ações nos municípios, e o trabalho dos agentes de saúde, voluntários de pastoral que disseminam o trabalho em parceria com o PROVIDA, por ser uma das instituições que atuam no âmbito da educação nutricional e, sendo esta uma das condições para garantir melhora das condições nutricionais da população, e fundamental a realização das ações propostas pelo programa e sua ampliação principalmente na direção das ações do programa fome zero do governo federal.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% de etnias produzindo alimentação em plantas não	Percentual	31	01/2003	

convencionais				
% de municípios capacitados em farmácia e fitoterápicos	Percentual	0	01/2003	
% de municípios atendidos com KIT cozinha	Percentual	15	01/2003	
% de crianças e adolescentes entre 0-16 anos e gestantes desnutridos acompanhados	Percentual	12	01/2003	10

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4111	Capacitação em farmácia viva e fitoterápicos	7.025,00	7.024,50	99,99	8,00	11,00	137,50
4109	Assistência aos estudantes indígenas para produção de alimentos não convencionais	5.000,00	4.927,50	98,54	124,00	130,00	104,84
4108	Realização de pesquisa em segurança alimentar e nutricional nos municípios	13.275,00	13.275,00	100,00	12,00	14,00	116,67
4110	Capacitação de índios em alimentação e saúde	2.106,00	2.106,00	100,00	132,00	132,00	100,00
3163	Implantação de kit cozinha escola comunitária	37.078,00	1.078,00	2,91	8,00	10,00	125,00
4105	Assistência às escolas para utilização de plantas não convencionais para uso na merenda escolar	3.165,00	3.165,00	100,00	10,00	11,00	110,00
4106	Capacitação de recursos humanos em orientação alimentar e nutricional	23.192,00	23.191,00	100,00	24,00	26,00	108,33
4107	Assessoramento nos núcleos de produção implantados	6.245,00	6.244,50	99,99	10,00	22,00	220,00
TOTAL		97.086,00	61.011,50	62,84	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 272 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL – FMT	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde. Proporcionar ensino de pós-graduação, capacitação e atualizações periódicas em forma de cursos, oficinas, seminários, palestras, simpósios, fóruns e outros. Formação de recursos humanos qualificados na área de medicina tropical para atuação nos diversos setores da saúde, buscando a resolução dos problemas, de maneira integrada com os demais centros de pesquisa. Realizar visitas técnicas para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando a implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa. Formação de grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de pesquisas, que atendam as necessidades regionais integrar as atividades da pós-graduação e demais capacitações com pesquisa, no processo da investigação científica.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento de ensino em medicina tropical, devido à dificuldade de acesso aos centros formadores e elevado custo relacionado quanto à importação de cursos. Carência de profissionais com titulação e/ou capacitação que possam atuar na pesquisa, ensino e serviços, com visão crítica para detecção e resolução dos problemas regionais. Dificuldade de contratação e fixação de mão de obra qualificada por questões regionais e ou financeiras.
Prazo de Execução:	2004-2007



Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino	-	0	31/12/2005	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino	-	0	31/12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4165	Capacitação para profissionais em saúde	46.727,00	41.014,26	87,77	100	115	115,00
4163	Expansão interinstitucional na área de ensino	8.000,00	7.209,23	90,11	2	5	250,00
3084	Construção do complexo de ensino	0,00	0,00	0,00	18	0	0,00
4166	Desenvolvimento de pós-graduação na área de medicina tropical	44.642,00	20.596,46	46,14	4	1	25,00
TOTAL		99.369,00	68.819,95	69,26	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 273 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL - FMT

Objetivo:	<p>Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical, promover o conhecimento, a investigação e a detecção dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva. Desenvolver e aprimorar metodologias, estratégias e atividades que visem à adoção de medidas de prevenção, tratamento e controle das doenças e agravos em medicina tropical. Integrar as atividades de pesquisa com a pós-graduação e demais capacitações do programa de ensino, no processo de formação acadêmica. Formar e fortalecer grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de investigação locais e/ou multicêntricas para atender necessidades em saúde. Produzir materiais e insumos a partir de recursos naturais regionais de forma sustentável. Realizar visitas técnicas para outras instituições com finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando à implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa.</p>
Justificativa:	<p>Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da pesquisa em medicina tropical regional, necessidade de caracterização e identificação dos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, melhor aproveitamento da biodiversidade da região, apoio aos serviços de saúde oferecidos à população na busca de maior efetividade e qualidade, necessidade de formar e fortalecer grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de investigação locais e/ou multicentricas, necessidade de troca de experiências nacionais e internacionais entre instituições de pesquisa.</p>
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de pesquisa	-	0	31/12/2005	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de pesquisa	-	0	31/12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3086	Construção do complexo de pesquisa em medicina tropical	0,00	0,00	0,00	27	0	0,00
3087	Implantação do complexo de pesquisa em medicina tropical	2.757,00	2.756,15	99,96	25	0	0,00
4167	Manutenção do complexo de pesquisa em medicina tropical	7.000,00	7.000,00	100,00	100	100	100,00
4168	Expansão interinstitucional na área de pesquisa	40.716,00	36.059,01	88,56	10	14	140,00
4169	Realização de pesquisa em medicina tropical	64.484,00	59.696,33	92,57	9	8	88,89
3088	Adequações e instalações especiais	0,00	0,00	0,00	9	0	0,00
TOTAL		114.957,00	105.511,49	91,78	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 274 - Programa Finalístico

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE - FMT

Objetivo:	<p>Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação, informática; promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; apoiar e divulgar as ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.</p>
Justificativa:	<p>Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde, necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde.</p>
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de informação	-	0	31/12/2005	100
Média das metas físicas em porcentagem realizada do programa de informação	-	0	31/12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4173	Tratamento de informação	162.917,00	1.138,20	0,70	2	11	550,00
4172	Expansão interinstitucional da	4.455,00	3.913,05	87,83	2	4	200,00



	área de informação em saúde						
3089	Construção do Centro de Informação - FMT	0,00	0,00	0,00	10	0	0,00
4170	Manutenção do Centro de Informação - FMT	0,00	0,00	0,00	100	0	0,00
4171	Promoção de eventos cient e culturais no âmbito da saúde	166,00	166,00	100,00	1	0	0,00
4174	Divulgação de informação em saúde	0,00	0,00	0,00	3	2	66,67
3090	Implantação do Centro de Informação - FMT.	0,00	0,00	0,00	50	0	0,00
TOTAL		167.538,00	5.217,25	3,11	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 275 - Programa Finalístico

PROGRAMA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE - FMT

Objetivo:	Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocantinense.
Justificativa:	Necessidade de fortalecer o programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura, processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o análise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de avaliação	-	0	31/12/2005	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4179	Expansão interinstitucional de avaliação em saúde	6.971,00	1.577,50	22,62	2	3	150,00
4178	Avaliação dos serviços de saúde nos diversos níveis de atenção e suas inter-relações	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
4175	Avaliação de programa em saúde	500,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		7.471,00	1.577,50	21,11	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

**QUADRO 276 - Programa Finalístico**

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE – ETSUS	
Objetivo:	Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.
Justificativa:	O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde. O que traz enormes prejuízos ao combate de endemias, e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde.com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da escola técnica do SUS (etsus) acarretaria em permanecermos com um serviço de saúde que não tem correspondido as exigências do SUS por falta de profissionais formados, funcionará provisoriamente no endereço 403 sul, antigo aeroporto, zona urbana de palmas.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de profissionais de saúde nível básico	Unidade	2.212	31/12/2005	1.800
Número de profissionais de saúde de nível técnico	Unidade	4.203	31/12/2005	4.615

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4183	Manutenção de Serviços de Transporte – ETSUS	6.000,00	4.352,46	72,53	2	1	50,00
4358	Coordenação e Manutenção dos Serviços Adm. Gerais – ETSUS	177.550,00	145.743,77	82,09	117593	117593	100,00
4184	Manutenção de Recursos Humanos – ETSUS	2.070.000,00	1.954.025,41	94,40	21	21	100,00
4185	Manutenção dos Serviços de Informática – ETSUS	18.000,00	13.941,44	77,45	60	60	100,00
TOTAL		2.271.550,00	2.118.063,08	93,24	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 277 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

PROGRAMA - QUALIFICA SUS -TO	
Objetivo:	A consolidação do Sistema Único de Saúde no Tocantins passa pela redefinição das ações de saúde enquanto prioridade de atuação governamental, pela redefinição e modernização institucional e gerencial da Secretaria Estadual de Saúde e por novos modelos de gestão que venham dar conta da promoção, proteção e recuperação da saúde da população.
Justificativa:	A implementação dessa estratégia visa reorientar o modelo de atenção à saúde, de forma mais eficiente e eficaz, consolidando a missão da instituição enquanto órgão formador de políticas de saúde pública, coordenador, normatizador, regulador de cooperação técnica aos municípios, no processo de legitimação do Sistema Único de Saúde.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4408	Apoio ao controle social	105.677,00	4.307,00	4,08	1,00	0,00	0,00
4399	Humanização da rede do SUS no Tocantins	150.000,00	150.000,00	100,00	20,00	20,00	100,00
4400	Monitoramento dos sistemas, serviços públicos e privados credenciados ao SUS	70.000,00	69.819,50	99,74	406,00	406,00	100,00
4397	Desenvolvimento de políticas de gestão da saúde	541.988,00	129.094,64	23,82	42,00	42,00	100,00
4398	Divulgação das ações realizadas à população pelo SUS do Tocantins	1.013.597,00	1.013.595,72	100,00	90,00	90,00	100,00
TOTAL		1.881.262,00	1.366.816,86	72,65	-	-	-

FONTES – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
454.029.783,00	392.298.113,33	86%	61.731.669,67

3.2.3.18 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC, criado pela Lei 503, de 28 de Dezembro de 1992, a partir do Decreto 1.029, de 1ª de Setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas por meio de 02 programas finalísticos da Agência de Defesa Agropecuária: o Programa de Defesa e Inspeção Animal e o Programa de Defesa e Inspeção Vegetal. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 4.100.000,00**, com execução de **R\$ 2.918.073,68**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 278 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	Coordenar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constituem o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constitui em pré-requisito ao acesso à mercados competitivos, e exigentes além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.
Prazo de Execução:	2004-2007



Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Produto de Origem Animal		Toneladas	895.823.41	dezembro/06	2.243.312.54		
Animais inspecionados		Animais	27.058.648		75.463.553		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4232	Apoio à execução das ações de defesa e inspeção sanitária animal	2.188.744,00	1.622.901,16	74,15	7.626.253	21.081.698	355,11
TOTAL		2.188.744,00	1.622.901,16	74,15	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

QUADRO 279 - Programa Finalístico

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitárias, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspeccionar a comercialização de sementes e mudas, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações. Inspeccionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente de produtos cadastrados na ADAPEC.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no estado, são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os segmentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir os padrões mínimos na produção destes insumos. Esta produção é repassada aos Estados por forma de convênios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição poderá ser repassada a ADAPEC. O comércio de agrotóxicos também é regido por legislações federais e repassada aos Estados através de convênios, e esta delegada a ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Especifico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse econômico inspecionadas	Área Inspecionada	26.950	Dezembro de 2006	27.713
Inspeções Fitossanitárias Realizadas	Fiscalizações Realizadas	3.602,00	Jan/dez de 2006	3.064

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4233	Apoio a execução das atividades de defesa e inspeção sanitária vegetal	1.911.256,00	1.295.172,52	67,76	28.885	20.700	71,66
TOTAL		1.911.256,00	1.295.172,52	67,76	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da ADAPEC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
4.100.000,00	2.918.073,68	71,17	1.181.926,32

3.2.3.19 FUNDO PROSPERAR

O Fundo Prosperar foi criado pela Lei n.º 494, de 15 de dezembro de 1992, para servir de suporte financeiro do Programa Prosperar, instituído pela Lei n.º, de 08 de junho de 1995, passando a vigorar em conformidade com a Lei n.º 1.355, de 19 de dezembro de 2002, e alterações contidas na Lei n.º 1.385, de 09 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto n.º 1.403, de 30 de setembro de 2003.

Tem por finalidade promover a expansão e a diversificação do setor empresarial do Estado do Tocantins, estimulando investimentos e competitividade, com ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, que teve como recurso autorizado o montante de **R\$ 1.900.000,00**, sendo utilizados desse valor **R\$ 831.963,08**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 280 - Programa Finalístico

PROGRAMA - APOIO DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	
Objetivo:	Atrair investimentos privados para o desenvolvimento dos setores de indústria, comércio e turismo, bem como melhorar a competitividade dos citados setores.
Justificativa:	O Tocantins inicia seu processo de desenvolvimento econômico tendo como base o setor primário da economia local, sobressaindo a produção de grãos, a fruticultura, a pecuária de corte, e a piscicultura. Porém existe a necessidade de agregar valor a esta produção, aumentando o número de postos de trabalho, bem como o aumento da renda da população. No entanto para atrair novas empresas no setor industrial faz-se necessário uma política pública que ofereça vantagens do ponto de vista de competitividade da produção no Tocantins. Neste contexto, os incentivos fiscais, financeiros e localizacionais são imprescindíveis na atração de investimentos e na melhoria da competitividade das empresas aqui instaladas.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Especifico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Não foi estabelecido		Não foi estabelecido	101,64%	31/10/2006	100%		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3118	Capacitação de Gestão Empresarial	532.000,00	419.515,50	78,86	150	140	93,33
3119	Realização de Feiras	675.000,00	287.585,08	42,61	10	17	170
3120	Viabilização das Exportações das micros e Pequenas Empresas	50.000,00	-	0,00	10	0	0,00
3121	Elaboração de Estudos de mercados de Cadeias Produtivas	123.000,00	270,00	0,22	1	1	100
3122	Viabilização de Instalações de Galpão industrial	340.000,00	30.000,00	8,82	1	1	100
4236	Divulgação de Benefício Concedido Pelo Prosperar	50.000,00	-	0,00	1	0	0,00
4237	Acompanhamento das Empresas Beneficiadas Pelo Prosperar	130.000,00	94.592,50	72,76	10	27	270
TOTAL		1.900.000,00	831.963,08	43,79	-	-	-

3.2.3.20 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei nº 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, órgão vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Sua denominação foi alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, através da Lei nº 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4.º.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, através das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, é assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, promover e desenvolver ações de atendimento às necessidades humanas e sociais, melhorando, assim as condições de vida das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, priorizando atendimento às crianças, aos adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores empregados e desempregados.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em treze programas finalísticos. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R\$ 36.594.915,00**, sendo executado o valor de **R\$ 29.213.039,03**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 281 - Programa Finalístico

PROGRAMA - GERAÇÃO DE RENDA							
Objetivo:		Promover a inserção de Pessoas e Famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidade de emprego e renda.					
Justificativa:		No estado do Tocantins, mais de 80% dos municípios possuem população inferior a 10.000 habitantes. 5,88% dessas pessoas recebem até 1/2 salário mínimo de renda mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada, o estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. A ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder público. Torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoa carentes às prefeituras. Daí, a necessidade de implantação e revitalização por meio do programa Geração de Renda nos municípios, minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Renda per capita; renda família Per capta.		pessoa	1.147,80	2000/2002			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3145	Implantação de Unidade de Geração de Renda	1.678.100,00	1.146.206,96	68,30	4	10	250
3146	Revitalização das Unidades de Geração de Renda	544.275,00	153.681,03	28,24	20	15	75
4250	Capacitação das Famílias do Programa Geração de Renda	431.420,00	59.440,99	13,78	19	71	374
4327	Realização de Evento do Programa Geração de Renda	12.000,00	7.351,95	61,27	10	3	30
TOTAL		2.665.795,00	1.366.680,93	51,57	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 282 - Programa Finalístico

PROGRAMA - COMBATE A FOME							
Objetivo:		Garantir em caráter emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social, direito à alimentação, bem como promover ações estruturantes que possibilite o acesso perene à uma alimentação de qualidade.					
Justificativa:		A partir das informações do dia "D", realizado pelo Provida, foi detectado desnutrição e risco nutricional em 42 municípios do estado, tendo sido constatado que possuem também o menor índice de desenvolvimento humano e o menor índice de desenvolvimento infantil. Diante disso, a não implantação de um programa de combate a fome e desnutrição implicarão no agravamento da situação naqueles municípios e ampliação dessa gravidade para outros municípios, para melhoria das variáveis analisadas na composição do IDH/IDI e apoio ao programa fome zero no estado, o programa conterà ações de desenvolvimento local e organização comunitária. Ressaltamos que a orientação da política nacional é condição favorável para a implantação das ações propostas.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Tx. de atendimento de criança		pessoa	29	01/12/2002	100		



AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4275	Manutenção de Unidades do Programa Combate à Fome	352.321,00	80.748,00	22,91	4	4	100
4276	Suplementação Alimentar e Nutricional para Famílias Carentes	2.758.608,00	1.274.759,25	43,55	28.000	22.375	80
4277	Manutenção do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA	1.010,00	00,00	0	1	1	100
TOTAL		3.111.939,00	1.355.507,25	43,57	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 283 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	Promover a Inclusão social de criança e adolescentes membros de famílias de baixa renda, por meio da concessão de auxílio financeiro, acesso a atividades de reforço escolar, práticas esportivas, recreativas, civismo e cidadania, contribuindo, portanto para o crescimento físico e psico-social dos mesmos.
Justificativa:	Altos índices de evasão e repetência escolar, envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e prostituição vulnerabilidade socioeconômica requer implementação de ações que possibilite o distanciamento de crianças e adolescentes dessas situações de risco, de outro modo será crescente a vulnerabilidade social da juventude tocantinense.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de Família Atendidas Tx. de Evasão Escolar Tx. Analfabetismo	famílias			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4245	Manutenção de Núcleos do Programa Pioneiros Mirins	1.957.791,00	1.912.109,36	99,19	148	148	100
4247	Realização de Eventos do Programa Pioneiros Mirins	409.237,00	396.918,79	96,99	3	3	100
4354	Concessão de Benefícios aos Pioneiros Mirins	15.195.157,00	15.195.156,02	100	45.000	42.474	94
3186	Construção de Prédios para o Programa Pioneiros Mirins	00,00	00,00	0	1	0	0
TOTAL		17.532.185,00	17.504.184,17	99,84	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 284 - Programa Finalístico

PROGRAMA - NOVA VIDA	
Objetivo:	Atender adolescentes egressos das medidas sócio educativas privativas e restritivas de liberdade, garantindo sua inclusão familiar e comunitária.
Justificativa:	Discriminação, preconceito e falta de oportunidade de trabalho, instabilidade no núcleo familiar, são fatores que prejudicam a reintegração de adolescentes na sociedade e na família. É de fundamental importância o acompanhamento do adolescente no seu retorno a esse convívio, articulando o mercado de Trabalho, a escola, a família num círculo positivo e socializado, de outro modo esses adolescentes estarão suscetíveis a cometer novos atos inflacionais ou até mesmo criminosos.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de adolescentes acomp. pelo programa	pessoa			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4255	Atendimento ao Adolescente Egresso das Medidas Sócio-Educativas	10.000,00	0,00	0	10	0	0
5256	Concessão de Bolsa Promocional ao Adolescente Egresso	5.000,00	0,00	0	10	0	0
TOTAL		15.000,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 285 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	
Objetivo:	Erradicar o Trabalho infantil privilegiando a frequência e sucesso escolar
Justificativa:	O trabalho infantil representa uma violação do direito da criança e do adolescente de estudar, participar de atividades esportivas e culturais, impedindo o seu desenvolvimento harmonioso, segundo dados do UNICEF existem cerca de pelo menos 120 milhões de meninos entre 5 e 14 anos de idade que trabalham em países em desenvolvimento como África, Ásia e América Latina, segundo dados do PNAD o estado do Tocantins está no segundo lugar no ranking brasileiro do trabalho infantil. O PETI tem dentre suas estratégias a realização de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer e ainda apoiar e orientar as famílias por meio de ações sócio-educativas e implementando programas e projetos de geração de renda que contribuem para o seu processo de emancipação, promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu desenvolvimento.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de alunos aprovados Tx. de criança e adol. Retiradas do trabalho infantil	Pessoa	0	0	100

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3147	Implantação de Micro-unidades Produtivas para as Famílias do PETI	498.529,00	91.820,43	18,42	12	0	0
4257	Concessão de Bolsa para Beneficiários do PETI	430.888,00	119.437,50	27,72	4.040	750	19
4331	Capacitação Continuada de Recursos Humanos do PETI	230.468,00	15.374,90	6,67	383	173	45
4332	Realização de Eventos do PETI	25.000,00	20.104,54	80,42	1	1	100
4333	Manutenção de Unidades do PETI	307.915,00	71.500,00	23,22	30	5	17
TOTAL		1.492.800,00	318.237,37	21,32	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 286 - Programa Finalístico

PROGRAMA - SENTINELA							
Objetivo:	Atender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como suas famílias.						
Justificativa:	Os casos de abuso sexuais, espancamentos e desrespeito a crianças e adolescentes ocorrem com frequência, em muitos casos dentro da própria família, o que dificulta o registro destes casos e respectivamente a responsabilização dos agressores. A falta de denuncia contribui para o aumento da violência contra crianças e adolescentes, causando as vítimas grandes prejuízos emocionais e psicológicos, é neste sentido que o programa SENTINELA busca diminuir o impacto psicossocial causados pela violência, promovendo a auto-estima das crianças e adolescentes bem como de suas famílias. Na ausência desse programa o conselho tutelar não teria a retaguarda técnica para que as vítimas pudessem ter seus direitos assegurados. Esse programa lançado pelo Governo Federal tem parceria com o Estado e municípios. Sendo o recurso oriundo das três esferas, 90% da União 10% do Estado e os municípios entram com a estrutura física bem como a execução.						
Prazo de Execução:	Contínuo						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Tx. de criança atendida	pessoa	-	-	-			
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4334	Manutenção dos Núcleos do Programa Sentinela	372.160,00	32.812,22	8,82	5	3	60
4335	Implantação do Programa Sentinela no Estado do Tocantins	50.000,00	00,00	0	3	0	0
TOTAL		422.160,00	32.812,22	7,77	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 287 - Programa Finalístico

PROGRAMA - APOIO À PESSOA IDOSA							
Objetivo:	Apoiar e incentivar ações de inclusão social do idoso carente possibilitando a tender suas necessidades básicas, propiciando sua integração social, o fortalecimento dos laços familiares e o exercício da cidadania, em conformidade com a política nacional do idoso.						

Justificativa:	O programa de apoio a pessoa idosa é um mecanismo de inclusão social do idoso, tendo em vista o acelerado crescimento da população idosa. Segundo dados do IBGE, o Tocantins revela um aumento significativo do número de idosos, que passou a representar 9,1% da população tocantinense, totalizando 71.882 idosos. Para enfrentar este desafio foi instituído o programa de apoio a pessoa idosa para assegurar um envelhecimento digno e com qualidade de vida, tendo como diretrizes a inserção, prevenção, promoção, proteção, integração social, independência e autonomia do idoso o programa será implementado pela SETAS Secretaria do Trabalho e Ação Social por meio da Coordenação de Assistência Social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de idosos carentes incluídos em progr. sociais	pessoa			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
4337	Capacitação de Profissionais para Atendimento ao Idoso	91.310,00	00,00	0	1	0	0
4338	Realização de Evento para o Idoso	97.800,00	38.615,75	39,48	2	2	100
4339	Revisão do Benefício de Prestação Continuada – Idoso	110.000,00	93.223,29	84,75	1.760	4.216	239,54
4340	Manutenção de Unidades de Atendimento ao Idoso	220.491,00	66.323,64	30,08	20	33	165
TOTAL		519.601,00	198.162,68	38,14	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 288 - Programa Finalístico

PROGRAMA - APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				
Objetivo:	Promover a inclusão Social, habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência à vida comunitária, propiciando a melhoria da atenção e dos indicadores sociais.			
Justificativa:	Os índices nacionais indicam o número de 24,6 milhões de portadores de deficiência no País. A desigualdade de oportunidade de inclusão social, a necessidade de ampliação de modalidade de atendimento, a insuficiência de dados que definam melhor perfil dos portadores de deficiência, suas potencialidades e necessidades prioritárias, a insuficiência de recursos humanos qualificados, entre outros aspectos, vem exigir dos gestores, maior investimento na área. Considerando o número de 187.717 portadores de deficiência no Estado, cuja inclusão social ainda encontra-se deficitária, pretende-se oferecer com o programa de apoio à pessoa portadora de deficiência, melhores condições de habitação, reabilitação, inclusão produtiva e social assegurando igualdade de oportunidades ao público-alvo, ampliando a acessibilidade a ações e serviços numa perspectiva emancipatória e de direitos, melhorando a qualidade de vida e os indicadores sociais.			
Prazo de Execução:	Contínuo			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de RH capacitada para trabalhar com PPD; Tx. PPD atendida pela rede conveniada	Pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4278	Capacitação de Recursos Humanos para Atuarem com a PPD	5.000,00	00,00	0	90	50	55
4283	Revisão do Benefício de Prestação Continuada da PPD	150.236,00	48.640,51	32,38	1.800	3.214	179
4343	Manutenção de Unidade de Atendimento a PPD	564.269,00	431.878,10	76,54	40	42	105
4344	Realização de Evento Para a PPD	63.500,00	50.723,50	79,88	5	3	60
TOTAL		783.005,00	531.242,11	67,85	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 289 - Programa Finalístico

PROGRAMA - ATENDIMENTO A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

Objetivo:	Atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda.
Justificativa:	O programa de atendimento à criança - PAC, implementado desde 1989 (remanescente da extinta IBA - Legião Brasileira de Assistência Social e SAC - Serviço de Atendimento à Criança em Creche/ 1996) se encontra presente em 77 municípios do Estado, com 124 instituições, de educação infantil, beneficiando cerca de 15.000 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda, em decorrência da migração de famílias de outros estados para o Tocantins e também do alto índice de natalidade. O PAC tem como objetivo oferecer condições adequadas para promover o bem estar da criança, por meio de atividades educativas livres e dirigidas, integrando os aspectos físicos, cognitivos e sociais com o direcionamento pedagógico através de articulações com a família. Para garantir a efetivação dos aspectos citados, a coordenadoria de assistência social tem como prioridade qualificar os recursos humanos, monitorar as unidades, planejar reformas ampliações e construções, além de solicitar por meio de projetos, material didático pedagógico, entre outros, como ações básicas para credenciamento das instituições de educação infantil, legitimando os direitos da criança enquanto beneficiários do PAC.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de criança atendida	pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4285	Capacitação dos Educadores do PAC	15.000,00	3.240,00	21,60	510	0	0
4347	Manutenção de Creches	1.211.812,00	476.731,22	39,35	50	48	96
TOTAL		1.226.812,00	479.971,22	39,12	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

**QUADRO 290 - Programa Finalístico**

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO							
Objetivo:		Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.					
Justificativa:		A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. Dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Tx de voluntários capacitados; Tx de famílias assistidas.		pessoa	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4289	Atendimento Emergencial à Famílias Carentes	5.500.556,00	5.201.713,01	76,72	126.000	73.291	58
4290	Concessão de Passagens para Tratamento de Saúde e Migração	372.617,00	250.000,00	24,84	50.000	7.200	14
4348	Promoção de Ações para o Voluntariado	50.000,00	00,00	0	1	0	0
TOTAL		5.923.173,00	5.451.713,01	92,04	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 291 - Programa Finalístico

PROGRAMA - JUVENTUDE CIDADÃ							
Objetivo:		Atender jovens de 16 a 18 anos, com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades pessoais, oferecendo-lhes condição par o enftretamento do mercado de trabalho e contribuir ao aprimoramento dos valores humanos e o despertar do protagonismo juvenil. Beneficiar pessoa com idade entre 35 e 55 anos, a fim de atuarem como orientadores juvenis, bem como proporcionar ocupação a professores desempregados a fim de que possam atuar como coordenadores juvenis.					
Justificativa:		Segundo censo do IBGE 2000, 60,4% dos municípios do Tocantins tem índice de Gini entre 0,55<->0,60; 35% da população possui renda per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 e ainda, 42,7% da população Tocantinense, com 25 anos ou mais de idade, possui de 1,5 a 3,0 anos de estudo, as estatísticas retro citadas revelam a fragilidade e a vulnerabilidade das condições de vida de parte considerável da população do estado do Tocantins, cujos números ditam por si, a necessidade de adoção de políticas públicas que estimulem a mudança desse cenário. Este programa se propõe a contribuir para a melhoria de indicadores econômicos e sociais, tais como distribuição de renda, geração de emprego e a elevação do nível educacional.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Tx. de atendimento de jovem		pessoa	-	-	100		

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4292	Concessão de Bolsa para Agentes Jovens de Desenvolvimento Humano e Social	112.000,00	23.011,51	20,55	2.100	850	40
TOTAL		112.000,00	23.011,51	20,55	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 292 - Programa Finalístico

PROGRAMA - COMUNIDADE EM AÇÃO	
Objetivo:	Promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio de oportunidades de trabalho e renda, em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano - IDH e baixo índice de desenvolvimento infantil - IDI.
Justificativa:	O Estado do Tocantins possui regiões que por muitos anos sofreram com o isolamento, distantes das políticas que contribuíssem com o desenvolvimento regional. Desta forma, dentro de uma filosofia de integração, o governo do estado desenvolveu ações para promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões. O Projeto Comunidade em Ação surge como ação inovadora par alavancar o desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo a própria comunidade, a inclusão social e a geração de emprego e renda nos municípios Tocantinenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e baixo Índice de Desenvolvimento Infantil - IDI.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
		-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4272	Promoção de Eventos Sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	145.000,00	125.028,50	86,23	142	130	91,54
4273	Capacitação de Organismos Sociais	1.249.493,00	1.081.506,73	86,56	654	634	97
4350	Concessão de Benefícios às Associações Comunitárias	1.195.952,00	744.981,33	62,29	50	59	118
TOTAL		2.590.445,00	1.951.516,56	75,34	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

QUADRO 293 - Programa Finalístico

PROGRAMA – INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	
Objetivo:	Construir os CIDES - Centros Integrados de Desenvolvimento Social, destinados a oferecer local, dotados de tele centros, para desenvolvimento de ações que fazem parte de programas e projetos de desenvolvimento social, governamentais e não governamentais, em regiões que não dispõem deste tipo de infra-estrutura.

Justificativa:	Em muitos municípios do Estado do Tocantins, o desenvolvimento de ações que fazem parte dos programas e projetos, mantidos pelos governos federal, estadual e municipal se torna inviável por falta absoluta de infra-estrutura física. Este programa, além de oferecê-la, será um espaço de presença do governo estadual em que equipes intersecretarias e multiprofissionais de servidores públicos estaduais, garantirão.
-----------------------	--

Prazo de Execução:	Temporal
---------------------------	----------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº de adolescentes protagônicos	pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)			Prev.	Exec.	% Exec.
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.			
3159	Construção de Centros Integrado de Desenvolvimento Social	100.000,00	0,00	0	1	0	0
4355	Manutenção de Centros Integrados de Desenvolvimento Social	100.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		200.000,00	0,00	0	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FEAS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
36.594.915,00	29.213.039,03	79,83	7.381.875,97

3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente é vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social e foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 2 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão.

O objetivo desta unidade, amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, é financiar programas e projetos voltados a promoção social, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, conforme descritos no art. 1.º da Lei 1.110/99.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão, ainda, divulgar, implantar, desenvolver sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, governamentais e não governamentais de caráter estadual, bem como, promover intercâmbio de informações e experiências entre os conselhos nacional, estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.



As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R\$ 6.024.551,00**, sendo executado o valor de **R\$ 1.043.020,81**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 294 - Programa Finalístico

PROGRAMA - SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES							
Objetivo:		Atender crianças e adolescentes promovendo sua socialização e educação, assegurando-lhe o pleno desenvolvimento pessoal, social e o respeito à sua integridade física e moral.					
Justificativa:		Os crescentes índices de violência praticadas contra crianças e adolescentes bem como de atos infracionais praticados por estes, requer do poder público a promoção de ações que garantam a socialização e educação de crianças e adolescentes. Neste sentido, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, Lei n.º 8069/90, o Estado do Tocantins, por meio da SETAS, comprometido com a política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, implantou as medidas sócio-educativas como forma de atender esse segmento juvenil, oportunizando-lhes condições de socialização e educação nos ditames da proteção integral. Esta proposta orienta-se de modo a oferecer um novo tipo de resposta ao grupo familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência e ou em conflito com a lei, construindo com as famílias a sua condição de pessoas capazes de enfrentarem e responderem por situações com as quais se defrontam, sendo eles mesmos os próprios agentes na resolução de seus problemas e propiciando o resgate dos vínculos da família com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.					
Prazo de Execução:		Contínuo					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Crianças e adolescentes Encaminhados p/ medidas sócio-educativas		pessoa	25	2004	80		
AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3157	Construção de Centro Sócio-Educativo	1.959.000,00	415.993,66	21,24	1	1	100
3162	Capacitação de Recursos Humanos para Atendimento à Crianças e Adolescentes	249.000,00	16.859,94	6,77	2	56	2.800
4300	Manutenção de Unidades Setoriais do Programa	2.167.394,00	370.996,80	17,12	19	3	16
4304	Promoção e Apoio de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.649.157,00	239.170,41	14,50	120	33	28
TOTAL		6.024.551,00	1.043.020,81	17,31	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FECA

3.2.3.22 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST foi criado pela Lei nº 1.524/2004 destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- A melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;
- A solidariedade educativa com resgate da dignidade humana; à capacitação profissional e à geração de emprego e renda;
- A ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;
- A coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para a proteção aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária e a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- Apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza; em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, previstas para serem executadas por meio da ação estruturada no programa finalístico desta unidade orçamentária não foi executada. Este programa teve um orçamento inicial de **R\$ 1.000.000,00**, que foram remanejados para outras ações priorizadas.

QUADRO 295- Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO				
Objetivo:	Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.			
Justificativa:	A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. Dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidária e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.			
Prazo de Execução:	Contínuo			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx de voluntários capacitados; Tx de famílias assistidas	pessoa	-	-	80



AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4356	Concessão de Benefícios Solidários	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	0	-	-	-

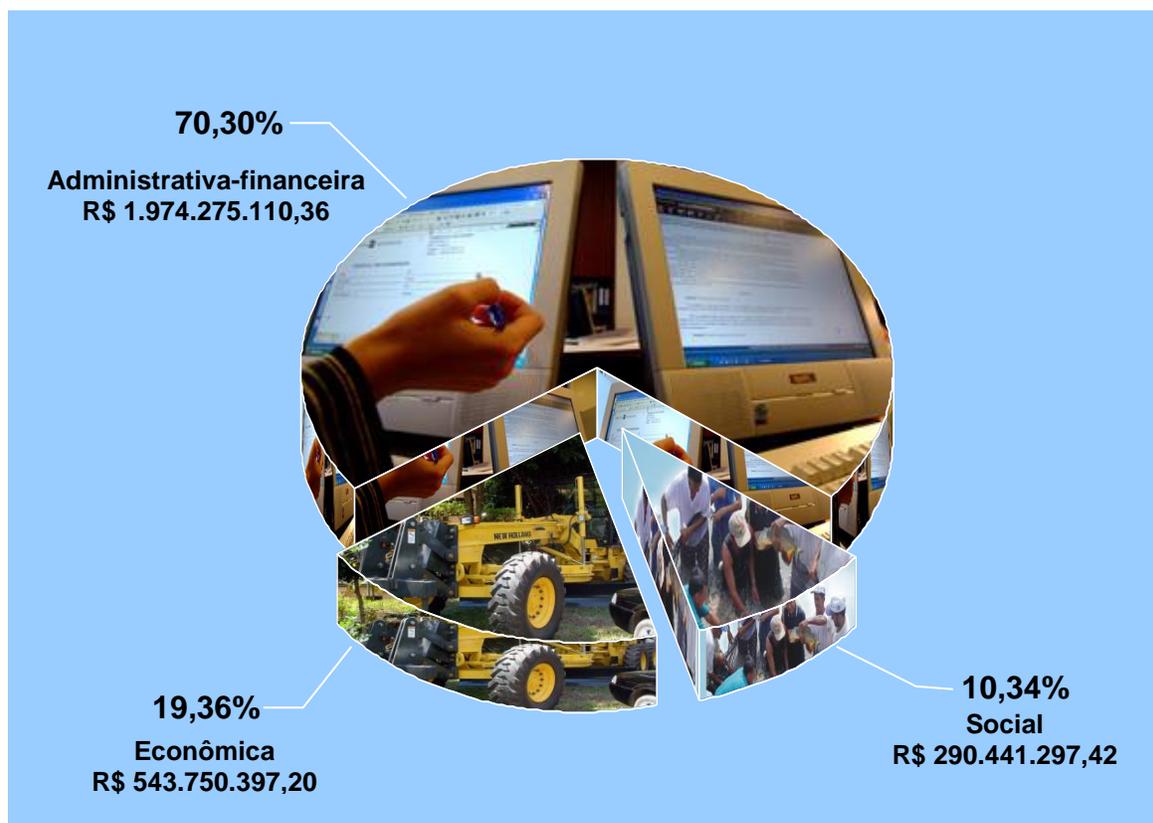
FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do FUST

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL

A atuação do Governo teve destaque voltado para a modernização administrativa e para o progresso econômico e social, na busca da valorização do trabalho humano e da iniciativa privada, objetivando assegurar a todos os cidadãos uma existência digna calcada no *slogan* O Estado do Tocantins é para todos nós.

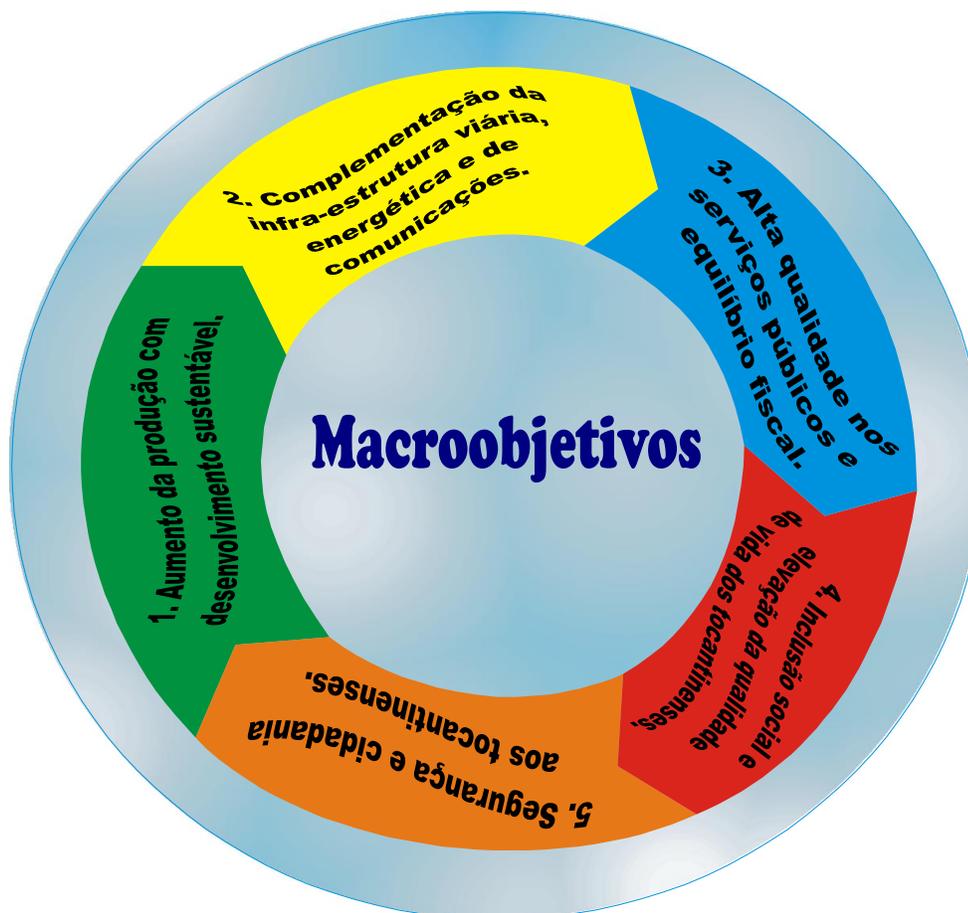
Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R\$ 2.808.466.804,98** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.º 11.

GRÁFICO 11 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo-Financeira e Social



A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2006, teve como ponto de partida o desejo de construir um futuro digno, com justiça e paz para todos os cidadãos tocantinenses, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2004-2007, que define linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias e diretrizes, as diversas realidades financeira, administrativa, social e econômica.

FIGURA 1 - Macroobjetivos



Assim, identificam-se esses macroobjetivos pela seguinte descrição:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**
2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso;**
3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte;**
4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses – **Tocantins da justiça social;**
5. Segurança e cidadania aos tocantinenses – **Tocantins cidadão.**

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo orientaram-se nos Macroobjetivos 1 e 2, com as Estratégias de números 1 a 7 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 1: Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – o **Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**

Estratégia 1

Crescimento acelerado da produção e continuidade do desenvolvimento sustentado;

Estratégia 2

Consolidar a especialização das regiões do Estado e maior interação entre os seus pólos regionais mais dinâmicos;

Estratégia 3

Intensificar o processo de industrialização fortalecendo os diversos segmentos das cadeias produtivas.

Diretrizes:

- Colaborar ativamente com as políticas do Governo Federal voltadas para os setores produtivos e ambiental, tanto ao nível nacional, como da Amazônia e do Corredor Araguaia-Tocantins;
- Consolidar a Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- Aumentar quantitativa e qualitativamente a produção agropecuária, promover as campanhas de vacinação contra as zoonozes e apoiar a reatibilidade;
- Intensificar a execução das políticas voltadas para a atração de investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais;
- Promover ações coordenadas de incentivo às exportações dos produtos agropecuários, agroindustriais e industriais;
- Promover parcerias e fomentar o setor turístico e ecoturístico;
- Utilizar e combinar as vantagens comparativas da Amazônia e do Mercoeste;
- Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias de interesse para o desenvolvimento do Estado.

Macroobjetivo 2: Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso.**

Estratégia 4

Fortalecer e ampliar seletivamente o Sistema Multimodal de Transportes;

Estratégia 5

Incrementar a produção de energia elétrica no Estado;

Estratégia 6

Ampliar o acesso à energia elétrica em todo o Estado;

Estratégia 7

Apoiar as parcerias público-privadas voltadas para a execução de projetos estruturantes.

Diretrizes:

- Expandir as conexões entre as estradas alimentadoras e os eixos multimodais de transporte onde se fizer necessário, através da implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS);
- Articular para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins através da Parceria Público-Privada (PPP), observados os aspectos ambientais;
- Concluir a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis e construir a Plataforma de Palmas-Porto Nacional;
- Garantir a manutenção da qualidade das vias de transporte em todos os seus aspectos;
- Garantir o fornecimento de energia elétrica a todos os consumidores, de forma estável e a preços acessíveis, com tratamento diferenciado para as microempresas e setores carentes da população urbana;
- Possibilitar o acesso à energia elétrica a todo o setor rural;
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia em localidades isoladas.

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 543.750.397,20**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 296– PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0040	Fomento à Produção Vegetal	SEAGRO	562.731,00	395.149,83	70,22
0041	Desenvolvimento Agrário	SEAGRO	1.598.695,00	551.955,41	34,53
0042	Fomento à Fruticultura e à Silvicultura	SEAGRO	388.484,00	223.151,55	57,44
0043	Desenvolvimento Rural e Tecnológico	SEAGRO	3.471.888,00	1.842.423,04	53,07
0044	Fomento à Produção Animal	SEAGRO	620.740,00	299.931,53	48,32
0045	Fomento à Aquicultura e à Pesca	SEAGRO	212.899,00	113.763,54	53,44
0057	Perenização das Bacias Hidrográficas	RECURSOS HIDRICOS	3.165.950,00	1.768.647,96	55,86
0058	Infra-Estrutura Hídrica para o Aproveitamento Hidroagrícola	RECURSOS HIDRICOS	67.643.187,00	49.314.189,63	72,90
0059	Hidrogeologia do Estado do Tocantins	RECURSOS HIDRICOS	40.000,00	-	-
0060	Defesa e Inspeção Sanitária Animal	ADAPEC	6.591.309,00	4.174.200,92	63,33
0061	Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal	ADAPEC	2.468.659,00	1.515.956,12	61,41
0076	Banco da Gente	PRODIVINO	15.262.000,00	10.241.322,80	67,10
0078	Gestão da Política de Recursos Hídricos	SEPLAN	585.204,00	68.018,56	11,62
0079	Áreas Protegidas do Tocantins	SEPLAN	3.809.200,00	1.700.268,73	44,64
0081	Gestão da Política de Meio Ambiente	SEPLAN	2.898.153,00	1.571.015,14	54,21
0085	Tocantins Turismo Verde	SEPLAN	947.910,00	145.826,30	15,38
0086	Biodiversidade e Recursos Genéticos	SEPLAN	865.300,00	30.326,10	3,50
0087	Agenda 21	SEPLAN	10.000,00	-	-
0088	Desenvolvimento Regional Sustentável	SEPLAN	49.374.489,00	4.705.206,06	9,53
0091	Gestão Territorial	SEPLAN	20.000,00	2.065,23	10,33



0092	Estratégias em CTI	SEPLAN	131.000,00	9.014,86	6,88
0093	Fomento à CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	13.436.671,00	7.735.611,96	57,57
0094	Gestão em CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	1.491.829,00	336.136,51	22,53
0095	Fomento ao Desenvolvimento do Tocantins	SEPLAN	1.180.000,00	1.180.000,00	100,00
0099	Ordenamento dos Recursos Florestais	NATURATINS	183.035,00	149.952,72	81,93
0100	Monitoramento Ambiental	NATURATINS	49.238,00	23.319,04	47,36
0101	Controle Ambiental	NATURATINS	396.596,00	241.167,65	60,81
0115	Valorização da Agricultura. Familiar: Organizar, Produzir e Agregar	RURALTINS	14.708.034,00	6.200.134,77	42,15
0118	Promoção da Sustentabilidade Ambiental	RURALTINS	766.316,00	376.356,49	49,11
0119	Regularização de Terras Públicas	ITERTINS	4.037.400,00	1.519.293,64	37,63
0121	Programa de Desenvolvimento Industrial	SICTUR	487.000,00	370.770,00	76,13
0123	Programa de Melhoria da Competitividade do Comércio	SICTUR	595.000,00	404.653,50	68,01
0125	Programa de Atração de Investimentos	SICTUR	3.666.905,00	1.847.794,92	50,39
0126	Turismo e Desenvolvimento	SICTUR	6.427.226,00	1.201.754,59	18,70
0128	Programa de Apoio à Competitividade Industrial	SICTUR	1.900.000,00	831.963,08	43,79
0132	Eletrificação Rural – PERTINS	SEINF	4.041.146,00	2.381.781,14	58,94
0133	Energização Urbana	SEINF	6.775.884,00	6.015.724,83	88,78
0134	Energia Alternativa	SEINF	200.000,00	-	-
0135	Infra-Estrutura de Transportes	SEINF	5.898.750,00	1.131.454,10	19,18
0137	Pavimentar para Melhorar	DERTINS	340.868.801,00	302.574.997,98	88,77
0138	Conservação Rodoviária	DERTINS	52.127.819,00	46.278.130,99	88,78
0139	Programa Especial de Desenvolvimento – PED	DERTINS	91.362.938,00	80.073.357,01	87,64
0157	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	SEAGRO	580.114,00	427.769,72	73,74
0169	Gestão da Política Agropecuária	SEAGRO	4.224.746,00	3.775.839,25	89,37
0174	Programa Nacional no Meio	SEPLAN	56.000,00	-	-

Ambiente II - PNMA				
TOTAL		716.129.246,00	543.750.397,20	76,30

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo 3, com as Estratégias de números 8 e 9 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 3: Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte.**

Estratégia 8

Manter o equilíbrio das contas públicas e ampliar os mecanismos de adoção do orçamento participativo;

Estratégia 9

Aumentar a eficiência dos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado.

Diretrizes:

- Manter o constante aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle;
- Aumentar a arrecadação tributária;
- Observar estreito controle dos gastos com pessoal e custeio;
- Não permitir o descontrole da dívida interna e externa;
- Estabelecer um plano de cargos e salários para o funcionalismo público estadual;
- Consolidar a administração pública de forma moderna, ética, eficaz e transparente, orientada para o cidadão.

Com base nessa orientação estratégica foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R\$ 1.974.275.110,36**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 297 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0007	Prevenir é Melhor do que Remediar	FUNSAU	7.546.756,00	2.503.606,23	33,17
0008	Dar mais Saúde à Vida	FUNSAU	2.751.134,00	1.131.505,52	41,13
0009	Fortalecimento Estrutural das Atividades do SUS	FUNSAU	22.012.272,00	6.483.449,81	29,45
0010	Atenção Progressiva à Saúde	FUNSAU	226.743.003,00	202.341.620,86	89,24
0011	Produção de Serviços na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública	FUNSAU	1.889.159,00	904.577,08	47,88
0013	Vigilância Sanitária em Ação – Promovendo Saúde	FUNSAU	993.768,00	331.203,60	33,33
0014	Hemorrede do Estado do Tocantins	FUNSAU	1.025.990,00	213.886,63	20,85
0020	Modernização e Consolidação da Gestão Educacional	SEDUC	47.288.331,00	45.422.714,71	96,05
0021	Valorização dos Profissionais da Educação	SEDUC	249.122.585,00	243.615.172,61	97,79
0027	Informação em Saúde	FUND. MED. TROPICAL	267.538,00	5.217,25	1,95
0028	Avaliação em Saúde	FUND. MED. TROPICAL	87.471,00	1.577,50	1,80
0030	Modernização Institucional - Administração do Ministério Público	PROC.GERAL DA JUSTIÇA	45.596.899,00	45.161.980,23	99,05
0038	Extinção das Empresas: CODETINS, CASETINS e MINERATINS	AD TOCANTINS	965.897,00	962.646,29	99,66
0049	Modernização do Poder Judiciário	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	15.480.082,00	14.129.149,66	91,27
0062	Gestão do Conhecimento e Modernização da Adm. Pública	SECAD	1.442.085,00	645.912,13	44,79
0068	Atuação Legislativa	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	42.540.495,00	42.039.469,89	98,82
0070	Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo do	CGE	1.933.346,00	1.570.045,53	81,21

Estado do Tocantins					
0071	Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Tocantins	PROC. GERAL DO TOCANTINS	11.441.154,00	9.204.521,49	80,45
0074	Divulgação das Atividades Governamentais	SECOM	23.969.947,00	22.717.091,21	94,77
0077	Planejamento, Orçamento e Gestão	SEPLAN	2.760.400,00	102.169,73	3,70
0089	Informação para o Planejamento	SEPLAN	300.000,00	13.201,69	4,40
0108	Modernização da Administração Fiscal	SEFAZ	5.343.825,00	2.956.399,38	55,32
0109	Gestão Fiscal e de Execução Financeira e Contábil	SEFAZ	349.960.292,00	340.176.100,43	97,20
0110	Programa de Educação Fiscal	SEFAZ	43.900,00	-	-
0116	Modernização Administrativa	RURALTINS	4.115.704,00	1.255.264,09	30,50
0120	Modernização da Administração do ITERTINS	ITERTINS	2.926.947,00	1.268.102,01	43,33
0127	Normatização e Fiscalização de Atividades Empresariais	JUCETINS	3.487.794,00	1.915.023,20	54,91
0129	Controle e Qualidade	IPEM	2.500.000,00	1.622.437,02	64,90
0136	Gerenciamento e Captação de Recursos	SEINF	3.580.461,00	3.566.898,57	99,62
0131	Obras Públicas para o Tocantins	SEINF	26.219.504,00	25.201.641,73	96,12
0145	Gestão de Políticas Sociais	SETAS	3.166.413,00	3.061.713,95	96,69
0171	Controle Externo do Estado e Municípios	TCE	31.180.555,00	29.797.722,49	95,57
0177	Modernização da Administração Pública	SECAD	1.528.200,00	1.172.996,19	76,76
0189	Gestão da Governadoria	GABGOV	46.194.178,00	44.332.395,28	95,97
0195	Apoio Administrativo	DIVERSAS UNIDADES	907.955.219,00	878.447.696,37	96,75
9999	Reserva de Contingência	DETRAN	-	-	-
TOTAL			2.094.361.304,00	1.974.275.110,36	94,27

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos Macroobjetivos 4 e 5, com as Estratégias de números 10 a 22 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 4: Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses – **Tocantins da justiça social;**

Estratégia 10

Gerar postos de trabalho e renda;

Estratégia 11

Universalizar a assistência social de forma integrada;

Estratégia 12

Melhorar e ampliar o Sistema Estadual de Saúde Pública;

Estratégia 13

Diminuir a mortalidade infantil;

Estratégia 14

Possibilitar o acesso da população carente à habitação condigna;

Estratégia 15

Estender o saneamento básico a todo o setor urbano;

Estratégia 16

Liquidar o analfabetismo no Estado;

Estratégia 17

Universalizar o ensino fundamental, médio e profissional;

Estratégia 18

Universalizar o acesso à Cultura e ao Desporto.

Diretrizes:

- Apoiar ativamente todas as iniciativas do Governo Federal voltadas para as áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e desenvolvimento social;
- Prosseguir a descentralização das ações de saúde pública;
- Ampliar os programas de saúde preventiva, o atendimento familiar e comunitário e a vigilância sanitária;
- Complementar a infra-estrutura médico-hospitalar, odontológica e laboratorial universalizando o atendimento;
- Construir moradias adequadas destinadas à população de baixa renda;
- Promover parcerias com o municípios e setor privado para a construção de sistemas de saneamento básico e coleta de lixo;
- Possibilitar o acesso ao crédito às microempresas individuais, familiares ou cooperativas;
- Qualificar mão-de-obra e abrir canais para a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Evitar a evasão escolar;
- Oferecer formas alternativas de ensino acessíveis aos trabalhadores;
- Facilitar o acesso ao ensino superior através do crédito educativo, bolsas-trabalho e estágios;
- Formular um programa específico para eliminação do analfabetismo empregando métodos avançados;
- Engajar a juventude estudantil na luta contra o analfabetismo e em atividades voltadas para a inserção social;
- Fortalecer a participação da comunidade na gestão escolar;
- Estimular e valorizar os profissionais da educação;

- Apoiar iniciativas de cultura popular destinadas a promover produção cultural de qualidade;
- Incentivar todas as modalidades desportivas de massa;
- Formular e executar políticas de promoção social diferenciadas e integradas, voltadas para as comunidades carentes, as faixas etárias expostas à marginalidade e outros riscos, a valorização do idoso e a assistência aos indígenas;

Macroobjetivo 5: Segurança e cidadania aos tocaninenses – Tocantins cidadão.

Estratégia 19

Garantir o direito dos cidadãos tocaninenses à cidadania, no que for da alçada estadual;

Estratégia 20

Manter a ordem e resguardar a integridade física e patrimonial dos cidadãos tocaninenses;

Estratégia 21

Prevenir e reprimir eventuais casos de corrupção na administração pública estadual;

Estratégia 22

Tornar o Tocantins um Estado livre do crime organizado.

Diretrizes:

- Garantir alta preparação profissional à Polícia;
- Dotar a Polícia de modernas técnicas de combate ao crime;
- Apoiar ativamente todas as iniciativas federais de combate ao crime organizado;
- viabilizar parcerias com as comunidades organizadas no reforço da segurança em suas áreas de moradia;
- Proteger a mulher, a criança e os jovens contra a violência doméstica, a prostituição infantil e as drogas;
- Defender os direitos do consumidor;

- Promover campanhas contra a violência no trânsito.

No exercício de 2006 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 290.441.297,42**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 298 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	Eventos Esportivos	SESPO	4.845.254,00	3.962.471,02	81,78
0002	Esporte e Cidadania	SESPO	3.717.873,00	3.570.307,27	96,03
0003	Edificação da Rede Esportiva	SESPO	8.496.998,00	7.556.013,31	88,93
0004	Provida	FUNSAU	97.086,00	61.011,50	62,84
0005	Assistência Farmacêutica	FUNSAU	10.231.484,00	7.239.184,30	70,75
0006	Fortalecimento da Atenção Básica	FUNSAU	4.880.473,00	3.523.829,88	72,20
0012	Educa-Sus	FUNSAU	8.699.938,00	2.901.298,07	33,35
0015	Padrão de Qualidade da Infra-Estrutura Física e Equipamento	SEDUC	17.234.920,00	15.506.554,29	89,97
0016	Correção de Fluxo Escolar	SEDUC	2.300.707,00	873.553,10	37,97
0017	Promoção da Educação Escolar Indígena	SEDUC	4.189.321,00	3.035.619,92	72,46
0018	Democratização das Tecnologias Educacionais	SEDUC	1.505.230,00	1.384.215,34	91,96
0019	ABC da Cidadania	SEDUC	979.440,00	820.728,64	83,80
0022	Fortalecimento e Desenvolvimento Estudantil	SEDUC	16.155.824,00	14.792.480,39	91,56
0023	Desenvolvimento da Educação Profissional	SEDUC	6.101.867,00	2.071.255,73	33,94
0024	Atendimento à Educação Especial	SEDUC	12.182.090,00	12.115.678,04	99,45
0025	Desenvolvimento de Ensino em Medicina Tropical	FUND. MED. TROPICAL	99.369,00	68.819,95	69,26
0026	Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical	FUND MED TROPICAL	234.957,00	105.511,49	44,91
0029	Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins	FUNDAÇÃO CULTURAL	19.840.863,00	17.555.257,84	88,48
0033	Gestão de Políticas de Juventude	SEJUV	1.032.937,00	885.422,32	85,72

0034	Tocantins Sem Drogas	SEJUV	600.000,00	-	-
0035	Moradia	AHDU	37.353.025,00	16.645.752,34	44,56
0036	Desenvolvimento Urbano	AHDU	15.790.970,00	6.893.044,75	43,65
0039	Saneamento, Cidadania e Progresso	AGESAN	15.876.404,00	7.553.673,38	47,58
0047	Reforma das Instituições de Segurança Pública	PM	9.292.162,00	5.667.369,57	60,99
0048	Defesa Contra Sinistros	PM	3.035.940,00	299.445,13	9,86
0050	Justiça, Cidadania e Meio Ambiente	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3.581.372,00	747.117,77	20,86
0051	Modernização Institucional da Segurança Pública	SSP	6.838.089,00	3.646.885,18	53,33
0052	Polícia e Comunidade no Combate ao Crime	SSP	1.354.666,00	275.988,37	20,37
0053	Atendimento Jurídico	CIDADANIA E JUSTIÇA	6.910.278,00	4.825.927,73	69,84
0054	Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins	CIDADANIA E JUSTIÇA	480.000,00	347.145,24	72,32
0055	Reestruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	4.825.404,00	3.784.915,41	78,44
0056	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	CIDADANIA E JUSTIÇA	3.563.077,00	3.115.021,81	87,43
0072	Gestão da Política da Segurança Especial e da Defesa Civil	CASA MILITAR	310.000,00	-	-
0075	Assistência Financeira ao Servidor Público Estadual	PRODIVINO	18.138.000,00	3.467.300,49	19,12
0083	Tocantins Joga Limpo	SEPLAN	56.200,00	2.316,00	4,12
0111	Desenvolvimento Técnico em Saúde	ESC. TEC. SAUDE	4.530.050,00	3.047.576,82	67,27
0112	DETRAN: Excelência nos Serviços ao Cidadão	DETRAN	1.698.511,00	1.565.547,73	92,17
0114	Tocantins: Transitar com Cidadania	DETRAN	706.630,00	702.638,49	99,44
0141	Pioneiros Mirins	SEDUC	17.532.185,00	17.504.184,17	99,84
0142	Geração de Renda	SETAS	2.745.795,00	1.366.680,93	49,77
0143	Programa Nova Vida	SETAS	15.000,00	-	-
0144	Erradicação do Trabalho Infantil	SETAS	1.492.800,00	318.237,37	21,32
0146	Sentinela	SETAS	422.160,00	32.812,22	7,77
0147	Apoio à Pessoa Idosa	SETAS	519.601,00	198.162,68	38,14

0149	Combate à Fome	SETAS	3.111.939,00	1.355.507,25	43,56
0150	Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência	SETAS	783.005,00	531.242,11	67,85
0151	Atendimento à Criança de 0 a 6 Anos – PAC	SETAS	1.226.812,00	479.971,22	39,12
0155	Tocantins Solidário	SETAS	5.923.173,00	5.451.713,01	92,04
0156	Manutenção e Estruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	91.000,00	-	-
0170	Programa Estadual de Educação Ambiental	SEPLAN NATURATINS SEDUC	321.077,00	109.120,52	33,99
0173	Programa de Gestão Ambiental Integrada	SEPLAN/ NATURATINS	2.257.461,00	1.418.972,41	62,86
0179	Juventude Cidadã	FEAS	9.741.873,00	8.082.513,42	82,97
0180	Comunidade em Ação	FEAS	2.590.445,00	1.951.516,56	75,34
0181	Combate ao Desemprego	SETAS	7.328.340,00	2.314.000,05	31,58
0182	Socialização e Educação de Crianças e Adolescentes	FECA	6.024.551,00	1.043.020,81	17,31
0183	Cheque Moradia	AHDU	57.000,00	43.320,00	76,00
0184	Infra-Estrutura Social	SETAS	200.000,00	-	-
0187	Qualifica-SUS	FUNSAU	1.881.262,00	1.366.816,86	72,65
0196	Previdência Social	DIVERSAS UNIDADES	228.088.774,00	86.256.627,22	37,82
	TOTAL		550.121.662,00	290.441.297,42	52,80

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Comprovamos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas áreas de atuação do Estado – econômica, administrativa, financeira e social – extraídas dos dados constantes da mensagem consolidada pela SEPLAN e do Balanço Social apresentado pela SEFAZ.

A consolidação dessas informações contou também com pesquisas realizadas nos principais órgãos, tais como: Saúde, Educação, Agricultura, Segurança e Trabalho, fundamentadas em documentos que possibilitaram fazer uma síntese sobre as ações que mais contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A avaliação dos resultados é classificada em duas modalidades: Estratégica e de Programas Governamentais, esta envolve especificamente a solução dos problemas, o aproveitamento de oportunidades e o atendimento das demandas da sociedade, aquela se ocupa das linhas estrategicamente definidas pelo governo, concretizadas principalmente pelos seguintes macroobjetivos:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável;
2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações;
3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal;
4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses;
5. Segurança e cidadania aos tocantinenses.

4.4.1 AUMENTO DA PRODUÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este macroobjetivo consiste em processo de desenvolvimento sustentado e de integração competitiva em mercados cada vez mais globalizados, exige crescente eficiência de todos os atores econômicos e sociais envolvidos, principalmente no que se refere a custos e padrões de qualidade dos bens e serviços oferecidos. Trata-se de produzir para atender à demanda local e gerar excedentes para os mercados nacional e internacional, sem descuidar dos aspectos quantitativos, qualitativos e ambientais.

Por essa linha, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado tem procurado concentrar grandes esforços no desenvolvimento produtivo do Tocantins, uma vez que, fortalecendo o setor, é possível garantir o desenvolvimento regional e local, criar perspectivas de vida para a sociedade, assegurando oportunidade de emprego e melhorando a renda *per capita* da

população, por meio de alocação e gerenciamento de recursos nas funções institucionais de: Agricultura, Industrialização e de Turismo, como se observa dos resultados a seguir:

- I. o PIB do Tocantins cresceu em 9,6%, em média, nos últimos 4 anos, destacando um desempenho maior no setor terciário, tendo a administração pública uma representatividade de 25,1% na participação dos resultados na geração de renda, contribuindo, significativamente, com o desenvolvimento sócio econômico do Estado;
- II. por meio do Programa Fomento à Produção Vegetal:
 - a) segundo a CONAB, houve um crescimento de 13,9% na produção das principais culturas arroz, feijão e sorgo;
 - b) a Secretaria da Agricultura – SEAGRO/TO elegeu o ano de 2006 como “Ano Estadual da Mandioca”, em virtude de apresentar uma taxa de crescimento de 21,73% por conta de ações voltadas ao melhoramento da produtividade e qualidade das culturas, como a mandioca, a cana-de-açúcar, o abacaxi, o mel e a melancia;
 - c) o fomento à pesquisa e a produção das culturas destinadas a bio energia, como a cana-de-açúcar, apresentou taxa de crescimento de 4,8%, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE;
 - d) assistência Técnica a 34 municípios e 5.827 produtores rurais promoveu melhoria no desempenho da produção na época da seca e difusão de novas tecnologias em 37 municípios, desencadeando divisas para o Estado e a Geração de emprego e renda para as famílias;
- III. o Programa de Desenvolvimento Agrário desenvolvido pela SEAGRO/TO, em parceria com o Governo federal, no exercício de 2006, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, apresentou os seguintes resultados: 3.905 famílias assentadas; 1.893 vistorias de imóveis rurais realizadas; e 14.874 famílias atendidas no programa Agricultura Familiar;
- IV. o percentual de famílias contempladas pelo crédito fundiário foi de 7,50%, em relação ao universo de 10.000 famílias sem terra e/ou pouca terra, conforme apuração do INCRA;
- V. geração de expressiva quantidade de empregos na agricultura familiar, por meio de incentivos com crédito fundiário, financiamentos do PRONAF, qualificação profissional, implantação dos programas “Compra Direta Local” e “Quintal Verde” que foram destaques, durante o exercício de 2006, beneficiando 24.830 famílias nos 139

- municípios, totalizando um investimento de R\$ 3,4 milhões, conforme dados divulgados pela Secretaria de Planejamento do Estado;
- VI. o desempenho do setor agrícola registrou uma taxa de crescimento de 7,72% nas áreas frutíferas plantadas, em relação a 2005;
 - VII. em relação à silvicultura, o Tocantins atingiu uma meta de 17.950 hectares cultivados com espécies florestais do Estado, face às políticas direcionadas para o florestamento e reflorestamento com eucalipto, seringueira, pupunha e outras;
 - VIII. o desenvolvimento tecnológico, no meio rural, envolveu 39.983 produtores e técnicos, beneficiados diretamente, e 119.949, indiretamente, confirmando, segundo a CONAB, um crescimento de 13,9% na produção das principais culturas com destaque para carne e soja;
 - IX. no setor rural, grandes avanços foram registrados, a exemplo da geração de mais de 100 mil empregos na agricultura familiar, dados apresentados pela SEPLAN, e também da safra de grãos, em 2006, que alcançou 1,16 milhões de toneladas, resultando perspectivas de crescimento na produção de grãos, para o ano de 2007, em aproximadamente 12,11%;
 - X. a SEAGRO apurou os seguintes resultados na produção animal:
 - a) a bovinicultura de leite, na região central do Estado, é desenvolvida em 12 municípios e registra a evolução produtiva do leite em 51,78%, saltando de 2,9 litros/leite/vaca/dia para 5,6 litros/leite/vaca/dia, em 2006;
 - b) o crescimento médio do rebanho de caprino e ovino foi de 3,40%, sendo que o rebanho caprino cresceu 2,4% ao ano e o rebanho bovino apresentou uma média de crescimento de 4,4% ao ano;
 - c) a produtividade leiteira do rebanho caprino foi de 1,5 litros/cabra/dia e o crescimento da produtividade em relação ao ano anterior, de 93,10%;
 - d) a produção apícola, em 2006, foi de 120 toneladas, graças ao trabalho da Federação, integrada por 28 associações com 1.000 apicultores, contribuindo para a redução dos focos de queimadas e para a agricultura familiar;
 - XI. a redução dos impostos sobre a carne, de 7% para 4%, pecuária bovina, foi a responsável pelo significativo aumento nos sucessivos saldos na balança comercial do Estado, além da cobertura vacinal

- que alcançou 99% do rebanho bovino, surgindo, assim, novas parcerias comerciais com outros mercados como o chinês e o russo;
- XII. o crescimento nas exportações da carne, em comparação ao ano de 2005, foi de 488,8%, enquanto o volume negociado passou de US\$ 1,4 milhões para US\$ 49,2 milhões de dólares;
- XIII. registrou-se ampliação considerável no superávit da balança comercial, passando de US\$ 26,2 milhões em 2003 para US\$ 179,2 em 2006, representando um aumento de 582,7%;
- XIV. grande avanço na erradicação da febre aftosa, com a cobertura vacinal chegando a 99,03% em 2006, fator primordial para se conseguir um produto sanitariamente seguro e, conseqüentemente, conquistar novos mercados importadores;
- XV. a consolidação da AGROTINS, como uma das feiras agropecuárias mais importantes do País, foi inserida no restrito calendário nacional de feiras apoiadas pelo Ministério da Agricultura, e responde pela disseminação das mais novas tecnologias na região Norte a um público acima de 30 mil pessoas por evento anual;
- XVI. a regularização fundiária se destacou com a expedição de 1.566 títulos definitivos e 369 licenças de ocupação, totalizando 361.753 hectares de terras de 115 municípios;
- XVII. com a política de atração de investimentos produtivos implementada por meio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico, o Estado teve novo impulso nos programas de benefícios fiscais, destacando: Prosperar; o de Incentivo ao Comercio eletrônico; o Pró-Indústria e o Complexo Agroindustrial;
- XVIII. na forma de programas de incentivos para o setor industrial do Estado, está em pauta a instalação de usinas siderúrgicas, acompanhadas de projetos complementares de reflorestamento na Região Norte do Estado, com proposta para a implantação de usinas de esmagamento e beneficiamento de soja e refino de óleo, além disso, também, está em discussão a revitalização dos distritos industriais de Palmas, Araguaia, Gurupi, Paraíso e Porto Nacional;
- XIX. as linhas de crédito diferenciadas, com custos financeiros acessíveis e adequadas às necessidades dos empreendedores, são de responsabilidade da Agência de Fomento, que já registra benefícios estendidos a 352 pequenos investidores em diversas atividades e localidades do Estado, promovendo a geração de 912 empregos diretos e indiretos, investindo R\$ 2 milhões nesse período;

- XX. o apoio financeiro a 1.294 projetos de empreendedores informais, por meio de microcrédito, totalizou um investimento de R\$ 2,5 milhões, com recursos advindos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, do programa Banco da Gente, beneficiando também empreendedores de grandes projetos, com disponibilização de, aproximadamente, R\$ 9 milhões em assistência financeira para os municípios de São Miguel do Tocantins, Palmas, Tocantinópolis, Araguaína, Taguatinga, Alvorada e Guaraí;
- XXI. no segmento turístico do Estado, foram investidos R\$ 276,2 mil com promoção e qualificação dos profissionais e empresas da cadeia produtiva do turismo, resultado de uma parceria com o Ministério do Turismo, Fundação Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e SENAC, beneficiando 2.011 profissionais e 14 municípios;
- XXII. a consecução do Programa de Gestão Ambiental permitiu a sinalização turística no Parque Estadual do Jalapão e a infraestrutura turística básica na Cachoeira da Velha, facilitando o acesso aos turistas;
- XXIII. o apoio financeiro às Prefeituras fomentou a realização das temporadas de praia e avaliação das estruturas físicas e condições ambientais de 54 praias dos rios Araguaia e Tocantins, envolvendo parceria das respectivas prefeituras com as Secretarias de Estado da Saúde e Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Polícia Militar, DETRAN, NATURATINS e Marinha;
- XXIV. o Programa de desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS já possui uma Unidade Técnica Regional – UTR, no município de Dianópolis, que atende as prefeituras municipais, tendo em vista melhorar e fortalecer as organizações sociais; consolidar o sistema de proteção ambiental; apoiar aos programas e projetos públicos e privados de desenvolvimento de atividades econômicas produtivas e gerar trabalho e renda a população carente da região.

4.4.2 COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA, ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

A moderna infra-estrutura produtiva que dispõe o setor empresarial corresponde às expectativas atuais em termos de capacidade instalada, podendo produzir e gerar postos de trabalho, renda, receita tributária e cambial.

Os investimentos em infra-estrutura têm sido a base para a consolidação da logística e promoção do desenvolvimento socioeconômico, e

materializaram as políticas e os projetos de construções, reformas e eletrificação, na forma dos resultados demonstrados a baixo:

- I. as gestões junto ao Governo Federal para aceleração das obras da Ferrovia Norte-Sul, foram efetivas, com avanço de 150 km em solo tocaninense;
- II. foram comprovadas realizações de aproximadamente 430.000 m² de pavimentação urbana; 200 km de pavimentação de rodovias; 2.500 metros de pontes; e ainda os serviços de conservação e manutenção de 982 km da malha viária do Estado, envolvendo em média 50 cidades tocaninenses, somando um volume de recursos em torno de R\$ 216 milhões aplicados;
- III. a implantação e ampliação do sistema sanitário e de abastecimento de água com um custo em torno de R\$ 6,9 milhões privilegiam os setores mais carentes, além de reduzir os índices de doenças causadas pela ausência de água potável e esgoto tratado, evitando, também, a poluição ambiental;
- IV. o expressivo volume de investimentos em ações de desenvolvimento urbano garantiu o abastecimento de água em 98% das residências e a cobertura de esgotamento sanitário saltou de 14% em 2003 para 30% em 2006;
- V. a reforma e ampliação alcançaram mais de 380 edificações públicas em 4 anos, com investimentos que chegaram a R\$ 188 milhões, destacando-se, em 2006, a construção da 1ª etapa do Estádio de Futebol de Araguaína, a construção do Fórum da Comarca de Dianópolis, a ampliação do Hospital Dona Regina e a adequação e complementação do Hospital Geral;
- VI. as construções, reformas e manutenções em prédios públicos envolveram 21 escolas, 8 centros sociais, 7 hospitais e postos de saúde, casas populares, postos de fiscalização e outras edificações públicas, totalizando uma área de 14.941,74 metros, com investimentos financeiros em torno de R\$ 34 milhões;
- VII. foram investidos, na eletrificação rural, cerca de R\$ 2,5 milhões, criando novas perspectivas para o setor agrícola, fortalecendo a agro-indústria, aumentando a geração de renda entre os pequenos produtores, reduzindo, assim, o êxodo rural, os custos com programas sociais e as desigualdades sociais do campo;
- VIII. a realização do Projeto Manuel Alves que envolveu 18 programas ambientais de infra-estrutura, voltados para minimizar e potencializar os impactos ambientais em decorrência da construção da barragem do rio Manuel Alves, abrangendo os municípios de Dianópolis, Porto

- Alegre do Tocantins, Almas e Conceição do Tocantins, aplicando um montante de R\$ 26,8 milhões, gerando 347 empregos diretos, numa área útil de 5.000ha., irrigadas, pronta para exploração produtiva com possibilidade de expansão de até 20.000ha., destinada à fruticultura;
- IX. o Projeto Hidroagrícola Sampaio está em execução, na região de Sampaio, produzindo grãos e frutas, em Augustinópolis e Carrasco Bonito, envolvendo uma área de 9.200ha., com investimento R\$ 1,2 milhões, possibilitando o surgimento de 270 empregos diretos e 375, indiretos para a população da região, concluído até o momento, 50,8% das obras do projeto;
 - X. a ampliação da rede de energia elétrica alcançou 1.277 km, principalmente na zona rural, beneficiando assentamentos, escolas rurais e pequenos lugarejos, com investimentos que ultrapassaram R\$ 6,7 milhões em 2006;
 - XI. a Celtins atinge a marca de 344mil 988 consumidores e a extensão de 42.357 km de linha de rede, atendendo todo o Estado do Tocantins;
 - XII. outros investimentos de infra-estrutura foram realizados, como o projeto São João que teve novo impulso com a construção de reservatório, assentamentos de tubos para distribuição, instalação de motores e transformadores, com uma aplicação de recursos no montante de R\$ 14,6 milhões.

4.4.3 ALTA QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUILÍBRIO FISCAL

A modernização da estrutura administrativa ampliou e aprofundou o processo de reformas para que o Governo do Estado desempenhe suas funções de forma a corresponder às expectativas da sociedade.

A máquina administrativa dispõe de recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e suficientes para assegurar uma crescente capacidade de resposta moldada nos mais altos padrões de qualidade de um serviço público moderno, refletidos na suas atividades finalísticas.

A administração pública estadual, com o moderno modelo de gestão e reestruturação da máquina estatal, apresentou os seguintes indicadores:



I. corpo funcional:

Indicadores do Corpo Funcional	2006	2005
Nº de servidores ao final do período	50.234	45.655
Nº de admissões durante o período	9.140	12.495
Nº de servidores acima de 45 anos	14.014	12.503
Nº de mulheres servidoras públicas	29.317	27.104
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38%	45%

Fonte - Balço Social do Estado

- II. foram empossados 917 servidores aprovados no concurso realizado em 2005, gerando, assim, novas oportunidades de empregos e contribuindo com a redução do índice de desemprego no Estado;
- III. o Plano de Saúde extensivo aos familiares dos servidores públicos promoveu um real incremento na economia do Estado, de modo que foram realizadas 252.932 consultas médicas, 150.450 atendimentos odontológicos, 34.985 internações, 75.936 procedimentos especiais, 28.130 procedimentos cirúrgicos e 536.186 procedimentos simples, totalizando 1.078.619 procedimentos médicos;
- IV. o Programa de Gestão do Conhecimento “To Valorizado”, iniciado em 2005, foi integrado ao sistema de Educação Corporativa e continuou com a capacitação dos servidores em 2006, abrangendo 3.370 servidores capacitados em cursos direcionados para os níveis estratégico, gerencial e operacional, em diversas áreas de atuação, perfazendo assim um volume de investimento na ordem de R\$ 1 milhão;
- V. comprovou-se aumento da eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento institucional da Controladoria-Geral do Estado e o aprimoramento do sistema de controle interno e da execução dos programas e ações de governo, compreendendo, especialmente, a verificação da legalidade dos procedimentos administrativos e avaliação das metas previstas no Plano Plurianual e das prestações de contas anual dos gestores e do Governador;
- VI. consolidou-se a implantação da avaliação Periódica de desempenho (APED) para os profissionais efetivos, com propósito de aferir o desempenho individual dos servidores, visando oportunizar tanto a progressão funcional na carreira quanto a adoção de providências para a superação das deficiências detectadas;
- VII. empréstimos fornecidos aos servidores públicos fortaleceram a economia e geraram divisas, atendendo 846 servidores, totalizando

uma liberação de recursos no valor de R\$ 3,3 milhões que contribuíram para o crescimento da economia, além de apoiar financeiramente os servidores estaduais.

4.4.4 INCLUSÃO SOCIAL E ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES

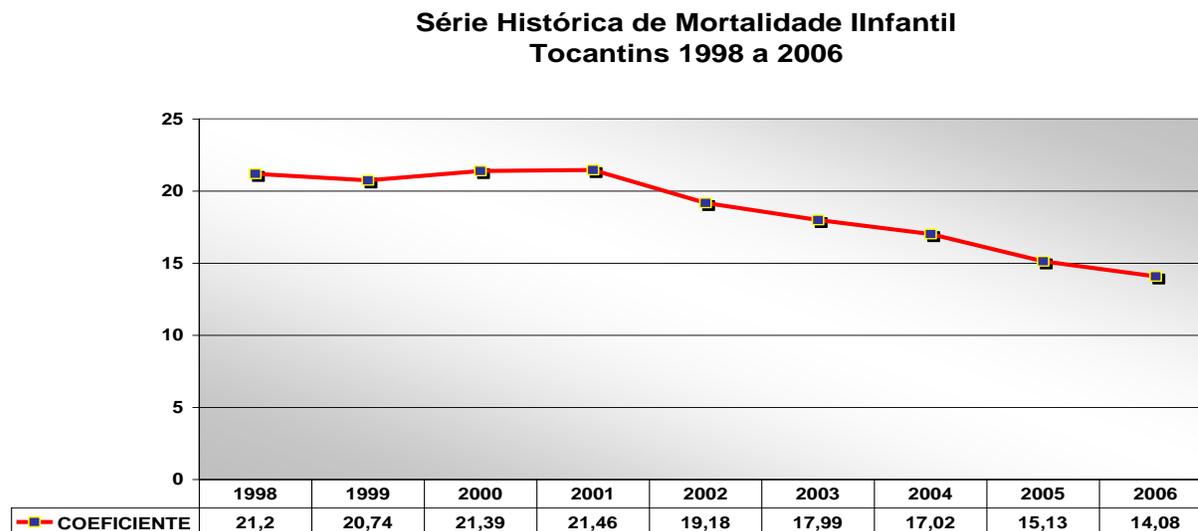
O Tocantins tem na justiça social uma das razões de ser o cidadão como seu maior bem. É bastante claro que não pode haver desenvolvimento estável e futuro digno sem plena inclusão social de todos os seus cidadãos. As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico deverão ser sempre complementadas com ações efetivas destinadas ao desenvolvimento social.

O comprometimento com o social é prioridade do governo, uma vez que os fatores sociais, econômico e cultural são os responsáveis pelo crescimento da sociedade e permitem melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelos tocantinenses. Para avaliar os resultados voltados para o desenvolvimento social, destacam-se as seguintes funções sociais de: Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social, Cultura, Habitação e Gestão Ambiental:

- I. a ação social do Governo estendeu-se por todos os municípios do Estado com o programa “Governo mais perto de você”, levando até a população 1.017 ações referentes aos serviços essenciais, realizando mais de dois milhões de atendimentos diretos e indiretos;
- II. o Governo do Estado adotou choque de gestão na saúde pública, por meio de mecanismos de modernização, apoiado no Pacto da Saúde, firmado entre Governo Federal, Estadual e Municipal, viabilizando o fortalecimento das ações de programas prioritários como a atenção básica, redução da mortalidade infantil e materna e proporcionando a consolidação do SUS – Sistema Único de Saúde, mantendo atuantes os serviços já desenvolvidos, ampliando e implementando outros projetos que vem ao encontro das necessidades da saúde de cada região;
- III. o Tocantins é um dos poucos Estados da Federação a avançar na descentralização de recursos, realizando repasse para 139 municípios para fortalecimento das ações da Atenção Básica, entre as quais está o Programa Saúde da Família com um crescimento de 94% entre os períodos 2002 a 2006;
- IV. 84% dos leitos nas unidades hospitalares são de responsabilidade da administração pública, tanto estadual como municipal, contra 16% de gerência privada ou gerência filantrópica;

- V. a Secretaria de Saúde gerencia diretamente uma rede de 19 hospitais de referência, em diversos municípios como: Alvorada, Arapoema, Arraias, Dianópolis, Miracema, Araguaçu, Paraíso, Pedro Afonso, Xambioá, Augustinópolis, Guaraí, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Palmas., totalizando Juntos, esses hospitais, em 2006, mais de 1,5 milhões de atendimentos ambulatoriais de urgência e emergência, com 72.023 internações e 94.355 consultas médicas especializadas;
- VI. de acordo com os indicadores 2004 do SIAB/MS (Sistema de Informação da Atenção Básica), o Tocantins apresentou uma das menores Taxas de Mortalidade Infantil – TMI da região Norte e do Brasil, registrando 16,6 mortes para cada mil nascidos vivos, cobertas pelo Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS, bem como os índices de Mortalidade Proporcional nas áreas de PACS e PSF (Programa Saúde da Família) com 7,8% e 9,5%, respectivamente, estando, também, entre os menores do país, demonstração contida no gráfico abaixo:

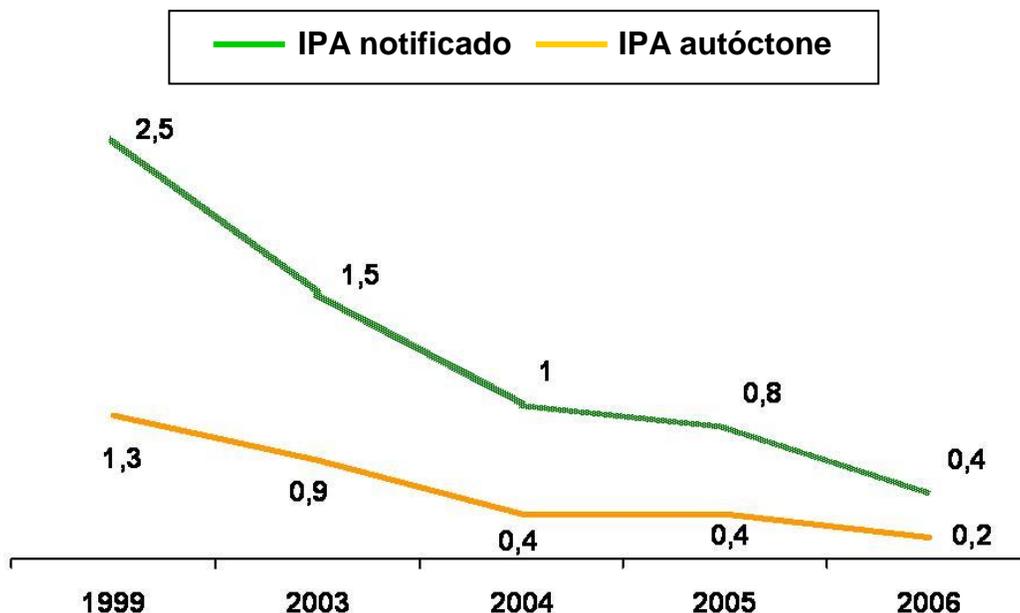
GRÁFICO 12 – Mortalidade Infantil



FONTE – Secretaria da Saúde

- VII. na área preventiva, o Governo executou programas de combate à tuberculose, hanseníase, febre amarela, calazar, DST/AIDS, diarreias, meningite, tracoma, chagas, saúde mental, malária, dengue, raiva e outros, com destaque ao programa de prevenção e combate à hanseníase e tuberculose, em parceria com o Ministério da Saúde e a ONG holandesa NRL, reduzindo significativamente alguns caso de doenças, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 13 - Redução de casos de Malária em todo o Estado



FONTE – Secretaria da Saúde

- VIII. a Campanha de vacinação contra a Poliomielite, em crianças menores de 5 anos de idade e ao idoso, beneficiou um total de 355.538 pessoas, na área de dermatologia sanitária, realizando 1.217.814 atendimentos, com formação de 31 multiplicadores em Prevenção da Hanseníase, envolvendo os Jovens Líderes Gremistas;
- IX. o Governo Estadual, em sintonia com as políticas de saúde do Governo Federal, nas questões relativas à qualidade de vida e saúde da população tocantinense, aplicou, em 2006, na função saúde, um montante de R\$ 389,09 milhões;
- X. a Educação no Tocantins investiu um volume de recursos na ordem de R\$ 421 milhões, tendo como meta elevar, cada vez mais, a qualidade do ensino e valorizar os profissionais da área;
- XI. a modernização e consolidação da Gestão Educacional envolveu 26 projetos pedagógicos, 288 Professores e 446 Unidades de Ensino, trabalho interdisciplinar com abrangência social abrangendo toda a comunidade local;
- XII. implantação de 11 escolas de Tempo Integral que possuem 569 alunos e apresentam 97% de aprovação entre o 1º e 2º bimestre de

- 2006, índice que revela o sucesso do modelo educacional em que o aluno passa todo o dia na escola;
- XIII. a formação continuada de 11.300 profissionais da educação, por meio do projeto “valorização dos Profissionais da Educação”, envolveu os professores, gestores e orientadores educacionais, para que adquiram novas possibilidades de repassar o conteúdo para os alunos, promovendo também a integração dos profissionais e a troca de experiências;
- XIV. o programa ABC da Cidadania atendeu 16.404 alunos em 139 municípios tocantinenses, contribuindo efetivamente com a redução do índice de analfabetismo do Estado;
- XV. a Educação alavancou o Programa “Democratização das Tecnologias Educacionais” atendendo 139 municípios, oferecendo oportunidades para o estudante carente que passa a ter acesso à tecnologia educacional, proporcionando melhoria no processo ensino e aprendizagem e na comunicação escola-família;
- XVI. outro dado relevante foi na avaliação nacional Prova Brasil, realizada no mês de maio, em que o Tocantins obteve o melhor resultado em Língua Portuguesa, e alcançou, com uma média 173,5, o 10º lugar e em Matemática atingiu média de 177,3 obtendo o 12º lugar no ranking de classificação da 4ª série do ensino fundamental, ficando na classificação geral, conforme no Balanço Social, como o primeiro estado da região Norte e Nordeste;
- XVII. o Tocantins é referência em Gestão Escolar ficando, em 2006, a Escola Estadual Adjúlio Balthazar, de Alvorada do Tocantins, entre as seis melhores em gestão escolar do país, na classificação do “Prêmio Nacional em Gestão Escolar”;
- XVIII. a política de trabalho apresentou dados relevantes e, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, o Tocantins admitiu 44.209 trabalhadores e nesse processo o Sistema Nacional de Emprego do Tocantins – SINE/TO teve uma participação de 31% na intermediação dessas admissões;
- XIX. o Estado do Tocantins foi o único do Brasil a receber mais novos postos do SINE/TO, no ano de 2006, um deles, instalado em Dianópolis, para atender 16 municípios da região e o outro, em Guaraí, abrangendo 23 cidades tocantinenses;
- XX. foram oferecidos cursos profissionalizantes em 43 municípios, orientando assim mais de 1.100 trabalhadores, e emitindo mais de

- 27 mil carteiras de trabalho, através do SINE/TO, sendo que 42% foram para o público adolescente de até 18 anos;
- XXI. o Projeto Compra Direta Local da Agricultura Familiar registrou um atendimento de 40 mil pessoas, em 57 municípios, tornando-se um importante reforço na economia, principalmente das regiões Norte e Sudeste do Estado;
- XXII. o Programa Pioneiro Mirins garante melhoria na qualidade de vida a estudantes carentes, beneficiando, em 2006, 45 mil famílias nos 139 municípios tocantinenses, envolvendo crianças e adolescentes de 7 a 16 anos, regularmente matriculados e que estejam freqüentando a rede oficial de ensino, pertencentes a famílias cuja renda total seja inferior a dois salários mínimos;
- XXIII. o Programa Leite é Saúde distribuiu 1(um) litro de leite, diariamente, para as famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, totalizando entregas de 12 mil litros de leite, em 34 municípios do Tocantins;
- XXIV. aplicaram-se 17,6 milhões na cultura com realização de vários projetos de incentivo à divulgação da arte e cultura tocantinense nos diversos estados brasileiros e também no exterior, conforme dados apresentados no Balanço Social do Estado;
- XXV. promoveram-se 11 exposições de artistas locais, na Fundação Cultural, além de exposições de peças, telas, esculturas de artistas de renome nacional e internacional, reunindo cerca de 25 mil pessoas, bem como incentivo a participação em feiras nacionais;
- XXVI. restauraram-se e preservaram-se bens materiais e imateriais, priorizando os municípios de Monte do Carmo, Porto Nacional e Natividade, visando gerar para os municípios a sustentabilidade das futuras gerações, por meio da realização FECOARTE – Feira de Folclore, Comidas Típicas e artesanatos do Estado, evento que reúne todos os municípios para divulgar as diversidades da dança, teatro e música da cultura popular do Estado, envolvendo, em 2006, 72 municípios, reunindo uma média de 400 mil pessoas;
- XXVII. como contrapartida do Governo do Estado, foram viabilizados (R\$ 167,6 milhões) para construção de 18.832 casas populares em 127 municípios, via financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, e outorga de crédito de ICMS (R\$ 19,2 milhões), destinados à compra de material para reforma/ construção de 8.292 casas populares em 107 municípios;

- XXVIII. processaram-se as regularizações de imóveis, com entrega de títulos de propriedade para 7 mil famílias em 06 municípios tocantinenses, sendo concretizada, então, a primeira etapa do Programa Habitacional Servidor Valorizado que tem como objetivo construir moradias para os servidores públicos estaduais;
- XXIX. grandes projetos foram realizados em Educação Ambiental, como: Agenda Ambiental na Administração Pública e em fase experimental, o Projeto Meio Ambiente no Rádio, que tem como objetivo difundir nos meios de comunicação as questões sócio-ambientais e articular propostas de melhorias sociais e de desenvolvimento sustentável;
- XXX. deu-se maior aprofundamento nas iniciativas para a execução da política ambiental com a elaboração do Anteprojeto de Lei da Política Estadual da Biodiversidade, até porque, atualmente, 22% da superfície do Estado correspondem a áreas destinadas a proteção ambiental e já foram criados os mecanismos para o pleno funcionamento do ICMS Ecológico, de modo a beneficiar os municípios que investem e se preocupam com a preservação ambiental;
- XXXI. o maior destaque na área, em 2006, foi o recebimento, pela SEPLAN, do diploma de **“Destaque Nacional em Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável” entregue** pelo Instituto Biosfera – Instituto de Estudo e Especialização.

4.4.5 SEGURANÇA E CIDADANIA AOS TOCANTINENSES

Garantir aos cidadãos o direito à segurança física e patrimonial é dever do Estado, previsto pelas leis de qualquer sociedade moderna. A segurança existente no nosso Estado, comparativamente com outros Estados da União, é também uma de nossas vantagens comparativas para a atração de investimentos, conforme o s seguintes resultados registrados no exercício de 2006:

- I. com aplicação de R\$ 216 milhões na função segurança pública, o processo de modernização tende a produzir com maior agilidade e eficácia os resultados dos trabalhos desenvolvidos nos Institutos de Medicina Legal, Identificação e Criminalística;
- II. aquisição de equipamentos modernos e a incorporação das novas tecnologias da informação foram fatores primordiais na área de segurança pública;
- III. a criação de 12 Delegacias Regionais, estrategicamente instaladas; mais 43 Núcleos e 30 Postos de Identificação Dactiloscópica; 12



- Núcleos e dois Postos de Perícias Criminalísticas, além de 10 Núcleos e Postos de Medicina Legal, distribuídos em todo Estado, contribuíram para que as ações operacionais dinamizassem o trabalho policial;
- IV. a implantação e a estruturação do Núcleo de Inteligência, junto ao Sistema Guardião para atendimento às Ordens Judiciais, otimizou e possibilitou um grande avanço no combate à criminalidade, por meio de convênio com o Ministério da Justiça, permitindo aquisição de equipamentos de inteligência para o núcleo no valor de R\$ 228 mil;
 - V. Academia de Polícia Civil qualificou e formou 100 Agentes Penitenciários; realizou aperfeiçoamento de 90 Policiais Cíveis; capacitou 120 Policiais Cíveis em Polícia Comunitária e, mais 90 policiais foram capacitados para atuar em crimes praticados contra a mulher;
 - VI. O TELECENTRO no Estado do Tocantins está em fase final de preparação, com foco no ensino à distância dirigido aos profissionais de segurança pública;
 - VII. Projeto da Polícia Comunitária beneficiou 1.000 crianças, retirando-as das ruas e incentivando a prática de esportes e conseqüentemente controlando a evasão escolar, por meio do acompanhamento escolar e familiar.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Gerencial das Contas do Governo, documento elaborado pela Controladoria Geral do Estado, cumpre uma atribuição estabelecida na Constituição Estadual no artigo 40, inciso VII e tem como objetivo precípuo comprovar as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

As análises feitas ao longo deste relatório demonstram que a gestão financeira e orçamentária do Estado, no ano de 2006, alcançou resultados expressivos. O superávit orçamentário consolidado foi da ordem **de R\$195.434.798,06**; o desempenho da arrecadação chegou a 95% do total da receita orçada para o exercício em questão e o controle dos gastos públicos permitiu o cumprimento, com folga, da meta de resultado primário definida na LDO/2006.

Ressalte-se, também, que o bom desempenho fiscal contribuiu para o cumprimento das obrigações constitucionais, no que se refere à aplicação mínima em educação e saúde e para a manutenção da despesa com pessoal, no limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Verifica-se que a agricultura e a pecuária baseiam a economia do Estado, mas a industrialização surgiu como uma das grandes metas do atual governo e o social cumpriu seu papel, fazendo um governo mais justo e mais humano.

Nos últimos quatro anos, o governo registrou grandes feitos. O Tocantins ganhou uma malha viária de qualidade, interligando comunidades de toda a região. Os investimentos de peso, em infra-estrutura, têm proporcionado melhorias na qualidade de vida do povo tocantinense e, em 2006, os bons índices, na exportação, comprovam que foram rompidas as barreiras do Estado: o Tocantins mostrou-se para o mundo.

Sem entraves burocráticos, hoje sociedade e governo constroem juntos. As relações com o governo federal e com cada um dos 139 municípios tocantinenses são as mais favoráveis. Podemos ver o crescimento do Tocantins por obras como a Ferrovia Norte-Sul, que já avançou 150 km no Estado; pela construção de hidrovias; pela balança comercial favorável; projetos hidroagrícolas e pela industrialização, que chegou para ficar.

É importante ressaltar que todos os dados possuem o aval de fontes fidedignas. Em 2006, segundo o IBGE, o Tocantins ficou entre os três Estados brasileiros que mais criaram empregos. Para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o Tocantins apresentou melhor desempenho na aplicação dos recursos públicos entre os 27 Estados da Federação.



Portanto, o Estado hoje é resultado do trabalho de homens e mulheres que tomaram para si o projeto de um Tocantins melhor. Vive-se um momento propício para o desenvolvimento, de superação das desigualdades sociais, da convergência de idéias e de respeito às diferenças

Diante disso, os atos de gestão voltados para a modernização e fortalecimento dos meios estruturais da administração pública consolidaram o sistema de controle interno para acompanhar a execução dos recursos públicos, com grande empenho na introdução da nova cultura de controle nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Registre-se, oportunamente, o eficiente trabalho desenvolvido pela Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados que compõem este Relatório, bem como dos servidores desta pasta e dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

Por fim, é válido dizer, uma vez mais, que a estruturação do Sistema de Controle Interno pela Controladoria-Geral do Estado, um marco importante para a Administração Pública Estadual, vem recebendo o irrestrito apoio do Excelentíssimo Senhor Governador Marcelo Miranda, que tem desempenhado a função de governo e conduzido a administração sempre com respaldo e nos limites das normas legais vigentes.

Com estas considerações, somos de parecer que as contas prestadas pelo Governador, sobre os aspectos formais, contábeis e operacionais, estão regulares.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 26 dias do mês de março de 2007.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe